

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Dossiê Sergipe nos programas
de pós-graduação em
História no Brasil

Nº 40 | 2010

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

© 2010 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

CONSELHO EDITORIAL

Giliard da Silva Prado (IHGSE; UFS) – EDITOR
Beatriz Góis Dantas (IHGSE)
Antônio Carlos dos Santos (IHGSE; UFS)
Antônio Fernando de Araújo Sá (IHGSE; UFS)
Vera Lúcia França (IHGSE; UFS)
Terezinha Alves de Oliva (IHGSE; IPHAN)

CONSELHO CONSULTIVO

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Jaime de Almeida (UnB)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Ibarê Costa Dantas (UFS/IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)
Olga Rosa Cabrera Garcia (UFG)
Rosângela Patriota Ramos (UFU)

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Lucílio Freitas (CESAD/UFS)

Imagem da Capa
Brasão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Tiragem
400 exemplares

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/ Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. – Vol. 1, n. 1 (1913) –. – Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1913-

1. História de Sergipe. 2. Geografia de Sergipe.

CDU 91+94(813.7) (05)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: *Sumários de Revistas Brasileiras* - http://www.sumarios.org/revista.asp?id_revista=805&idarea=5

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Rua Itabaianinha, 41
Aracaju - Sergipe, 49010-190
Fundado em 06 de agosto de 1912

PRESIDENTE DE HONRA

Maria Thetis Nunes

SECRETÁRIO GERAL

Josefa Eliana Souza

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe
Marcelo Déda Chagas

1º. SECRETÁRIO

José Vieira da Cruz

Presidente da Assembleia Legislativa
do Estado de Sergipe
Deputado Ulices de Andrade Filho

2º. SECRETÁRIO

José Rivadálvio Lima

Presidente do Tribunal de Justiça
de Sergipe
Desembargador Roberto Eugênio
da Fonseca Porto

ORADOR OFICIAL

Terezinha Alves de Oliva

DIRETORIA

PRESIDENTE

Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

1º TESOUREIRO

Saumíneo da Silva Nascimento

2º TESOUREIRO

Igor Leonardo Moraes de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

José Ibarê Costa Dantas

DIRETOR DO MUSEU E DA

PINACOTECA

Fernanda Cordeiro de Almeida

DIRETOR DO ARQUIVO E DA

BIBLIOTECA

Sayonara Rodrigues do Nascimento

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Antônio Carlos Valadares
Edvaldo Nogueira
João Alves Filho
João Fontes Farias
João Gomes Cardoso Barreto
José Carlos Mesquita Teixeira
José Eduardo Barros Dutra
Lourival Baptista
Luiz Eduardo Magalhaes
Marcelo Déda Chagas
Maria do Carmo Nascimento Alves

SÓCIOS HONORÁRIOS

Jackson da Silva Lima
Josué Modesto dos Passos Subrinho

SÓCIOS EFETIVOS

Adailton dos Santos Andrade
Afonso Barbosa de Souza
Agláé D'Avila Fontes
Airton Bezerra Lócio de Carvalho
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Anita Rocha Paixão Sotelo
Antônio Bittencourt Júnior
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Fernando de Araújo Sá
Antônio Lindvaldo Sousa
Antônio Ponciano Bezerra
Antônio Porfírio de Matos Neto
Antônio Samarone de Santana
Antonio Vieira da Costa
Arionaldo Moura Santos
Beatriz Gois Dantas
Bemvindo Salles de Campos Neto
Claudefranklin Monteiro Santos

Cleiber Vieira Silva
Cristina de Almeida Valença
Darcilo Melo Costa
Djaldino Mota Moreno
Domingos Pascoal de Melo
Ednalva Freire Caetano
Eduardo Antônio Seabra
Eugênia Andrade Vieira da Silva
Evande dos Santos
Fernanda Cordeiro de Almeida
Fernando José Ferreira Aguiar
Francisco José Alves dos Santos
Gerson Vilas Boas
Gilberto Francisco Santos
Giliard da Silva Prado
Gilton Feitosa Conceição
Gilvan Vitor dos Santos
Hélio José Porto
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Ilma Mendes Fontes
Itamar Freitas de Oliveira
Janaína Cardoso de Mello
Jean Marcel D'Avila Fontes de Alencar
João Costa
João Francisco dos Santos
João Hélio de Almeida
João Oliva Alves
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
José Araújo Filho
José de Oliveira Brito Filho
José de Oliveira Júnior
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Silva
José Hamilton Maciel Silva Filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José Maria do Nascimento
José Rivadálvio Lima
José Thiago da Silva Filho

José Vieira da Cruz
Josefa Eliana Souza
Juvenal Francisco da Rocha Neto
Lauro Cruz dos Santos
Lenalda Andrade Santos
Lourival Santana Santos
Lúcio Antônio Prado Dias
Luiz Alberto dos Santos
Luiz Vieira Lima
Manfredo Góes Martins
Manoel Alves de Souza
Marcelo Batista Santos
Marcelo da Silva Ribeiro
Marcio Carvalho da Silva
Marcos Antônio Almeida Santos
Maria Glória Santana de Almeida
Maria Lígia Madureira Pina
Maria Lúcia Marques Cruz e Silva
Maria Neide Sobral da Silva
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Murilo Melins
Neuza Maria Gois Ribeiro
Nilton Pedro da Silva
Oswaldo Novaes
Pedro dos Santos
Petrônio Andrade Gomes
Ricardo de Oliveira Lacerda
Ricardo Nascimento Abreu
Ricardo Santos Silva Leite
Robervan Barbosa de Santana
Rômulo de Oliveira Silva
Ruy Belém de Araújo
Samuel Barros Medeiros de Albuquerque
Saumíneo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Vera Lúcia Alves França
Verônica Maria Meneses Nunes
Vilder Santos

Wagner da Silva Ribeiro
Waldefrankly Rolim de Almeida Santos
Wanderlei de Oliveira Menezes

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Acrísio Torres Araújo
Adilson Cezar
Adirson Vasconcelos
Agnaldo Marques
Almir de Oliveira
Antônio Vasconcelos
Brício Cardoso Lemos
Cleonice Campelo
Clóvis Meira
Consuelo pondé de Sena
Dino Willy Cozza
Dionysia Brandão Rocha
Edvaldo M. Boaventura
Elodia Ferraz Macedo
Elza Regis de Oliveira
Eno Teodoro Wanke
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Ewerton Vieira Machado
Fábio da Silva
Francisco C. Nobre de Lacerda Filho
Francisco de Albuquerque
Hélio Melo
João Carlos Paes de Mendonça
João Feltre Medeiros
João Fontes de Faria
João Justiniano da Fonseca
Jorge Alecantro de Oliveira Júnior
José Arthur da Cruz Rios
José Otávio de Melo
José Passos Neto
José Sebastião Wither
Josué Modesto Passos
Lilian Salomão
Luís Mott

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Luiz de Araújo Pereira
Luiz Paulino Bonfim
Manuel Correia de Andrade
Márcio Polidoro
Marco Antônio Vasconcelos Cruz
Marcus Odilon
Maria Helena Hessel
Nassim Gabriel Mehedff
Nazir Maia
Nonato Marques
O' Mon' Alegre
Ovídio Melo
Ricardo Teles Araújo
Rui Vieira da Cunha
Salime Abdo
Sérgio Bittencourt Sampaio
Sônia Van Dick
Stela Leonardos
Ulisses Passarelli
Victorino Coutinho C. de Miranda
Nam invericae nocuro cris host ac
vest? Ad nos co eo nequis criam virisse

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

FUNÇÃO

Oficial Administrativo
Auxiliar Administrativo
Mensalista
Executor de Serviços Básicos
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Estagiário

FUNCIONÁRIO

Ângela Nickaulis Corrêa Silva
Gustavo Paulo Bomfim
Maria Fernanda dos Santos
José Carlos de Jesus
Alessandra Pereira Santos Brito
Aline Santos Cruz
Katiane Alves dos Santos
Flávio Ferreira
Marcelo Souza Ferreira
Nayara Santos de Jesus

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO15

**DOSSIÊ SERGIPE NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA NO BRASIL**

A RESISTÊNCIA DOS ÍNDIOS SERGIPANOS NO SÉCULO XIX ...23
Pedro Abelardo de Santana

UM OLHAR SOBRE HOMENS E MULHERES AFRICANOS: indícios
da vivência africana nas terras sergipanas (1790-1850).....43
Joceneide Cunha dos Santos

HISTÓRIAS DE FAMÍLIAS NA ESTÂNCIA/SE OITOCENTISTA
(1840-1890)69
Sheyla Farias Silva

MODERNIDADE E MORADIA: aspectos do pensamento sobre a
habitação popular no processo de modernização das cidades ser-
gipanas (1890-1955) 93
Waldefrankly Rolim de Almeida Santos

LOUVANDO O SANTO: história, cultura e religiosidade no percurso de uma pesquisa histórica113
Claudefranklin Monteiro Santos

POLÍTICA E RELIGIÃO AMALGAMADAS NO BRONZE: o monumento a Olímpio Campos131
Giliard da Silva Prado

SUBMARINOS ALEMÃES E O COTIDIANO DE ARACAJU (1942-1945)155
Luiz Antônio Pinto Cruz
Lina Maria Brandão de Aras

POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM SERGIPE DURANTE A DITADURA MILITAR.....183
José Vieira da Cruz

HISTÓRIA DOS INTERNATOS: caminho para uma “zona silenciosa”209
Joaquim Tavares da Conceição

EM BUSCA DE FRÄULEIN: estudos sobre preceptoras alemãs em Sergipe (2003-2010)235
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

ARTIGOS

À MESA COM ADOLPHINE: alimentação de uma família em Sergipe no século XIX.....251
Amâncio Cardoso dos Santos Neto

FRAGMENTOS DA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL DE SERGIPE ..263
Igor Leonardo Moraes Albuquerque

A FRATERNIDADE E A COMUNIDADE: os frades capuchinhos no
Bairro América (Aracaju-SE)287
Valéria Maria Santana Oliveira

O HISTORIADOR E A CULTURA POPULAR: José Calasans e o folclore
de Sergipe e Bahia305
Antônio Fernando de Araújo Sá

DISCURSOS

DISCURSO DE DESPEDIDA DO IHGSE.....325
José Ibarê Costa Dantas

DISCURSO NA CERIMÔNIA DE POSSE DA DIRETORIA DO IHGSE
(BIÊNIO 2010/2011)335
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

UFS 42 ANOS339
Josué Modesto dos Passos Subrinho

SÃO CRISTÓVÃO E A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE SERGIPE 347
Terezinha Alves de Oliva

RELATÓRIO

Relatório 2010/1: ações da Diretoria do IHGSE no primeiro semestre
de 2010.....357

NORMAS

Normas para a submissão de trabalhos365

APRESENTAÇÃO

Recentemente, tomamos conhecimento da última avaliação dos periódicos sergipanos realizada pelo Ministério da Educação, através do Programa Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O referido programa foi um instrumento criado pela Capes para avaliar a qualidade e classificar os periódicos que divulgam a produção dos programas de pós-graduação no Brasil. Mas, na prática, os resultados divulgados pelo Qualis têm se constituído nos principais indicadores de qualidade dos veículos de divulgação da produção intelectual e científica.

No “Tribunal do Santo Qualis”, existem mandamentos que devem ser continuamente obedecidos pelos periódicos científicos. Para cada área do conhecimento, existem regras claras que irão determinar seu “lugar ao sol” no mundo acadêmico. Anualmente, esses veículos são enquadrados nos seguintes estratos indicativos de qualidade: A1 (peso 100); A2 (peso 85); B1 (peso 70); B2 (peso 55); B3 (peso 40); B4 (peso 25); B5 (peso 10); e C, com peso zero. O aplicativo que permite a consulta do Qualis, bem como a divulgação dos critérios utilizados para a avaliação e classificação de periódicos é o WebQualis (<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>). A consulta do periódico poderá ser feita pelo ISSN, pelo título ou pela classificação por área.

Sabemos que a revista, veículo intermediário entre o jornal e o livro, constitui-se num importante indicador das transformações sociais e dos

novos rumos da produção do conhecimento. Ana Luiza Martins e outros estudiosos que elegeram a revista como fonte de pesquisa destacam características próprias desse tipo de periódico, como, por exemplo: o caráter seriado e condensado, o propósito informativo, formador e de representação de grupo, além de outros aspectos ligados à edição, extensão, autoria, periodicidade e materialidade. Revista é, enfim, um importante veículo utilizado para formar e legitimar interesses de grupos de intelectuais, delimitando milimetricamente os novos campos de pesquisa (MARTINS, Ana Luiza. *Revista em Revista...* São Paulo: EDUSP; Fapesp; Imprensa Oficial do Estado, 2001).

Entre as revistas sergipanas de História, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* representa o mais antigo e importante periódico em circulação. Instituída em 27 de setembro de 1912, o primeiro número circulou em 1913. Até o presente, foram publicados 40 números da Revista. Desses, 32 foram devidamente analisados por Itamar Freitas, levando em conta a produção e circulação; o perfil dos autores/colaboradores; os tipos documentais produzidos; os temas e problemas predominantes e as cores locais na produção do conhecimento histórico e geográfico (FREITAS, Itamar. *A Escrita da História na 'Casa de Sergipe' – 1913-1999*. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002 – Coleção Nordestina).

No ano de 2005, quando passou a circular o número 34, a Revista do IHGSE retomou sua periodicidade anual, mas sequer era avaliada pelo Qualis, constituindo-se em periódico invisível aos olhos da Capes. Nos anos seguintes, com a veiculação dos números 35 e 36, passou a figurar, com uma classificação irrelevante, entre os periódicos de Geografia avaliados pelo programa. Em 2008, tomando como referência o ano-base e o número publicado em 2007, a Revista passou a figurar, também, entre os periódicos de História com uma classificação muito modesta, claro reflexo da inexistência, em Sergipe, de programas de pós-graduação *stricto sensu* na área de História, dificultando a veiculação de trabalhos produzidos por autores ligados a cursos de mestrado e doutorado na referida área do conhecimento.

Em 2010, um esperado e satisfatório resultado: tomando como

referência o ano-base 2008 e o número 37, a *Revista do IHGSE* passou a figurar entre os periódicos de qualidade B3. A novidade não parece um grande feito quando consideramos a longevidade e a importância da Revista do Instituto para a história intelectual de Sergipe. Contudo, devemos considerar que, até o presente, nenhum periódico sergipano de História obteve conceito superior a esse na avaliação do Ministério da Educação.

É preciso salientar que, no julgamento do Tribunal do Santo Qualis, outro periódico sergipano de História mereceu destaque: a revista eletrônica *Ponta de Lança*, do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste (UFS/CNPq), obteve o mesmo conceito alcançado pela *Revista do IHGSE*. É um mérito que ganha maiores proporções quando observamos o fato de se tratar de um “jovem periódico”, que, circulando desde 2007, está em seu quarto número e vem atendendo a muitos dos critérios estabelecidos pela Capes.

Além da *Revista do IHGSE* e da *Ponta de Lança*, outro periódico sergipano de História foi classificado no programa Qualis: o *Caderno UFS de História*. Contudo, é provável que a periodicidade irregular do veículo deva ter pesado para sua colocação no estrato indicativo B4, um pouco aquém de suas congêneres.

Em se tratando da classificação da *Revista do IHGSE* junto aos periódicos dos demais Institutos Históricos, ficamos atrás, somente, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e no mesmo patamar das revistas dos Institutos do Ceará, Bahia, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Entretanto, um mesmo periódico pode ser classificado em duas ou mais áreas distintas, podendo receber diferentes avaliações. Segundo a Capes, isso não representa inconsistência, “mas expressa o valor atribuído, em cada área, à pertinência do conteúdo veiculado”.

Nesse sentido, vinculados à Universidade Federal de Sergipe, existem outros periódicos classificados pelo programa Qualis que, mesmo não se constituindo em revistas especializadas em História, veiculam trabalhos que remetem ao referido campo. São elas: a revista eletrônica internacional *EPTIC*, do Observatório de Economia e Comunicação;

a revista *Tomo*, do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, e a revista *Canindé*, do Museu de Arqueologia de Xingó. As duas primeiras foram classificadas como B4 e, a última, classificada como B5 na área de História.

As benéficas transformações operadas na *Revista do IHGSE* processaram-se ao longo da gestão Ibarê Dantas (2004-2009). Como coordenador da Revista, acompanhei de perto o referido processo, mas o feito não teria sido possível sem a parceria criada através do convênio com a UFS, instituição na qual contamos com o empenho constante do reitor Josué Modesto dos Passos Subrinho, da chefe de gabinete Ednalva Freire Caetano e da técnica Adilma Meneses.

Este número da Revista presenteia os leitores e estudiosos da historiografia sergipana com um rico dossiê organizado pelo novo editor da Revista, o professor Giliard Prado. O conjunto dos artigos que compõem o dossiê apresenta o quadro mais atual das pesquisas que tomam experiências do processo histórico sergipano como objetos de estudos em vários programas de pós-graduação em História no país. O leitor poderá observar os objetos privilegiados, os recortes espaço-temporais focados, os referenciais teórico-metodológicos utilizados, as fontes selecionadas e seus usos, entre outras questões relevantes da “operação historiográfica”. Além disso, para além do dossiê, encontraremos interessantes estudos tratando, respectivamente: da cultura alimentar em Sergipe oitocentista; das experiências constitucionais sergipanas; da presença e ações de religiosos capuchinhos no bairro América, em Aracaju; e a contribuição do historiador José Calasans para os estudos da cultura popular em terras baianas e sergipanas.

Finalizando a sequência de escritos deste número, temos, além do relatório semestral de atividades da Diretoria do IHGSE, a publicação de discursos significativos para a história da “Casa de Sergipe”. Os dois primeiros, proferidos por Ibarê Dantas e Samuel Albuquerque, remetem à solenidade de posse da nova Diretoria do IHGSE, realizada em 19 de janeiro de 2010. Em seguida, o discurso proferido pelo magnífico reitor Josué Modesto dos Passos Subrinho, diz respeito às comemorações dos 42 anos da UFS e à outorga, em 14 de maio de 2010, do título de dou-

tor honoris causa ao professor Ibarê Dantas, vice-presidente do IHGSE. Por fim, o discurso da oradora oficial do IHGSE, Terezinha Alves de Oliva, trata da relação entre a cidade de São Cristóvão e o processo de emancipação política de Sergipe.

Dessa forma, a quase centenária Revista do IHGSE continua na vanguarda da historiografia sergipana, ocupando lugar de destaque e correspondendo às novas demandas do campo intelectual brasileiro.

Mas ainda há muito por fazer, mesmo sabendo que a nossa Revista, por sua história e por sua contribuição ao pensamento sergipano e brasileiro, está muito além de qualquer avaliação apressada. Nesse sentido, a nova Diretoria do IHGSE confiou ao jovem professor/pesquisador Giliard Prado o destino do mais importante veículo de divulgação do conhecimento histórico em terras sergipanas. Certamente, o novo editor saberá estreitar nossa parceria com a UFS e com a comunidade intelectual do nosso Estado. O centenário da “Casa de Sergipe” se aproxima e bons ventos parecem movimentar as páginas da *Revista do IHGSE*.

Aracaju/SE, setembro de 2010

Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Presidente do IHGSE

Dossiê

**Sergipe nos programas
de pós-graduação em
História no Brasil**

A RESISTÊNCIA DOS ÍNDIOS SERGIPANOS NO SÉCULO XIX

RESISTENCE OF SERGIPAN
INDIANS IN XIX CENTURY

Pedro Abelardo de Santana*

RESUMO

Este estudo visa analisar as resistências e negociações dos índios sergipanos no século XIX, especialmente entre 1844 e 1853, período em que se intensificaram as medidas que culminaram na tomada das terras indígenas e extinção dos aldeamentos. Enfoca os aldeamentos de Geru, Água Azeda, Pacatuba e São Pedro do Porto da Folha, destacando os conflitos com fazendeiros, senhores de engenho, autoridades e religiosos. Traz informações de documentos ainda inéditos existentes nos arquivos do Estado.

Palavras-chave: resistência; índios; Sergipe.

ABSTRACT

This study aims to evaluate the resistances and negotiations of Sergipan Indians in the XIX century, especially between 1844 and 1853, during which the measures were intensified, culminating in the taking of indigenous lands and the extinction of the settlements. Focuses on the villages of Geru, Sour Water, Pacatuba and St. Peter's Sheet Harbour. Highlighting the conflict with farmers, plantation owners, authorities and religious. Features informations on unpublished documents in the files of the State.

Keywords: resistance; indians; Sergipe.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia - UFBA, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria Hilda Baqueiro Paraiso. E-mail: pedroabelardo@ig.com.br

INTRODUÇÃO

Nos estudos sobre os índios sergipanos no século XIX, há referências a episódios que demonstram a resistência deles em relação, principalmente, à espoliação das terras das aldeias. Ocorreram revoltas de pequena repercussão, fugas das aldeias, tentativas de resolver questões na justiça, e, cartas foram enviadas à Corte. Mas, não era só a resistência que marcava as relações entre os índios e as autoridades e fazendeiros sergipanos. Há também referências a negociações, pelas quais os índios buscavam resolver suas querelas junto às autoridades evitando o conflito. A defesa das terras indígenas foi importante porque enquanto a “posse de terras permaneceu coletiva”, foi possível resistir à dominação e à aniquilação social¹. O objetivo deste estudo, ainda em fase inicial, é investigar como se deram os conflitos e as negociações entre índios, proprietários de terras e autoridades sergipanas ao longo do século XIX.

Todas as aldeias sergipanas foram declaradas extintas na segunda metade do século XIX, passando os descendentes indígenas a ser considerados “integrados” à população da nação. O episódio suscita indagações sobre a vida indígena no período, conflitos relacionados à espoliação das terras das aldeias e a possível resistência dos indígenas. Outra reflexão plausível é sobre as relações dos aldeados com escravos, quilombolas e proprietários de terras.

Estudos de âmbito nacional e local esclarecem o processo histórico que culminou na extinção dos aldeamentos e no discurso oficial decretando a “extinção” de índios em algumas regiões. Nossa reflexão busca aprofundar estas discussões, comparando aldeias sergipanas e outras do Nordeste. Os conflitos entre índios e outros agentes históricos foram intensos no século XIX. De que forma os grupos espalhados em quatro aldeamentos lidaram com a questão e como resistiram? Neste processo os indígenas devem ser vistos como agentes históricos e não apenas como vítimas de um processo externo.

¹ BRUNET, Luciano C. *De aldeados a súditos: viver, trabalhar e resistir em Nova Abrantes do Espírito Santo - Bahia (1758-1760)*. Salvador: UFBA, 2008. p. 112. (Mestrado em História)

Em resumo, nosso olhar sobre os estudos históricos e sobre as fontes tem por objetivo analisar como os indígenas sergipanos reagiram, especialmente entre 1845 e 1853, ao processo de espoliação das suas terras e à extinção dos aldeamentos. Investigar como era a vida nos aldeamentos e como eram as relações e os conflitos com a sociedade vizinha (fazendas, engenhos e vilas), com as autoridades do governo, religiosos e proprietários. E, discutir as transformações provocadas nas vidas dos índios diante do estabelecimento de elementos não índios nos aldeamentos.

As discussões abaixo são baseadas em leituras iniciais realizadas para embasar um projeto em curso. Elas são ponto de partida e motivadoras de hipóteses que continuaremos investigando.

OS ÍNDIOS “MISTURADOS” DO NORDESTE

Até duas décadas atrás, o desconhecimento e o desinteresse em relação aos índios imperaram na historiografia. Os estudos sobre história e economia colonial quando discutiram o assunto se concentram no ciclo da caça ao índio, a atividade de menor importância dos bandeirantes. A bibliografia histórica menosprezou o papel do trabalho indígena, quando o menciona é de forma secundária, pois o interesse maior é a escravidão africana. Para preencher esta lacuna surgiu o livro *Negros da Terra*, cujo capítulo inicial trata da história das relações luso-indígenas no Brasil meridional do século XVI, ou seja, São Paulo, enfocando a colaboração e resistência indígenas, a escravidão, a desorganização social e o declínio demográfico dos povos nativos².

Exemplificando o relativo silêncio em relação à temática indígena, John Monteiro mostra que nos poucos estudos historiográficos feitos antes da década de 1980, o índio é tratado como objeto, mas não como sujeito da história. Sendo estudado como alvo da catequese jesuítica, como obstáculo ao avanço da colonização, ou como mão-de-obra. Vê-

² MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

se uma carência de estudos sobre as culturas indígenas.

Sobre a trajetória dos povos indígenas do Nordeste, a historiadora Manuela Carneiro da Cunha informa sobre o vazio de legislação provocado pela revogação do Diretório Pombalino entre 1798 e 1845. O Diretório revogado continuou servindo de parâmetro até que em 1845 foi criado o Regulamento das Missões, um documento que “prolonga o sistema de aldeamentos” e “o entende como uma transição para a assimilação completa dos índios”³.

Segundo a autora, mantém-se a disputa secular entre uma administração leiga e uma administração religiosa dos índios. No Regulamento das Missões, o Império opta pelos leigos, embora o missionário continue dando assistência religiosa e educacional. Por falta de diretores probos, é freqüente os missionários acumularem o cargo de diretor. Também havia escassez de missionários. Em 1876, somente 57 capuchinhos italianos estavam no Brasil. Neste momento, nada sobrou da autonomia jesuítica em relação aos projetos governamentais e interesses dos moradores. Por outro lado, a catequese continua sendo considerada o meio mais eficaz no trato com os índios.

A propósito da situação dos índios após a expulsão dos jesuítas e das transformações advindas com o “Diretório dos índios”, Maria Hilda B. Paraiso diz que as decisões governamentais da época visavam extinguir o poder temporal e espiritual dos jesuítas nos aldeamentos, equiparar legalmente os índios aos demais súditos da coroa, entregar a administração da aldeia aos leigos ou aos “principais” dos aldeamentos, que foram elevados à condição de vilas, estimular os casamentos interétnicos como forma de acelerar a integração, obrigar o uso da língua portuguesa, extinguir a propriedade coletiva da terra, entre outras questões. O Diretório dos Índios objetivava garantir a plena liberdade dos índios, a emancipação das vilas em que viviam e o início de um trabalho de educação do modo civilizado de viver. Era um projeto que se chocava com os interesses de colonos, missionários, funcionários civis e militares que mantinham contato com os índios. Entretanto, todos eles

³ CUNHA, Manuela C. da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, M. C. da (org.) *História dos índios no Brasil*. 2 ed. 1ª reimp. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 138-9.

concordavam que os índios eram incapazes de se autogovernarem, por isso, a administração foi entregue a brancos leigos com poderes diretivos e com o dever de promover a educação e civilização dos aldeados. Por diversas razões esta política pombalina não teve sucesso pleno⁴.

A principal razão dos conflitos com os índios no século XIX é a questão de terras. Nas zonas de povoamento mais antigo, busca-se restringir o acesso à propriedade fundiária e transformar em assalariados a população livre (libertos, índios, negros, brancos pobres). A política de terras relaciona-se com a política de trabalho, na qual os índios têm de ser legalmente despossuídos de uma terra que sempre lhes fora reconhecida para, depois, serem obrigados a trabalhar para se sustentar. Contraditoriamente, sempre foi expressa pela documentação oficial a primazia dos índios sobre suas terras. A própria Lei de Terras de 1850 deixa claro que as terras dos índios não podem ser devolutas. Contra esses princípios surgem vários subterfúgios, como dizer que os índios são errantes, que não se apegam ao território, que não tem noção de propriedade. A política oficial buscou estabelecer estranhos junto aos índios, visando “assimilar” os aldeados ao resto da população⁵.

As terras doadas às aldeias começaram a ser expropriadas no século XIX. Em 1832, uma lei permite a transferência de aldeias para novos estabelecimentos e a venda de suas terras. A partir daí surge a corrida para as terras indígenas. Promulgada a Lei de Terras, o governo manda incorporar aos próprios nacionais as terras das aldeias dos índios que vivem “dispersos e confundidos na massa da população”. Durante quase um século o governo favoreceu o estabelecimento de estranhos junto aos índios, depois usou o critério de assimilação para despojar as aldeias de suas terras. Consequentemente, várias aldeias são extintas alegando-se a inexistência de índios. A disputa sobre as terras destas aldeias arrasta-se por mais de três décadas, elas deveriam ser dadas em propriedade aos índios, entretanto, no fim, ocorreu a expropriação total⁶.

⁴ PARAISO, Maria Hilda B. *O tempo de dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. São Paulo: USP, 1998. p.89. Tese (Doutorado em História Social).

⁵ CUNHA, M. C. da. Política indigenista no século XIX... *Op. cit.*, p.143.

⁶ CUNHA, M. C. da. Política indigenista no século XIX. p.145.

O trabalho indígena é outra fonte de conflitos com os indígenas. Os índios recém sujeitados recusavam-se ao trabalho, a deserção das aldeias era constante e alguns continuavam nas aldeias a vida de caçadores. Havia uma redobrada exploração dos índios pagando-se menos a eles. Para induzi-los ao trabalho e ao comércio, diminuíram o seu território e incentivaram hábitos como o consumo de bebidas alcoólicas. O trabalho indígena era disputado por particulares e pelo Estado. O trabalho compulsório foi proibido várias vezes, porém os particulares burlavam essas determinações, enquanto o Estado servia-se compulsoriamente dos índios. O trabalho para particulares, assalariado e sem constrangimento, nunca foi proibido⁷.

Neste processo, o que ocorre com os indígenas no Nordeste é chamado de mistura pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira. Segundo ele, a expressão “índios misturados” permite explicitar valores, estratégias de ação e expectativas dos múltiplos atores presentes nessa situação interétnica. O antropólogo também critica a tendência dos estudos sobre os índios do Nordeste até os anos 90 do século passado, por discutir a “mistura” como uma fabricação ideológica e distorcida⁸.

As populações indígenas que hoje habitam o Nordeste provêm das culturas autóctones que foram envolvidas em dois processos de territorialização com características bem distintas. Um verificado na segunda metade do século XVII e nas primeiras décadas do XVIII, associado às missões religiosas. O outro ocorrido no século XX. No primeiro momento, único que nos interessa, famílias de nativos de diferentes línguas e culturas foram atraídas para os aldeamentos, sendo sedentarizadas e catequizadas. Desse contingente procedem as atuais denominações indígenas do Nordeste, grupos que permaneceram nos aldeamentos sob o controle dos missionários, distantes dos demais colonos e dos principais empreendimentos (lavouras de cana-de-açúcar, fazendas de gado e cidades do litoral)⁹.

⁷ Ibid., p. 149-152.

⁸ OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, vol.4, n.1, Rio de Janeiro, Abr. 1998.

⁹ Ibid., p. 5.

As missões religiosas foram instrumentos da política colonial e empreendimentos de expansão territorial porque incorporavam ao Estado colonial um contingente de “índios mansos”, fruto da primeira “mistura”. O processo de territorialização vivenciado pela população autóctone promoveu a acomodação entre diferentes culturas, homogeneizadas pelo processo de catequese e pelo disciplinamento do trabalho. As missões jesuíticas eram assimilacionistas e preservacionistas. Já o “Diretório de Índios”, de 1757 pendeu para a primeira direção, estimulando os casamentos interétnicos e a fixação de colonos brancos dentro dos aldeamentos, promovendo a segunda “mistura”, cujos efeitos só não foram maiores pelo caráter rarefeito da presença humana nas fazendas de gado¹⁰.

O “assimilacionismo” se acelerou apoiado em mudanças demográficas e econômicas. A Lei de Terras de 1850 iniciou um movimento de regularização das propriedades rurais. As antigas vilas expandiram o seu núcleo urbano e famílias vindas das grandes propriedades do litoral ou das fazendas de gado buscaram estabelecer-se nas cercanias como produtoras agrícolas. Os governos provinciais declararam extintos os antigos aldeamentos e incorporaram os seus terrenos a comarcas e municípios em formação, pequenos agricultores e fazendeiros não-índigenas consolidaram as suas glebas ou, por arrendamento, estabeleceram controle sobre parcelas importantes das terras que ainda subsistiam na posse dos antigos moradores. O processo é chamado de terceira “mistura” e limitou seriamente as posses dos índios. Tanto que, antes do final do século XIX já não se falava mais em povos e culturas indígenas no Nordeste, eram referidos como “remanescentes”, “descendentes”, ou “índios misturados”¹¹.

Poucos estudos esclarecem como se deu localmente este processo. O século XIX, momento de modernização do Estado brasileiro e de expansão das fronteiras agrícolas, assiste às intensas lutas entre os índios, as autoridades e os proprietários de terras. Muitos documentos do período mencionam a inexistência de índios para justificar a usurpação de suas propriedades.

¹⁰ Ibid., p. 7.

¹¹ Ibid., p. 6.

ESTUDOS SOBRE ÍNDIOS SERGIPANOS

O índio em Sergipe não é um tema inexplorado. Mas, os estudos recentes dedicados à questão são poucos. Outro problema é o fato desses estudos serem fruto da investigação de uma única pessoa, portanto necessitam de novos interlocutores. Vejamos algumas sínteses.

Um dos primeiros historiadores a tratar dos povos indígenas, Felisbelo Freire, os menciona quando discute a descoberta e a conquista da Capitania. É uma abordagem marginal, pois seu interesse são os outros aspectos da colonização. Sobre os índios fala pouco, basicamente trata do período de 1570 até 1600, quando ocorreram as guerras colonizadoras de Luiz de Brito e Cristóvão de Barros. O pai da historiografia sergipana fala de eventos como as investidas dos colonos baianos para capturar índios; a evangelização em 1575 dos jesuítas Gaspar Lourenço e João Salônio, da qual resultou a formação de duas aldeias efêmeras; as batalhas de Luiz de Brito e Cristóvão de Barros para expandir o domínio baiano além do rio Real e uma pincelada sobre a presença francesa em Sergipe. O mérito do historiador está na documentação que anexa ao seu livro, tratando dos nativos e da distribuição de sesmarias¹².

A participação indígena na formação do povo sergipano é um assunto tratado por Maria Thétis Nunes. A autora fala sobre o grande número de índios existentes no início da colonização e dá a localização dos domínios de alguns caciques. Aborda as investidas em Sergipe feitas para escravizar os brasílicos, as guerras de Luis de Brito e Cristóvão de Barros e a utilização do índio para guerrear contra os escravos fugitivos. Como é obra de síntese histórica, não discute o fato de que alguns índios eram usados para combater outros grupos que não aceitavam aldear-se. Sobre as aldeias cita as de Poxim, Aracaju, Água Azeda, Japaratus e Cana-Brava (Ribeira do Pombal) todas, segundo ela, sob a responsabilidade dos jesuítas. Assegura que esses religiosos controlaram a maioria das aldeias em Sergipe e que suas ações foram prejudiciais aos índios. Ainda menciona a disputa entre

¹² FREIRE, F. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo de Sergipe, 1977, p. 67-83.

padres e colonos pela administração dos índios e as lutas destes contra os proprietários de terras¹³.

A pesquisa mais consistente sobre os nativos sergipanos pertence a Beatriz Góis Dantas. Embora trate o período inicial da colonização, privilegia as informações do século XIX, em virtude da abundância de registros no período. No artigo História dos grupos indígenas e fontes escritas, mostra o levantamento nos arquivos sergipanos das fontes que retratam os indígenas e verifica que existem registros, em bom número, no século XVII, que estes rareiam no século XVIII e reaparecem no XIX. Já no século XX há um silêncio da documentação. A documentação reunida é oriunda do Arquivo Público do Estado de Sergipe, Arquivo Público da Bahia, Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional. Em geral, informam a quantidade de indivíduos das aldeias, mostram como a Lei de Terras (1850) e a miscigenação contribuíram para o processo chamado de “extinção” dos índios, um discurso das elites latifundiárias que cobiçavam as terras das aldeias¹⁴.

O texto A tupimania na historiografia sergipana critica o equívoco entre os sergipanos de se generalizar o Tupi como se fosse o único grupo indígena que habitou o estado. Outro engano semelhante, a jesuitomania, ou seja, a crença de que a ordem jesuíta foi a única a atuar na catequese dos índios, olvidando-se que aqui atuaram capuchinhos (franceses, italianos), franciscanos e carmelitas. Além dos Tupinambá viviam em Sergipe os Kiriri. Além destes, aparecem quase duas dezenas de denominações de grupos sergipanos. Beatriz Góis Dantas conjectura que essa variedade possa se referir a grupos da mesma família Kiriri e Tupi. Alguns dos dezoito vocábulos que denominam índios são: Acunãs, Aramurus, Boimé, Caacicas, Caetés, Carapotós, Caxagó, Huamay, Kiriris, Natu, Romaris, Tapuia, Tupinambá, Uruma, Xocó. Para invalidar o exclusivismo tupi no Estado a autora atesta a certeza da presença dos Kiriri ao norte e ao sul do Estado¹⁵.

¹³ NUNES, M. T. *Sergipe Colonial I*. Aracaju: UFS; RJ: Tempo Brasileiro, 1989, p. 175-92 e 181.

¹⁴ DANTAS, B. G. História dos grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe. *Revista de Antropologia*. Vol. 30, 31, 32. São Paulo, USP, 1987/88/89.

¹⁵ DANTAS, B. G. A tupimania na historiografia sergipana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 29, 1983-87, p.39-47.

O texto sobre o aldeamento de Geru é um estudo sobre os índios Kiriri do sul de Sergipe, com informações que vão de 1666 até o final do século XIX, quando esses índios evadiram-se para as matas e formaram outra aldeia chamada Chapada e que deu origem ao município de Cristinápolis. É um trabalho bem documentado que analisa diversos acontecimentos envolvendo os índios da Aldeia do Geru nos seus dois séculos de existência. Há relatos dos choques armados e das moléstias que dizimaram a população, da utilização dos índios para combater os quilombos, para a mão-de-obra a serviço dos religiosos e dos colonos e da cobiça destes sobre as terras dos naturais¹⁶.

O exame sobre o aldeamento de São Pedro do Porto da Folha retrata desde sua fundação em meados do século XVII até o XIX. A Missão parece ter sido fundada na margem sergipana do rio São Francisco e depois transferida para uma ilha fluvial. Representa hoje o único grupo indígena reconhecido de Sergipe, habitando a Ilha de São Pedro no município de Porto da Folha, cujo reconhecimento enquanto índios pela FUNAI ocorreu no ano de 1979. O trabalho reuniu copiosa quantidade de documentos que comprovam o direito do grupo Xocó sobre a posse daquelas terras. Além de ser um estudo requintado, resume e transcreve muitas fontes sobre a aldeia¹⁷.

O aldeamento de Água Azeda, situado próximo do rio Vazabarris, também foi estudado. Inicia com notícias da época de sua fundação (1654-1658), mas seu foco é a análise das relações entre índios e brancos, os senhores de engenho, durante o século XIX. Nesse período, observou-se que para sobreviver os índios contavam, majoritariamente, com a agricultura, numa área cercada por engenhos, detalhe que motivou muitos conflitos com os proprietários, incluindo a extinção da povoação. Ressalta a permanência de muitos elementos de sua cultura tradicional e a oscilação do número de índios durante esse século, segundo informavam tendenciosamente

¹⁶ DANTAS, B. G. A missão indígena do Geru. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 28, 1979-1982.

¹⁷ DANTAS, B. G. e DALLARI, Dalmo A. *Terra dos índios Xocó: estudos e documentos*. São Paulo: Editora Parma/Comissão Pró-Índio, 1980.

as autoridades. As últimas notícias do final do século falam do constante recrutamento, para a Marinha, dos homens do aldeamento, das várias tentativas de alienar as terras dos índios e da negação da existência de índios.¹⁸

A pesquisa mais recente, uma dissertação de mestrado em Arqueologia Histórica, não fez a coleta de dados arqueológicos, mas aponta questões que podem interessar aos arqueólogos. A dissertação sintetiza registros históricos e o conhecimento produzido sobre os aldeamentos sergipanos, fundados entre os séculos XVII e XIX. Tomando como parâmetros teorias e metodologias utilizadas pela Arqueologia, formula indagações com o propósito de servirem como subsídio para futuras escavações arqueológicas nos sítios dos antigos aldeamentos. São destacados aspectos como suas funções na sociedade colonial, sua economia, a vida social e religiosa, entre outros. Os aldeamentos estudados são: Geru, Água Azeda, Japarutuba, Pacatuba, São Pedro do Porto da Folha e Jacaré¹⁹.

É perceptível a importância do estudo das sociedades indígenas de Sergipe e o pouco interesse dos pesquisadores pelo tema. Assim, cientes dos conflitos que aconteceram, cabe discutir a sua intensidade e significado em cada aldeamento.

A NOVA HISTÓRIA INDÍGENA

A nova história indígena, superando o desinteresse dos historiadores pela temática, a partir da década de 1970, retrata o novo índio exercendo um papel ativo e criativo diante dos colonizadores, não se falando mais apenas em uma cultura destrocada. Na América espanhola desde 1972, o olhar dos estudiosos passou dos colonizadores para os colonizados, para a experiência das populações nativas sob o domínio espanhol. O uso

¹⁸ DANTAS, B. G. Índios e brancos em conflito pela posse da terra (Aldeia de Água Azeda – século 19). *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1976, vol. II, p.421-452.

¹⁹ SANTANA, P. A. de. *Aldeamentos indígenas em Sergipe colonial: subsídios para a investigação de Arqueologia Histórica*. São Cristóvão: UFS, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia)

Revista do IHGSE, n. 40, 2010

de testemunhos dos nativos, crônicas, testamentos e outros documentos contribuíram para se atribuir uma voz própria aos índios²⁰.

A pouca incursão pela história indígena, de acordo com John Manuel Monteiro, advém da ausência quase total de fontes de autoria dos índios e da negligência dos historiadores que consideram um assunto para antropólogos. Segundo o autor, ainda prevalecem entre os historiadores duas visões: a exclusão dos índios enquanto sujeitos históricos e a noção de que são populações em vias de desaparecimento. Até a década de 1980, prevalecem os estudos que só tratam da extinção, com uma imagem cristalizada dos índios como habitantes de um passado longínquo. Fica patente a necessidade de estudar a temática indígena em Sergipe e evidenciar a ação dos índios enquanto sujeitos históricos²¹.

A nova história indígena traz como inovação o fato de aliar preocupações teóricas com as demandas do movimento indígena, tratar os direitos indígenas como direitos históricos e buscar na documentação provas para as demandas atuais dos índios. Renascem os estudos coloniais, aproveitando fontes dos cartórios e dioceses, reaproveitando outras, alguns esquecidos saltam do silêncio.

Manuela Carneiro da Cunha também salienta que sobre a história indígena pouca coisa se sabe, o suficiente para se evitar incorrer em certas armadilhas. Foi superada a ilusão do primitivismo, isto é, a crença de que as sociedades indígenas estavam paradas no tempo como fósseis vivos. As sociedades indígenas de hoje não são a imagem do que foi o Brasil pré-cabralino. Superou-se também a idéia de que os índios não tinham história²².

Imperou a noção de que os índios foram vítimas do sistema mundial e de práticas que lhes eram externas e que os destruíram, resultando na sua eliminação física, étnica e como sujeitos históricos. Mas, os índios foram atores políticos importantes de sua própria história. Entre os séculos XVI e XIX, foram usados pelas potências européias contra out-

²⁰ MONTEIRO, J. M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Campinas, SP: UNICAMP, 2001, p. 1-11. (Tese de livre docência).

²¹ *Ibid.*, p. 7.

²² CUNHA, M. C. da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, M. C. da (org.) *História dos índios no Brasil*. 2 ed. 1ª reimp. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 9-24.

ros indígenas seus inimigos. Não se sabe a quem coube essa iniciativa, mas em alguns casos ela partiu dos índios. O sucesso da reação dos índios contra os recém chegados aos seus territórios foi excepcional, mas aconteceu. Houve a política indígena, interna, fruto da decisão dos próprios índios. São importantes os estudos de casos, da história local para o conhecimento destas questões.

As novas pesquisas devem enxergar os índios como agentes de sua história. Os índios se vêem como sujeitos e não apenas como vítimas da história. Na constatação de Manuela Carneiro da Cunha, “as sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pesavam e em que suas escolhas tinham conseqüências”. Por isso, “uma história propriamente indígena ainda está por ser feita”, na qual falta “adotarmos esse ponto de vista outro sobre uma trajetória de que fazemos parte”²³.

ABORDAGENS RECENTES SOBRE OS ÍNDIOS NO NORDESTE

Para esclarecer a resistência dos índios sergipanos, recorreremos ao exame de registros manuscritos, impressos e às obras de caráter histórico e antropológico. Em relação às novas fontes, é um olhar primário porque a documentação judicial e paroquial foi pouco explorada.

Os recentes estudos brasileiros enfocando os índios: artigos, dissertações e teses, permitem-nos avaliar quais são as temáticas privilegiadas. Em geral tratam de catequese e educação, religião e religiosidade, território e identidade, Lei de Terras e resistência, legislação, mão-de-obra, transformações da cultura material, imprensa e índios e silêncio sobre os mesmos.

André de Almeida Rego estuda a revolta de 1834 dos índios da Aldeia de Pedra Branca, situada na Bahia, inserindo o evento na série de conflitos ocorrida no período regencial, de 1831 a 1840. Demonstra a importância dos índios em todo o período colonial enquanto agentes

²³ CUNHA, M. C. da. Introdução a uma história indígena..., p. 19-20.

históricos, relacionando-os com questões diversas como a Lei de Terras de 1850 e a escravidão. Seu interesse é mostrar o peso dos indígenas na História do Brasil. Sobre os conflitos entre índios e colonos durante o avanço da conquista e colonização, são relatados diversos casos em muitos séculos. Em relação ao conflito de Pedra Branca, coloca como as motivações para a sua emergência as disputas pela posse e usufruto de terras, e as facções existentes numa aldeia em acelerado processo de mestiçagem²⁴.

Um trabalho sobre Pernambuco, tratando da Aldeia de Escada no século XIX, diz que naquele século assistiu-se ao assalto das terras indígenas e que estes foram mostrados através de várias imagens: símbolo da nacionalidade; integrado ou confundido com a massa da população; bárbaro; força de trabalho; em decadência e condenado ao desaparecimento. Imagens que legitimaram as invasões e esbulhos das suas terras. A Aldeia da Escada era considerada a mais rica da Província, localizada na Região da Mata Sul, onde o solo fértil para a lavoura da cana motivou a concentração de engenhos de açúcar. Entre 1860-1880, com o crescimento dos conflitos provocados pelas invasões das terras da aldeia, a solução oficial foi a remoção dos índios para o lugar Riacho do Mato. Os ex-aldeados em Escada, diante das invasões também da área destinada para o novo aldeamento, através de diversas estratégias de resistência e sobrevivência, da reelaboração da identidade, buscaram a garantia de permanecerem no lugar²⁵.

Um estudo cearense analisa o impacto da Lei de Terras sobre as comunidades indígenas. João Leite Neto investiga o período entre 1850 e 1880, destacando o “desaparecimento” dos povos indígenas a partir de processos de territorialização, de relações interétnicas e do silenciamento oficial na época da vigência da Lei de Terras. Visa desconstruir os argumentos dos dominantes sobre o desaparecimento dos indígenas, investigando lacunas e silêncios, ditos e não-ditos do discurso oficial. Compara a atuação do Legislativo local com a do Judiciário Provincial, frisando o processo de demarcação das terras com base em documentos:

²⁴ REGO, André de Almeida. *Cabilda de facinorosos moradores* (uma reflexão sobre a revolta dos índios da Pedra Branca de 1834). Salvador: UFBA, 2009. (Mestrado em História)

²⁵ SILVA, Edson Hely da. *O lugar do índio. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: O caso de Escada-PE (1860-1880)*. Recife: UFPE, 1995.

ofícios expedidos pelo Presidente da Província às câmaras municipais, aos promotores, chefes de polícia e delegados. Para o autor, as imagens elaboradas para legitimar a condição dos índios como marginalizados ante a sociedade nacional, relacionam-se à questão da terra. Foi um subterfúgio para a expropriação agrária e utilização de índios como mão-de-obra assalariada a serviço dos fazendeiros²⁶.

Há o estudo de Francieli Aparecida Marinato, que fala da colonização na porção espírito-santense do rio Doce a partir de 1800 e das políticas direcionadas aos Botocudos. O estudo se inicia em 1824, época da instalação da Diretoria de Índios do Rio Doce para reunir os Botocudos em aldeamentos, até 1845, quando nova legislação modificou a política indígena no Brasil. Destaca o papel dos militares e dos quartéis para a conquista territorial, e a resistência dos Botocudos. Menciona a guerra entre índios, colonos e militares, as negociações de interesses e a elaboração de meios de sobrevivência e adaptação à situação colonial pelas populações indígenas. Analisa o discurso de pacificação no Primeiro Reinado; as dificuldades financeiras para a implantação do projeto de colonização e integração indígena; as formas de contato e atração dos Botocudos, suas reações e a relação com a Diretoria; os meios de adaptação e convivência dos índios aldeados e recrutados para o trabalho compulsório em sua condição subalterna na escassa sociedade formada no Rio Doce²⁷.

A produção acadêmica sobre os índios nas universidades federais brasileiras tem crescido ultimamente, como podemos ver nos assuntos das últimas dissertações de mestrado da Universidade Federal da Bahia: “o serviço de proteção aos índios”, “a exploração da mão-de-obra indígena”, “a dominação e a resistência dos povos indígenas”, “trabalho e resistência indígena”, entre outros²⁸.

²⁶ LEITE NETO, João. *Índios e terras – Ceará: 1850-1880*. Recife: UFPE, 2006.

²⁷ MARINATO, F. A. *Índios imperiais: os botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)*. Vitória, ES: UFES, 2008.

²⁸ Ver dissertações de mestrado em História: SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. *Aldeando os sentidos: os Xukuru Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano*. Salvador: UFBA, 2007; SOUZA, Telma Mirian Moreira de. *Entre a cruz e o trabalho: a exploração da mão-de-obra indígena no Sul da Bahia (1845-1875)*. Salvador: UFBA, 2007; SIERING, Friedrich Câmara. *Conquista e dominação dos povos indígenas: resistência no Sertão dos Maracás (1650-1701)*. Salvador: UFBA, 2008; SANTOS, Lara Melo dos. *Resistência indígena e escrava em Camamu no século XVII. 2004*. Salvador: UFBA, 2008.

Vários estudos surgiram recentemente no bojo da nova história indígena, mas nenhum retrata Sergipe. Portanto, é importante fazer o retorno às fontes históricas com novas interpretações, como já vem acontecendo em outros Estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, algumas observações a respeito das fontes sobre os indígenas. Muitas já foram vasculhadas, entretanto, registros paroquiais e judiciais ainda foram pouco utilizados e justificam a realização de novos estudos abordando a resistência dos índios.

Após três séculos de colonização, catequese e escravidão, no século XIX ainda existiam várias aldeias e povos indígenas em Sergipe. Documentos da época comprovam isso, como uma lista de 1825 com nomes dos índios que podiam ser aproveitados em atividades economicamente rentáveis para o Império. Na época, os índios foram encaminhados para a Marinha com o intuito de aproveitá-los para as lides marítimas²⁹. Acreditava-se que tinham aptidão para a navegação, por isso, eram recrutados para a Marinha. Os que foram alistados foram usados em várias expedições bélicas: para dizimar outros índios “selvagens”, contra os quilombos, nas batalhas da Independência, para roubar gado no Paraguai, dar apoio a instalações militares nas novas rotas comerciais entre províncias, e como povoadores em áreas remotas³⁰.

A relevância do documento de 1825, que só enumera a população masculina, consiste em discriminar os índios por aldeia, estado civil, idade e profissão. Mas, para se avaliar o real número de índios em Sergipe é necessário levarmos em conta a mestiçagem, as remoções de um sítio para outro, os dados inventados, o conceito do que era índio e momentos sazonais para as contagens que afastavam moradores da aldeia. A faixa etária dos índios arrolados é de 218 indivíduos entre um e quinze anos e 366 vivendo entre os dezesseis e sessenta anos³¹.

²⁹ MOTT, L. R. B. *Sergipe del Rey*, p. 89-91.

³⁰ CUNHA, M. C. Política indigenista no século XIX, p. 133-153.

³¹ MOTT, L. R. B. *Op. cit.*, p. 91-93.

Muitas notícias sobre os indígenas se acham na coleção de fontes do Arquivo Público do Estado de Sergipe, a qual possui o resumo de 353 peças documentais que foram microfilmadas no ano de 1993. O índice temático traz documentos sobre ocupações e meio de vida (aforamento, agricultura, arrendamento, artesanato, caça e pesca, comércio, escravidão, fazendeiros, renda das aldeias, trabalho); outros tratam de costumes ou cultura (costumes indígenas, cemitério); religião e religiosos católicos (batizados, capuchinhos, carmelitas, catequese, cura, padres); administração (diretor dos índios). Outros registros dão pistas da vida dos índios no século XIX, ao falar da relação entre estes e a justiça, os juizes e as leis, das queixas dos índios e contra os índios, dos conflitos³².

Há também as fontes digitalizadas do Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal), disponíveis em CDs com documentos relativos ao Brasil. O catálogo dos manuscritos sobre Sergipe relativos ao período compreendido entre os anos de 1619 e 1822, traz os seguintes assuntos que necessitam de uma investigação mais acurada: aldeia, Missão de Pacatuba, Companhia de Jesus, índios e Missão de Geru³³.

REFERÊNCIAS

BRUNET, Luciano Campos. *De aldeados a súditos: viver, trabalhar e resistir em Nova Abruantes do Espírito Santo - Bahia (1758-1760)*. Salvador: UFBA, 2008. (Mestrado em História)

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *História dos índios no Brasil*. 2 ed. 1ª reimp. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

DANTAS, Beatriz Góis. *História dos grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe*. Revista de Antropologia. Vol. 30, 31, 32. São Paulo, USP, 1987/88/89.

³² PORTO ALEGRE, M. S. (org.). *Documentos para a história indígena no Nordeste*. São Paulo: FAPESP, 1994, p.191-269.

³³ SANTOS, L. S. *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da capitania de Sergipe (1619-1822)*. São Cristóvão: UFS, 1999.

DANTAS, B. G. *A tupimania na Historiografia sergipana*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 29, 1983-87, p.39-47.

DANTAS, B. G. *A missão indígena do Geru*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 28, 1979-1982.

DANTAS, B. G. e DALLARI, Dalmo A. *Terra dos índios Xocó: estudos e documentos*. São Paulo: Editora Parma/Comissão Pró-Índio, 1980.

DANTAS, B. G. *Índios e brancos em conflito pela posse da terra (Aldeia de Água Azeda – século 19)*. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1976, vol. II. p.421-52.

FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo de Sergipe, 1977.

LEITE NETO, João. *Índios e terras – Ceará: 1850-1880*. Recife: UFPE, 2006. Tese (Doutorado em História).

MONTEIRO, J. *Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: CHOR MAIO, M e SANTOS, R. V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996. p. 15-22.

_____. *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros: acervos das capitais*. S. Paulo: NHII/FAPESP, 1994.

MARINATO, Francieli Aparecida. *Índios imperiais: os botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)*. Vitória, ES: UFES, 2008. Dissertação (Mestrado em História)

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Terras Indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850*. Revista brasileira de História. vol. 22, nº. 43, São Paulo, 2002.

MOTT, Luis R. B. *Sergipe del Rey: economia, população e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986.

NUNES, M. Thétis. *Sergipe Colonial I*. Aracaju: UFS; RJ: Tempo Brasileiro, 1989.

PARAISO, Maria Hilda B. *O tempo de dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. São Paulo: USP, 1998. Tese (Doutorado em História).

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia (org.). *Documentos para a história indígena no Nordeste*. São Paulo: FAPESP, 1994.

REGO, André de A. *Cabilda de facinorosos moradores (uma reflexão sobre a revolta dos índios da Pedra Branca de 1834)*. Salvador: UFBA, 2009. (Mestrado em História)

SANTANA, Pedro Abelardo de. *Aldeamentos indígenas em Sergipe colonial: subsídios para a investigação de Arqueologia Histórica*. São Cristóvão: UFS, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia)

SANTOS, Lara Melo dos. *Resistência indígena e Escrava em Camamu no século XVII*. Salvador: UFBA, 2008. Dissertação (Mestrado em História)

SIERING, Friedrich C. *Conquista e dominação dos povos indígenas: resistência no Sertão dos Maracás (1650-1701)*. Salvador: UFBA, 2008. Dissertação (Mestrado em História)

SILVA, Edson H. *O lugar do índio. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: O caso de Escada-PE (1860-1880)*. Recife: UFPE, 1995. Dissertação (Mestrado em História).

SILVA JÚNIOR, Aldemir B. *Aldeando os sentidos: os Xukuru Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano*. Salvador: UFBA, 2007. Dissertação (Mestrado em História)

SOUZA, Telma Mírian Moreira de. *Entre a cruz e o trabalho: a exploração da mão-de-obra indígena no Sul da Bahia (1845-1875)*. Salvador: UFBA, 2007. Dissertação (Mestrado em História).

Artigo recebido em junho de 2010. Aprovado em julho de 2010.

Revista do IHGSE, n. 40, 2010

UM OLHAR SOBRE HOMENS
E MULHERES AFRICANOS:
indícios da vivência africana nas
terras sergipanas (1790-1850)

A LOOK AT AFRICAN MEN AND
WOMEN: evidence of the african
experience in land Sergipe (1790-1850)

Joceneide Cunha dos Santos*

RESUMO

Nos últimos anos têm surgido novos trabalhos que abordam a vivência de africanos e africanas no Brasil. Pesquisas sobre os africanos remontam ao final do século XIX, mas ressalto que esse tema têm sido revisitado com novos olhares. A diáspora africana e as re(construções) de identidades é um dos temas que têm atraído os historiadores da escravidão ou da cultura afro-brasileira. Este artigo objetiva apontar algumas idéias das pesquisas que abordam essa temática, enfatizando as que tratam da (re)construção de identidades dos africanos e africanas, e dialogando sobre as possibilidades de uma pesquisa sobre a temática em Sergipe. Saliento que a pesquisa ainda esta se iniciando. Todavia, no texto aponto alguns indícios já encontrados sobre a vivência dos mesmos.

Palavras-chave: homens e mulheres africanos; Sergipe; diáspora africana.

ABSTRACT

In recent years new works have emerged that address the experience of Africans in Brazil. Research on the Africans back to the late nineteenth century, but I stress that this issue has been revisited with new eyes. The African Diaspora and the re (construction) of identities is a theme that has attracted historians of slavery or of african-Brazilian culture. This article aims to highlight some of the research ideas that address this theme, emphasizing that deal with the (re) construction of identities of Africans, and talking about the possibilities of research on the subject in Sergipe. I stress that the research is still just beginning. However, the text I discuss some evidence on the experience already found them.

Keywords: african man and woman; Sergipe; african diaspora.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia - UFBA; professora da Universidade Tiradentes e da Rede Pública Estadual de Sergipe. E-mail: jocunha@infonet.com.br

(...)
Mãe de Deus do Rosário nos quêra ajuda
Catirina de Congo de Congoriá
A rainha de Congo de Congoriá
A rainha de Congo mandou me chama
Catirina de Congo mandou me busca...¹
(grifos meus)

Esse é um trecho de uma das músicas das taieiras, e na citada música há referências a um dos reinos mais importantes da África Centro-Ocidental: o Congo². Segundo Beatriz Dantas, as taieiras nos oitocentos tinham a função de acompanhar a realeza do Congo, que no momento da pesquisa dela, na década de 1970, já eram denominados de reis do Rosário. A citada dança resiste e é apresentada no dia seis de janeiro, momento que se comemora São Benedito, em Sergipe. Ou seja, na atualidade persiste uma dança que rememora um reino na África e que construiu ritos lembrando uma linhagem real daquela região. Algumas perguntas podem ser feitas a partir dessa breve narrativa: quem eram as primeiras taieiras? Seriam africanas? Vieram africanos da região citada para Sergipe? Como viviam? Quais foram as identidades possíveis de serem construídas na experiência do cativo?

Na atualidade persistem alguns elementos que indiciam uma presença efetiva dos africanos em Sergipe no período colonial e imperial, como por exemplo, o nome de alguns logradouros. Em Estância há um porto chamado de “Porto da N´Angola”; e no agreste-sergipano existe uma comunidade rural negra denominada de Caenda E há outras músicas que fazem referências aos africanos como as cantadas pelos lambe-sujo em Laranjeiras que se referem aos congos e angolas.

Ainda sobre os africanos em Sergipe, no dia nove de fevereiro

¹ DANTAS, Beatriz Góis A taieira de Sergipe: pesquisa exaustiva sobre uma dança tradicional do Nordeste do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 109-110.

² O termo taieiras é polissêmico. Um dos significados é o de uma dança que ocorre desde o século XIX e ainda persiste em algumas cidades sergipanas, dentre elas Lagarto e Laranjeiras. Cf.: DANTAS, Beatriz Góis. Op. cit.

de 1817, em Santo Amaro-Sergipe, Belchior, Fernando e Miguel, africanos jejes, foram para a Igreja do Rosário, com o intuito de serem batizados. Todos eram escravos de Manoel Francisco Cardoso e Vasco José batizou os três³. Primeira pergunta que se pode fazer é por que Vasco José foi escolhido para ser o padrinho? Quem seria esse Vasco José? Quais estratégias foram utilizadas na construção dessa aliança? E, ainda, através dessa narrativa, percebe-se a existência de outra nação africana nas terras sergipanas, a jeje. No entanto, qual nação seria a majoritária? Como seria a relação entre africanos de nações distintas? Assim, faz-se necessário pesquisar os homens e mulheres africanos, identificando suas nações, analisando suas alianças e conflitos dentre outros aspectos relevantes.

André Rebouças – o engenheiro abolicionista, filho de Antônio Rebouças – relatou nas suas cartas que quando vivia na África tinha se tornado meio brasileiro e meio africano. Ou seja, ele reconstruiu sua identidade dentro das possibilidades que vivenciou na África⁴. O mesmo possivelmente ocorreu na situação inversa, em períodos anteriores, ou seja, quando os africanos foram traficados para o Brasil, eles também reconstruíram suas identidades dentro dos limites de uma sociedade escravista.

Os africanos constituem-se num tema que já foi trabalhado por alguns intelectuais nacionais⁵ com diversas perspectivas. No entanto, a história está sempre sendo reescrita, pois os historiadores olham para o passado a partir dos problemas do presente. Com isso surgem novas interpretações e problemas. Assim, alguns temas são revisitados e fontes históricas criadas. E com a temática dos africanos isso não ocorreu de forma distinta.

Os trabalhos atuais mostram a heterogeneidade no interior da comunidade escrava: africanos e crioulos, mulheres e homens, entre

³ Livro de Batismo de Santo Amaro nº 2, pág.16.

⁴ MATTOS, H. Marcas da escravidão: biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil (Tese defendida como requisito parcial de concurso público para Professor Titular de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense), 2004, pp. 134-170.

⁵ RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. 8. ed. Brasília: Editora da UnB, 2004; RAMOS, Arthur. O negro brasileiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

os africanos os ladinos e os boçais como também africanos de nações distintas, ou de religiões distintas. Essas múltiplas identidades muitas vezes atribuídas servem para visualizarmos de forma mais intensa o interior de uma comunidade escrava. Há alguns trabalhos sobre os africanos no Rio de Janeiro⁶ e na Bahia⁷. Todavia, em Sergipe ainda há uma grande carência sobre essa temática. Principalmente os que abarcam a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Por esses motivos faz-se necessário pesquisar os africanos nas terras sergipanas.

Para termos um melhor panorama da vivência dos africanos na capitania de Sergipe Del Rey, e posteriormente na Província, faz-se necessário pesquisar algumas vilas e por isso escolhi quatro vilas: São Cristóvão, Santo Amaro, Estância e Lagarto. Essa escolha se ampara no trabalho de Marcos Souza que cita as duas primeiras com grandes populações de negros e Santo Amaro como a vila mais rica da capitania. Já Estância era o local que mais recebia escravos africanos⁸ e São Cristóvão foi a primeira capital da Província. Por fim, Lagarto era uma vila cuja economia era caracterizada por criação de animais e produção de artigos voltados para o mercado interno⁹.

As três primeiras vilas localizam-se na zona da Mata; já a terceira, Lagarto, na região do agreste-sertão. Os dados das quatro vilas permitirão ter um quadro mais complexo sobre os africanos nas terras sergipanas, já que as características econômicas eram diferentes e possivelmente esse elemento refletiria no número de escravos por pessoa, na relação senhor e escravo e, por fim, no número de africanos. Assim, poderei analisar as vivências de africanos em diversas situa-

⁶ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005; SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁷ REIS, João José. "Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão". *Tempo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, v.2, n.3, jun., 1997.

⁸ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. 2. ed. São Cristóvão: EDUFS, 2006, p. 227.

⁹ MACIEL, Carlos Roberto Santos; SANTOS, Carlos José Andrade e SANTOS, Ronaldo Pinheiro dos. *Arraia-Miúda: uma análise sobre a propriedade escrava e da população cativa em Lagarto-SE (1880-1850)*. Estância: UNIT, 2007. (Monografia).

ções em grandes, médias e pequenas posses; no eito e nas cidades¹⁰.

Segundo Slenes, as possibilidades de construções de identidade variaram, pois nas fazendas, por conta das distâncias entre as propriedades e da pouca mobilidade espacial dos africanos, dificultava-se a permanência de identidades oriundas da África. Por isso, as fronteiras étnicas tinham que ser (re)elaboradas. Nas cidades era mais fácil de encontrar pessoas do mesmo grupo étnico e com isso manter as antigas identidades. No mundo rural, elas foram reconstruídas no cotidiano, na luta com o senhor e na busca de pessoas para se relacionar¹¹. O último motivo é que essas quatro vilas possuem uma documentação diversificada. Vários são os documentos que se encontram no Arquivo Judiciário e Público do Estado de Sergipe e da Bahia que foram produzidos nessas vilas.

O marco temporal da minha pesquisa é de 1790 a 1850. Para demarcar esse período utilizei como referência a documentação, sobretudo as datas dos registros paroquiais e alguns dados fornecidos pela literatura. O primeiro registro paroquial encontrado, até o momento, foi na Vila de Lagarto de 1790. Para esse período também há documentos judiciais, pois um dos procedimentos metodológicos adotado será o cruzamento de fontes. Retirarei os dados de diferentes documentos e compararei e complementarei as informações dos mesmos.

No período citado houve um crescimento no número de engenhos nas terras sergipanas. Em 1756, havia 46 engenhos; no ano de 1798, 140 unidades; e em 1852, havia 680¹². Lembrando que nesse período ocorreu um aumento da produção açucareira, sobretudo baiana, até aproximadamente 1822¹³ e que Sergipe pertenceu a Bahia até o mesmo ano, provavelmente, o aumento da produção açucareira baiana

¹⁰ Nicolau Parés analisando Santo Amaro, Salvador e Cachoeira percebeu que as redes de tráfico eram diferenciadas, que havia regionalidades na classificação étnico-racial e que as proporções de africanos variavam de acordo com o período e a região. Ver: PARÉS, Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. São Paulo: UNICAMP, 2006.

¹¹ SLENES, Robert. "Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil". *Revista USP*, 12, pp.48-67, 1991/1992.

¹² MOTT, Luis. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986, pp.145-146.

¹³ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtez. Quem eram os "negros da Guiné"? A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, 19/20, p.57, 1997.

tinha a participação do açúcar produzido nas terras sergipanas. Possivelmente, por conta desse crescimento houve uma maior importação de escravos africanos. O ano de 1780 é marcado por uma recuperação no tráfico, principalmente entre o Brasil, mais especificamente Salvador e Recife, e a Costa da Mina. Sem a concorrência das Antilhas, o preço do escravo caiu e possibilitou que os senhores de engenho baianos, e possivelmente os sergipanos, comprassem um número maior de escravos. A produção de açúcar aumentou, bem como a quantidade de viagens anuais para a África em busca de escravos.

Para Sergipe, há alguns indícios desse aumento no número de africanos, pois passaram a existir revoltas de escravos africanos. O início do século XIX pode ter sido um momento de (re)organização das comunidades escravas, como também de redefinição da relação senhor e escravo. Talvez por esses motivos tenham ocorrido inúmeras revoltas no período. Uma delas foi com escravos jejes em São Cristóvão em 1808. Ressalto que Estância, Santo Amaro e São Cristóvão foram palcos de diversas revoltas de escravos que continham apenas africanos, ou africanos com aliados: índios e crioulos. Outro aspecto é o surgimento de algumas irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em Santo Amaro (1813), Divina Pastora e Socorro (1817), Rosário do Catete (1818) e em Brejo Grande (1849)¹⁴. A existência de revoltas de grupos específicos e de irmandades mostra que nesse período havia um grande número de escravos, muitos deles africanos e que se identificavam como nações.

Saliento que no período contemplado na pesquisa, Antônio Pereira Rebouças foi secretário da recém-criada Província de Sergipe Del Rey. Assumiu o cargo em 1824, nomeado por Dom Pedro I, acompanhando Manoel Fernandes da Silveira, o presidente da Província. Em Sergipe, foi chamado de “miserável neto da Rainha Ginga” e foi acusado de ter contribuído ou organizado uma revolta de escravos em Laranjeiras que ocorreria em 25 de junho. Também o incriminaram por ter enaltecido a Revolução no Haiti nas terras

¹⁴ MOTT, Luis. Op. cit., p. 57.

sergipanas¹⁵. Os acontecimentos que cercam esse momento da vida de Rebouças mostram que Sergipe vivia uma grande movimentação política: entre corcundas e liberais; como também entre escravos: africanos e crioulos; e entre libertos: mulatos, africanos e crioulos.

Por fim, em 1850 ocorreu a extinção definitiva do tráfico, fato que fez com que o número de africanos diminuísse. Em 1872, havia 1.395 escravos africanos, o que correspondia cerca de 1% dos escravos¹⁶. Ressalte-se que o fato de nesse período ainda entrarem escravos africanos nas terras sergipanas, significa que as identidades estavam sempre sendo reinventadas, reelaboradas. Saliento que para compreendermos as identidades africanas não utilizarei como referência somente as irmandades e a sua documentação, pois desejo analisar a (re)construção dessas identidades na família, nos momentos de resistência, no batismo, ou seja, na vivência cotidiana.

Acredito que as identidades africanas oriundas da África Central se sobrepujam numericamente em Sergipe no período mencionado e que havia distinções entre as regiões sergipanas, já que tenho encontrado um grande número de jejes em Santo Amaro e em Lagarto, os angola estão sendo majoritários¹⁷. As possibilidades de construção dessas identidades africanas poderiam variar de vila para vila e dependiam da quantidade de africanos, como também do número de escravos das posses dos senhores. Por fim, as relações entre africanos de nações distintas, bem como aquelas estabelecidas com crioulos e índios tiveram momentos de cooperação e de conflitos, todavia penso que as cooperações foram majoritárias.

Há diversos autores que abordam a cultura dos africanos e o seu legado no Brasil, e essa preocupação remete ao final do século

¹⁵ Sobre o envolvimento de Antonio Pereira Rebouças nas revoltas dos escravos há divergências entre Keila Grinberg e Luis Mott: a primeira autora menciona que as acusações ocorreram porque os senhores de engenho não admitiam terem como secretário da Província um mulato; já Mott acredita que Rebouças estaria envolvido nas revoltas dos escravos. Ver: GRINBERG, Keila. O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; MOTT, Luis. Op. cit.

¹⁶ MOTT, Luis. Op. cit., p.144.

¹⁷ Ver Livros de batismo nº2 de Santo Amaro e Inventários post-mortem de Lagarto, caixas 1-15.

XIX e início do XX. Dentre os autores principais que escreveram sobre a temática temos Nina Rodrigues, Silvio Romero, João Ribeiro e Arthur Ramos.

O sergipano Silvio Romero já chamava atenção, em 1888, para a necessidade e a urgência de se estudar os africanos no Brasil, já que eles estavam morrendo e também por serem um importante objeto das ciências humanas em potencial¹⁸. Nina Rodrigues pouco depois escreveu “Os africanos no Brasil” no início do século XX¹⁹, com o intuito de entender algumas virtudes e os diversos “vícios” que os brasileiros possuíam provenientes dos africanos e atendendo ao apelo citado de Silvio Romero.

Segundo Nina Rodrigues, os africanos contribuíram para a construção da nacionalidade brasileira, com a sua língua e também com sua religiosidade, elemento que tanto intrigou e fascinou o médico maranhense. Ele aponta que os africanos eram distintos e possuíam capacidades diferenciadas e por isso era necessário conhecê-los em separado. Nina Rodrigues via a Bahia como um lócus privilegiado para estudar os africanos, pois ainda existiam africanos vivos na Bahia no início do século XX, ou seja, contemporâneos a esse autor. Segundo ele os “sudaneses” (africanos ocidentais) foram majoritários dentre os africanos traficados ao país e por isso criticou Silvio Romero e João Ribeiro por defenderem que os “bantus” eram maioria entre os africanos no Brasil, pois ambos chegaram a essas conclusões devido a observações feitas apenas em Pernambuco e no Rio de Janeiro.

João Ribeiro, por sua vez, teria reproduzido as idéias de Spix e Martius no tocante à defesa da supremacia numérica dos chamados bantus. Nina Rodrigues acreditava que havia uma hegemonia dos bantus apenas em Pernambuco e no Rio de Janeiro e um indicativo disso eram as coroações do reino do Congo, mas essa informação

¹⁸ ROMERO, Silvio. História da literatura brasileira. Tomo primeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

¹⁹ RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil... Op. cit. A obra começou a ser impressa em 1906, no entanto, foi interrompida por conta do falecimento do autor, só foi publicada em 1936, através dos seus discípulos.

não refletiria a totalidade da realidade brasileira. Para ele, havia uma superioridade intelectual e social dos “sudaneses” em relação aos demais africanos²⁰.

Um aspecto de grande relevância para a discussão é a discordância entre Silvio Romero, João Ribeiro e Nina Rodrigues. Podemos questionar se Silvio Romero e João Ribeiro analisaram somente Pernambuco e Rio de Janeiro. Silvio Romero nasceu em 1851 em Lagarto-SE onde viveu até os 14 anos, pois em seguida foi continuar seus estudos. No entanto, após estar formado, trabalhou em Estância-SE como promotor, entre janeiro de 1873 e fevereiro de 1874²¹, visitou várias cidades do interior sergipano e mencionou a grande influência que recebeu dos escravos na sua infância²². Conviveu possivelmente com africanos da nação angola, já que a senzala do seu pai era chamada de Angola do Velho André, conforme já foi mencionado. João Ribeiro nasceu em Laranjeiras-SE, vivendo em Sergipe até os vinte anos, de 1860 a 1880, momento em que migrou para o Rio de Janeiro²³.

²⁰ Ressalto que Lucilene Reginaldo aponta os motivos que fez com que Nina Rodrigues visualizasse os iorubas na Bahia. Primeiramente por conta de uma atenção dada aos terreiros de candomblé desse grupo; segundo, por acreditar na superioridade desses africanos; terceiro motivo é o fato do tráfico de escravos no final do XVIII e século XIX ter importado um grande número de escravos da região do Golfo do Benim e esses eram os africanos que Rodrigues conheceu e por fim por ter concentrado sua pesquisa em Salvador. Ver: REGINALDO, Lucilene. Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Campinas: UNICAMP, 2005. (Tese de doutorado)

²¹ GUARANÁ, Armindo. Dicionário bio-bibliográfico sergipano. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925, pp. 492-493.

²² Silvio Romero coletou vários contos em Sergipe e esses são provenientes de Lagarto e Estância. Nas memórias do livro do seu sobrinho, Abelardo Romero, ele menciona que o seu tio gostava de ouvir as histórias de Zefa Nó. Esta era uma mulher livre, negra e moradora de Lagarto. ROMERO, Abelardo. Op.cit, pp. 27-28. Um ponto interessante de um dos contos é que o negro é enganado por um macaco que acumulava trapaças para conseguir dinheiro e queria ir para Angola. Uma menção direta a uma das nações criadas no tráfico e que pelos indícios encontrados até o momento constituía boa parte dos africanos que viveram em Lagarto. ROMERO, Silvio. “O macaco e o rabo”. In: Folclore Brasileiro 2: Contos Populares do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. pp.389-390. E na entrevista concedida a João do Rio, menciona a vivência que teve com os escravos em Lagarto. Ver em: ROMERO, Silvio. Resposta ao inquérito de João do Rio, realizado entre intelectuais do Rio. O momento literário, Rio de Janeiro, 1906.

²³ GUARANÁ, Armindo. *Op. cit.*, p. 271-272.

João Ribeiro, no livro *O elemento negro*²⁴, apontou as distintas localidades de origem dos africanos: ilhas do mar de Guiné, Fernando Pó, Ano Bom, São Tomé, Ilha do príncipe, Angola, Benguela, Moçambique. Esse tráfico trouxe para o Brasil cacimbas, jejes, gingas, dentre outras “tribos”. De acordo com ele, o Porto de Luanda fornecia escravos ausass, (sic) bembas, gingas e tembas, e os quatro últimos falavam o português, eram “dóceis e de boa índole”. Os provenientes do Golfo de Cabinda eram conhecidos como congos e cabindas, eram de “estatura inferior e menos robustos” que os já citados e por isso eram preferidos para o serviço doméstico. Outros grupos foram exportados por Moçambique, os da nação macuas e angicos, que não se “adaptavam” e por isso morriam vários desses africanos. Ribeiro cita que os primeiros que vieram para o Brasil foram da Guiné, ainda no tempo de Anchieta, em seguida de Angola e depois das costas de Moçambique. Os africanos provenientes da Costa da Mina eram majoritários na Bahia, por ser uma região de fácil acesso, e não aprendiam com facilidade o português e por isso se comunicavam em nagô, o ioruba, na Bahia²⁵. Ou seja, ele também percebeu a língua como elemento identitário entre os nagôs. Além disso, antecipa o modelo de ciclos do tráfico, popularizado por Vianna Filho nos anos 30.

Ao tratar da vivência dos escravos²⁶, João Ribeiro chama a atenção que os negros tinham sociedades, e nessas eram vivenciados os costumes africanos dentro dos limites de uma sociedade branca escravocrata. Nessas sociedades havia hierarquizações, como reis e súditos. Faziam

²⁴ Em meados do século XX, Joaquim Ribeiro, filho de João Ribeiro, resolveu reunir todos os textos do seu pai falecido que faziam referências sobre os africanos e os negros e publicou uma obra póstuma: *O elemento negro*. A obra é uma coletânea dividida por temas, sem ordem cronológica: influência do elemento negro na história, a influência negra no folclore e por fim a influência do elemento negro na língua. Joaquim Ribeiro menciona no prefácio que os estudos sobre africanos estavam crescendo e por isso ele resolveu reunir os apontamentos do seu pai sobre os mesmos que se encontravam dispersos em vários escritos. Segundo ele, João Ribeiro buscou a influência negra na linguagem popular brasileira e o seu pai foi pioneiro neste tipo de estudo. Segundo Joaquim Ribeiro, Nina Rodrigues era o grande especialista em africanos no Brasil, todavia teria consultado João Ribeiro sobre as línguas africanas, e seguido a sugestão de João Ribeiro para fazer a classificação de Meyer. Ver: RIBEIRO, João. *O elemento negro: história, folclore, lingüística*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

²⁵ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 20 ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 2001.

²⁶ O autor no decorrer da obra não faz distinção entre negros e africanos, trata como sinônimos.

a coroação do rei do Congo, que coincidia com a festa católica dos três reis Magos. O autor fala em “afinidade” típica da “raça negra”, mas seria uma identidade? Será que ele não teria observado essa “afinidade” em Laranjeiras? Lembrando que em Laranjeiras e em Lagarto a festa de São Benedito coincidia com a festa dos três reis. Ele aponta na sua narrativa elementos que contribuíram fortemente para a construção da identidade escrava em Sergipe, como as festas de irmandades.

Essas obras, do final do século XIX e início do século XX, abordaram a diversidade dos africanos, preocuparam-se com as distintas origens destes. No entanto, deram uma grande ênfase ao processo de aculturação e trabalharam com categorias que deveriam compreender grandes unidades culturais, como bantus e sudaneses. Não se preocuparam com as identidades construídas pelos próprios africanos. Ressalte-se que a questão das identidades não era uma temática nos estudos da época.

Nos anos trinta do século XX, Gilberto Freyre inaugurou uma nova abordagem sobre a escravidão: a antropológico-cultural, influenciada por Franz Boas, com uma metodologia considerada revolucionária para a época. Por isso, ele defende que as diferenças entre os povos são compreendidas através da história cultural, social e a antropologia cultural e não no racismo biológico ou no determinismo geográfico. A procedência dos africanos era diversa e, por isso, eles eram distintos culturalmente, e se apoiava nas afirmativas de Nina Rodrigues para dizer que além dos bantus vieram para o Brasil os sudaneses e que estes possuíam cultura superior aos primeiros. Estes africanos seriam superiores culturalmente aos que foram levados para os Estados Unidos²⁷.

Freyre argumentou, em longas páginas, sobre a superioridade cultural de alguns povos africanos sobre outros, e nesse discurso chegou à conclusão de que os africanos que chegaram à Bahia e a Pernambuco (ocidentais) foram superiores aos que chegaram ao Rio de Janeiro (centro-ocidentais). Nesse discurso, os homens e mulheres africanos vieram para o Brasil para os trabalhos agrícolas, metalúrgicos, para serem comerciantes, e até mesmo esposas, que foi o caso de Minas Gerais. Em seguida,

²⁷ FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 29. ed., Rio de Janeiro: Record, 1992.

Freyre parte para as heranças africanas no Brasil, tratando-as em muitas situações como um simples transplante África-Brasil, não enfatizando as reconstruções desses africanos.

Nos anos 1960 a historiografia se detém na temática da resistência, ou no sistema escravocrata; por conta desses elementos, os africanos não vão se constituir num tema privilegiado desse grupo. No entanto, temos o trabalho de uma geração de brasilianistas e, dentre estes, destacamos Mary Karash que iniciou a sua pesquisa sobre a escravidão no Rio de Janeiro oitocentista em 1968²⁸ e, utilizando-se de um leque amplo de fontes, conseguiu traçar um perfil dos escravos na primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro, abordando as diversas ocupações dos africanos – como o ganho, as religiões, dentre outros aspectos. Ela identificou que os escravos urbanos no Rio eram majoritariamente africanos, e, analisando as nações que compunham esses africanos, percebeu que eram na maioria da África Centro-Occidental e da Oriental. Todavia, ela percebeu que havia muita confusão na identificação das nações, pois nas denominações tinha portos, grupos etno-linguísticos, cidades, estados dentre outros elementos. Ela aponta que as nações africanas mais comuns no Rio de Janeiro foram: Benguela, Congo, Angola, entre outras. O trabalho dessa brasilianista dá inúmeras pistas de fontes e temas que foram aprofundados posteriormente como a capoeira, por exemplo.

Um dos pontos de distinção entre as correntes mais antigas e as novas da historiografia diz respeito à utilização das fontes históricas. Os primeiros utilizaram, principalmente, relatórios oficiais, relatos e crônicas de viajantes. Já os adeptos das novas correntes ampliaram o leque de fontes, sobretudo a partir da década de 1960, quando, no Brasil, ocorreu uma maior profissionalização dos historiadores com a criação e consolidação dos cursos de pós-graduação, com a proliferação de pesquisas, inclusive na área da escravidão. Os documentos cartorários, eclesiásticos, dentre outros, passaram a ser considerados

²⁸ A versão em inglês do livro foi publicada em 1987 e a primeira edição em português foi publicada apenas em 2000. Ver: KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

fontes históricas e foram incorporados nas pesquisas, além dos já citados anteriormente²⁹.

Essas inovações foram mais sentidas na década de 1980, quando emergiram novos autores. Entre estes se destacam João José Reis, Maria Odila Leite Dias, Silvia Lara, Robert W. Slenes, Hebe de Castro, Flávio Gomes e Sidney Chalhoub. Alguns dessa corrente tiveram como influência teórica, entre outros, Eugene Genovese e Edward P. Thompson. Esses intelectuais buscaram ver o escravo como agente histórico e possibilitaram a emergência de estudos sobre: mulher, família escrava, os significados da liberdade e as estratégias para consegui-la, os africanos e suas identidades, e sinalizaram a importância das irmandades para compreendê-las, além de outras temáticas.

João José Reis, ao tratar da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, discute como se erguia uma identidade social e como a mesma irmandade também era um espaço de solidariedade coletiva. As irmandades também gozavam de autonomia e eram um espaço para entender a alteridade no interior da comunidade africana³⁰. Um grande diferenciador das irmandades de pretos era a nação, as últimas se dividiam em crioulos e africanos, e esses em etnias de origem, ou em nações termo usado na época como os nagôs, angolas, benguelas, dentre outras. Ressaltando que os termos nagôs, jeje, angola são referentes ao tráfico e aglutinam diversos grupos étnicos provenientes da África. Esses termos são reveladores quando se trata de identidades assumidas e construídas pelos africanos. E as irmandades foram um dos espaços onde essas construções ocorreram. As identificações citadas eram feitas pelos senhores, no entanto, não satisfaziam aos escravos. Essas identificações eram importantes na construção de alianças e na definição de opositores.

As irmandades permitem visualizar as diferenças na comunidade

²⁹ Ressalto que acerca desse tema houve, durante algum tempo, a idéia de que não existiam documentos sobre a escravidão, por conta das ordens de Rui Barbosa que mandou queimar boa parte do acervo. Ver: SLENES, Robert. "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX". *Estudos Econômicos* 13, N° 1, 1983, pp. 117-150.

³⁰ REIS, João José. "Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão" ... Op. cit.

escrava, como, por exemplo, a relação entre africanos e crioulos que em muitas situações foi conflituosa. Prova disso, são alguns compromissos de irmandades. A relação senhor x escravo crioulo era distinta entre a relação senhor x escravo africano. Todavia, os estatutos das irmandades dos angolas mostram uma aliança entre os grupos citados. Também havia tensões entre os africanos, como por exemplo, os mina e os angola no Rio de Janeiro. Ainda segundo Reis, essas relações dependiam da comunidade, da vila, e por isso a irmandade é um espaço para perceber os conflitos no interior da comunidade escrava³¹.

Lucilene Reginaldo analisou a vivência e a construção das identidades étnicas no interior das irmandades em Salvador e no Recôncavo, no século XVIII e parte do XIX, onde eram majoritariamente controladas pelos angolas e crioulos. Para a autora, as identidades dos africanos é algo historicamente construído e que para compreender essas identidades se faz necessário fazer um equilíbrio entre as vivências africanas e as (re)elaborações possíveis de serem construídas no cativeiro³². É essa perspectiva que adotaremos na nossa pesquisa. A autora também mostra como a presença dos angolas que era marcante na cidade, tornou-se invisível e como Nina Rodrigues e seus seguidores construíram uma visão da grande maioria dos iorubas na Bahia por conta de terem utilizado sobretudo os terreiros de candomblé nagô como ponto de investigação³³.

No entanto, não era só no interior das irmandades que essas identidades eram construídas, mas também nas práticas mortuárias, nas relações de parentesco, nas festas, na busca pela alforria, nas fugas, etc. Flávio Gomes mostra que no Rio de Janeiro oitocentista, os escravos da mesma nação fugiam, às vezes, em dupla ou em pequenos grupos – o que pode indicar a força dessas identidades. Identidades essas que já eram reconstruídas na África e que no Brasil também foram reelabora-

³¹ Idem.

³² Para atender a esses objetivos pesquisou uma série de compromissos de Salvador e do recôncavo, esses foram a base da sua pesquisa, além de correspondências, livro de entrada de irmãos dentre outros documentos. Ver em: REGINALDO, Lucilene. Op. cit.

³³ Idem.

das e essas (re)elaborações variaram no tempo e no espaço³⁴. Por isso, faz-se necessário analisar as especificidades de cada região. É nessa perspectiva que trabalharei, buscando essas identidades em um contexto regional e em um cenário majoritariamente rural.

Slenes trabalhou a formação de uma identidade no cenário rural do sudeste brasileiro e defende a formação de uma proto-nação bantu nas zonas rurais daquela região no século XIX, sobretudo na primeira metade. Essa identidade se formou, dentre outros motivos, em virtude do número de africanos que existia na região, como também pela periódica entrada de africanos, o que aproximava os que aqui viviam dos que estavam na África. Para poder mostrar a formação dessa identidade ele recorre a alguns vocábulos falados no Brasil como Malungu, Kalunga, Ngoma para apontar como os povos falantes do Kimbundu³⁵, Kikongo³⁶ e Umbundu³⁷ se entendiam entre si, falando uma língua comum. Os significados das palavras eram próximos e tinham praticamente os mesmos sentidos cosmológicos e os senhores não compreendiam esses significados. Nas senzalas do centro-sul brasileiro eram faladas duas línguas: uma franca baseada no kikongo, umbundu e kimbundu e outra crioula baseada no português regional³⁸. Será que o mesmo ocorria em Sergipe? Slenes mostra que vários povos da África central também tinham semelhanças nas formas de parentesco e nas crenças religiosas baseadas no complexo ventura/desventura. Esses elementos facilitaram a formação da mencionada identidade.

Outra autora a abordar a temática de construção de identidades foi Maria Inês Cortês de Oliveira. Segundo a mesma, as nações africanas não conservavam as culturas africanas. Além disso, as nomenclaturas dadas aos africanos no tráfico foram assumidas pelos próprios africanos. A identidade sempre era modificada, isso mostra a historicidade dos af-

³⁴ GOMES, Flávio. "Reinventando as "nações": africanos e grupos de procedência no Rio de Janeiro, 1810-1888." . In: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *No Labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

³⁵ Falado na região da Província de Luanda.

³⁶ Falada na região entre o rio Dande até ao norte de Loango.

³⁷ Língua falada na região de Benguela.

³⁸ SLENES, Robert. "Malungu, ngoma vem!" África coberta e descoberta do Brasil". *Revista USP*, 12, (1991/92), pp.48-67.

ricanos. Os etnônimos africanos eram a base da identidade. No entanto, foram realizadas outras alianças grupais entre nações³⁹. Ocorreu uma reorganização da comunidade africana em torno dos laços de nação: os africanos escolhiam entre seus pares, os da mesma nação, os seus cônjuges, vizinhos, e até mesmo os escravos que compraram. Os africanos também lutaram pela permanência das relações familiares originárias na África. A autora mostra ainda que a língua nagô contribuiu para a formação dessa identidade, pois os africanos de localidades próximas como os aja-fon (conhecidos como jeje) entendiam o nagô. Ou seja, a língua nagô era compartilhada entre africanos de povos distintos.

Outro trabalho que menciona as identidades dos africanos nos oitocentos é *Rebelião escrava no Brasil*. Neste livro, João José Reis menciona que os conflitos na África alteram a distribuição étnica do tráfico, os iorubas, haussas e outros grupos provenientes do Golfo do Benim passaram a ser mais numerosos na Bahia. O autor reafirma nesse livro que a identidade étnica era um elemento fundamental da organização política e social. A identidade estava pautada em vários elementos como: a língua, as escarnificações, os nomes, a religião, os modos como construía suas relações afetivas, pois os casamentos endogâmicos eram majoritários e até mesmo nos parceiros de moradia. Outro ponto mencionado pelo autor é a relação existente entre crioulos e africanos. Para ele, a referida relação era marcada principalmente por diferenças e divergências, pois os primeiros criaram maneiras distintas de resistir e tinham maiores possibilidades de barganha com os senhores⁴⁰.

Enfatizo que as alterações ocorridas no tráfico do século XIX citadas por Reis são de grande relevância, pois também podem indicar modificações entre os grupos existentes em Sergipe; já que boa parte dos africanos que viveram em Sergipe desembarcou na Bahia.

Outro trabalho que aborda as identidades étnicas é o de Mariza

³⁹ OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. "Viver e morrer no meio dos seus". Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP*, 28 (1995/96), pp.175-193.

⁴⁰ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Soares que analisa os “pretos-mina” no Rio de Janeiro setecentista, utilizando principalmente a irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia. Através dos registros de batismo ela pontua que eles eram uma presença marcante no período mencionado no Rio de Janeiro. Mas principalmente que as relações de sociabilidade dos africanos eram construídas no cotidiano brasileiro e que através dos casamentos é possível analisar as possibilidades e as diferentes alternativas de organização de um grupo de procedência. Ressalta ainda que os critérios de pertencimento a um grupo, como também as formas de organização eram definidas no Brasil e poderiam variar de acordo com a região e o momento. Assim ser Mina no Rio de Janeiro era diferente de ser Mina na Bahia e em Sergipe⁴¹.

Em suma, esses trabalhos têm apontado que havia alianças e divergências entre nações distintas, povos esses marcados por um grande distanciamento geográfico, como também de alguns grupos com os crioulos. As pesquisas também têm apontado que os africanos conseguiram reconstruir suas identidades e redes de aliança dentro do contexto escravista. E que as identidades surgidas no tráfico foram em alguns momentos assumidas pelos africanos como um grande guarda-chuva identitário. Por fim, que as identidades foram construídas equilibrando as vivências cotidianas do cativo com as trazidas e modificadas ainda na África.

Na historiografia sergipana⁴², provavelmente o primeiro a noticiar a existência dos africanos foi o cronista Marcos Souza. Ele menciona que havia escravos da Guiné e, dentre esses, os de Angola eram maioria nas terras sergipanas. Ele os menciona em duas vilas: São Cristóvão e Santo Amaro. No entanto, o autor pouco se dedica a abordar a questão da escravatura⁴³. No entanto, pergunto quais eram as outras nações a que pertenciam os africanos da Guiné? Lembrando que o termo Guiné

⁴¹ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor... Op. cit.*

⁴² Os autores João Ribeiro e Silvío Romero, não foram abordados na categoria historiografia sergipana porque os mesmos, principalmente o primeiro, dialogaram com Nina Rodrigues, participando assim do debate nacional.

⁴³ Marcos Souza foi vigário no início dos oitocentos da Freguesia de Pé do Banco, localizada nas terras sergipanas. SOUZA, Marcos Antônio. Memória sobre a capitania de Sergipe. Sergipe/Aracaju. 2005.

variou a sua significação ao longo do tempo. Inicialmente, em meados do século XV, significava as primeiras terras que os portugueses alcançaram correspondendo à costa ocidental do Senegal contemporâneo; no final do mesmo século correspondia à região que ia do sul do Saara às terras de Angola; e até o século XVIII o termo continuou significando essa região ou as terras citadas por Zurara, atuais Gâmbia, Senegal, Guiné Bissau e Guiné.

Outro autor que menciona os africanos em Sergipe é Felte Bezerra⁴⁴. Ele afirma que para Sergipe vieram bantus e sudaneses, com predominância do último. E menciona o “equivoco” de Silvio Romero e João Ribeiro que acreditavam serem os bantus os majoritários, o citado erro que foi corrigido por Nina Rodrigues. Bezerra esclarece que entre os sudaneses estavam os jêje, os malês e os haussas. E que os minas e os ashanti também estavam dentre os africanos que vieram para Sergipe⁴⁵.

Bezerra ainda afirma que há elementos no folclore sergipano que são oriundos dos africanos sudaneses. Ou seja, seu trabalho se insere numa perspectiva de buscar os elementos formadores da identidade sergipana e identifica alguns costumes como provenientes dos africanos. Também há no seu trabalho a utilização de categorias gerais como bantus e sudaneses para identificar os africanos. Além do uso dessas categorias, ele aponta as práticas culturais da população negra sergipana como fruto de um transplante das práticas culturais dos africanos.

Outro autor que citou os africanos em Sergipe foi Schwartz. Estudando a população escrava da Bahia, ele buscou dados da fronteira norte do Recôncavo Baiano, na Ribeira do Vaza Barris, atual Sergipe, para comparar com os dados do recôncavo. E defendeu que em 1785 havia uma maioria de angolas e minas e que também existiam benguelas,

⁴⁴ Esse intelectual foi formado na faculdade de medicina da Bahia, provavelmente na primeira metade do século XX, ficou conhecido no meio acadêmico como etnólogo e na sua obra percebe-se uma grande influência de Nina Rodrigues. O mesmo nasceu em 1909 e faleceu em 1990. Ver: NUNES, Maria Thétis. “O professor Felte Bezerra (1909-1990)”. Revista do IHGS. Aracaju, n. 31, 1992.

⁴⁵ BEZERRA, Felte. *Etnias sergipanas: contribuição ao seu estudo*. 2. ed. Aracaju, J. Andrade, 1984. (Estudos sergipanos VI). A primeira edição do livro foi em 1950 e discute as várias etnias que formaram o povo sergipano: indígena, européia e africana.

jejes e Congos. Ele também menciona uma maioria masculina dentre os africanos. E que os africanos deveriam compor 1/3 da escravaria⁴⁶.

Luis Mott, ao fazer um estudo demográfico de Sergipe, aponta alguns dados para a população sergipana na primeira metade do século XIX, dentre eles que os pretos representavam 36,3% da população. Utilizando os dados que possuía menciona que os crioulos ocupavam 2/3 dos pretos. Afirma que, em 1785, os africanos eram 34% dos escravos e dentre os africanos havia: 197 Angola, 2 Congo, 6 Benguela, 67 Mina e 4 Jeje. Para o autor, o fato dos sergipanos não terem se envolvido diretamente no tráfico fez com que o índice de africanos fosse menor que na Bahia e no Rio de Janeiro⁴⁷.

Ressalto que um importante trabalho sobre escravidão em Sergipe é a tese de doutorado de Sharyse Amaral. A autora aborda as lutas e estratégias dos escravos para a obtenção da liberdade, na zona da Cotinguiba, zona açucareira da Província. O trabalho retrata os últimos anos da escravidão. Há um momento do trabalho em que a autora analisa a vivência e as estratégias utilizadas pelos libertos para sobreviverem, demonstrando que os libertos encontrados eram em grande maioria africanos. Através dos inventários post-mortem e testamentos, a autora conseguiu perceber a teia de relações econômicas e culturais que existiam entre os africanos e que os mesmos formavam uma verdadeira comunidade negra. Essa comunidade vivia na rua da Poeira, Cangaleixo, Porto dos Oiteiros e nos sítios localizados nos subúrbios da Vila. Esses africanos, em sua maioria, iorubas, recriaram um padrão ioruba em Laranjeiras, moravam na vila e trabalhavam no campo. A autora também percebe como a preocupação com o enterro foi constante entre os mesmos, e que os seus pares, os seus parceiros os enterrassem. Amaral propõe que nos ritos fúnebres haveria dois momentos: um público, católico e um privado de acordo com os seus costumes africanos. A comunidade africana não era homogênea, pois os iorubas eram divididos entre nagôs – os que adoravam os orixás – e

⁴⁶ Ele utiliza um censo realizado entre os plantadores de mandioca como fonte histórica. Ver: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 290 e 439.

⁴⁷ MOTT, Luis. *Op. Cit.*, pp. 143-144.

os malês, adeptos do islamismo; e ainda havia os nagôs católicos. Para a autora, poderia haver disputas no mercado religioso, mas também havia solidariedade, pois moravam nas mesmas ruas ou em áreas próximas. A autora conclui que os africanos construíram uma cultura autônoma⁴⁸. A autora consegue penetrar na alcova desses africanos, no entanto, devido ao fato dela ter estudado os últimos anos da escravidão, ela encontrou indícios apenas dos iorubas, possivelmente os últimos grupos africanos a chegarem para a região da Cotinguiba. Por isso, ela pouco abordou a relação entre africanos de nações distintas.

Outro trabalho que aborda os africanos em Sergipe é a dissertação de Vanessa Oliveira que analisa a Irmandade dos Homens Pretos do Rosário de São Cristóvão. Através do compromisso da irmandade, ela aponta que na criação da irmandade os angolas e crioulos devem ter sido majoritários, pois no século XIX, momento que a autora estuda a associação, eles ainda controlavam os cargos. Para a autora, a relação entre angolas e crioulos teve momentos de alianças, e isso é visível na irmandade, todavia ela não descarta a existência de conflitos. Segundo Oliveira, os angolas possivelmente foram majoritários em Sergipe⁴⁹.

Um conceito que será de grande relevância para a pesquisa será o de construção da identidade étnica e pensaremos a partir de um princípio que chamarei de teoria relacional por distinção. Trata-se da teoria relacional de Fredrik Barth que considera os grupos étnicos como “categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas”⁵⁰. Contudo, a organização se dá a partir da diferenciação entre contrastes que se ativam ou não conforme as necessidades apresentadas pelo contexto.

A existência e a permanência de fronteiras na etnicidade ocor-

⁴⁸ AMARAL, Sharyse Piroupo. *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. 2007. 272f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.

⁴⁹ OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. *A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão - SE (século XIX)* Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Cristóvão, 2008.

⁵⁰ BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998, p.189.

rem não pelas semelhanças inerentes a cada grupo étnico, mas pela interação social entre diferentes grupos. Para Barth, quanto maior a interação, mais intensa e marcada se tornaria o limite étnico. Tal limite seria a fronteira dos grupos étnicos, fronteira que seria social, apesar das possíveis contrapartidas territoriais. Segundo o teórico, “se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão”⁵¹. Desse modo, o sentimento de pertencimento a um grupo se daria pela diferenciação e pelo contraste entre os seus respectivos sinais diacríticos. Esses sinais serão buscados nessa pesquisa.

Ressalto que esse conceito de identidade étnica não constitui em novidade para os historiadores, pois já foi utilizado por alguns que trataram do tema como João José Reis e Maria Inês Cortez.

Outro aspecto importante é analisar a experiência dos africanos consoante ao gênero, trabalhando com a hipótese de haver distinções na vivência dos africanos e africanas. Fazendo uma incursão sobre a historiografia feminista percebe-se que os trabalhos historiográficos que têm a mulher como tema são relativamente recentes⁵²; apesar de existirem algumas obras mais antigas, a maioria data do sexto decênio do século XX. Com o crescimento do movimento feminista e o desenvolvimento da história social e cultural o tema passou a despertar o interesse da intelectualidade. Os primeiros trabalhos abordavam a mulher como uma categoria homogênea; os subseqüentes enfatizaram a heterogeneidade de papéis exercidos pelas mulheres na sociedade, analisaram sua atuação a partir da sua inserção nos grupos étnicos, econômicos, sociais e culturais⁵³. Os trabalhos mais recentes utilizam o conceito de gênero, que remete à cultura e trata da classificação entre masculino e feminino. Trabalharei com a perspectiva de Tilly que pontua que ao se fazer uma análise da história

⁵¹ Idem, p. 195.

⁵² PERROT, Michelle. Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁵³ Ver em: PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

das mulheres deve se usar os métodos de análise da história social e o conceito de gênero⁵⁴.

A vivência das mulheres africanas possivelmente foi distinta da dos africanos, um dos pontos distintivos provavelmente foi o acesso ao casamento, elas tiveram um maior acesso aos mesmos. É importante analisar o papel dessas mulheres nas comunidades africanas, nas famílias, dentre outros espaços.

Várias são as fontes históricas necessárias para uma pesquisa sobre os africanos. Dentre elas as paroquiais, algumas delas são os registros de batismo, óbito e casamento que fornecem informações sobre os africanos e africanas. Além deles os inventários post-mortem, testamentos, processos-crime e sumários de culpa. Como também os ofícios recebidos e expedidos da segurança pública, do presidente da província e os jornais, pois os mesmos noticiam as fugas e revoltas dos africanos.

Por fim, anúncios de escravos dos jornais e os cronistas. Os cronistas fornecem indícios sobre os africanos e sobre a economia das vilas e povoações que serão pesquisadas. Dentre eles já trabalhamos com Marcos Souza e Muniz de Souza e retornaremos às suas obras para uma releitura posteriormente.

Em suma, possivelmente os africanos formaram algumas comunidades nas terras sergipanas e tiveram um importante papel no campo econômico e cultural sergipano. No entanto, são necessárias pesquisas para que possamos visualizar com mais nitidez essas comunidades e os papéis por elas desempenhados.

FONTES E REFERÊNCIAS

AMARAL. Sharyse Piroupo. *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. 2007. 272f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.

⁵⁴ TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp.29-62.

BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: Teorias da etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998.

BEZERRA, Felte. Etnias sergipanas: contribuição ao seu estudo. 2ª edição. Aracaju: J.Andrade, 1984. (Estudos sergipanos VI).

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

DANTAS, Beatriz Góis A taieira de Sergipe: pesquisa exaustiva sobre uma dança tradicional do nordeste. Petrópolis: Vozes, 1972.

DIAS, Maria Odila Leite. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Flávio. “Reinventando as “nações”: africanos e grupos de procedência no Rio de Janeiro, 1810-1888”. In: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

GRINBERG, Keila. O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KARASH, Mary. “Centros africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835”. In: HEYWOOD, Linda. (org.). Diáspora Negra no Brasil. Rio de Janeiro: Contexto, 2008.

_____. A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia H. Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

_____. “Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII”. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (Coord.). Trânsitos coloniais:

diálogos críticos luso-brasileiros. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, estudos e investigações, n 25. pp. 205-224.

MACIEL, Carlos Roberto Santos; SANTOS, Carlos José Andrade e SANTOS, Ronaldo Pinheiro dos. Arraia-Miúda: uma análise sobre a propriedade escrava e da população cativa em Lagarto-SE (1880-1850). Estância, 2007 Monografia (Licenciatura em História). Universidade Tiradentes.

MATTOS, H. Marcas da escravidão: biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil (Tese defendida como requisito parcial de concurso público para Professor Titular de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense), 2004.

MOTT, Luis. “Os escravos nos anúncios de jornal de Sergipe”. Revista do Instituto Geográfico de Sergipe. Aracaju: IHGS, n° 29/1983-1987.

_____. Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial I. São Cristóvão: Editora UFS, 2006.

NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão - SE (século XIX) Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Cristóvão, 2008.

PERROT, Michelle. Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtez. Quem eram os “negros da Guiné”? A origem dos africanos na Bahia. Afro-Ásia, n. 19/20, pp. 37-73, 1997.

PARÉS, Nicolau. A formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia. São Paulo: UNICAMP, 2006.

PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

- RAMOS, Arthur. O negro brasileiro. 5 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.
- REGINALDO, Lucilene. Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Campinas, SP: [s.n.], 2005.
- REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. In: Tempo. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, v.2, n.3, jun., 1997.
- RIBEIRO, João. História do Brasil. 20. ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 2001.
- ROMERO, Abelardo. Sílvio Romero em família. Rio de Janeiro: Saga, 1960.
- ROMERO, Silvio. Folclore brasileiro 2: contos populares do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- _____. História da literatura brasileira. Tomo primeiro, 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- _____. Resposta ao inquérito de João do Rio, realizado entre intelectuais do Rio. O Momento Literário, Rio de Janeiro, 1906.
- SOUZA, Antônio Moniz de. Viagens e observações de um brasileiro. 3. ed. Salvador: IGHB, 2000.
- SOUZA, Marcos Antônio. Memória sobre a capitania de Sergipe. Sergipe/Aracaju. 2005.
- THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp.180-200.
- _____. Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica. 1979, pp. 13-61.
- TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. Cadernos Pagu (3), pp.29-62, 1994.

SANTOS, Joceneide Cunha. A família ritualística: relações de compadrio e de solidariedade entre homens e mulheres escravos em Santo Amaro (1816-1850). In: Anais do I Congresso Sergipano de História, Cd room, 2008.

_____. Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888). Salvador, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.

SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. ““Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil”. Revista USP, 12, (1991/92), pp. 48-67.

Artigo recebido em junho de 2010. Aprovado em julho de 2010.

HISTÓRIAS DE
FAMÍLIAS NA
ESTÂNCIA/SE
OITOCENTISTA
(1840-1890)

STORIES OF FAMILIES
IN THE NINETEENTH
ESTÂNCIA/SE (1840-1890)

Sheyla Farias Silva*

RESUMO

A família sempre foi pensada com uma instituição fundamental para o pleno desenvolvimento da sociedade. No Brasil, a historiografia cristalizou a visão da família baseada na autoridade paterna, na submissão feminina e no estabelecimento de laços de solidariedade e dependência entre os parentes. Esse artigo pretende comunicar o “estado da arte” concenente à pesquisa sobre as experiências familiares dos moradores do município de Estância/SE no período compreendido entre 1840 e 1890. Para isso, elencaremos os caminhos da pesquisa e os resultados preliminares que objetivam compreender as motivações que conduziram indivíduos de distintos grupos sociais a recorrerem ou não ao matrimônio sacramentado pela Igreja; as violências entre parceiros; os lugares da ilegitimidade; a construção de laços de sociabilidade entre cativos e os hábitos cotidianos.

Palavras-chave: família; sociabilidade; cotidiano.

ABSTRACT

The family has always been thought through with a key institution for the full development of society. In Brazil, the historiography crystalized the vision of family based on parental authority, on female submission and establish bonds of solidarity and dependence among relatives. This article intends to report the state of the art “regarding research on the family experiences of residents of Estância/SE in the period 1840-1890. To do so, listing the ways of research and preliminary results that aim to understand the motivations that led individuals of different social groups or not resorting to marriage blessed by the Church; violence between partners, places of illegitimacy, the construction of bonds of sociability among prisoners and lifestyle habits.

Keywords: family; sociability; life.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia – UFBA, sob a orientação da Prof^a Dr^a Lígia Bellini. E-mail: sheylafarias@yahoo.com.br

A história da família tem suscitado interesses entre pesquisadores desde a segunda metade do século XIX, cujos estudos, buscavam identificar, tipificar e analisar os diferenciados tipos de família existentes nas sociedades de antanho¹. Os novos estudos históricos sobre a família renasceram sob a influência da chamada Escola dos Annales, em especial, com a terceira geração, a qual preocupada com o modo de pensar, de viver e de sentir das massas anônimas, adotou novos métodos de abordagem histórica, bem como novos objetos, entre estes, estão: a família, a sexualidade, o casamento, a mulher e a criança². Desde então, os temas concernentes à família conquistaram predileção entre os historiadores e estes passaram a estudá-la sob a perspectiva da demografia, dos sentimentos e da economia doméstica.

As principais contribuições sobre a história da família foram dadas por autores que avançaram nas análises quantitativas e preocuparam-se com as questões relativas às vivências familiares, abordando os sentimentos, o significado das relações, as mudanças dos padrões normativos, possíveis motivações para as uniões matrimoniais, a escolha dos cônjuges, a sexualidade etc³.

No Brasil, os primeiros estudos sobre a história da família enfatizaram sua importância enquanto uma instituição que moldou os padrões da colonização e ditou as normas de conduta e de relações sociais desde o período colonial. O modelo de família destacado por essa produção historiográfica atribuía ao pai uma excessiva autoridade sobre os membros da família que também era extensa aos parentes, a família patriarcal. O modelo da família patriarcal foi aplicado para todo

¹ Podemos destacar as obras de Joan Jacob Bachofen que publicou *O direito materno* (1861); Charles Morgan com *A sociedade antiga* (1877) e Friedrich Engels com *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884). Vide: SAMARA, Eni de Mesquita. A história da família no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Vol. 9, nº 17, p. 7-35, setembro de 1988/ fevereiro de 1989.

² FÁRIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 241-258.

³ Entre estes estão: Philippe Áries, Jean Louis Flandrin, L. Stone, Edward Shorter. Cf.: BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Valores e vivências matrimoniais: o triunfo do discurso amoroso* (Bispado do Rio de Janeiro, 1750-1888). Niterói, 1995. Dissertação de Mestrado – UFF.

Brasil, sem considerar as peculiaridades regionais, temporais e tampouco os grupos sociais⁴.

O desenvolvimento das pós-graduações nos anos 70 do século passado e, como parte integrante desse processo, a criação de diversos programas de mestrado em História possibilitaram que inúmeras pesquisas fossem realizadas, ampliando o horizonte historiográfico brasileiro.

Neste contexto, a história da família brasileira ganhou um novo enfoque social e novos temas foram estudados. O uso de fontes primárias, tais como os documentos cartorários e eclesiásticos revelaram que o tipo de família patriarcal, preconizado pelos clássicos, a exemplo de Freyre, não poderia ser aplicado para todo Brasil, tornando-se essenciais para a compreensão da vida social do Brasil Colônia e Império, os estudos sobre a organização familiar em diversos grupos sociais⁵.

Essas pesquisas têm tornado evidente que as famílias extensas do tipo patriarcal não foram as predominantes, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simples e menor número de integrantes. Isso significa que a descrição de Freyre para as áreas de lavoura canavieira do Nordeste foi impropriamente utilizada, devendo ser reelaborada nos estudos sobre família a partir de critérios que levem em conta temporalidade, etnias, grupos sociais, contextos econômicos regionais, razão de sexo e movimento da população.

Apesar de a região Nordeste ter sido a principal área econômica durante todo o Brasil colonial e parte do século XIX e do fato de a principal tese sobre a organização das famílias no Brasil ter tomado o Nordeste como palco, os estudos revisionistas que veementemente

⁴ Ver Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala e Sobrados e Mucambos*; Oliveira Vianna, *Instituições políticas brasileiras e Populações meridionais do Brasil*.

⁵ Vide SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Tudo é história); COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia-Miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992; MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Anablume, 1999; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; PRIORE, Mary Del. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo: Contexto, 2003; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Valores e vivências matrimoniais: o triunfo do discurso amoroso (Bispado do Rio de Janeiro, 1750-1888)*. Niterói, 1995. Dissertação de Mestrado – UFF.

negam a premissa freyriana sobre essa temática privilegiam a região Sudeste como lócus de investigação.

Neste sentido, a pesquisa que ora desenvolvo pretende, a partir dos pressupostos teóricos da História Social, investigar as motivações para a construção, manutenção e desconstrução de laços de parentesco numa região agro-exportadora do Nordeste Oitocentista⁶. Destarte, o município de Estância/SE, durante o século XIX, tinha sua economia pautada na agro-exportação de açúcar e no comércio e apresentava-se como maior núcleo populacional do sul da Província de Sergipe, assinalando nos anos de 1854 e 1872 a presença de 8.243 e 8.545 pessoas, respectivamente⁷.

A partir da revisitação ao tema, esta pesquisa tem como objetivo resgatar os diversos significados construídos acerca das experiências familiares vivenciadas pelos residentes no município de Estância/SE entre o período de 1840 e 1890⁸.

O corpo documental explorado nessa pesquisa é composto basicamente por fontes primárias de ordem cartorial, disponíveis nos arquivos

⁶ Em Sergipe, poucos estudos pontuaram essa temática, destacam-se: DANTAS, Orlando Vieira. *Vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; RESENDE, José Mário dos Santos. *A família patriarcal em Laranjeiras: geografias de uma decadência*. In: *Entre campos e veredas da Cotinguiba: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888)*. São Cristóvão, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe e outros que assinalam a existência de famílias escravas.

⁷ No âmbito provincial, Estância ocupava o segundo lugar em maior concentração populacional, estando atrás de Laranjeiras – maior centro açucareiro da Província com 9.105 e 11.613 habitantes nos períodos citados. Vide: ALMEIDA, M. G. S. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.213.

⁸ O cenário do Brasil oitocentista foi marcado por intensas transformações. Dentre as mais significativas destacaram-se a independência política (1822) e sua afirmação enquanto nação; a elaboração do Código Criminal do Império (1830), o qual reafirmava o poder pátrio; a Lei de Terras (1850) que regulamentou o acesso à terra; o declínio da sociedade escravista devido às pressões internacionais para a abolição do trabalho escravo, movimentos abolicionistas, resistência escrava, entre outros, que tem em meados deste século seu primeiro enclive – a Lei Eusébio de Queiroz (1850) que proibiu o tráfico internacional de escravos e culminou com a Lei Áurea (1888) que deu fim ao trabalho compulsório no Brasil; uma economia açucareira em crise no Norte, motivada fortemente pela concorrência internacional; a consolidação de um novo produto agrícola – o café – e a Proclamação da República (1889). Foi justamente no oitocentos, considerado um século de intensas transformações, que Sergipe se integrou ao comércio internacional via exportação do açúcar e que Estância conquistou a condição de vila (1831) e cidade (1848). Assim, foi nesse cenário de transformações que elegemos nosso marco temporal, sendo 1840 justificado pela disponibilidade das fontes e 1890 para avaliarmos os impactos da abolição da escravatura (1888) e da proclamação da República (1889), episódios que assinalaram profundas mudanças na organização socioeconômica do Brasil.

judiciário (AGES) e público (APES) do estado de Sergipe; fontes eclesiásticas que estão sob a guarda do arquivo da Diocese de Estância e no arquivo da Cúria na Praça da Sé (Salvador/Bahia) e fontes impressas, tais como as legislações que regulavam a vida social no período – Ordenações Filipinas (1603), Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) e Código Criminal do Império do Brasil (1830).

No Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe (AGES) consultamos as fontes cartoriais da Comarca de Estância, a saber: os inventários post-mortem, os quais se tornaram o pilar dessa pesquisa, na medida em que nos forneceram valiosas informações sobre a vida familiar do inventariado, a exemplo do nome do cônjuge, número de filhos, seus nomes, idades e respectivos cônjuges, além de narrar as querelas suscitadas no momento da partilha dos bens. A partir deles, tipificamos as famílias estancianas, procuramos demonstrar se predominavam famílias nucleares ou extensas, identificamos a condição socioeconômica dos envolvidos nas tramas familiares, bem como quem eram os chefes da família.

Em nossa pesquisa, a família não foi tomada apenas como instituição que agregava indivíduos em torno da harmonia, sendo que para perceber os conflitos vivenciados entre os entes, nos valem os processos crimes tutelados pelo Arquivo Judiciário, gerados a partir de ações que envolviam violência, seja crimes de sedução/estupro, homicídios e querelas entre cônjuges ou amásios.

Ainda no Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe, vasculhamos outros documentos – Livros de Notas, Ações de Tutela, Livro de Termos de Tutela e fianças de órfãos, Libelos Cíveis, Testamentos, farejando os rastros deixados por esses homens e mulheres que imprimiram no passado marcas sobre suas experiências familiares. Desse modo, encontramos os acordos referentes à partilha de bens após o divórcio eclesiástico, a preocupação com a educação dos filhos, o reconhecimento de filhos ilegítimos, acordos pré-nupciais etc.

No Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), perseguimos, talvez com a mesma persistência de Sherlock Holmes – personagem da ficção britânica, as pistas deixadas pelas pesquisas de Demografia

Históricas realizadas pelo historiador Luiz Mott na década de 1980, ao utilizar os mapas exatos da população da Província de Sergipe. Buscávamos encontrar as listas nominativas do município em estudo, entretanto, depois da abertura de várias pacotilhas e conversa com outros pesquisadores, Clio – a musa da História – retirou o véu que encobria a pacotilha SP9-26 e encontramos o arrolamento de fogos por quarteirão⁹. Esse documento nos revelou a composição dos domicílios estancianos, sendo nomeados os chefes das residências e todos os moradores, bem como eram indicados: profissão, idade, condição civil e grau de parentesco destes. O que nos possibilitou refletir sobre as formas de morar na Estância oitocentista, ou seja, sobre a organização do espaço familiar. Desse acervo, utilizamos ainda as Listas de Qualificação de Votantes, as quais foram importantes no cruzamento de dados fornecidos por outras fontes.

Na Diocese de Estância, consultamos os Livros de batismos e Assentos de casamentos da então freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe. Nessas fontes, constatamos a presença da ilegitimidade, dos laços de solidariedade que uniam pessoas de condição civil diferente, além de perceber a importância desses sacramentos para os residentes na freguesia.

Durante nossa peregrinação, tornou-se indispensável visitar o Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga (LEV), responsável pelo acervo da Cúria Metropolitana de Salvador¹⁰. Nesse acervo, consultamos os processos de dispensas matrimoniais e os de divórcio eclesiástico movidos por cônjuges residentes na freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe, sempre atentando para os motivos elencados pelos consortes para terem suas uniões sacramentadas pela Igreja ou destituídas segundo as observâncias eclesiásticas.

Para melhor agremiar essas informações, elaboramos para cada tipologia documental, bancos de dados no programa operacional Microsoft Excel, armazenando o máximo de informações que se tornaram relevantes. Atentamos, em especial, para os nomes dos registrados nas diversas

⁹ Nesse documento não foram encontradas datas, mas o cruzamento das informações registradas com outras fontes nos leva a crer que tenha sido elaborado em 1865.

¹⁰ O Clero sergipano esteve subordinado às ordens soteropolitanas até 1910 com a criação da Diocese de Aracaju.

séries documentais, os quais se constituíram em fios condutores para que pudéssemos acompanhar as trajetórias das famílias estancianas, sendo que ao longo da pesquisa esses bancos de dados têm sido utilizados para cruzarmos as várias informações. Assim, como bem nos ensinou o historiador Carlo Ginzburg, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”¹¹.

A visitação ao passado da Estância oitocentista por meio dos filtros desse universo documental, revelou-nos um cenário repleto de detalhes e minúcias que só foram possíveis de serem percebidos mediante o uso das premissas teóricas e metodológicas de autores como Michel de Certeau e Carlo Ginzburg¹². Destarte, a investigação dos sinais, indícios e pistas deixados pelos estancianos do século XIX acerca de suas práticas cotidianas passaram a compor a trama desse enredo que estamos elaborando.

HISTÓRIA DA HISTÓRIA DA FAMÍLIA NO BRASIL

Por muitas décadas, a história da família brasileira foi vista segundo o modelo formulado por Gilberto Freyre na década de 30 do século passado. Segundo esse modelo, a família patriarcal, baseada na autoridade paterna e no estabelecimento de laços de solidariedade e dependência entre os parentes, era resultante da adaptação dos valores patriarcais e conservadores da sociedade portuguesa. Portanto, tal modelo foi aplicado, indistintamente, a toda a realidade brasileira¹³.

O cenário escolhido por Freyre para comprovar a aplicabilidade desse modelo foi as fazendas açucareiras do Nordeste escravocrata, onde a Casa-grande constituía o núcleo central deste tipo de organização

¹¹ GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de Antônio Narino. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1989. p. 175.

¹² CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. 1: As artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008; GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹³ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Introdução à História da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

familiar, chefiada pelo marido autoritário, rodeado por uma esposa, concubinas, escravas, filhos, netos, avós, agregados e escravos, os quais se encontravam sob o poder e proteção do pai-senhor. Assim, ao pai caberia, além do controle da unidade produtiva – a plantation, preservar a linhagem e a honra familiar, procurando exercer sua autoridade sobre a mulher, filhos e demais dependentes sob sua influência.

Esse modelo de estrutura familiar foi responsável pela visão quase estereotipada do marido autoritário e da esposa submissa, envolvida apenas com as prendas do lar, testemunhando e aceitando sem resistência as traições matrimoniais, bem como a presença de ilegítimos no seu lar.

Ainda nessa perspectiva teórica, outros pesquisadores também se debruçaram em estudos que visavam compreender a relação entre a família patriarcal e o Estado, assim como a organização da família em torno do pai-senhor, os laços de solidariedade entre os membros da sociedade, abordando as questões relativas ao exercício do poder sob as parentelas, os conflitos entre familiares e genealogias¹⁴.

As décadas de 50 e 60 do século XX foram marcadas pela produção de inúmeros trabalhos sobre a família brasileira que buscavam entender as bases patriarcais da nossa sociedade, sendo essa instituição analisada sob o viés das relações sociais e raciais. Desse modo, autores como Antônio Cândido de Mello e Souza,¹⁵ Emílio Willems, Donald Piersin, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, Charles Wagley, entre outros, escreveram sobre a organização e estrutura da família brasileira, o casamento e o divórcio¹⁶.

Entretanto, foi na década de 70, sob a influência da demografia histórica, que as pesquisas sobre a história da família foram retomadas.

¹⁴ VIANA, Oliveira, *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1920. VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Record, 1974. 2v. MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. PINTO, Luís de Aguiar Costa. *Lutas de Família no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980.

¹⁵ Em sua obra *A vida familiar do caipira* (1954), o autor generaliza o modelo de família patriarcal formulado por Gilberto Freyre para todo o Brasil.

¹⁶ WILLEMS, Emílio. *A Estrutura da Família Brasileira*. Sociologia, São Paulo: USP, V. XVI, n. 4, p. 327-340, 1954; NOGUEIRA, Oracy. *Família e comunidade: um estudo sociológico de Itapetininga*. Rio de Janeiro: Centro brasileiro de pesquisas educacionais/Instituto nacional de estudos pedagógicos/MEC, 1962.

Utilizando agora pesquisas empíricas sistemáticas, esses historiadores passaram a rever premissas antes cristalizadas pelos estudos de Gilberto Freyre¹⁷.

Segundo Samara, foram nos anos 1970, com grande impulso da História Social, que a família foi retomada como objeto específico de análise

Com objetivos e preocupações definidas, o conjunto da produção buscou questões estruturais de fundamental importância nesse tempo (...) Os resultados que se apresentaram, revelaram, por sua vez, ser impossível conceber uma imagem única de família aplicável ao longo do tempo para os vários segmentos sociais¹⁸.

Aliado ao impulso dado pelos novos referenciais teóricos e pela demografia histórica, a nova história da família brasileira, elaborada na década de 70, contou com o valoroso auxílio dos brasilianistas que, munidos de precisos métodos de análise demográfica desenvolvidos pelo grupo de Cambridge, pesquisaram em fontes paroquiais (registros de batizados, casamento e óbito) e cartorárias ampliando as análises e questionando o modelo de família brasileira formulado na década de 30. Esses estudos davam conta da estrutura da família, nupcialidade, equilíbrio entre os sexos e outros aspectos da dinâmica populacional¹⁹.

Na década de 80, com a consolidação da pesquisa histórica no Brasil e a adoção dos conceitos da História Social, os novos estudos sobre a família brasileira passaram a incorporar discussões a respeito da família escrava e negra, os papéis dos sexos, do casamento, do concubinato, da

¹⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Pioneira, 1974; COSTA, Iraci del Nero da. *A estrutura familiar e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX*. RIEB, n° 19, 1977; SAMARA, Eni de Mesquita. *A família na sociedade paulista do século XIX*. FFLCHSP, Tese de doutoramento, 1979.

¹⁸ SAMARA, Eni de Mesquita. *Mulheres, o poder e a família* – São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretaria do Estado da Educação de São Paulo, 1889, p.21.

¹⁹ Entre esses estudos, destacamos os desenvolvidos por Alida Metcalf, que embasada nos métodos da demografia histórica, pesquisou a organização familiar da comunidade paulista de Santana de Parnaíba setecentista, na qual percebeu as estratégias de sobrevivência e de reprodução de grupos sociais distintos (campenses plantadores e escravos). METCALF, Alida C. “Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba”. *Estudos Econômicos*, vol.17, n° 2, p. 229-243, 1987.

sexualidade, história da criança e da mulher, etc. Essas pesquisas visavam não somente constatar a existência de relações familiares diferentes do modelo freyriano, mas explicar o seu funcionamento²⁰.

Ao estudar a família paulista oitocentista, Eni Mesquita Samara, considerou as estratégias para os arranjos matrimoniais, a estrutura e função das famílias, número de filhos do casal, o tipo de família que predominou (se nuclear ou extensa) e aspectos como: as taxas de ilegitimidade, o celibato, o divórcio, o papel dos membros da família e a construção de laços de solidariedade, de acordo com a posição socio-econômica, origem e raça dos grupos sociais.

Samara concluiu que o entendimento de família patriarcal atribuído ao nordeste açucareiro e difundido como sinônimo de família brasileira, não pode ser considerado o único modelo institucional e válido que sirva para caracterizar a família brasileira de modo geral, visto que, para as regiões de São Paulo e Minas Gerais, as pesquisas demonstraram uma estrutura familiar mais simples, com um menor número de integrantes e com consideráveis índices de celibato, concubinato, ilegitimidade e divórcios. Percebeu também que o matrimônio legitimado pela Igreja predominava apenas em alguns estratos da população, de acordo com a origem e com os interesses das famílias dos nubentes. Portanto, entre a elite branca foi constatado maior índice de casamentos, enquanto as camadas subalternas preferiam o concubinato²¹.

Maria Beatriz Nizza da Silva, em sua obra *Sistema de casamento no Brasil colonial*, embasada em fontes cartorárias e paroquiais, abordou os comportamentos em relação ao matrimônio no Brasil colonial, discutindo os critérios de escolha do cônjuge; os ritos católicos para os processos matrimoniais; a vida conjugal; as condições para a realização

²⁰ A consolidação desse tema na historiografia brasileira pode ser conferida nas publicações da Revista Brasileira de História, com tema Família e Grupos de Convívio, em especial na apresentação de SAMARA, Eni Mesquita, *A história da família no Brasil*, que trouxe um balanço da produção até aquela data e da Revista Estudos Econômicos, que também consagrou um número para divulgar os resultados das pesquisas sobre a família escrava. Ver Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol.9, nº17, setembro de 1988/fevereiro de 1989 e Revista Estudos Econômicos, vol.17, nº 2, maio/agosto de 1987.

²¹ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Tudo é história).

do enlace, bem como para sua desagregação e o índice de ilegitimidade encontrado na sociedade colonial²².

Em *Valores e Vivências Matrimoniais: o triunfo do discurso amoroso, bispado do Rio de Janeiro (1750-1888)*, Sílvia Maria Jardim Brügger, procurou por meio de fontes literárias e cartorárias e paroquiais, compreender os sentimentos e vivências conjugais da época pesquisada, abordando, desse modo, a evolução dos discursos sobre o casamento, em especial, analisando a passagem da moral tridentina para a moral romântica²³.

Diante desse debate historiográfico e da constatação de que o modelo freyriano não poderia ser aplicado a toda a realidade brasileira, quer fosse na colônia ou no império, Sheila de Castro Faria, ao analisar o movimento espacial das famílias, bem como a formação e manutenção de fortunas em Campos dos Goitacases (RJ), conferiu a esta uma importância vital no mundo agrário colonial, na medida em que nesse universo pouco se referia ao indivíduo enquanto pessoa isolada. Desse modo concluiu que “a formação e manutenção de uma base familiar era essencial para garantir a sobrevivência, em zonas agrárias, e também para o enriquecimento”²⁴.

Os resultados da pesquisa de Sheila Faria diferem das anteriores, visto que, apontam para a importância da estabilidade familiar no mundo agrário, justificada pela necessidade de permanecer por mais tempo em um lugar e indica para a região de Campos dos Goitacases menores taxas de ilegitimidade, bem como constatou uma preferência, entre os grupos sociais pesquisados, por sacramentar as uniões matrimoniais²⁵. Assim, o tipo de atividade produtiva e a localização geográfica e temporal, associados aos padrões socioeconômicos também tinham grande peso nos padrões familiares.

Em meio a esse debate, a historiografia sergipana pouco inovou

²² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 1984.

²³ BRÜGGER, Sílvia M. J. *Valores e vivências matrimoniais: o triunfo do discurso amoroso* (Bispado do Rio de Janeiro: 1750-1888). Niterói: UFF, 1995. (Dissertação).

²⁴ FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 158.

²⁵ “O casamento católico era majoritariamente preferido pela população colonial essencialmente agrária e a grande parcela das maternidades era vivida no interior das relações lícitas”. FÁRIA, Sheila de Castro. Op. cit., p.57.

sobre o estudo da família²⁶. Em *A vida patriarcal em Sergipe*, Orlando Dantas, caracterizou as etnias que formaram o povo sergipano, bem como elaborou um inventário dos troncos ancestrais da classe senhorial de Sergipe, em especial da açucarocracia. Apesar de revelar as estratégias matrimoniais das famílias abastardas, a fim de preservar sua cultura, seu status, seu poder político e econômico, tal estudo configura-se superficial, na medida em que se pauta em ensaios desprovidos de dados empíricos, enaltecendo a participação da aristocracia no processo de formação do povo sergipano, em detrimento dos outros grupos sociais²⁷.

Entre os poucos trabalhos, no âmbito sergipano, que discutem a família a partir dos pressupostos teóricos da História Social, está o capítulo da dissertação de mestrado de Joceneide Cunha dos Santos, intitulado *Laços familiares e ritualísticos entre escravos*, no qual a autora, a partir de fontes paroquiais e cartorárias, procurou analisar as possibilidades de constituição e organização de famílias escravas, assim como o estabelecimento de laços afetivos e de solidariedade entre os cativos²⁸.

Já em *Entre campos e veredas da Cotinguiba: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888)*, José Mário S. Resende, advogando a premissa de que a sociedade brasileira do século XIX vivia sob o comando do senhor da Casa-grande, visto que, tinha como base a estrutura agrária, escravocrata e latifundiária, caracterizou a família aristocrática da cana, residente em Laranjeiras, utilizando-se de inventários post-mortem,

²⁶ Os estudos acerca dessa temática para Sergipe contemplam em sua maioria a família escrava. Vide: SANTANA, Joanalice Oliveira. *Introdução ao estudo da escravidão em Estância*, Comarca da Província de Sergipe Del Rey (1850-1888). Salvador, 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia; SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Laços familiares e ritualísticos entre escravos*. In: *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto*, Província de Sergipe (1850-1888). Salvador, 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia e SANTOS, Patrícia Siqueira Coutinho Magalhães. *"Pater Incertus, Matus Certa": um estudo sobre famílias escravas em Laranjeiras e Maruim, 1870-1888*. São Cristóvão, 2002. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe. Em *Aspectos de uma vivência conjugal malsucedida (1843-1845)*, temos uma breve discussão sobre a partilha dos bens de um casal que conseguiu o divórcio. ARAÚJO, Tatiana Matos de. *Aspectos de uma vivência conjugal malsucedida (1843-1845)*. São Cristóvão, 2005. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe.

²⁷ DANTAS, Orlando Vieira. *Vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

²⁸ SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Laços familiares e ritualísticos entre escravos*. In: *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto*, Província de Sergipe (1850-1888). Salvador, 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.

testamentos, diários e processos crimes, e comprovou o modelo clássico de família patriarcal²⁹.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS EXPERIÊNCIAS FAMILIARES NA ESTÂNCIA OITOCENTISTA

Ao estudar a vida socioeconômica dessa cidade durante o século XIX, por meio dos inventários post-mortem, averigüei que um considerável número de mulheres chefiava com êxito suas fortunas, após a morte dos cônjuges; constatei também que alguns escravos foram declarados casados e com filhos no cativeiro; em outros casos alguns homens declaravam em seus testamentos a existência de filhos naturais; e que entre as camadas mais pobres os enlaces matrimoniais poderiam ser justificados pela necessidade de manter a unidade produtiva³⁰.

Entretanto, para a atual pesquisa, as inquietações versam sobre as motivações que conduziram indivíduos de distintos grupos sociais a recorrerem ou não ao matrimônio sacramentado pela Igreja. Assim, percebendo por meio dos inventários post-mortem, testamentos e registros de batismo e de casamento, os índices de legitimidade dos casamentos entre os estancianos do século XIX, a moral que norteava os enlaces matrimoniais no Brasil oitocentista, cuja orientação pautava-se no texto das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), o qual explicitava que a função do casamento era a procriação. Destarte, no título LXII verificamos os objetivos das uniões dos corpos sacramentados pela Igreja:

O primeiro é o da propagação humana, ordenada, para o culto, e honra de Deos. O segundo é a fé, e lealdade, que os casados

²⁹ RESENDE, José Mário dos Santos. A família patriarcal em Laranjeiras: geografias de uma decadência. In: *Entre campos e veredas da Cotinguiba: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888)*. São Cristóvão, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe.

³⁰ SILVA, Sheyla Farias. *Riqueza em movimento: a construção de fortunas na Estância escravocrata (1850-1888)*. São Cristóvão, 2002. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe; e *Nas teias da fortuna: homens de negócios na Estância oitocentista (1820-1888)*. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.

devem guardar mutuamente. O terceiro é o da inseparabilidade dos mesmos casados, significativa da união de Christo Senhos nosso com a Igreja Catholica. Alem destes fins é também remédio da concupiscencia, e assim S. Paulo o aconselha como tal aos que não podem ser continentes³¹.

Entretanto, os documentos cartoriais nos revelam fragmentos de histórias nas quais as personagens não procuravam tão somente um remédio para a concupiscência, mas almejavam estabelecer laços de afetividade para construírem sua sobrevivência. Desse modo

O casamento ocupou um lugar estratégico e fundamental [...] A sua importância é uma decorrência da própria estrutura da família e da sociedade [...] e que possibilitava a articulação de seus componentes através das alianças matrimoniais, tornando o casamento um dos agentes no mecanismo de mobilidade social³².

Não podemos negar que motivações amorosas tenham construído relações afetivas duradoras, a exemplo do cônego Antônio Luiz de Azevedo que manteve por longas datas, como era notório na cidade de Estância, um relacionamento amoroso com a ex-escrava Jacinta Clotildes do Amor Divino, sua inventariante e herdeira. O cônego tinha como opção negar o romance e esquivá-la da partilha, no entanto, preferiu dá-lhe, segundo a sua ótica, o que era devido³³. Como a sociedade respondeu a tal reconhecimento, como viveu Jacinta Clotildes e seus filhos diante dos olhares moralistas? Será que o fato de ter dinheiro fez com que esquecessem seu passado? Recuperar essa história, dentre outras guardadas nos arquivos é um dos objetivos dessa pesquisa.

A ilegitimidade também marcou a história da família em Estância.

³¹ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Liv. I, tit. LXII.p.107.

³² SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família* – São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretária de Estado da Cultura de São Paulo, 1989, p.87.

³³ AGJES – Inventário do Cônego Antônio Luiz de Azevedo nº 07 Caixa 39 – Cartório do 2º Ofício de Estância 1848 e do D. Jacinta Clotildes do Amor Divino Inventário nº 06 Caixa 59 – Cartório do 2º Ofício de Estância 1861.

Podemos constatar isso através dos inventários, testamentos e registros de batismos. Estes últimos são muito preciosos por nos revelar as estratégias buscadas por livres e escravos a fim formar laços de solidariedade, com objetivos afetivos e até mesmo políticos, fora do seu meio social.

Ao observarmos o testamento de outro cônego, Francisco Barbosa da Costa, natural de Estância, podemos indagar sobre o universo dos ilegítimos. Vejamos:

Reconheço por meu neto, e filhas naturais, a Francisco, filho de minha finada filha natural Ursulina, primeira mulher de meu sobrinho Francisco Rodrigues das Cotias, a Lusía, mulher do senhor Herculano Gomes de Sousa, e a Constança, órfã de menor idade, que crio em minha companhia: a primeira nascida de Dona Maria Rosa Ribeiro de Oliveira, no tempo de solteira, a segunda e Dona Francisca Joana da Conceição, também no tempo de solteira, e a terceira de Dona Maria Firmina das Neves, no tempo de viúva, em virtude de cópula carnal, que por fragilidade, tive com estas, gozando elas boa forma e conceitos, sem que houvesse impedimento algum para casar-se (...) ³⁴.

De acordo com o documento, o cônego reconhece que por fragilidade mantinha relações carnisais com mulheres da sua paróquia, de algumas destas nasceram três filhas de mulheres diferentes, as quais foram reconhecidas e agraciadas na partilha dos bens, bem como seu neto. Diante do exposto, podemos perguntar: como essas mães solteiras puderam ser consideradas pela sociedade como mulheres de bons conceitos e sem impedimento para casar? Será que conseguiram reingressar no mercado dos consórcios? E os seus filhos sofreram preconceitos? Qual a relação do pai com as filhas? Ainda considerando o depoimento do cônego, duas de suas filhas já estavam casadas: a primeira com um lavrador e a segunda com um boticário da cidade ³⁵. Como tais moças ingressaram nesse universo tão disputado, como o

³⁴ AGJES – Testamento anexado ao Inventário n° 03 Caixa 71^A – Cartório do 2° Ofício de Estância 1873.

³⁵ APES - Lista de Qualificação de Votantes de Estância (1853 e 1862).

matrimonial, e conseguiram bons pretendentes? Será que houve alguma intervenção paterna, já que o primeiro era sobrinho do cônego?

Outra questão presente nas relações familiares é a dissolução dos casamentos. O que poderia justificar os divórcios concedidos pela Igreja para casais no Brasil oitocentista? Em quais casos a Igreja e a legislação permitiram que os casais se separassem – primeiro de leito e depois de casa – e como isso foi aplicado na sociedade estanciana? Como a sociedade da Estância oitocentista reagiu à separação de D. Leonísia da Silva Costa do afortunado negociante Manuel Inácio Pereira de Magalhães³⁶? Essas perguntas podem ser respondidas analisando-se os processos de petição eclesiástica de divórcio e anulação de casamento. Através desses processos, podemos perceber os aspectos do cotidiano vivenciado pelos casais, os motivos que os levaram a requerer a separação e quais os seus comportamentos diante da partilha dos bens³⁷.

Quanto à organização da família escrava, as fontes cartorárias e paroquiais demonstram que os cativos buscavam diversas estratégias para manter seus laços de afetividade. Analisando a Comarca de Lagarto, Joceneide Cunha dos Santos observou que o casamento misto entre escravos e livres não era impedido pelos senhores, tampouco, registrou altos índices de instabilidade familiares, tanto em uniões extensas ou nucleares, sendo que a morte do senhor era o principal motivo para os casos de separação dos membros da família escrava³⁸.

Ao investigar a organização da família escrava, a fim de compreender os significados atribuídos pelos cativos ao construir seus laços de solidariedade, atentamos para o espaço de convivência desses entes, identificamos a presença de laços de parentesco entre os cativos, quantas gerações estavam concentradas na mesma unidade produtiva, quais as implicações dos senhores para a manutenção desses laços, em

³⁶ Arquivo da Cúria Metropolitana da Bahia - Libelo Cível de Ação de Divórcio nº 01, Caixa 529 DI-47, 1878.

³⁷ Os documentos que versam sobre esses assuntos para Sergipe encontram-se no *Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade*. Nesse momento Sergipe ainda era subordinado à Bahia eclesiasticamente. Veiga (LEV).

³⁸ SANTOS, Joceneide Cunha dos. Laços familiares e ritualísticos entre escravos In: *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Salvador, 2004, Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.

especial no momento da partilha dos bens entre os herdeiros, assim como a incidência de uniões sacramentadas pela Igreja, a frequência desses casamentos com agentes externos à unidade produtiva e a forma como essa prática foi vista pelos senhores estancianos. Quanto à organização da família escrava, as fontes cartorárias e paroquiais demonstraram que os cativos buscaram diversas estratégias para manter seus laços de parentesco, visto que o casamento misto entre escravos e livres não era impedido pelos senhores. Como forma de socialização, os cativos preferiam que outros escravos batizassem seus filhos ou que fossem testemunhas de seus casamentos.

Portanto, essa pesquisa é de extrema relevância para a historiografia nacional, na medida em que dialoga com uma diversidade de fontes já utilizadas para reescrever a história social da família na região Sudeste, ao tempo em que põe em xeque premissas já cristalizadas acerca da família nordestina do século XIX e revela nuances do cotidiano de homens e mulheres que residiam no município de Estância.

FONTES

Fontes Manuscritas

a) Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe - AGJES

Cartório de Estância 1º e 2º ofício³⁹

Ação de Agravo Cível (1840-1890) Cx. 438

Ação de Agravo Crime (1840-1890) Cx. 659

Ação de Embargo (1840-1890) Cx.347 - 354

Ação de Libelos Cível (1840-1890) Cx. 400-420

Ação de Tutela (1840-1890) Cx. 425 – 436

Ação Executiva (1840-1890) Cx. 730 – 731

Apelação de Crime (1840-1890) Cx. 660-662

Auto de Casamento (1840-1890) Cx. 445

Corpo de delito (1840-1890) Cx. 671-673

Denúncia crime (1840-1890) Cx. 674

³⁹ Os testamentos analisados estão anexados aos inventários *post-mortem*.

Execução Cível (1840-1890) Cx. 470-480
Inventários post-mortem (1840-1890) Cx. 508 -571.
Justificação Cível (1840-1890) Cx. 594 -600.
Justificação para emancipação (1840-1890) Cx. 602-603
Livro de Termos de Tutela e fianças de órfãos (1840-1890) Cx. 618
Ofensas Verbais (1840-1890) Cx. 695
Sedução e estupro (1840-1890) Cx. 699
Sentença Cível (1840-1890) Cx. 630 -632.

b) Arquivo Público do Estado de Sergipe - APES
Lista de Qualificação de Votantes de Estância (anos 1853, 1862, 1873 e 1890)
Arrolamento de fogos por quarteirão (s/d) - pacotilha SP9 - 26

c) Arquivo da Diocese de Estância – Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe (cidade de Estância)
Livro de Assento de Batismo (1840-1890)
Registro de Assento de Casamento (1842-1878)

d) Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga (LEV) Arquivo da Cúria na Praça da Sé (Salvador/Bahia)
Libelo Cível de Ação de Divórcio Cx. 482, 506, 510, 512, 523, 525, 529, 539 e 545.
Impedimentos – Cx. 334 - 348.

Fontes impressas

AVÉ- LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, 1859*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
CASAL, Aires do. *Coreografia Basílica*. 1. ed. 1817. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1976, p. 240.
SOUZA, Marcos Antônio de. “*Memória sobre a Capitania de Sergipe. Sua fundação, população, produtores e melhoramento do que é capaz*”. Ano de 1808. In: *Revista de Aracaju*, n.º 1. Aracaju; Livraria Regina 1942.

SOUZA, Antonio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo*. 3ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. *Apontamentos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe*. IN: *Revista do IHGS*, Aracaju, v. 3, n. 6, p. 83-122, 1916.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado e do dito Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: IHGB, 1853.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA MACHADO, José de. *Vida e morte de bandeirante*. São Paulo: Martins, 1972.

AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. *Memórias de dona Sinhá*. Aracaju: Typografia Editorial/Scortecci Editora, 2005.

ALMEIDA, M. G. S. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALMEIDA, Maria Suely Kafes. *Colchas de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARAÚJO, Tatiana Matos de. *Aspectos de uma vivência conjugal malsucedida (1843-1845)*. São Cristóvão, 2005. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC 1981.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Valores e vivências matrimoniais: o*

Revista do IHGSE, n. 40, 2010

triunfo do discurso amoroso (Bispado do Rio de Janeiro, 1750-1888). Niterói, 1995. Dissertação de Mestrado – UFF.

_____. *Minas Patriarcal: família e sociedade*(São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CÂNDIDO, Antônio. *A vida familiar do caipira*. Sociologia, vol. XVI, nº 4, 1954.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. “*Laços de família e direitos no final da escravidão*” In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 337-383.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. “*História Social*.” In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. 1: As artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia-Miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992.

DANTAS, Orlando Vieira. *Vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1995.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. “*História da família e demografia histórica*”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 241-258.

FREIRE, Felisbelo. *História Territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe. Secretaria de Estado da Cultura/ FUNDEPAN, 1995.

_____. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

FREIRE, Laudelino. *Quadro Coreográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro: H.Garnier Irmãos. 1896.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Introdução à História da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1951.

GINZBURG, Carlo. *O nome e o como*. In: *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de Antônio Narino. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1989.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820 (1820-1831)*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978.

_____. *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. *Sergipe Provincial I:1820-1840*. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 2000.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

_____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2003.

PRIORE, Mary Del. "História das mulheres: as vozes do silêncio". In:

FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 217-236.

_____. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

REIS, Isabel C. F. dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

RESENDE, José Mário dos Santos. *Entre campos e veredas da Cotiguiaba: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888)*. São Cristóvão, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Tudo é história).

_____. *A história da família no Brasil*. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Vol. 9 n° 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989.

_____. *Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX*. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Vol. 8 n° 15, setembro de 1987/fevereiro de 1988, p. 91-105.

_____. *Mulheres, o poder e a família – São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria do Estado da Educação de São Paulo, 1889.

_____. *Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-XIX)*. Revista Brasileira de História - Estruturas Agrárias e Relações de Poder. Marco Zero 1991. n° 22, p. 7-8.

_____. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. Bauru: EDUSC, 2003.

SANTANA, Joalice Oliveira. *Introdução ao estudo da escravidão em Estância, Comarca da Província de Sergipe Del Rey (1850-1888)*. Salvador, 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Ser-*

gipe (1850-1888). Salvador, 2004 Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Patrícia Siqueira Coutinho Magalhães. “*Pater Incertus, Matus Certa*”: um estudo sobre famílias escravas em Laranjeiras e Maruim, 1870-1888. São Cristóvão, 2002. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal de Sergipe.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil para análise histórica. Recife, SOS corpo, 1990.

_____. “*História das mulheres*”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 1984.

SILVA, Sheyla Farias. *Riqueza em movimento: a construção de fortunas na Estância escravocrata (1850-1888)*. São Cristóvão, 2002. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe.

SILVA, Sheyla Farias. *Nas teias da fortuna: homens de negócios na Estância oitocentista (1820-1888)*. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1997.

_____. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. 2. ed. São Paulo: Ática 1992.

_____; CARDOSO, Ciro Flamarion (Orgs). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus. 1997.

Artigo recebido em junho de 2010. Aprovado em julho de 2010.

MODERNIDADE E MORADIA: aspectos do pensamento sobre a habitação popular no processo de modernização das cidades sergipanas (1890 -1955)

MODERNITY AND HOUSING: aspects of thinking about housing in the process of modernization of cities in Sergipe (1890 -1955)

Waldefrankly Rolim de Almeida Santos*

RESUMO

O presente texto reflete o projeto de doutorado desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, desde 2009, sob a orientação da professora Dra. Sylvana Maria Brandão de Aguiar. Mudanças significativas ocorreram no transcorrer das pesquisas, das aulas em Recife e dos debates com os professores e amigos - que me permitiram, na atualidade, desviar o foco e o objeto, para a fase imperial da história sergipana. No entanto, pretendo, no projeto inicial, descrever e analisar a evolução do pensamento sobre a habitação popular nas propostas de modernização das vilas e cidades sergipanas, entre a década de 1890 - momento em que as cidades apresentam seu "plano" de modernização urbana - e a década de 1950, com a construção dos primeiros conjuntos residenciais destinados às classes populares no Estado de Sergipe.

Palavras-chave: modernidade; habitação popular; Sergipe.

ABSTRACT

This paper is the result of my doctoral project developed in the graduate Program in History at the Universidade Federal de Pernambuco, since 2009, under the supervision of Dr. Sylvana Maria Brandão de Aguiar. Significant changes occurred since I started my doctoral studies, influenced by research, and the discussions in the classes. Currently, my project has a different topic and focuses on history of Sergipe during the imperial period. However, in the initial project I intended to describe and analyze the evolution of thinking about popular housing on proposals of modernization in the village and cities in Sergipe between 1890s – when the cities produced their plan of urban modernization – and the decade of 1950 with the construction of housing complex for working classes in Sergipe.

Keywords: modernization; popular housing; Sergipe.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; assessor pedagógico da ASTIN/Secretaria de Estado da Educação de Sergipe; professor da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: wrolim@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX o Brasil experimentou um intenso processo de modernização que compreendeu amplos setores da sociedade brasileira. O ritmo da industrialização do país aumentou e com ele a tentativa de integração do Brasil ao plano capitalista global. A modernização empreendida, sobretudo a partir dos anos de 1950, permitiu que se visualizasse no país o surgimento de grandes metrópoles e megalópoles, bem como que se evidenciasse o aumento do proletariado e uma intensa migração campo-cidade¹.

As cidades brasileiras se transformaram em palcos de muitos conflitos. Até os anos 1950, 64% da população total do país estava concentrada no campo – cenário tradicional da produção de riqueza – e somente 36% nas cidades. Entre 1950 e 1980 é que a inversão campo/cidade ocorre e altera esses dados, permitindo que em 1980 a população rural brasileira representasse 33% da população total do país em contraposição à urbana que passou a representar 67%². Esse aumento da população urbana contribuiu para pôr na pauta dos discursos políticos e das reivindicações sociais problemas que afetavam o interior das cidades, como o alto custo dos aluguéis e os problemas de moradia nas cidades e suas conseqüências, dentre outros.

Pretendemos aqui, entender a evolução do pensamento sobre a habitação popular nas propostas de modernização das cidades sergipanas entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Em Sergipe, as políticas urbanas destinadas a resolver os problemas do déficit de moradias, nesse período, esbarraram no grande descompasso que existia entre política habitacional e o ritmo de crescimento urbano.

Esses temas não são novos na história brasileira. A implantação do regime republicano – no final do oitocentos – seguida de fortes orientações modernizadoras, também se voltou para os espaços urba-

¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/ Campus, 2000, pp. 351-384.

² Ibid.

nos. Progresso, modernidade e garantia de ordem se completaram nas versões do pensamento positivista e evolucionista que permearam o pensamento social do período. O verbo “modernizar” assumiu assim diferentes significados e ações nos distintos espaços urbanos e realidades regionais brasileiras em que foi aplicado³.

Pensar o lugar que a habitação popular assumiu no processo de modernização das cidades implica, portanto, em ressaltar tema de certa maneira recorrente na experiência política brasileira, pois permite, conforme aponta José Murilo de Carvalho⁴ refletir sobre um ponto bastante contemporâneo. Evidencia um problema de relacionamento entre o cidadão e o Estado, ou o cidadão e o sistema político, o cidadão e a própria prática política.

Em Sergipe, encontramos no ano de 1890 cidades e vilas que começaram a apresentar instrumentos para organização dos seus espaços urbanos. Vilas e cidades tradicionais, coloniais, começaram a traçar elementos de controle e ordenação urbanos muito similares, e com orientações ligadas a estratégias de modernização. No ano de 1890 o jornal “O Republicano”, voz do governo durante os primeiros anos do regime, apresentou os novos códigos de postura de várias localidades de Sergipe. No foco dos seus artigos, encontramos dois temas importantes: habitação e comportamento do cidadão. Temas que nos remetem à natureza da República, da instituição do regime que é aquele que propunha trazer o povo para o centro da atividade política.

Tradição e modernidade permeiam a experiência sergipana. Sob o argumento da modernização e do progresso econômico, em 1855, ainda durante o império, o governo provincial aprovou e transferiu a capital de Sergipe da colonial cidade de São Cristóvão para as Terras do Olaria da Barra do Aracaju, cheias de dunas, mangues e alagadiços e

³ ABREU, Maurício de Almeida. Cidade brasileira: 1870-1930. In.: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP, 2001, p. 35-44; ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. IN: CASTRO, Iná Elias de Castro; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÉA, Roberto Lobato (Orgs.). *Brasil: questões atuais da organização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.145-184.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004; *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

nelas, também, fundou a cidade de Aracaju, projetada pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro em forma de tabuleiro de xadrez, rigidamente geométrico, plana, em contraposição à antiga cidade de São Cristóvão. A cidade de Aracaju, criada por decreto, representou a maior obra de engenharia de Sergipe e serviu como termômetro da modernização e desenvolvimento para outras cidades sergipanas. Muitas das orientações legais traçadas para as cidades sergipanas nos anos posteriores encontraram em Aracaju uma base de inspiração muito forte⁵.

Entre 1855 e 1860 a cidade saiu de uma população de 1.464 habitantes para 5.000. Ao mesmo tempo, existia uma predominância de trabalhadores agricultores que saíram do interior para trabalhar na construção da cidade, mão de obra que não usufruía dos espaços edificados nos quadrados projetados por Pirro e que no processo se estabeleceriam nas regiões vizinhas formando uma periferia desestruturada e sem opções de serviços urbanos.

Os anos entre 1900 e 1960 foram de intenso crescimento populacional. O número de habitantes passou de 21.132 para 114.162. Um aumento populacional de 440,2 %. Somente entre 1940 e 1960, o aumento representou 93,4 % do total. Esses vinte anos foram, dessa forma, os de maior crescimento demográfico. Nos anos de 1950 verificou-se um fluxo intenso da população do campo para a cidade, fruto também de uma tentativa do estado de modernização econômica que permitiu que, no campo, a agricultura desse lugar à pecuária (o que refletiu sobre a oferta de empregos no campo), e que as cidades sergipanas, sobretudo a capital, transformassem-se em centros urbanos populosos. População em busca de melhores condições de trabalho e moradia.⁶

Não é de se estranhar que o discurso construído em torno da moradia até os anos 1950 continuava a se fundamentar na referência aracajuana. Contudo, modernizar em Aracaju ainda significava ampliar o

⁵ RIBEIRO, Neuza Maria Góis. *Transformações do espaço urbano: o caso de Aracaju*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989; SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. *Práticas e apropriações na construção do urbano na Cidade de Aracaju/SE*. São Cristóvão, SE, 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, 2007.

⁶ IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, vol. 54, 1994; RIBEIRO, Neuza Maria Góis. *Op. cit.*; SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. *Op. cit.*

traçado de Pirro que já apresentava problemas graves para o processo de expansão. O moderno, nesse sentido, ainda era o tradicional. Ao ampliar seu traçado com o intuito de implementar obras de modernização, aterrando mangues com o desmoronamento de morros, o Estado acabava por expulsar também dessas regiões moradores que desde o início da cidade se apropriavam desses espaços para a moradia. Questões essas nunca tratadas pela historiografia sergipana.

No Brasil os movimentos sociais entre os anos de 1950 e 1960 já apontavam para a necessidade de reforma urbana. Em 1953, o Estado de Sergipe iniciou uma experiência de construção de conjunto habitacional com o intuito de resolver parcialmente o problema da habitação, sobretudo diante do surgimento de duas grandes favelas: a Ilha das Cobras e o Curral. Nesse sentido, ele constrói o conjunto habitacional Agamenon Magalhães.

O tema da moradia aparece na história de Sergipe com muita ênfase nos documentos sobre a cidade de Aracaju. Contudo, a partir de 1890 muitas cidades sergipanas adotaram medidas de gerenciamento urbano que incluíram a temática da habitação, todas com forte inspiração naquelas idealizadas para a capital, o que permite visualizar em termos descritivos, a evolução dessa temática urbana no Estado, como também suscitar investigações para explicação das mudanças observadas na estrutura e nas condições da vida urbana. Questões essas que não figuraram na pauta da escrita histórica sergipana.

Metodologicamente, o projeto de pesquisa que ora desenvolvo, ao tentar entender a evolução do pensamento sobre a habitação popular nas propostas de modernização das cidades sergipanas, estabeleceu como recorte a década de 1890, momento em que as cidades apresentaram seu “plano” de modernização urbana, até a década de 1950, quando diante das pressões sociais e da demanda por habitação, o Governo do Estado idealizou e construiu o conjunto habitacional de Sergipe, voltado para as classes populares, o Agamenon Magalhães. Momentos que nos possibilitam entender as ações do Estado e dos indivíduos no processo de consumo dos espaços urbanos, bem como a formação e natureza das “políticas públicas” sobre a moradia, aplicadas às cidades sergipanas.

UM POUCO DA DISCUSSÃO...

A inserção das cidades em um “projeto de modernidade” entre o século XIX e XX, bem como o desenvolvimento urbano processado nos principais centros urbanos do país, tem sido tema de estudos produzidos pelas ciências sociais e humanas por várias décadas.

A modernidade, conforme escreveu Rezende “e todas as suas possíveis derivações têm sua materialidade que atinge o cotidiano da sociedade e modifica as relações sociais. As suas repercussões, a sua penetração nos múltiplos espaços do fazer político, social, econômico dizem muito das relações de poder existentes”⁷. Relações percebidas por outros historiadores como Henri Lefebvre⁸ e partilhada no Brasil por estudos que tentam encontrar suas peculiaridades regionais, a exemplo de Nabil Bonduki em “Origens da habitação social no Brasil”; Raquel Rolnik em “A cidade e a lei”; de Lílian Vaz em “Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX”; de Telma de Barros Correia em “A construção do habitat moderno no Brasil: 1870-1950”; de Carlos A. Lemos e Maria Ruth Sampaio em “Casas proletárias em São Paulo”; Carlos Lemos em “A República ensina a morar, melhor”.

São estudos com forte cunho histórico, elaborados em sua maioria por arquitetos e urbanistas, cujo foco reside no problema da moradia e das políticas públicas adotadas no Brasil, diante do crescimento e das transformações das cidades.

Esses estudos revelam a complexidade do objeto cidade, algo já apontado por Menezes, quando assumiu que qualquer redução conceitual na compreensão desses espaços pode resultar em problemas interpretativos, uma vez que a cidade e o urbano na atualidade não se enquadram como expressão de um modo de produção específico (Marx), nem mesmo apenas como base da associação humana (Weber), ou como lócus da divisão do trabalho (Durkheim)⁹.

⁷ REZENDE, Antônio Paulo. *Em (Des)encantos modernos*. Recife: FUNDARPE, 1997, p.117.

⁸ LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969; *A cidade capital*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

⁹ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Prefácio: Cidade capital, hoje? In. SALGUEIRO, Heliana Angotti. (Org.) *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos*. São Paulo: Ed. da USP, 2001, p.11.

A cidade, no que já nos lembrou Enrique Leff, representa uma das formas de organização do habitat pelo homem, possível a partir de uma relação dialética que inclui, a saber: espacialidade geográfica – organização ecológica – significação cultural¹⁰. Trata-se de uma abordagem dinâmica da cultura e da história. Nesses “microcosmos” urbanos as relações entre modernidade, cidade e moradia se constroem entre os mais diversos agentes históricos, nas perspectivas das relações de poder tramadas nesse ínterim.

Na UNICAMP, os trabalhos coordenados pela historiadora Maria Stella Bresciani se enquadram nessa perspectiva. Dentre suas publicações importantes, convém destacar o artigo “A cidade: objeto de estudo e experiência” publicado na Revista Estudos Urbanos e Regionais, em novembro de 2004 e o livro “Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza”, do mesmo ano. Ambos apontam na direção de uma história social da moradia.

A necessidade de se pensar as peculiaridades regionais desses processos de modernização que envolvem a habitação popular vem ao encontro da nossa proposta de pesquisa no sentido de garantir que em Sergipe esse processo seja discutido à luz da história social. A historiografia incorporou a noção de progresso e desenvolvimento que justificou por anos as ações de modernização urbana. Nesse sentido, a cidade foi sempre vista e descrita sob a perspectiva do desenvolvimento material, ligado ao desenvolvimento econômico do Estado. Assim, os anônimos da história, o homem “ordinário” a que se refere De Certeau¹¹, não conseguiu ser percebido quando em seus conflitos no interior das cidades.

De acordo com Michel de Certeau¹², a cidade enquanto conceito operatório, instaurada pelo discurso urbanístico, estabelece como uma de suas trípliques operações “um não tempo ou um sistema sincrônico para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições: estratégias científicas unívocas, possibilitadas pela redução niveladora de todos os

¹⁰ LEFF, Enrique. *Saber ambiental*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlinch Orth. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

¹¹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Vol. 1. 11 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

¹² *Ibid*, p. 173.

dados”, encontrando significado somente na própria idéia que a criou.

Nesse aspecto, ela se constrói também por um processo de adequação de sentido às práticas de seus usuários por um processo de normatização. Ela se insere nas representações dos profissionais que a fundaram. No século XIX, em particular, o pensamento sobre as grandes cidades discutiu com bastante recorrência as possibilidades de múltiplas intervenções sobre o espaço construído e sobre o papel do Estado nesse contexto. Sua operacionalização se deparou com dois tipos de pensamentos, que inicialmente disputaram a primazia do conhecimento sobre as cidades: o saber médico e o saber da engenharia.

O comportamento contemplativo da história de Sergipe diante do crescimento e do processo de formação das cidades, em especial Aracaju, encontra um paralelo no que Marshall Berman define por modernidade pastoral. Ao apresentar os impactos do modernismo nas ruas de Paris sobre a obra poética de Baudelaire, ele o fez apresentando duas visões distintas que aparecem e se entrecruzam nos escritos do poeta e que definem alguns dos contornos assumidos pelo modernismo¹³.

A primeira delas se caracteriza por uma atitude contemplativa diante das transformações operadas no espaço parisiense. Celebra o progresso humano sem obstáculos materializado nas transformações da cidade e o identifica com a capacidade criativa burguesa. O desejo de progresso humano como desejo universal se anuncia nos desejos de progresso material, da indústria, economia e artes. A segunda distingue-se pela atitude crítica e pela oposição à primeira. Nesse sentido, a atitude contemplativa cede lugar à crítica a moderna idéia de progresso material. Respectivamente denominadas por Modernidade Pastoral e Antipastoral, elas encerram uma compreensão das transformações na cidade de Paris no período de Haussmann, presentes nas temáticas dos vários escritos do poeta.

Por sua vez, na experiência sergipana não será a poesia que fará esse papel, mas a prosa historiográfica. Constrói-se pela contemplação e pela atitude pastoral (uma das poucas exceções foi Felisbelo Freire,

¹³ BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

em sua “História de Sergipe” de 1891). A ode à cidade na perspectiva do seu desenvolvimento e evolução material, entendida como estágio do progresso humano, encontra sentido quando cruzadas com as narrativas que justificam as práticas sobre o ambiente, sobre a natureza. A atitude pastoral descortina-se por traz de uma leitura da cidade com ênfase na visualidade. Aspectos das transformações do cenário urbano.

Nas produções sobre as cidades sergipanas, Aracaju tem dominado as pesquisas. Elas são esparsas e com pouca visão de conjunto¹⁴, como ressaltou o professor José Calazans Brandão da Silva, ainda na década de 1970, quando levantou a situação da historiografia sergipana sobre os municípios.¹⁵

Na mesma década, precisamente em 1973, o professor e historiador José Silvério Leite Fontes – identificando o problema em questão – escreveu o texto “Cidades e vilas de Sergipe no século XIX - depoimentos”, produzido em forma de comunicação científica e apresentado no VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, realizado em Belo Horizonte/MG naquele ano¹⁶. O autor apresenta e comenta um conjunto de fontes para o estudo das cidades e vilas de Sergipe no século XIX. Entre as suas intenções, estava a de que essas informações possibilitariam – aos futuros pesquisadores – investigar as mudanças observadas na estrutura e nas condições da vida urbana em Sergipe.

Em um balanço mais recente sobre a historiografia dos municípios, publicado no ano de 2000, evidenciou-se bem a realidade dos estudos históricos existentes no Estado, confirmando, em parte, o quadro apresentado nos anos de 1970:

¹⁴ Não negamos a existência de outros estudos interessantes e relevantes sobre os municípios sergipanos. Textos que, inclusive, tentaram uma visão de conjunto sobre o Estado: SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe, 1820-1920*. São Paulo: [s.n.], 1920; FREIRE, Laudelino. *Quadro chorográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro: Gamer, 1896; LISBOA, J. C. Silva. *Corografia do Estado de Sergipe*. Aracaju: Imp. Oficial, 1897; *ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: Alagoas – Sergipe*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. V. 19, p. 221-488, bem como outros de menor propósito mas com fundamentos importantes e bem embasados. Preferimos não elaborar uma revisão sistemática e completa. Aqui irão alguns, apenas como um exercício argumentativo diante do que consideramos pertinentes, para o que ensaiamos nesta exposição.

¹⁵ SILVA, José Calazans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDEC, 1992.

¹⁶ Mais recentemente, em 2002, essa comunicação foi republicada na edição n. 33 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

São melhor conhecidas as informações sobre a zona econômica e politicamente mais importante dos séculos XVIII e XIX, o vale do Cotinguiba – zona açucareira por excelência – enquanto o Baixo São Francisco, a região do rio Real, a região central e a fronteira Oeste com a Bahia são assinaladas por grandes lacunas ou pela falta absoluta de dados históricos. Esta situação coincide com outra realidade que quem quer que visualize o mapa dos serviços, da malha urbana e da população de Sergipe verificará: uma concentração no litoral e na região Sul do Estado, enquanto o vazio ou a instalação esparsa caracteriza as demais regiões¹⁷.

Em 2003 um artigo se fez inovador, pela especificidade do tema da habitação. Nesse artigo, publicado na Revista de Aracaju, o historiador Amâncio Cardoso levantou os problemas da “Cidade de Palha” em Aracaju entre os anos de 1855-1895. Com base nos anúncios da imprensa sergipana do período, o pesquisador esboçou uma análise das condições de moradia em uma cidade “planejada”. Suscitou, portanto, os problemas do processo de periferização comum às cidades de desenvolvimento tipo centro-periferia.

Uma tentativa sistemática de entender o desenvolvimento da capital aracajuana, contemplando o tema da habitação, foi realizada em 2007 na dissertação intitulada “Práticas e apropriações na construção do urbano na cidade de Aracaju” (1855-1920). Quando realizamos no intuito de descrever e analisar como evoluiu a legislação urbana de Aracaju na perspectiva do seu meio ambiente entre as décadas de 1855 e 1920. Da mesma maneira, entender como se processou o gerenciamento da cidade de Aracaju em seus anos iniciais na articulação da questão

¹⁷ Comunicação apresentada como resultado do trabalho desenvolvido durante três anos (1996/1998) no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC na Universidade Federal de Sergipe (UFS), intitulado “Histórias dos Municípios Sergipanos – uma análise historiográfica”, orientado pela Prof.^a Dra. Terezinha Alves de Oliva. Cf.: OLIVA, Terezinha Alves de; OLIVEIRA, Itamar Freitas de; MORAIS JÚNIOR, Pércles; SANTOS, Elissandra Silva. *Historiografia das cidades sergipanas*. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. 6. 2000, Natal. *Trabalhos publicados*. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1. CD-ROM.

urbana com o seu desenvolvimento.

Nessa pesquisa, o tema da moradia popular e da habitação de palha foi analisado à luz dos processos de periferização. Restrita à cidade de Aracaju, e com forte cunho urbano-ambiental, essa dissertação estabeleceu um ponto de reflexão que ligou as condições ambientais que se firmaram nos processos de consumo dos espaços e as estratégias dos indivíduos nesse contexto. Essas análises permitem que no mesmo caminho e com o mesmo aporte teórico utilizado (Michel de Certeau) novas pesquisas sejam desenvolvidas a partir de uma perspectiva que se concentre na relação entre modernidade e moradia na constituição das vilas e cidades sergipanas no período republicano.

ENSAIANDO UM PRETEXTO

Na atualidade, o aparecimento de favelas e o crescente aumento populacional das cidades sergipanas, atrelado ao descompasso na oferta dos serviços públicos para as regiões periféricas e com população de baixa renda têm permitido que a temática da habitação para as classes populares em centros urbanos em desenvolvimento figure com destaque nos discursos políticos e nas ações de reivindicação de diversos movimentos de representação popular.

O surgimento de favelas nos centros urbanos e o seu “combate” pelo Estado, por sua vez, não representam preocupações restritas à contemporaneidade. Elas figuram como ações que possuem história. Em Aracaju, por exemplo, as ações de aterramento e desmonte de morros foram medidas de expansão da cidade desde o seu nascimento em 1855. A população com melhor poder aquisitivo residia nas áreas com melhores condições para construir, áreas não alagadas e aterradas cujas terras agora possuíam um alto valor de mercado. Para a população mais pobre, as terras mais baratas e menos policiadas sob o ponto de vista da legislação urbana não contavam com as mesmas vantagens estruturais. Alagadiços, mangues e dunas foram locais habitados por população com baixo poder aquisitivo, cujo processo de expansão da cidade e de valo-

rização de novos espaços promovido entre a parceria público-privado ia afastando pouco a pouco, ou expulsando bruscamente. Encostas, morros, mangues e alagadiços foram espaços ocupados para habitação (e de certo modo ainda são).

Quando do processo de demolição ou de aterramentos efetuados pelo Estado ou pela iniciativa privada com o seu aval, essas populações eram obrigadas a se retirar desses locais, gerando assim, problemas e conflitos que se refletiram nas disputas por espaços nas cidades geradas pelas medidas modernizadoras e pela ambigüidade das políticas públicas no trato das questões urbanas em época de intenso crescimento populacional. Foi assim com a destruição do “Morro do Bomfim”, na região bastante populosa no atual centro da cidade de Aracaju (em 1955), para a construção da Estação Rodoviária e abertura de novas vias, no ano de comemoração do centenário da Cidade, bem como dos morros da região sul, para a construção do Aeroporto do Estado (1955), conforme escreveu o memorialista¹⁸, e foi notícia nos Jornais da época, a exemplo do Correio de Aracaju de 16 de março de 1955 (p.07), ao publicar que “o morro do Bomfim, como maior obstáculo, era o espantinho dos urbanistas; assim como os alagados de marinha do bairro Industrial eram o espantinho dos higienistas”.

Na evolução do pensamento sobre a habitação popular nas propostas de modernização das cidades sergipanas, essas questões não foram pensadas. Nesse sentido, este projeto de pesquisa, ao tempo que reflete sobre questões que permitem entender as configurações dos espaços e avaliar as políticas públicas atuais, possibilita preencher uma lacuna na historiografia sobre as cidades sergipanas com enfoque voltado para uma história social da moradia de modo a compreender no processo de consumo dos espaços, o lugar da habitação e das classes populares na história de Sergipe.

Não seriam outros os objetivos nessa fase de pesquisa, quando somos tomados por grandes ambições. Ambicionamos descrever e

¹⁸ O memorialista Murilo Mellins dedicou uma parte de suas memórias a região do Morro do Bomfim, em Aracaju, apresentando algumas mudanças empreendidas no local na década de 1950. Cf.: MELINS, Murillo. *Aracaju romântica que vi e vivi: anos 40 e 50*. 3. ed. amp. Aracaju: UNIT, 2007.

analisar a evolução do pensamento sobre a habitação popular nas propostas de modernização das cidades sergipanas, entre a década de 1890 – momento em que as cidades e vilas apresentaram alguns “planos” de modernização urbana – e a década de 1950, com a construção dos primeiros conjuntos residenciais destinados às classes populares no Estado de Sergipe.

Para isso, traçamos três percursos iniciais: (1) identificar na legislação urbana produzida nas cidades sergipanas a temática da habitação e os discursos formulados sobre a habitação popular; (2) mapear as principais ações de modernização urbana empreendidas pelo Estado e os conflitos gerados com a população em torno da idéia da habitação popular em Sergipe; (3) analisar as primeiras ações do Estado na elaboração de uma política habitacional para as classes populares diante do crescimento urbano das cidades.

ESTRATAGEMAS, ARTIFÍCIO OU UM SIMPLES ESBOÇO METODOLÓGICO

Este projeto de pesquisa surgiu como continuidade das pesquisas empreendidas durante o mestrado que resultaram na dissertação “Práticas e apropriações na construção do urbano na cidade de Aracaju”, defendida em 2007. Nos últimos anos intensificamos as leituras sobre modernidade, urbanização e cidades tentando analisar o problema da moradia nos centros urbanos, sobretudo no período republicano. Isso nos fez perceber a importância de desenvolver essa análise em Sergipe, em nível de doutorado, diante do contexto de seu desenvolvimento. Sobre as fontes documentais, conseguimos mapear e reunir as leis e resoluções das cidades sergipanas que orientaram suas transformações, sobretudo os códigos de posturas, tanto os do século XIX como os do século XX.

Na atualidade, grande parte dos estudos sobre o início, o desenvolvimento e a modernização das cidades sergipanas a partir da implantação do regime republicano no Brasil tem se concentrado nas discussões sobre o desenvolvimento da cidade de Aracaju. Contudo, o ideal republicano não se estendeu apenas à experiência aracajuana.

Outros núcleos urbanos apresentaram um projeto de modernização nos anos que se seguiram a 1890 com peculiaridades que nos permitem visualizar aspectos da cultura do urbano no Estado, forjados nas inter-relações desenvolvidas entre tradição e modernidade, saber técnico, polícia e política. Assim sendo, além da capital, conseguimos encontrar os códigos de posturas e orientações legais para ações urbanas, do período entre 1890 e 1940, de onze municípios sergipanos, a saber: Divina Pastora, Santa Luzia, Pacatuba, Japaratuba, Aquidabã, Propriá, Itabaiana, Arauá, Estância, N. Sra. do Socorro, Maruim. Documentos esses encontrados e recolhidos de várias instituições do Estado: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Arquivo Público do Estado de Sergipe, Biblioteca Pública Estadual. Os referidos documentos permitem evidenciar as características do desenvolvimento empreendido nessas cidades, como também, as fortes contradições entre tradição e modernidade existentes nas diversas representações e práticas exercidas sobre o urbano.

Em Aracaju reunimos a legislação produzida em 1856, 1858, 1860, 1861, 1864, 1872, 1881, 1903, 1912, 1926, 1938, 1941 cujos conteúdos serão analisados e cruzados com outros referenciais empíricos, como autos de infração de postura, relatórios de governo, jornais locais do período, mensagens da intendência municipal, dentre outros. Destaque para o período republicano.

No Arquivo do Judiciário do Estado, identificamos ações de embargo e disputas de terras, como também alguns dos contratos firmados entre o Estado e a iniciativa privada para demolição dos morros, aterramentos de mangues apresentam em seu interior informações sobre outras formas de moradia, nessas regiões de morros e mangues, que em nenhum momento foi tratada pela historiografia sergipana, bem como a contrapartida do Estado e da iniciativa privada para execução dos contratos. Alguns desses processos estão sendo trabalhados neste momento, divididos em três pesquisas.

As ações na década de 1950 de demolição de morros e aterramentos de zonas alagadiças para construção dos conjuntos habitacionais, em especial do Agamenon Magalhães, para a construção do Aeroporto e para o desmonte do Morro do Bomfim e construção da Rodoviária

da Capital estão sendo coletadas, neste momento. O Arquivo Público do Estado de Sergipe – APES, órgão do executivo estadual conserva a documentação sobre obras públicas, além de ofícios, requerimentos, plantas, discursos governamentais, dentre outros que permitem, metodologicamente, entender as ações de modernização empreendidas em Sergipe pelo Governo do Estado.

Os documentos serão examinados através da técnica da Análise de Conteúdo, conceituada por Bardin como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens¹⁹.

A Análise de Conteúdo se desenvolveu nos Estados Unidos, no contexto behaviorista das ciências humanas, para analisar inicialmente material jornalístico. A partir da Primeira Guerra Mundial, passou a ser aplicada na análise das orientações políticas e estratégicas dos países estrangeiros, tendência acentuada com a Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria. A partir da década de 1950, seu uso se estendeu a outras disciplinas como a História, a Etnologia, a Linguística, a Psiquiatria e a Psicanálise. As contribuições dessas disciplinas criaram algumas disputas no campo epistemológico, entre o modelo instrumental e o representacional, e no plano metodológico, entre a abordagem quantitativa e a qualitativa. A partir da década de 1960, a técnica passou a contar com o auxílio do computador e de programas de informática desenvolvidos com esse fim, facilitando o trabalho de pesquisadores que utilizam grande quantidade de material²⁰.

Segundo Bauer e Gaskel, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida, que pode mediar a improdutiva discussão sobre métodos quantitativos e qualitativos nas ciências sociais²¹. Trata-se de um método de investigação baseado na inferência que se aplica às for-

¹⁹ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 42.

²⁰ Ibid.

²¹ BAUER, Martin W.; GASKEL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Trad. Pedrinho A. Guareschi, 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

mas de comunicação extremamente diversificadas, com o objetivo de desvendar os sentidos escondidos nos discursos. Como lembrou Bardin, “apelar para estes instrumentos de investigação (...) é rejeitar a tentação da sociologia ingênua, que acredita poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais (...) é dizer não à leitura simples do real”²².

Os textos coletados através da pesquisa documental estão passando por um processo de pré-análise, constituída pela escolha dos documentos, formulação de hipóteses, objetivos e de indicadores que fundamentem a interpretação. Inicialmente, procedemos a uma leitura flutuante dos documentos para estabelecer contato com o material a ser analisado, no sentido de constituir um corpus documental.

Diante da opção por uma análise de conteúdo temática, na leitura flutuante, serão mapeados os temas-eixos emergentes nos documentos. Passaremos então à fragmentação do material, numa fase de codificação. A partir desse momento, será necessário um tratamento separado dos dados. Assim, serão criados codificadores para a classificação do material. O tratamento dos resultados será efetuado recorrendo a indicadores quantitativos e qualitativos e baseado nos objetivos da pesquisa, quando serão formuladas inferências através da análise categorial. Um ténue fio condutor das análises deste trabalho são as idéias de Michel de Certeau esboçada em sua obra “A invenção²³ do Cotidiano”, onde o conceito de uso se correlaciona às práticas espaciais sobre a cidade.

O FINAL DO COMEÇO...

O presente texto foi elaborado a partir de um projeto de doutorado desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, desde 2009, sob a orientação da Prof^a. Dra. Sylvana Maria Brandão de Aguiar. Mudanças significativas ocorreram no transcorrer das pesquisas, das aulas em Recife e dos de-

²² BARDIN, Laurence. *Op. cit.*, p. 28

²³ CERTEAU, Michel de. *Op. cit.*

bates com os professores e amigos – que nos permitiram, na atualidade, desviar o foco e objeto, para a fase imperial da história sergipana.

Ele é fruto de observações de pesquisas que já vinham sendo desenvolvidas desde 2002. Ainda quando da monografia de conclusão da graduação, enfocamos o discurso monumental das obras públicas de cunho Art Deco e, posteriormente, depois de manter contato com várias fontes, começamos a acompanhar as ordenações do urbano e as idealizações do moderno e seus efeitos sobre a moradia e a periferia de Aracaju.

Assim o mestrado seguiu um caminho de coleta de fontes e análises que, em parte, foram frutos de pesquisas documentais da graduação e de novas pesquisas empreendidas no seu decorrer. As dificuldades anteriores de coleta e análise de dados, hoje foram minimizadas, uma vez que temos conduzido, no exercício do magistério, pesquisas com alunos da graduação que tem revelado novos problemas para a história das cidades e descoberto novos referenciais empíricos que nos ajudam a estender o projeto para o estado de Sergipe, já não mais se restringindo à capital, Aracaju.

Assim, do ponto de reflexão de uma história urbana, nosso projeto espera contribuir no sentido de abrir em Sergipe um diálogo possível com as cidades, a partir da análise de um dos problemas mais recorrentes: a habitação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Cidade brasileira: 1870-1930*. In.: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP, 2001, p. 35-44.

ABREU, Maurício de Almeida. *Pensando a cidade no Brasil do passado*. IN: CASTRO, Iná Elias de Castro; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Brasil: questões atuais da organização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.145-184.

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, Martin W.; GASKEL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Trad. Pedrinho A. Guareschi, 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRESCIANI, M. S. M. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. v. 1.
- BRESCIANI, M. S. M. *A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada*. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, Salvador, v. 6, n. 2, p. 9-26, 2004.
- CARDOSO, Amâncio. *Cidade de palha: Aracaju 1855-1895*. Revista de Aracaju. Aracaju, n. 10, p. 111-115, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 11 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. v.1.
- CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil: 1870-1950*, de. São Carlos, RiMa / FAPESP, 2004, 115p.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: Alagoas – Sergipe. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. V. 19. p. 221-488.
- FONTES, José Silvério Leite. *Cidades e vilas de Sergipe no século XIX – depoimentos*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. n. 33, 2002.
- FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe (1575-1855)*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891.
- FREIRE, Laudelino. *Quadro chorográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro: Gamer, 1896.

- IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, vol. 54, 1994.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlinch Orth. 4. ed. Petrópolis:Vozes, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade capital*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 180 p.
- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LEMOS, A. Carlos. *Casa paulista*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LEMOS, Carlos; SAMPAIO, Maria R. A. *Casas proletárias em São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- LEMOS, Carlos. *A República ensina a morar, melhor*. São Paulo: Hucitec, 1999 (Estudos históricos; 39).
- LISBOA, J. C. Silva. *Corografia do Estado de Sergipe*. Aracaju: Imp. Oficial, 1897.
- MELINS, Murillo. *Aracaju romantica que vi e vivi: anos 40 e 50*. 3. ed. amp. Aracaju: UNIT, 2007.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. *Prefácio: Cidade capital, hoje?* In: SALGUEIRO, Heliana Angotti. (Org.) *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos*. São Paulo: Ed. da USP, 2001, pp. 9-18.
- BONDUKI, N. G. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Editora Estação Liberdade/FAPESP, 1998.
- OLIVA, Terezinha Alves de; OLIVEIRA, Itamar Freitas de; MORAIS JÚNIOR, Pérciles; SANTOS, Elissandra Silva. *Historiografia das cidades sergipanas*. In: *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. 6. 2000, Natal. Trabalhos publicados. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000. 1. CD-ROM.
- REZENDE, Antônio Paulo. *Em (Des)encantos modernos*. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Neuza Maria Góis. *Transformações do espaço urbano: o caso de Aracaju*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fapesp: Studio Nóbel, 1997.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. *Práticas e apropriações na construção do urbano na Cidade de Aracaju/SE*. São Cristóvão, SE, 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, 2007.

SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe, 1820-1920*. São Paulo: [s.n.], 1920.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984*. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2000, pp. 351-384.

SILVA, José Calazans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDEC, 1992.

VAZ, Lílian Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro - séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2002.

VILLAÇA, Flávio. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In. DEÁK, Csaba; SHIFFER, Sueli Ramos. (Orgs). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999, pp. 169-243.

Artigo recebido em junho de 2010. Aprovado em julho de 2010.

LOUVANDO O SANTO:
história, cultura e
religiosidade no percurso de
uma pesquisa histórica

PRAISING THE SAINT:
history, culture and religiosity in
the course of a historical research

Claudefranklin Monteiro Santos*

RESUMO

A necessidade de uma reflexão em torno da trajetória do pesquisador e da pesquisa histórica, tendo por base um projeto de pesquisa de doutorado em História para a UFPE é a tônica do presente trabalho. A Festa de São Benedito em Lagarto-SE (1856-1928) é discutida numa perspectiva teórica que reúne uma análise centrada na relação entre história, cultura e religiosidade, buscando afirmar a festa como um legítimo objeto da pesquisa histórica. Trata-se de um inventário histórico-historiográfico com vistas a divulgar a produção acadêmica atual, dentro da necessidade de se pensar uma história de Sergipe sob a ótica de uma história local.

Palavras-chave: pesquisa histórica; Festa de São Benedito em Lagarto; religiosidade.

ABSTRACT

The need of a reflection around the researcher's path and of the historical research, tends for base a project of research of Doctorate in History for UFPE is the tonic of the present work. São Benedito's Party in Lagarto-SE (1856-1928) it is discussed in a theoretical perspective that it gathers an analysis centered in the relationship among history, culture and religiosity, looking for to affirm the party as a legitimate object of the historical research. It is an inventory historical-historiográfico with views to publish the current academic production, inside of the need to think a history of Sergipe under the optics of a local history.

Keywords: historical research; São Benedito's Party in Lagarto-SE; religiosity.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe – DHI/UFS. E-mail: franklin.monteiro@hotmail.com

APRESENTAÇÃO

As linhas que se seguem são resultado de reflexões desenvolvidas no curso de extensão “Percurso da Pesquisa Histórica”, ocorrido entre os dias 05 de abril e 28 de maio de 2010, organizado, pelo Prof. Dr. Augusto da Silva, professor de Teoria da História, do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Originalmente intitulada “Louvando o Santo: História, Cultura e Religiosidade Popular”, minha conferência se deu no dia 17 de maio e foi uma oportunidade importante para refletir não só sobre a pesquisa histórica, mas também sobre uma trajetória de pesquisa nessa área.

A proposta foi salutar, pois também me permitiu que pudesse dialogar com uma temática que venho versando desde 2007 e que agora se tornou meu objeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Trata-se de uma discussão que já fora explorada por mim na própria Revista do IHGSE¹ e em outro texto publicado no site do GPCIR², mas que agora ganha uma roupagem mais aprofundada, em nível de doutoramento, e que discute elementos como formação da elite eclesiástica em Sergipe e a religiosidade popular, sob a ótica da Festa de São Benedito na Villa do Lagarto (1854-1928).

O texto que ora apresento, além de ser um espaço de reflexão em torno da trajetória do pesquisador em História, também o é na perspectiva da própria pesquisa em si, permitindo aos neófitos em pesquisa histórica de Sergipe, encontrar alento e encaminhamentos que tornem suas trajetórias menos traumáticas e quiçá mais promissoras, frente não só aos obstáculos que vamos encontrando no caminho, bem como àqueles que nós mesmos criamos diante de nossa embrionária apatia.

¹ SANTOS, Claudefranklin Monteiro. A Festa de São Benedito em Lagarto-SE: do auge ao esvaziamento sócio-cultural e religioso (1874-1928). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 37, p. 71-97, 2008.

² SANTOS, Claudefranklin Monteiro. A festa como objeto de pesquisa histórica no campo da religiosidade. São Cristóvão: GPCIR/UFS, 2008. Disponível em: <http://gpcir.sites.uol.com.br/ce/claudefranklin.pdf>. Acessado em 09 de junho de 2010.

DO PESQUISADOR

“A dor força a inteligência a pesquisar como certos prazeres insólitos põem a memória a funcionar”. (Gilles Deleuze)

Quando se é adolescente, os planos são sempre pouco ambiciosos, ainda mais quando se opta por morar no interior de Sergipe. A maioria dos jovens de minha idade, 17 anos, sequer concluiu o hoje chamado Ensino Médio. Os anos 1990 se anunciavam confusos para aquela geração, mas também desafiantes e repletos de possibilidades de mudança, palavra cara à história.

A minha entrada e estada no nível superior, ocorre numa época em que o Departamento de História da UFS vivia mais uma de suas reformas curriculares. Em 1992, se discutia a necessidade de um trabalho de pesquisa que envolvesse o alunado nesse universo da seara historiográfica. A tão propalada monografia de final de curso tornou-se uma exigência pelos idos de 1995 e foi recebida como se fosse uma espécie de tese. Que o digam eu e os formandos daquela época, as primeiras “cobaias” de uma medida que deu certo, ainda que pesem sobre ela até hoje as mazelas de uma dolorosa elucubração mental, que poderia ser amenizada frente à consciência de que se trata apenas de um trabalho de iniciação à pesquisa histórica.

Afora isto, o que importa saber desse período é que o DHI vai desde então produzir uma larga produção historiográfica³, de temas os mais diversos, com predominância sobre a História de Sergipe, criando um leque de possibilidades para seu alunado, que embora só saísse licenciado em História, o fará galgar passos ainda mais largos.

Muitos daquela geração se viram diante de uma coisa que é chave na pesquisa histórica: a escolha do objeto. Embora a idéia de escolha

³ Inventário das monografias de graduação do DHI. Programa de Pesquisa e Documentação Histórica (PDPH). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2007. Disponível em <http://www.proead.unit.br/professor/waldefrankly/arquivos/textos/monografiahistoriadas%20PDPH%20UFS.pdf>. Acessado em 09 de junho de 2010.

implique numa autonomia, o que se sabe, é que, naquela idade, nada é escolha. Assim, nessa caminhada pela busca de temas voltados para Sergipe, vi-me diante de Manoel Bomfim⁴, sob o qual pesava a peja do desconhecido.

A escolha do objeto se deu por meio de um artigo apresentado pela Prof. Msc. Maria Nely dos Santos⁵, numa de suas laboriosas aulas de Prática de Pesquisa, sobre o sergipano que nadou contra a corrente ideológica de um tempo dominado pelas explicações eugênicas, cujo expoente era o lagartense Sílvio Romero, propondo uma nova e radical imagem do Brasil, onde os males do atraso se concentravam na herança portuguesa e na falta de instrução. Minha primeira experiência na pesquisa histórica, fez com que optasse por uma incursão às Ciências Sociais, onde tentei discutir a formação da identidade nacional brasileira⁶. Entre os marcos teóricos, destaque para: Maria Thétis Nunes, José Maria de Oliveira Silva, Darcy Ribeiro e Renato Ortiz. A orientação ficou a cargo da Prof^a. Dra. Terezinha Oliva⁷, um de meus grandes referenciais de vida.

O sofrimento de uma monografia “parida” a fórceps, considerando a falta de regalias tecnológicas que os graduandos atuais dominam com maestria, abriu-me as portas da inteligência, mas também fechou, temporariamente, a idéia de uma continuidade, da qual só a geração

⁴ Intelectual sergipano nascido no dia 08 de agosto de 1868, tornou-se célebre no Rio de Janeiro, sobretudo por sua obra “América Latina: males de origem” (1905), onde ressaltava uma dependência do Brasil em relação às potências econômicas e um atraso advindo de uma má formação histórica. Também ficaram conhecidos seus escritos sobre a discussão em torno da identidade nacional e pela peleja pessoal e intelectual com outro sergipano, Sílvio Romero. Faleceu no Rio de Janeiro em 1932, em plena instauração de um processo revolucionário, que embora não fosse o que ele aspirava, tomava conta do Brasil.

⁵ Ex-professora do Departamento de História da UFS; tornou-se conhecida por sua dedicação à pesquisa histórica sergipana, estimulando seus alunos a desenvolverem temáticas voltadas para uma história regional e local. Aposentada, ainda cultiva sua leitura de jornais e uma boa conversa. Em 1999, publica a obra “Professora Thétis: uma vida”, tornando-se uma importante referência biográfica de uma das mais importantes historiadoras sergipanas.

⁶ SANTOS, Claudfranklin Monteiro. A identidade nacional e Manoel Bomfim: sua contribuição. Monografia. Departamento de História. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1995.

⁷ Ex-professora do Departamento de História da UFS; foi uma das primeiras pessoas a resgatar a obra de Manoel Bomfim, depois de Maria Thétis Nunes, inclusive ao nível de doutorado. Durante anos dedicou-se a estudos sobre Fausto Cardoso. Com passagem reconhecida pelo Museu do Homem Sergipano, figura hoje como Superintendente do IPHAN em Sergipe, tornando-se um dos maiores referenciais de Patrimônio Cultural Sergipano do Estado, ao lado de estudiosos como Verônica Nunes, Eduardo Pina e Francisco José Alves. Curiosamente, os três também lidam com história e religiosidade e me deixaram importantes lições.

do final dos anos noventa vai usufruir melhor, com bolsas de pesquisa, projetos financiados por instituições de fomento, entre outros avanços da própria pesquisa histórica entre os alunos do DHI.

Desse modo, ainda que a graduação nos oportunize isto, somente em 1999, pude efetivamente sentir as benesses de se lidar com a pesquisa histórica, ainda que para isso, nesse percurso do pesquisador, tivesse que fazer outra incursão: à Educação. A passagem pelo Núcleo de Pós-Graduação em Educação, ao nível de Mestrado, permitiu-me criar gosto pela pesquisa: “(...) a condução da vida do pós-graduando deve ser integralmente impregnada pela incorporação de um espírito investigativo, dedicada a uma efetiva prática de pesquisa”⁸.

Nessa nova etapa do percurso de pesquisador, como ocorre à maioria das pessoas, novas influências e novos direcionamentos. As aulas do Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento⁹ além de reavivarem a necessidade da análise, permitiram um casamento entre a História e a Educação, o que foi feito pela escolha (esta agora sim, uma escolha de objeto) de uma história do livro didático. Ainda com Manoel Bomfim, uma nova perspectiva se abria nessa trajetória e que se coadunava com a tendência da pesquisa em Educação na época: a idéia de uma cultura escolar e de uma história da educação em Sergipe¹⁰.

Dentro de uma perspectiva historiográfica, a dissertação de Mestrado¹¹ versou sobre o livro de leitura “Através do Brasil” (1910), de autoria de Bilac e Bomfim. Além de perceber o livro como um produto cultural, uma representação de época, as coordenadas da Prof^a. Dra. Terezinha Oliva alargaram meu horizonte de pesquisador, permitindo um mergulho

⁸ NASCIMENTO, Ester Vilas-Bôas Carvalho Nascimento. Inventário para a produção de uma investigação e a História da Educação no Brasil. In: BERGER, André Miguel. A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade. Maceió: EDUFAL, 2010, pp. 87-101.

⁹ Professor do Departamento de História (DHI) e do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS; coleciona há pelo menos dez anos uma vasta produção bibliográfica no campo da História da Educação. Conhecido pelo didatismo e pelo excelente senso de humor, tem estimulado uma produção centrada num senso crítico aguçado e um primoroso exercício de hermenêutica.

¹⁰ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Os embates teóricos e a produção historiográfica educacional nos 15 anos do NPGED. In: BERGER, André Miguel. A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade. Maceió: EDUFAL, 2010, pp. 105-128.

¹¹ SANTOS, Claudfranklin Monteiro. Viajando com Bilac e Bomfim Através do Brasil. Dissertação de Mestrado do NPGED-UFS. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2003.

na história da produção do livro didático no Brasil. A experiência, além de garantir maturidade no percurso do pesquisador, rendeu uma série de trabalhos e inspiraram outros, entre eles uma publicação na Revista Brasileira de História¹² e um artigo¹³ de Enrique Rodrigues-Moura, do Institut für Romanistik der Universität Innsbruck (Áustria).

A análise histórico-pedagógica do livro “Através do Brasil” de 1910, certamente, e não seria diferente, permitiu o desenvolvimento de novas referências teóricas, as quais foram e serão fundamentais para a continuidade da caminhada: Roger Chartier, Circe Bittencourt, Marisa Lajolo e Kazumi Munakata.

Por essa época, somou-se ao percurso do pesquisador, a inserção na docência de ensino superior, em 2004, na Faculdade José Augusto Vieira (FJAV), ocasião que me permitiu conhecer o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Cultura, Identidades e Religiosidades (GPCIR) do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, a convite do Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa¹⁴. Desde então, 2005, a pesquisa historiográfica foi se afirmando e a opção pela história da religiosidade popular, numa perspectiva local, foi ganhando corpo. Os fundamentos do projeto de pesquisa que hoje se configura em tese conviveram lado a lado com nada menos que sete tentativas de inserção no Doutorado – sendo quatro em História, uma em Educação e outra em Ciências Sociais – que se por um lado renderam ao pesquisador a maturidade que lhe faltava por conta de alguns anos de interrupção dos estudos, por outro lado revelaram o lado mais cruel da vida acadêmica, representado no limiar entre a chamada meritocracia e os bastidores da sapiência apadrinhada.

A essa altura, colecionava uma série de experiências que me fizeram

¹² SANTOS, Claudfranklin Monteiro, OLIVA, Terezinha Alves de. As multifaces do Através do Brasil. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 48, p.101-121, 2004.

¹³ RODRIGUES-MOURA, Enrique. Territorio, moral y nación los pupites de la escuela. Olavo Bilac y Manoel Bomfim. ARBOR: ciencia, pensamiento y cultura CLXXXIII 724 marzo-abril (2007) 227-241.

¹⁴ Doutor em História pela Unesp. É professor efetivo do Departamento de História da UFS, desde 1993. Líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Identidades e Religiosidades. Foi, ao lado de Verônica Nunes, um dos intelectuais sergipanos a inserir temas de história da religiosidade, ao nível da pesquisa histórica, no âmbito acadêmico. Professor de Temas de História de Sergipe, foi um dos grandes responsáveis por meu redirecionamento temático, sobretudo, no campo teórico.

transitar pelas seguintes correntes temáticas: história e cultura; história, cultura e sergipianidade; cultura popular; identidade e patrimônio cultural; história da Igreja Católica no Brasil e em Sergipe; até optar, numa perspectiva de doutoramento, pela tríade história, religiosidade e cultura popular. Afora o pseudo-imperativo da paradoxal necessidade da especialização, reservei-me ao direito de não incorrer na tendência monotemática dos tempos atuais, onde pousado em seu mundo e cercado de suas teorias enquadradas, a maior parte dos pesquisadores em História se posta, muitas das vezes como a razão sine qua non de existir, como tentativa de justificar seus trabalhos amiúde caolhos, não lhes permitindo enxergar a riqueza da pesquisa histórica, sobretudo como o campo das possibilidades, onde nem sempre explicar é melhor do que contar¹⁵.

Assim posto, a caminhada não poderia ser melhor. O percurso do pesquisador foi atravessado de sobressaltos e contratempos, mas amalgamado por uma construção sólida, edificada numa teoria da história e alicerçada numa idéia de experiência, cujas agruras se transformam em maturidade, ingrediente necessário para se construir um texto, um livro, uma tese ou ao menos um artigo de fôlego curto, como muitos que a travessia foi me permitindo, afiando-me a língua, mas também burilando a pena e ressignificando a própria vida.

DA PESQUISA

“Cada linha de aprendizagem passa por esses dois momentos: a decepção provocada por uma tentativa de interpretação objetiva e a tentativa de remediar essa decepção por uma interpretação subjetiva...” (Gilles Deleuze)

Depois de treze anos produzindo uma pesquisa histórica que esteve entre as Ciências Sociais e a Educação, as condições acadêmico-científicas redirecionaram o meu enfoque, proporcionando novas escolhas e

¹⁵ BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1985.

novas incursões, desta feita tendo a História como a âncora das leituras, discussões e textos, ainda que a Literatura (uma antiga paixão) se avizinhasse com muita força e se afirmasse nas aulas de Teoria da História da Prof^a Dr^a Regina Beatriz (UFPE) e das primeiras orientações com o Prof. Dr. Severino Vicente da Silva (UFPE), proporcionando uma nova reflexão da tão combativa narrativa histórica.

O projeto de pesquisa que ora desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, originalmente intitulado “A Festa de São Benedito na Villa de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (1854-1928)”, é resultado de uma longa reflexão, que começa por sugestão do Prof. Dr. Cândido da Costa Silva (UFBA) de estudar a formação histórico-religiosa da Villa de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto-SE, fundada em 1697. O referido professor, quando escrevia seu “Os Segadores e a Messe”¹⁶, afirmou ter encontrado no Arquivo dos Capuchinhos em Salvador-BA, importantes fontes que poderiam dar fôlego a uma pesquisa nesse patamar, principalmente dentro da perspectiva da formação eclesiástica, quando aquela Villa ainda pertencia à Arquidiocese de Salvador.

Essa opção pela história de Lagarto, além de um declarado e conhecido bairrismo que me cobra um compromisso moral com o torrão natal, embora isto tenha me rendido comentários pejorativos de uma possível “especialização” local, insere-se em algo ainda maior. Primeiramente, não se pode negar o potencial historiográfico de uma parte do território sergipano, que só de Villa ultrapassa os três séculos, sem falar nos anos em que fora Freguesia (1679) e foi inserida no processo de conquista do interior de Sergipe pelo sesmeiro Antônio Gonçalves de Santana (século XVI). Talvez uma historiografia predominantemente cotinguibense, inaugurada por Felisbello Freire em 1891¹⁷ e fundante de uma historiografia sergipana atual não deixa perceber que fazer uma história de São Cristóvão é tão história local quanto fazer uma história de Lagarto.

¹⁶ SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.

¹⁷ FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

Além disso, numa perspectiva benjaminiana, desejo praticar uma história local que durante anos foi e é valorizada na Europa e nos grandes centros como Recife, mas ainda pouco afeita aos historiadores sergipanos dos “grandes temas”, o que não invalida a pesquisa que procura dar conta de “erguer as grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão”¹⁸.

Some-se a isso a superação dos preconceitos acadêmicos com uma história da religião e da religiosidade. Nunca é demais lembrar que, nos últimos anos, cresce a importância do tema na historiografia de Sergipe, o que pode ser atestado pelas últimas monografias de graduação e pós-graduação das instituições de ensino superior sergipanas, bem como livros a exemplo do “Eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil”, de autoria de Antônio Lindvaldo, publicado em 2008; e “Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe”, de autoria de Péricles Andrade, publicado em 2010.

Quanto à escolha do objeto, essa também tem uma razão de ser. Pesquisando Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro (1828-1910), coisa que o faço até os dias de hoje, encontrei a primeira referência à festa de São Benedito em Lagarto. Com a maturidade típica de um processo de pesquisa, novos indícios se somaram e despertaram a necessidade de um maior aprofundamento do tema, que em si já é instigante pela singularidade e repleto de lacunas ávidas por respostas.

Nesse sentido, três momentos foram fundamentais na concretização dessa escolha. Primeiramente, a leitura da dissertação de Mestrado de Joceneide Cunha dos Santos¹⁹. A pesquisadora sergipana traça um importante quadro da escravidão no Lagarto oitocentista, trabalhando com a perspectiva das relações de gênero; num dado momento, discorre

¹⁸ BOLLE, Willi. Um painel com milhares de lâmpadas. *Metrópole & Megacidade* (Posfácio à edição brasileira). In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização da edição brasileira Willi Bolle; colaboração na organização da edição brasileira Olgária Chain F. Matos. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 1158.

¹⁹ SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Salvador, 2004, Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia.

sobre as devoções e faz menção à existência da festa como um elemento socializante entre os escravos lagartenses. Em seguida, as leituras de Melo Moraes Filho²⁰ e Sílvio Romero²¹ ajudaram a configurar o objeto de pesquisa, não só confirmando a sua existência como também demonstrando a sua notoriedade no século XIX e início do século XX. Some-se a isto, e porque não dizer, coroando essa trajetória da escolha do objeto de pesquisa, a leitura atenta de “A Taieira em Sergipe”²², de Beatriz Gois Dantas, onde já não restavam mais dúvidas da necessidade imperativa desse estudo.

Todas as informações levavam a crer que a Festa de São Benedito teve um brilho particular diante das festas religiosas que se praticavam na Vila de Lagarto, inclusive a Festa da Padroeira, Nossa Senhora da Piedade²³. Além de seu tom extravagante e exuberante, a festa de São Benedito era uma promoção da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que, a julgar pelos livros de contas de 1856 a 1876, teve um papel destacado frente à Igreja de Lagarto, despertando admiração e preocupação por parte dos padres formados sob a égide da romanização²⁴.

Entretanto, como é de lei, há que se ter um problema. Foi a afirmação do Padre Germiniano de Freitas, sua postura firme, precisa, clara, de proibição da festa que gerou o problema principal da tese prevista para ser defendida em 2014:

²⁰ MORAES FILHO, Melo. A procissão de São Benedito no Lagarto. In: Festas e tradições populares do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (Coleção Básica Brasileira). pp. 87-96

²¹ ROMERO, Sílvio. Cantos populares do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

²² DANTAS, Beatriz Góis. A taieira de Sergipe. Petrópolis: Vozes, 1972.

²³ Cujá imagem chegou à Vila em 05 de setembro de 1679, vinda de Portugal. Um raro exemplar do Barroco português que ainda merece por parte dos pesquisadores sergipanos um estudo mais aprofundado não somente pelo seu valor patrimonial e religioso, mas pelas muitas “lendas” que cercam essa chegada, como a que afirma ter sido esta trocada acidentalmente por uma réplica em tamanho menor que se encontra em Salvador.

²⁴ Numa época em que a Igreja Católica estava por baixo, mais uma vez ela se vale da necessidade de mudanças em seu seio. Preocupada com o avanço dos desdobramentos da Revolução Industrial, do crescente liberalismo econômico e do ateísmo, sem falar nas “nefastas” influências de leigos desregrados (Antônio Conselheiro, por exemplo) e de cultos e devoções populares de origem afro, a Igreja adota medidas centralizadoras que ficaram conhecidas como romanização, atirando para a exclusividade do Papa todas as decisões da mesma, sejam quais fossem seus âmbitos.

(...) Existia o costume de fazerem a festa de Reis, isto é, a festa de São Benedito no dia 06 de janeiro mas, como não me conformava e nem me conformo com festa religiosa em que se apresentão negros fantasiados de Rei e Rainha, com a sua corte, para em cadeiras preparadas, assentarem-se em meio da Matriz, com trages ridículos e até menos decente ao lugar santo, nunca promovi tal festa, desgastando talvez a alguns²⁵.

Nesse sentido, faz-se necessário situar aquela afirmação em seu tempo (romanização), fazê-la compreender (localizá-la no sentido em que fora posta) e elucidar (o processo de arrefecimento da festa e seus desdobramentos). Três tarefas primordiais ao historiador²⁶.

Embora seja estabelecido um recorte temporal que está entre a análise dos Livros de Contas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1856) – empreendedora da festa e de demais cultos e devoções populares – e o término da administração de Germiniano (1928), a tese pretende, sob a perspectiva de uma longa duração, recuar e avançar no tempo, evocando não só as raízes fundadoras bem como as reminiscências do passado.

Nesse sentido, o propósito básico da pesquisa é o de analisar e entender a atuação da Igreja Católica, dentro desse contexto da romanização, no esvaziamento religioso e cultural da Festa de São Benedito em Lagarto. Na ânsia de elucidar, é preciso mergulhar ainda nas trajetórias dos padres Germiniano de Freitas (1913-1928), e Vicente Francisco de Jesus (1910-1913) e também do Monsenhor Daltro (1874-1910).

A afirmação de Germiniano também levou a pesquisa a percorrer outros trajetos e inserir novas personagens que estão incrustados na festa de São Benedito de alguma forma, sobretudo na ação paroquial: ora condescendente, ora indiferente ou até mesmo renitente. Tais ações me instigam a perscrutar-lhes em sua formação eclesial e entender como

²⁵ Relatório da Administração do Cônego José Germiniano de Freitas – 19/01/1913 à 31/12/1918 – Livro I (sem identificação), 22 de abril de 1919. Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, Lagarto-Se, p. 31.

²⁶ LE GOFF, Jacques. São Francisco de Assis. Trad. Marcos de Castro. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 12.

se deu a idéia de uma só Igreja tão distintamente relacionada à festa em três tempos.

O presente trabalho tem como principais objetivos identificar a especificidade, enquanto representação histórica, da festa de São Benedito em Lagarto frente às demais realizadas em Sergipe e analisar as mudanças ocorridas, verificadas no período de 1856 a 1928. Nesse sentido, essa proposta de estudo visa: escrever sobre a devoção aos santos em Lagarto-SE, em especial, a Nossa Senhora do Rosário, a Santa Efigênia e a São Benedito, por estarem inseridos e citados nos documentos referentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário; discutir a presença de aspectos do culto afro-brasileiro nas festividades religiosas promovidas pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em especial na relativa a São Benedito; compreender o significado da festa de São Benedito no contexto da religiosidade popular lagartense no período acima compreendido, por meio dos membros da irmandade, participantes e autoridades eclesiásticas; identificar os elementos lúdicos das manifestações populares (dança, música e alegorias) realizadas na festa em homenagem a São Benedito; refletir sobre os efeitos da romanização do catolicismo brasileiro na organização da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e na realização da festa de São Benedito em Lagarto no período acima compreendido, por meio de atitudes tomadas pelos poderes eclesiásticos para controlar ou substituir tais devoções; elencar as mudanças provocadas pelas novas orientações na realização da festa de São Benedito em Lagarto (1856-1928); e, finalmente, discutir a extinção da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e o desaparecimento da festa de São Benedito em Lagarto e seus principais desdobramentos para a religiosidade popular.

Não será uma tarefa fácil, sobretudo porque do ponto de vista teórico, quando se opta pela festa faz-se sempre necessário pensá-la como um objeto legítimo da pesquisa histórica²⁷, dentro da discussão sobre a cultura popular e sobre a dinâmica das sociabilidades. Embora

²⁷ SILVA, Cristiane dos Santos. *Irmãos de fé, irmãos no poder: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819)*. Cuiabá, 2001, Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Mato Grosso.

não seja de hoje o interesse pela festa na pesquisa histórica, as resistências ainda são muitas na seara acadêmica.

Inserida na linha de pesquisa cultura e memória do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE e sob a orientação do Prof. Dr. Severino Vicente da Silva, a pesquisa tem como vertente conceitual e fundamentação teórico-metodológica os princípios da Nova História a exemplo da História Cultural, com ênfase na análise das representações, das mentalidades e das formas simbólicas, que caracterizam as relações entre a cultura e a história.

Nesse sentido, pretendo estudar a festa de São Benedito em Lagarto no período de 1856 a 1928, procurando vê-la como um produto cultural, que existe e subsiste em outras partes do Brasil, particularmente no Nordeste. Assim, interessa-me perceber as representações da festa no final do século XIX em Sergipe, permitindo, dentro de sua singularidade, inseri-la e entendê-la no todo das demais, em que pesem as suas rupturas e continuidades²⁸.

A opção por uma narrativa não-linear na escrita da tese, embora necessariamente cronológica, permitirá que seja feita uma série de passagens e mergulhos na temática escolhida e proposta, seguindo as correntezas de um rio chamado pesquisa histórica e as variantes e ondulações do tempo histórico, com suas sinuosas idas e voltas, seus torpes avanços e recuos, “louvando ao santo preto”, que não me permita um afogamento, mas talvez, um embriagamento de vida e de história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A arte de viver consiste em nos sabermos servir de quem nos atormenta como degraus de acesso a sua forma divina, povoando assim diariamente de deuses a nossa vida”. (Gilles Deleuze)

Entre o percurso do pesquisador e o da pesquisa, permitam-me

²⁸ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2 ed. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.61

ainda tecer mais alguns comentários, que desde o princípio vêm pretendendo atender a três propósitos: 1) comungar e apontar caminhos da pesquisa histórica com os neófitos nessa seara (e com os mais afeitos a anos de pesquisa, cuja estrada já se vai longa, um escancaramento das tripas de nossas angústias muitas vezes recalçadas em valores que se sobrepõem à nossa condição de humanos, negada pelo ainda predominante cientificismo de nossas produções acadêmicas); 2) tornar público um projeto de pesquisa histórica que começa a se configurar como tese de doutorado, proporcionando o fomento de novos temas e as possibilidades de novos estudos nessa relação entre história, religiosidade e cultura popular; 3) ensaiar um estilo de escrita de história, tão caro às teorias e muitas vezes negado em nome de um academicismo que escreve trabalhos para seu próprio umbigo, negando ao público o gosto pela história, muitas vezes aplacado pelas novelas históricas, que vendem de rodo e enriquecem editoras não necessariamente especializadas.

Nesse trajeto, é fundamental dizer que o projeto é só o início de uma caminhada ainda mais longínqua, cujos horizontes já se mostram por trás das montanhas de livros para ler e fontes a devorar com aguçado senso crítico e uma boa pitada de imaginação. Além da definição de um estilo e de uma metodologia que me atendam a vontade de dialogar com a literatura, com uma clara opção por uma narrativa histórica, a alteração e redefinição do eixo-temático, sem fugir dessa relação entre história, religiosidade e cultura popular.

Entre a opção por um texto mais clássico, onde a verve acadêmica pudesse se sobressair e um inventário histórico-históriográfico, que traduz o percurso de um pesquisador e de uma pesquisa em História, o presente texto quer reforçar algumas questões aqui postas que talvez venham a pecar pela franqueza até intimista, mas ganha em troca de experiência e provoca uma reflexão em torno do ofício de historiador em nosso amiudado Sergipe, não menor e não menos importante.

Primeiramente, a certeza de que o percurso do pesquisador contraria a idéia do historiador local (especialista em história de Lagarto) e reforça a importância desse tipo de enfoque, desraigado de uma historiografia predominante cotinguibense e agora pretensamente primada

numa história monadológica, traçando a imagem do mundo em sua abreviatura²⁹.

A seqüência dos percursos (do pesquisador e da pesquisa histórica) demonstra que é possível escrever história com temas não-clássicos e que ajudem a entender a complexidade da vida humana, como a religiosidade e a cultura popular, sem incorrer no monotematismo dominante das universidades e, sobretudo, na profissão de fé.

FONTES

CARDOSO, Severiano. “Lagarto – Sergipe: história e costumes”. Almanaque Sergipano, Aracaju, 1899, pp.242-256.

Relatório da Administração do Cônego José Germiniano de Freitas de 19/01/1913 à 31/12/1918. Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Lagarto. Livro I (sem identificação) – 1919. p. 34.

Livro de Contas e Receitas de Despesas da Irmandade Nossa Senhora do Rosário. Caixa 1289/Lag/2º Ofício – 1856-1894. pp. 24-25. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe.

Termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (Vila de Lagarto). In: Compilação das Leis Provinciais de Sergipe, sancionadas e publicadas nos anos de 1835-1880, n. 17-A, vol. I, pp. 20-26.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco José. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário em Sergipe (século 19)*. In: *Anais XXIV Encontro Cultural de Laranjeiras*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1999, p. 149-157.

_____. *Calendário Religioso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância: 1972-1827*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, n. 31, p. 71-81, 1992.

²⁹ BOLLE, Willi. Op. cit, 2006. p. 1158.

ANDRADE JÚNIOR, Péricles Morais. *Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe*. Aracaju: Fundação Oviêdo Texeira, São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.

AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos Históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. *O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular*. Petrópolis: Vozes, 1977.

BENJAMIN, Walter. *O narrador*. In: *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOLLE, Willi. *Um painel com milhares de lâmpadas. Metrópole & Megacidade (Posfácio à edição brasileira)*. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização da edição brasileira Willi Bolle; colaboração na organização da edição brasileira Olgária Chain F. Matos. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2 ed. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DANTAS, Beatriz Góis. *A taieira de Sergipe*. Petrópolis: Vozes, 1972.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

FONSECA, Adalberto. *História de Lagarto*. Aracaju: Governo de Sergipe, 2002.

HERMANN, Jaqueline. *História das religiões e religiosidade*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo, (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Inventário das monografias de graduação do DHI. Programa de Pesquisa e de Documentação Histórica (PDPH). São Cristóvão:

Universidade Federal de Sergipe, 2007. Disponível em <http://www.proead.unit.br/professor/waldefrankly/arquivos/textos/monografiahistoriado%20PDPH%20UFS.pdf>. Acessado em 09 de junho de 2010.

JANCSO, István; KANTOR, Íris (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Edusp; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001, 2 v.

LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Trad. Marcos de Castro. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MORAES FILHO, Melo. *A Procissão de São Benedito no Lagarto*. In: *Festas e tradições populares do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (Coleção Básica Brasileira), pp. 87-96.

NASCIMENTO, Ester Vilas-Bôas Carvalho. *Inventário para a produção de uma investigação e a História da Educação no Brasil*. In: BERGER, André Miguel. *A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade*. Maceió: EDUFAL, 2010, pp. 87-101.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Os embates teóricos e a produção historiográfica educacional nos 15 anos do NPGED*. In: BERGER, André Miguel. *A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade*. Maceió: EDUFAL, 2010, pp. 105-128.

NUNES, Verônica. *Fontes judiciais para o estudo da religiosidade*. In: I Seminário do Arquivo do Judiciário: A história de Sergipe nas fontes judiciais. Novembro de 2007.

RODRIGUES-MOURA, Enrique. *Territorio, moral y nación: los pupites de la escuela*. Olavo Bilac y Manoel Bomfim. ARBOR: ciencia, pensamiento y cultura, CLXXXIII 724, marzo-abril (2007), pp. 227-241.

ROMERO, Sílvio. *Cantos populares do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. *A identidade nacional e Manoel Bomfim: sua contribuição*. Monografia. Departamento de História. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1995.

_____. *Viajando com Bilac e Bomfim "Através do Brasil"*. Dissertação de Mestrado do NPGED-UFS. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2003.

_____. *A Festa de São Benedito em Lagarto-SE: do auge ao esvaziamento sócio-cultural e religioso (1874-1928)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 37, p. 71-97, 2008.

_____. *A festa como objeto de pesquisa histórica no campo da religiosidade*. São Cristóvão: GPCIR/UFS, 2008. Disponível em <http://gpcir.sites.uol.com.br/ce/claudefranklin.pdf>. Acessado em 09 de junho de 2010.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro, OLIVA, Terezinha Alves de. *As multifaces do Através do Brasil*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n° 48, p.101-121, 2004.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Salvador, 2004, Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Maria Nelly. *Professora Thétis: uma vida*. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.

SILVA, Cristiane dos Santos. *Irmãos de fé, irmãos no poder: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819)*. Cuiabá, 2001, Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Mato Grosso.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)*. Aracaju: Fundação Oviêdo Texeira, São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2008.

Artigo recebido em junho de 2010. Aprovado em julho de 2010.

POLÍTICA E RELIGIÃO
AMALGAMADAS NO
BRONZE: o monumento
a Olímpio Campos

POLITICS AND RELIGION
AMALGAMATED IN BRONZE:
the monument to Olímpio Campos

Giliard da Silva Prado*

RESUMO

Este artigo consiste numa análise do monumento erguido à memória de Olímpio Campos numa das principais praças de Aracaju. Após o assassinato de Olímpio Campos, importante líder religioso e político de Sergipe, os seus seguidores e correligionários iniciaram um processo de mitificação de sua memória, que teve no monumento uma das principais homenagens póstumas que lhe foram prestadas. A partir do noticiário e de artigos de jornais, é reconstituída a história da construção do monumento, desde o início da campanha de arrecadação até a inauguração em 1916. Além disso, é feita uma análise da simbologia do local onde foi erguido o monumento e das representações contidas na estátua e nos discursos de sua inauguração. Vê-se que os guardiões da memória de Olímpio Campos buscaram, a partir de significados políticos e religiosos, edificar sua imortalidade.

Palavras-chave: monumento; representações; memória.

ABSTRACT

This article consists of an analysis of the monument erected in memory of Olímpio Campos in one of the main squares in Aracaju. After the assassination of Olímpio Campos, an important religious and political leader in Sergipe, his followers and coreligionists began a mythologizing process in his memory, which had in the monument, one of the main posthumous tributes that were rendered to him. The history of the construction of the monument is drawn from newspapers and articles, from the beginning of the campaign till the inauguration in 1916. Furthermore an analysis is made about the symbolic nature of the location where the monument was erected and of the representations contained in the statue and in the discourses upon its inauguration. One can see that the guardians of the memory of Olímpio Campos sought to edify his immortality from the political and religious significances.

Keywords: monument; representations; memory.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília - UnB; professor substituto do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe - UFS. E-mail: giliardprado@yahoo.com.br

Em 09 de novembro de 1906 foi assassinado Olímpio Campos. A morte desse importante líder político e religioso de Sergipe teve como palco a Praça XV no Rio de Janeiro e foi ainda decorrência da revolta que teve lugar em agosto daquele ano em Sergipe e que se constituiu numa tentativa da oposição de pôr fim ao domínio que o grupo por ele liderado vinha exercendo, há sete anos, na política sergipana.

Por meio dessa revolta, os opositoristas tencionavam assumir o controle do governo estadual, tendo concretizado o seu intento através de um golpe, quando, no dia 10 de agosto de 1906, um levante da polícia depôs Guilherme Campos, presidente do estado e irmão do senador Olímpio Campos. Ocorre, porém, que o movimento revoltoso não obteve êxito, tendo sido sufocado em 28 de agosto de 1906 pelas tropas do Exército que intervieram no Estado e assassinaram aquele que assumira a liderança da revolta: o deputado federal Fausto Cardoso. Decorridos pouco mais de dois meses deste acontecimento, os filhos de Fausto Cardoso, procurando vingar a morte do pai, assassinaram o senador Olímpio Campos, a quem atribuíam, em virtude de sua influência política, a responsabilidade pela intervenção federal e, conseqüentemente, pelo trágico desfecho da revolta.

A morte de Olímpio Campos pôs fim a uma trajetória de vida bem sucedida, ainda que marcada pelas diversas lutas e polêmicas, tanto religiosas quanto políticas, nas quais ele esteve envolvido. Por sua atuação destacada na defesa dos interesses da Igreja Católica ao longo de sua carreira religiosa, Olímpio Campos foi agraciado pelo Papa Leão XIII, em julho de 1899, com o título de *monsenhor*. Concomitantemente com sua carreira religiosa, o padre sergipano teve uma destacada trajetória política, que teve início ainda durante o Império, quando exerceu os cargos de deputado provincial e de deputado geral. Com o advento da República, ele aderiu ao novo regime e tornou-se logo uma das figuras de maior destaque na cena política sergipana, ocupando sucessivamente os cargos de conselheiro da intendência de Aracaju, deputado estadual, deputado federal, presidente do Estado e senador.

A par de títulos religiosos e dos diversos mandatos políticos que exerceu, a trajetória de Olímpio Campos deve ser vista sobretudo pela

habilidade que revelou como chefe de partido, conseguindo eleger correligionários, articular-se com a política nacional e manter um grupo atuante. A liderança e o poderio de Olímpio Campos logo fizeram crescer a grande corrente de seus seguidores, mas também o descontentamento de adversários com a sua orientação política. Durante boa parte de sua vida pública, a figura desse líder político esteve envolta numa atmosfera impregnada de antagonismos: admiração e repulsa, lisonjas e críticas. Tanto é assim que foi em decorrência daquilo que se pode considerar o ápice das contestações ao seu domínio – a revolta de 1906 – que ele foi assassinado pelos filhos de um adversário político¹.

Na época da revolta, a sociedade sergipana ficou dividida entre “faustistas” e “olimpistas” – denominações com as quais se identificavam os partidários e seguidores de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, respectivamente. Com os seus assassinatos, acentuou-se, de maneira significativa, a divisão, os conflitos e ódios entre os grupos rivais. À revolta sobreveio então uma intensa disputa simbólica entre os dois grupos a partir das homenagens póstumas prestadas aos respectivos líderes. As missas fúnebres; as romarias cívicas; os retratos; as efígies apostas em broches, medalhas e objetos de louça; os discursos; os topônimos dos espaços urbanos; os monumentos públicos; os artigos de jornais e as comemorações dos aniversários de suas mortes foram alguns dos diversos “lugares de memória”² que consubstanciaram uma verdadeira “luta de representações”³ entre os dois grupos pelo controle das significações em torno do passado.

Nos limites deste texto não serão examinadas, no entanto, as batalhas de memórias que marcaram os cultos a ambos os políticos. Pretende-

¹ Após ter saído de uma sessão do Senado, Olímpio Campos foi cercado na Praça XV (antigo Largo do Paço) pelos filhos de Fausto, Humberto e Armando Cardoso, que, auxiliados pelo primo Délio Guaraná, desferiram contra ele onze tiros e duas facadas. Os filhos de Fausto Cardoso foram presos e assumiram sozinhos a culpa pelo assassinato, procurando inocentar o primo. No julgamento, porém, eles foram absolvidos sob o argumento de que agiram sob coação moral irresistível. O crime premeditado, que teve ampla cobertura da imprensa da época, chamou a atenção do país para as lutas políticas de Sergipe.

² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, PUC, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

³ CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

se apenas compreender que memória se buscou construir em torno da figura de Olímpio Campos. Para isso, este estudo não se ocupará dos diversos elementos simbólicos que compuseram o processo de mitificação de Olímpio Campos, centrando-se numa análise do monumento erguido em sua memória. O objetivo é reconstituir a campanha para a construção do monumento e analisar as representações nele contidas, bem como nos discursos da cerimônia de inauguração.

Os construtores da imagem póstuma de Olímpio Campos acreditavam que para assegurar a sua imortalidade era preciso render à sua memória aquela que era vista como a principal homenagem numa hierarquia das formas de entronização: a construção de uma estátua em praça pública.

As primeiras medidas para levar a efeito o empreendimento que visava perpetuar no bronze a memória de Olímpio Campos tiveram início ainda em 1907, pouco antes que fosse completado um ano de sua morte. Precisamente no dia 24 de outubro – data em que era inaugurado o primeiro jardim público de Aracaju, o Jardim Olímpio Campos, e em que se comemorava a emancipação política de Sergipe – alguns olimpistas reuniram-se no escritório da redação do jornal *Folha de Sergipe* e decidiram constituir uma comissão promotora do monumento⁴.

Aos integrantes desse grupo estava confiado o êxito das ações que visavam à construção do monumento. A eles caberia arrecadar o dinheiro para a construção do monumento, decidir o modo como Olímpio Campos seria representado, escolher o escultor, definir o local onde seria erguido o monumento e preparar as festas de sua inauguração.

Dentre as primeiras medidas adotadas pela comissão estava a distribuição de listas impressas a amigos que ficariam responsáveis por fazerem a arrecadação de donativos entre as pessoas de suas respectivas localidades.

⁴ Essa comissão era formada por um grande número de integrantes, dezessete no total, dentre os quais apenas três cargos foram definidos: o de presidente a ser exercido por Antônio Teixeira Fontes; o de secretário por Manoel dos Passos de Oliveira Teles; e o de tesoureiro por José Cardoso. Compunham ainda a comissão: Francisco C. Nobre de Lacerda, José Menezes, Francisco Monteiro de C. Filho, Sabino Ribeiro, Alcino Barros, Tancredo Campos, Aristides da Silveira Fontes, Juvenal Batista de Santana, Antônio Xavier de Assis, Serafim José Moreira, Manoel Batista Itajai, João Fernandes de Brito, Felisberto de Oliveira Freire e José Calazans.

Essas listas deveriam circular nas repartições públicas, no comércio e entre os mais diversos segmentos sociais. A comissão recorreu ainda às 33 intendências existentes em Sergipe na época, solicitando-lhes que os seus conselhos municipais votassem leis destinando uma verba de seus próximos orçamentos – referentes ao ano de 1908 – para a construção do monumento. A captação de recursos para essa obra ocorreu também fora das fronteiras de Sergipe. Foram distribuídas listas a sergipanos domiciliados em outros estados, o que acabou abrangendo todas as unidades da federação⁵.

Com essas iniciativas, a comissão, de modo bastante otimista, esperava arrecadar até o final de fevereiro de 1908, prazo estipulado para que as listas fossem devolvidas, o valor necessário para custear as despesas com o monumento – incluindo-se tanto a aquisição da estátua quanto a construção do pedestal –, que se calculava girar em torno de 30:000\$000 (trinta contos de réis). A prestação de contas aos doadores seria feita através da imprensa, periodicamente, e no dia da inauguração do monumento, quando seriam expostos no pedestal todos os documentos comprobatórios da receita e das despesas relativas àquela obra.

Aos poucos a comissão começava a receber as primeiras doações e a divulgar nos jornais as listas recebidas – nas quais constavam os nomes dos contribuintes e as respectivas quantias doadas –, bem como os pareceres que iam sendo aprovados por cada conselho municipal e os valores das verbas destinadas. Paulatinamente também iam surgindo os primeiros sinais das dificuldades que a comissão enfrentaria para realizar o seu empreendimento. Logo, começavam a ser publicados na imprensa os primeiros apelos de devolução das listas, pois a maioria delas não havia sido devolvida com os respectivos valores arrecadados. Além disso, nem todas as intendências tinham ainda aprovado as verbas para o monumento e, entre as que já o tinham feito, havia algumas que não tinham repassado o valor para a comissão.

Contudo, mesmo com as dificuldades encontradas na arrecadação de donativos, a comissão precisava adotar outras providências para concretizar o empreendimento visado, afinal o êxito daquela tarefa não

⁵ Folha de Sergipe, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 01 mar. 1908, p. 2.

dependia apenas do dinheiro para a aquisição da estátua. Era preciso que essa obra, destinada a perpetuar no bronze a memória daquele que era apresentado como o maior dos sergipanos, fosse confiada a um grande escultor e erguida num lugar privilegiado da cidade. Em junho de 1908, essas duas decisões já haviam sido tomadas. Naquele momento estava definido o escultor e pronta uma primeira maquete da estátua em seu ateliê. A obra foi confiada a Rodolfo Bernardelli⁶, um dos mais renomados escultores brasileiros. O lugar estrategicamente escolhido para erguer o monumento a Olímpio Campos foi a praça do Palácio do Governo⁷. Tratava-se da principal praça de Aracaju, sede dos três poderes e importante espaço de sociabilidade.

Após adotar essas medidas, o passo seguinte da comissão foi dado em setembro de 1908, quando, tendo arrecadado pouco mais de 10:000\$000 (dez contos de réis), firmou o contrato para a construção da estátua com a *Fundição Indígena*, empresa localizada no Rio de Janeiro e de propriedade do grupo *Farinha, Carvalho & Cia*. O contrato foi orçado em 27:000\$000 (vinte e sete contos de réis), valor a ser pago em três prestações iguais: a primeira delas no ato da celebração do contrato para que fossem custeadas as despesas iniciais; a segunda quando a empresa informasse ter executado metade do trabalho; e a última prestação no ato da entrega da estátua, devidamente acondicionada para ser transportada, por via marítima, para Aracaju. Pelos termos do contrato, a *Fundição Indígena*, que trabalhava em parceria com o ateliê de Rodolfo Bernardelli, ficaria encarregada apenas de vazar no bronze a estátua, comprometendo-se, porém, a fornecer desenhos e plantas para a construção do pedestal. A entrega estava prevista para fins de abril

⁶ José Maria Oscar Rodolfo Bernardelli nasceu em Guadalajara, no México, em 18 de dezembro de 1852 e faleceu no Rio de Janeiro em 7 de abril de 1931. Foi professor de escultura estatutuária na Academia Imperial de Belas-Artes (AIBA) e, quando foi escolhido para esculpir a estátua de Olímpio Campos, ocupava o cargo de diretor da Escola Nacional de Belas-Artes (ENBA), função que exerceu de 1890 a 1915. É autor de monumentos ao General Osório (1894), ao Duque de Caxias (1899), a Carlos Gomes (1905), a Campos Salles (1919), entre outros. VACCANNI, Celita. Rodolpho Bernardelli: vida artística e características de sua obra escultórica. Rio de Janeiro: ENBA/ Universidade do Brasil, 1949.

⁷ Folha de Sergipe, Estátua Olímpio Campos, 07 jun. 1908, p. 2.

de 1909 e a inauguração deveria acontecer no dia 18 de maio, data do aniversário da Constituição sergipana⁸.

À comissão, em virtude dos percalços que continuava a enfrentar na arrecadação de donativos, não seria possível, porém, cumprir os prazos previstos no contrato. Isto ficaria evidente já em dezembro de 1908, quando se aproximava o período em que teria que ser efetuado o pagamento da segunda prestação da estátua. Lembrando o “compromisso sério” que havia firmado com a *Fundição Indígena*, a comissão valia-se das páginas da imprensa para se dirigir aos amigos e aos intendentes que ainda não tinham devolvido as listas, pedindo-lhes que remetessem os donativos que, até aquele momento, tivessem arrecadado⁹.

No ano de 1909 não mais são encontrados registros na imprensa¹⁰ sobre o recebimento das listas de donativos. Depois de algum tempo sem nada noticiar a respeito da arrecadação, o jornal oficial do Governo, que era olimpista, publica uma brevíssima nota na qual afirma tão somente que “está em andamento a estátua de Monsenhor Olímpio Campos”¹¹. Mais tarde, o mesmo jornal publica um telegrama recebido do Rio de Janeiro, noticiando que “o professor Bernardelli está concluindo a estátua de Olímpio Campos”¹². Todavia, nada é mencionado sobre o fato de não ter sido arrecadado o valor suficiente para pagar a segunda prestação da estátua e nem sequer sobre uma nova previsão para que o monumento fosse inaugurado. Também nos anos de 1910 e 1911, nada relacionado a esse assunto é encontrado na imprensa. O silêncio se estabelece. Nos

⁸ Folha de Sergipe, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 20 set. 1908, p. 2; A Razão, Estátua, 27 set. 1908, p. 1.

⁹ Folha de Sergipe, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 06 dez. 1908, p. 2.

¹⁰ Foram consultados os jornais Correio de Aracaju, A Razão e O Estado de Sergipe. Quanto ao jornal Folha de Sergipe, que era o órgão da imprensa que mais notícias veiculava sobre a construção do monumento, não há as edições referentes ao ano de 1909 na hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Já na hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dória (BPED), no período em que foi realizada a pesquisa, esse jornal, devido ao estado de conservação, não estava disponível para os consulentes, o mesmo acontecendo com as edições do ano de 1910. Em ambas as hemerotecas, os catálogos indicam edições da Folha de Sergipe no período compreendido de 1907 a 1911.

¹¹ O Estado de Sergipe, [sem título], 19 mar. 1909, p. 2.

¹² O Estado de Sergipe, Telegramas, 25 jul. 1909, p. 1.

referidos anos, não há nenhuma referência ao monumento nem mesmo nos artigos publicados nos jornais com o intuito de homenagear Olímpio Campos, por ocasião da passagem do aniversário de sua morte.

A única referência a essa dificuldade para arrecadar o valor necessário à construção do monumento foi encontrada num ofício¹³, datado de 19 de julho de 1911, em que a Comissão Olímpio Campos apelou para o olimpista Rodrigues Dória, presidente de Sergipe na época, solicitando-lhe que o Estado destinasse uma verba para custear duas das três prestações estipuladas no contrato firmado com a *Fundição Indígena*. A comissão tinha almejado inaugurar o monumento em maio de 1909 e chegava a julho de 1911 tendo arrecadado pouco mais de 1/3 do valor e efetivado apenas o pagamento da primeira das três prestações.

Tratava-se de um momento crítico para a concretização daquela homenagem há muito tempo planejada. O período parecia mesmo ser desfavorável, pois em fins de julho ocorreria a eleição do novo presidente do Estado, sendo candidato único o General Siqueira de Menezes, político que, embora não fosse exatamente um faustista, estava mais ligado a estes do que aos olimpistas. Não bastasse isso, já se tinha conhecimento que, em abril de 1911, em virtude justamente dessa mudança prevista para o cenário político estadual, os faustistas tinham iniciado a mobilização para a construção de um monumento a Fausto Cardoso. Na disputa que se travava entre memórias concorrentes, era inquietante para os olimpistas a possibilidade de serem sobrepujados pelo grupo rival. Sentiam-se, dessa forma, ameaçados no seu intento de que fosse consagrado a Olímpio Campos o primeiro monumento público de Sergipe.

A comissão, temendo que coubesse aos faustistas o pioneirismo daquele tipo de homenagem, apelou para que Rodrigues Dória destinasse uma verba do Estado, no valor de 18:000\$000 (dezoito contos de réis), para socorrer a causa olimpista. Não foi possível localizar o despacho de Rodrigues Dória para esse requerimento. Porém, apesar de não serem conhecidas as eventuais justificativas dadas pelo presidente, sabe-se que a comissão não teve seu pedido atendido.

¹³ Ofício da Comissão Olímpio Campos ao presidente Rodrigues Dória. Arquivo Público do Estado de Sergipe, Fundo G1, v. 1842.

O novo presidente eleito, Siqueira de Menezes, embora fosse mais ligado aos faustistas, estava longe de ser um inimigo político dos olimpistas, mantendo com estes relações amistosas. Tanto é assim que durante a sua administração não parece ter criado aos olimpistas qualquer obstáculo ao empreendimento de consagrar a memória de seu líder. Ilustrativo disso é o fato de que se tenha dado durante o seu governo a retomada da campanha para angariar fundos para o monumento a Olímpio Campos.

Em novembro de 1912 – pouco depois que os faustistas concretizaram com êxito o monumento a Fausto Cardoso e certamente estimulados por isso –, os olimpistas divulgavam através da imprensa a distribuição, na capital e no interior do estado, de novas listas de donativos. Ao noticiar o envio das novas listas remetidas, a Comissão Olímpio Campos rogava “à pessoa que por qualquer motivo, dispensado de externar, não puder ou não quiser encher a lista que lhe foi enviada, o especial obséquio de devolver logo”¹⁴. Entre os olimpistas, havia pressa em inaugurar o monumento a Olímpio Campos, ainda mais depois de terem sido sobrepujados pelos faustistas nesse tipo de homenagem.

Contudo, persistiriam as dificuldades encontradas para angariar fundos para a construção do monumento. Pouco após ser reaberta a campanha, já não mais se falava nela. Nos anos de 1913 e 1914, a exemplo do que ocorreu em 1910 e 1911, não se encontra nos jornais, qualquer referência à arrecadação de donativos. Registros do recebimento das listas apenas são encontrados, ainda assim de modo esporádico, no ano de 1915¹⁵. Neste ano, os olimpistas estavam tentando quitar a última prestação da estátua. Não foi possível verificar quando exatamente foi paga a 2ª prestação. Sabe-se apenas que isto ocorreu entre 1912 e 1915.

Foi apenas em 1916 que a comissão, finalmente, conseguiu quitar a dívida relativa à estátua. Somente no mês de abril daquele ano, após receber 3:000\$000 (três contos de réis) da verba de 5:000\$00 (cinco contos

¹⁴ O Estado de Sergipe, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 29 nov. 1912, p. 2.

¹⁵ No ano de 1915 é encontrado o primeiro registro de que o dinheiro fora depositado no Banco de Sergipe para que, desse modo, fosse ampliada a receita em função dos juros obtidos. Cf.: O Estado de Sergipe, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 07 nov. 1915, p. 3.

de réis)¹⁶ destinada pelo Governo do Estado¹⁷, é que a Comissão conseguiu arrecadar o dinheiro necessário para efetuar o pagamento da última prestação da estátua. Bastante ilustrativo dos obstáculos enfrentados pela comissão para arrecadar o dinheiro para a aquisição da estátua é o fato de o valor referente a essa última prestação ter sido pago em três parcelas, o que fez com que as três prestações inicialmente firmadas no contrato com a *Fundição Indígena* fossem subdivididas em outras tantas prestações.

Diante dessa situação, impõe-se um questionamento: o que explicaria tamanha dificuldade encontrada para arrecadar o valor necessário para a construção do monumento? A documentação consultada não permite dar uma resposta única, conclusiva, a essa pergunta. Possibilita, porém, ainda que não seja possível mensurar o peso de cada uma, apontar algumas questões que certamente ajudam a compreender as dificuldades enfrentadas pelos olimpistas numa longuíssima campanha de arrecadação, que se estendeu de 1907 a 1916.

Uma das questões que, sem dúvida, comprometeu a arrecadação de donativos para o monumento foi o fato de Sergipe atravessar uma grave crise econômica decorrente da seca que assolou o estado nos anos de 1907 e 1908. Nesse período, os jornais registram insistentemente os sérios problemas provocados por uma seca que comprometeu toda a produção agrícola, a criação de gado e até mesmo o abastecimento de água para a população de algumas cidades¹⁸. A carestia dos preços e a escassez de produtos alimentícios levaram a imprensa a avaliar que se estava diante da “mais cruel de todas as crises, por que temos passado, nestes últimos

¹⁶ Diário da Manhã, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 09 abr. 1916, p. 2. Os outros 2:000\$000 (dois contos de réis) foram liberados posteriormente e utilizados para custear o frete da estátua, no valor de 1:400\$000 (um conto e quatrocentos mil réis). O saldo desse valor foi utilizado para auxiliar nas despesas com a construção do pedestal. Cf.: Diário da Manhã, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 16 mai. 1916, p. 2.

¹⁷ Na época, o presidente do Estado era o General Oliveira Valadão, que exerceu seu mandato no período compreendido entre outubro de 1914 e outubro de 1918. Não deixa de ser curioso que a autorização da verba para o monumento a Olímpio Campos tenha sido feita durante o governo daquele que fora um de seus principais adversários políticos. Não há notícias de que outras verbas do governo estadual tenham sido autorizadas durante as presidências de Guilherme Campos, de Rodrigues Dória e de Siqueira de Menezes.

¹⁸ Correio de Aracaju, A seca no estado, 23 mai. 1907, p. 2.

cinquenta anos”¹⁹ e a cobrar do Governo de Sergipe medidas como a importação de cereais e a solicitação de auxílio ao Governo Federal.

Dentre as questões que parecem ter interferido na arrecadação para a estátua, deve-se considerar também que, simultaneamente, fora aberta outra campanha que parece ter atrapalhado, ainda que obviamente não fosse esse o propósito, a arrecadação para o empreendimento dos olimpistas. Tratava-se de uma campanha para angariar donativos para a criação da diocese de Sergipe²⁰, o que acabava dividindo a atenção e as doações de uma camada extensa da população: os católicos, que se constituíam num público do qual a comissão do monumento provavelmente esperava que partisse uma parcela significativa da arrecadação para a homenagem ao monsenhor Olímpio Campos.

Contudo, a campanha simultânea da diocese e a seca dos anos de 1907 e 1908 não foram os únicos fatores que adiaram a homenagem a Olímpio Campos. Também concorreu para criar dificuldades a esse empreendimento um sério problema de ordem política. Em julho de 1909, Rodrigues Dória afastou-se da presidência de Sergipe, sob a alegação de que ia fazer um tratamento médico na Bahia, e deixou com seu secretário de Governo uma carta de renúncia que só deveria ser levada a público caso o seu estado de saúde se agravasse. Considerando que o interesse de Rodrigues Dória era se desincompatibilizar do cargo para concorrer ao Senado, o vice-presidente Manoel Batista Itajaí – que era membro da comissão do monumento – deu publicidade à carta de renúncia e assumiu o Governo. A polêmica gerou uma contenda judicial que dividiu a Assembléia e envolveu lideranças nacionais. Sem muito respaldo no seio de seu próprio partido, já bastante dividido, mas contando com o apoio do presidente da República, Rodrigues Dória

¹⁹ Correio de Aracaju, A seca, 29 mar. 1908, p. 1.

²⁰ No dia 21 de outubro, padres de todos os municípios sergipanos reuniram-se na Igreja Matriz de Aracaju com a finalidade de traçar as diretrizes para a criação da diocese. Cf.: Correio de Aracaju, Bispado de Sergipe, 24 out. 1907, p. 2. Em fevereiro de 1908, membros do clero sergipano já estavam procedendo a arrecadação de donativos para aquele fim. Cf.: Folha de Sergipe, Bispado de Sergipe, 16 fev. 1908, p. 2. Em 1910, a imprensa noticiava que o Papa Pio X havia autorizado a criação da diocese. Cf.: O Estado de Sergipe, Bispado de Sergipe, 17 fev. 1910, p. 1. Nos limites desta pesquisa, não foi possível acompanhar como transcorreu a arrecadação para a diocese, nem exatamente a data em que ela foi criada. Sabe-se apenas que a criação da diocese ocorreu antes que a inauguração do monumento a Olímpio Campos.

reassumiu o poder cerca de quatro meses depois. O episódio, porém, não ficou restrito a uma simples disputa entre o presidente e o vice, tendo gerado uma divisão no grupo olimpista²¹. A agitação política desse período e as dissensões daí resultantes devem, portanto, ser levadas em conta como um aspecto que comprometeu o empreendimento olimpico. Outro aspecto a ser considerado sobre a arrecadação para o monumento diz respeito à pequena popularidade que a campanha atingiu. Parece ter contribuído para isso a estratégia de arrecadação adotada, porque ao recorrer aos poderes públicos – intendências e Governo do Estado – a comissão acabou fazendo com que não ganhasse força suficiente a idéia de que a campanha era uma grande causa popular. Se, por um lado, as verbas provenientes dos cofres públicos compuseram parte significativa da arrecadação, por outro lado, considero plausível que elas tenham desestimulado as doações entre as pessoas comuns. Além disso, as violências e perseguições políticas praticadas pelos olimpistas após o desfecho da revolta – que se estenderam durante todo o governo de Guilherme Campos – podem ter sido um fator que contribuiu para a impopularidade do empreendimento olimpico.

A confluência dos fatores aqui apontados permite compreender, ainda que parcialmente, alguns motivos, se não do insucesso, da morosidade de uma campanha que se estendeu por quase nove anos, tendo sido iniciada em 1907 e apenas conseguindo fazer a aquisição da estátua em 1916.

De posse da estátua, a comissão pôde cuidar de outras medidas necessárias para que, finalmente, ocorresse a tão protelada inauguração. Tais medidas foram marcadas por permanências e mudanças. As permanências estavam relacionadas às dificuldades enfrentadas com a arrecadação de donativos para as obras do pedestal²² e para as festas da inauguração.

²¹ Sobre esse episódio que resultou na cisão do grupo olimpista, cf.: DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 34; OLIVA DE SOUZA, Terezinha. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 238-239.

²² A maior parte das despesas referentes ao pedestal foi custeada por Guilherme Campos, que doou 5:800\$000 (cinco contos e oitocentos mil réis). Cf.: *Diário da Manhã, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos*, 16 mai. 1916, p. 2. Não fosse essa doação, a inauguração do monumento certamente levaria mais alguns meses para ser realizada. As dificuldades encontradas para custear as despesas com as festas fizeram com o que o prazo para o fechamento das contas fosse adiado algumas vezes até que o dia 26 de agosto – um mês após a inauguração – fosse estipulado como o prazo final. Cf.: *Diário da Manhã, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos*, 16 mai. 1916, p. 2.

Algumas mudanças, porém, ocorreriam em relação ao que fora planejado para a inauguração prevista para 1909. A data a ser inaugurado o monumento não mais seria o 18 de maio²³, mas sim o dia 26 de julho, data do aniversário natalício de Olímpio Campos. A outra mudança que ocorreu – inevitável em relação aos planos iniciais e bastante significativa – foi a do lugar a ser erguido o monumento. Conforme foi visto, a comissão pretendia fixar a memória de Olímpio Campos num lugar que tinha uma forte simbologia política: a praça do Palácio do Governo. Contudo, nessa praça, que abrigava as sedes dos três poderes e que se constituía no local das principais concentrações cívicas, já tinha sido inaugurado, em 1912, o monumento a Fausto Cardoso. Aquele lugar já evocava, portanto, outra memória. Vê-se, desse modo, que “no ambiente urbano o local nunca é aleatório ou casual, pois o espaço não se apresenta como um elemento natural ou físico, mas sobretudo como um produto social, resultado histórico das disputas em torno da significação do território... e do poder na sociedade”²⁴.

Diante disso, os olimpistas tiveram que escolher outro *lugar de memória* para Olímpio Campos, decidindo-se pela praça da Igreja Matriz. O monumento foi erguido exatamente em frente à atual Catedral. A memória de Olímpio Campos ficaria associada, dessa forma, à simbologia religiosa do local, afinal de contas uma das características dos *lugares de memória* é justamente que a imaginação seja capaz de investi-los de “uma aura simbólica”²⁵, uma vez que esses lugares não são apenas materiais, mas também simbólicos e funcionais.

Com dia e local definidos e tendo sido finalizadas as obras do monumento, restavam apenas os preparativos para as festas da inauguração. Logo, a programação preparada para a cerimônia – que deveria se estender

²³ Mesmo que houvesse, por parte da comissão, o interesse de manter essa primeira data que havia sido escolhida, isto não seria exequível, uma vez que ainda não havia receita suficiente para concluir as obras do pedestal e para custear a cerimônia de inauguração. Além disso, a estátua apenas chegou a Aracaju no dia 03 de junho. Foi noticiado na imprensa que, além de alguns membros da comissão, muitas pessoas assistiram ao desembarque do “precioso objeto”, que pesava 1752 quilos. Cf.: Diário da Manhã, *Estátua de Monsenhor Olímpio Campos*, 06 jun. 1916, p. 1.

²⁴ LEAL, Elisabete. Representando a história em praça pública: os monumentos a Benjamin Constant e a Julio de Castilhos. *Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, ANPUH - PB, 2003, p. 5, (Cd-rom).

²⁵ NORA, Pierre. Op. cit., p. 21.

por todas as 24 horas do dia 26 de julho – foi didaticamente divulgada através da imprensa²⁶. Tudo estava prescrito passo a passo: os atos solenes, a caracterização do ambiente, os trajes de comissões incumbidas de realizar determinados atos da cerimônia, os hinos a serem cantados, os cânticos a serem entoados, a designação dos oradores e a ordem em que discursariam, enfim todos os atos solenes e atrações que comporiam a festa²⁷.

Finalmente chegaria o tão aguardado dia da inauguração do monumento. Assim que o relógio da Catedral anunciou a 0h:00 do dia 26, quatro girândolas de foguetes foram lançadas de cada um dos pontos cardeais da cidade, assinalando o início das solenidades que se estenderam por todo o dia. Na primeira parte da programação buscou-se enfatizar a dimensão religiosa daquela festa e a religiosidade do homenageado. Às 05h:30 tiveram início os ofícios religiosos com a celebração de uma missa campal²⁸. Às 10h:00 foi celebrada pelo bispo diocesano Dom José Tomaz uma nova missa, desta vez na Catedral, mais precisamente na capela N. S. da Pureza, onde estavam depositados os restos mortais de Olímpio Campos. Entre uma missa e outra, o Apostolado do Sagrado Coração de Jesus cantou o hino da Aleluia e, além disso, foi praticado um ato de alta significação simbólica: uma comissão composta por três senhoras distribuiu esmolas aos pobres com o intuito de representar os gestos caridosos praticados pelo padre Olímpio Campos.

O ápice da programação ocorreu às 13h:00, quando o presidente de Sergipe, o general Oliveira Valadão, foi convidado para declarar oficialmente inaugurado e autorizar que fosse desvelado o monumento, ao redor do qual havia quatro senhoritas representando a justiça, a liberdade, o trabalho e o progresso²⁹. Tão logo foi retirado o véu, outra

²⁶ Diário da Manhã, Programa – Olímpio Campos, 13 jul. 1916, p. 2.

²⁷ Tratava-se de uma festa que reunia algumas das principais características apontadas por Roberto DaMatta para as festas cívicas e religiosas, ou seja, a delimitação de papéis e a observância da ordem e da hierarquia social. DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

²⁸ Bandas de música tocaram de 0h:00 até as 05h:30, o que se repetiu nos intervalos entre as solenidades, durante todo o dia, com o objetivo de preencher a programação.

²⁹ O ato de desvelar o monumento coube a uma comissão composta por trinta e quatro senhoritas que representavam cada um dos municípios sergipanos existentes até então. O véu foi recebido por uma comissão formada também por trinta e quatro senhoras que tinham sido eleitas “protetoras perpétuas da estátua”. Cf.: Diário da Manhã, Programa – Olímpio Campos, 13 jul. 1916, p. 2.

comissão, composta por quatro senhoritas, encarregou-se de arremessar flores sobre o monumento e simultaneamente a banda de música da polícia executou o hino sergipano. Dando seqüência à cerimônia, Antônio Teixeira Fontes abriu a sessão de discursos, falando em nome da Comissão Olímpio Campos, da qual foi presidente, seguindo-se a ele os demais oradores que assomaram à tribuna³⁰. À noite houve cinema ao ar livre e, quando o relógio da Catedral novamente marcou 0h:00, fogos de artifício encerraram as festividades.

Ao longo da cerimônia foram distribuídos *souvenirs* da inauguração e retratos de Olímpio Campos, recursos simbólicos utilizados para assegurar a recordação daquela homenagem e do homenageado, forma de assegurar a presença da ausência. Tornar presente o ausente e, além disso, atribuir-lhe significados era a função do monumento e foi o que fizeram também os oradores da cerimônia.

A tensão presente/ausente foi traduzida por Teixeira Fontes ao assinalar a ambivalência de um momento marcado pela “ligação da alegria e da dor”³¹. Alegria que era resultante da presença daquela homenagem, mas dor que ainda era sentida pela ausência do morto. O martírio de Olímpio Campos e o trauma provocado por sua trágica morte não deixaram de ser lembrados, porém, os discursos priorizaram abordar as razões da sua imortalidade em vez das circunstâncias de sua morte. Depois de decorrida quase uma década, embora não tivessem sido totalmente extintos, os ânimos exaltados e os rancores tinham, pelo menos, arrefecido. Além da passagem do tempo, a morte era um aspecto que contribuía para essa mudança. É o que se conclui a partir do discurso de Oliveira Teles, quando ele argumenta que a morte

³⁰ Além de Oliveira Valadão, que havia proferido um breve discurso no momento em que declarou inaugurado o monumento, e de Antônio Teixeira Fontes, foram os seguintes os oradores da cerimônia: Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, Manoel dos Passos de Oliveira Teles, Laureta Araújo, Daphne Teles (que recitou uma poesia) e Aristeu Profeta Ramos. Cf. *Jornal do Povo*, A inauguração da estátua de Olímpio Campos, 27 jul. 1916, p. 1.

³¹ FONTES, Antônio Teixeira. A inauguração da estátua de Olímpio Campos: discurso do desembargador Teixeira Fontes. *Jornal do Povo*, 29 jul. 1916, p. 1.

não somente redime, antes depura e resolve o fogacho das animosidades e paixões em sublime fogaréu de amor e de veneração... Olímpio Campos, vivo, fora talvez ainda encarado pelo prisma das paixões; morto, sua estatura moral dia-a-dia recresce. A falsa inteligência dos seus atos cede o plano à convicção da honestidade de seu caráter... e o que foram outrora esconjuras e blasfêmias e ironias e maldições condensa-se em pérolas nitentes que lhe cingem a fronte em perdurável diadema³².

Para os oradores da cerimônia, o que importava evocar do passado eram os motivos da imortalidade de Olímpio Campos. São feitas referências às qualidades morais do morto ilustre, que é apresentado como um homem bom, justo, abnegado, que teve uma “vida irrepreensível”³³. Contudo, o que predomina nos discursos são as virtudes e façanhas demonstradas como líder político. É sobretudo a figura do grande estadista que é lembrada. E se Olímpio Campos não fora um intelectual, aspecto utilizado pelos adversários para atingi-lo, suas realizações políticas possuíam maior solidez, perenidade e valor do que qualquer trabalho intelectual. Entendia-se, pois, que

Olímpio Campos não foi um filósofo, mas, como vulgarmente se diz, um homem de ação... Aquele consome-se em cogitações e penoso meditar sobre o enigma das coisas, multiplica-se em livros que circulam ou funda sistema aparatoso e empolgante. Entretanto, outro intelectual surgirá que o suplante, atirando ao mundo panfletos que o reduzem e lhe desmoronam a doutrina que julgava sólida. Mas o homem prático, o que quer que produza é fruto exequível, a prudência traça-lhe o caminho, o que ele edifica é para que reste³⁴.

³² TELES, Manoel dos Passos de Oliveira. A inauguração da estátua de Olímpio Campos: discurso do dr. Manoel dos Passos de Oliveira Teles. *Jornal do Povo*, 31 jul. 1916, p. 1.

³³ FONTES, Antônio Teixeira. A inauguração da estátua de Olímpio Campos... *Jornal do Povo*, 29 jul. 1916, p. 1.

³⁴ TELES, Manoel dos Passos de Oliveira. A inauguração da estátua de Olímpio Campos... *Jornal do Povo*, 31 jul. 1916, p. 1.

Era na política que Olímpio Campos havia edificado suas grandes obras. Aspecto comum a todos os discursos é a ênfase dada às virtudes cívicas do homenageado, às suas realizações políticas. Não se devia esquecer que Olímpio Campos fora o “defensor da autonomia” e o “fator da democracia”³⁵ sergipana e nem que, quando esteve à frente do Governo, havia segurado em “suas mãos hercúleas os destinos de sua nobre pátria, garantido-lhe a ordem e a impelido pelo caminho do progresso”³⁶. Emerge, pois, dos discursos a imagem de um político que lutou pela paz, pela autonomia e pelo progresso de Sergipe, respeitando a legalidade, sendo um mantenedor da ordem e concorrendo com seus esforços para o engrandecimento de sua terra natal.

Por todas essas razões é que Olímpio Campos merecia ser imortalizado através do bronze. Os discursos da inauguração buscaram reforçar alguns sentidos, que já tinham sido difundidos desde a época da campanha de arrecadação, em torno daquela homenagem: reconhecimento, gratidão, dívida e justiça³⁷. Está muito presente a idéia de que o monumento expressava o reconhecimento e a gratidão dos sergipanos por todos os serviços que aquele grande homem lhes havia prestado. A consagração no bronze é apontada, conseqüentemente, como um dever para Sergipe, como uma dívida que estava sendo paga. Cultuar a figura de Olímpio Campos era recompensá-lo pelos seus feitos em prol da terra natal. Era ainda fazer o desagravo à sua memória. Neste sentido, Oliveira Teles se referiu do seguinte modo àquela homenagem: “a apoteose, como penso, é sobretudo uma reparação. É a justiça da História selada com esses selos de bronze”³⁸.

Fazer Olímpio Campos entrar para a História, perpetuar sua memória, apontá-lo como exemplo para as gerações futuras. Para esses fins é que foi erguido o monumento, entendido como a forma mais eficaz

³⁵ ARAÚJO, Laureta. A inauguração da estátua de Olímpio Campos: discurso de Laureta Araújo. *Jornal do Povo*, 28 jul. 1916, p. 1.

³⁶ TELES, Manoel dos Passos de Oliveira. A inauguração da estátua de Olímpio Campos... *Jornal do Povo*, 31 jul. 1916, p. 1.

³⁷ Importantes reflexões sobre a noção de dever de memória podem ser encontradas em: RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

³⁸ TELES, Manoel dos Passos de Oliveira. A inauguração da estátua de Olímpio Campos... *Jornal do Povo*, 31 jul. 1916, p. 1.

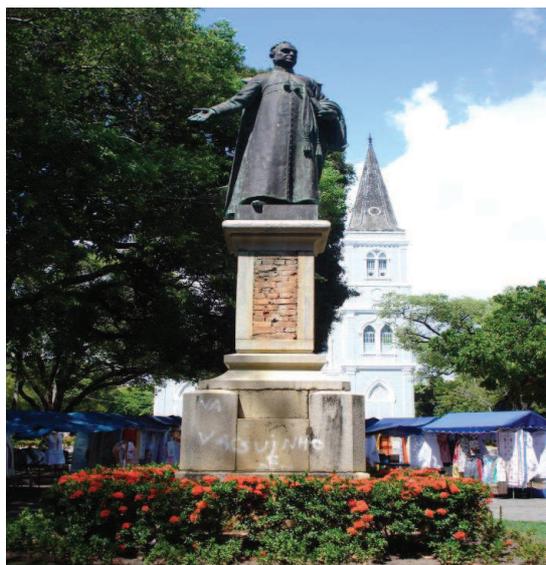
de fazer com que seu nome passasse à posteridade, pois se tratava de um recurso simbólico associado ao poder de alcance da imagem. Afinal, ao contrário de outras homenagens que compuseram a festa, o monumento não ficaria restrito aos espectadores da inauguração. Com a sua imagem gravada no bronze, Olímpio Campos poderia ser visto por todos aqueles que transitassem por uma das principais praças de Aracaju e, o que era mais importante, ficaria à disposição dos olhares das gerações futuras.

Na estátua, Olímpio Campos é representado segurando um livro na mão esquerda e estendendo o braço direito à meia altura. Não deixa de causar estranhamento o fato de os oradores da cerimônia, dentre os quais havia três membros da comissão, não fazerem nenhuma referência ao modo como Olímpio Campos é representado. Também não foram encontradas descrições da estátua nos jornais da época da inauguração, nem mesmo no *Jornal do Povo* – que fez a mais ampla cobertura da cerimônia, tendo sido o único periódico que publicou os discursos dos oradores. Da época da inauguração do monumento não foi encontrada, portanto, nenhuma referência à representação contida na estátua por parte daqueles que foram os responsáveis por aquela homenagem e pela escolha do modo como Olímpio Campos seria representado.

A única tentativa de interpretação da estátua foi encontrada num texto publicado em 1947 por João Baptista de Mattos. Para esse autor, Olímpio Campos

com um livro sacro à mão esquerda, abre, num gesto de orador que confia mais nas palavras que nos gestos, o braço direito, à meia altura. Assim dá mais a impressão do homem devotado ao apostolado de Deus, certo do valor da palavra sagrada e incerto do quanto possa importar a gesticulação, do que a de estar ali eternizado o grande político que ele foi³⁹.

³⁹ MATTOS, João Baptista de. Os monumentos nacionais de Sergipe. Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, Imprensa Militar, n. 1 e 2 [separata], 1947, p. 26.



Monumento a Olímpio Campos (Aracaju, Rodolfo Bernardelli, 1916)
(Foto: Giliard S. Prado, 2007)

A intenção seria, de fato, fazer sobressair no monumento a figura do líder religioso? Registros encontrados na imprensa, na época da encomenda da estátua, permitem responder negativamente a essa questão. Indubitavelmente, o objetivo da comissão era consagrar o monumento ao líder político. Isto pode ser atestado por vários aspectos. Um deles é a escolha do local a ser erguido o monumento, pois, conforme foi visto, o intuito inicial da comissão era erguer o monumento no centro dos poderes políticos: a praça do Palácio do Governo. Bastante significativo também era o dia escolhido para a inauguração: o 18 de maio, data do aniversário da Constituição sergipana. A data escolhida para a inauguração era decorrência direta da primeira idéia apresentada para a representação da estátua, pois Rodolfo Bernardelli já havia preparado “a maquete, representando monsenhor, de vestes talares, de pé, figuradamente encostado à mesa da Assembléia do Estado, empenhando a Constituição no ato de sua

Revista do IHGSE, n. 40, 2010

promulgação”⁴⁰. Como fica evidente, o objetivo era resgatar a atuação de Olímpio Campos como presidente da Assembléia Constituinte, jurando a Constituição sergipana e, desse modo, permitir desdobramentos interpretativos que tornassem possível criar em torno dele a imagem de um político que lutou pelo estabelecimento dos princípios constitucionais e que pautava sua ação pela observância das leis.

Contudo, mudanças referentes à representação da estátua foram feitas por ocasião da celebração do contrato. Lamentavelmente, não é possível saber que mudanças foram essas. As notícias veiculadas na imprensa, relativas aos acertos feitos entre o presidente da Comissão e a empresa contratada, dão conta de que a data prevista para a inauguração era mesmo o dia 18 de maio, mas, em relação à maquete, apenas é mencionado que foram “assentadas ligeiras modificações”⁴¹.

Uma descrição diferente da maquete em relação à idéia inicial foi feita, também numa data próxima à celebração do contrato, pelo padre Antônio Carmelo que, após uma visita ao ateliê de Rodolfo Bernardelli, apresentou do seguinte modo a representação de Olímpio Campos na maquete

Em pé, nessa posição de lutador, é que o notável professor imaginou o nosso ilustre patricio. Em hábitos talaes, cai-lhe dos ombros ampla capa romana, cujas fartas dobras ajuntam-se-lhe por detrás em belo efeito. Ao lado de sua curul senatorial, descansa a mão esquerda, tocando apenas um dos braços, enquanto que seu braço direito distende-se para baixo, formando um raio, à meia altura, abrindo-se-lhe a mão e os dedos, em modos dignos de orador, que no momento fala. Para movimentar um gesto de quem levanta alguma coisa... Decididamente o autor o quis representar falando, e com felicidade o conseguiu, principalmente para quem, como eu, o viu orando no Senado pela última vez⁴².

⁴⁰ Folha de Sergipe, Estátua Olímpio Campos, 07 jun. 1908, p. 2.

⁴¹ Folha de Sergipe, Estátua de Monsenhor Olímpio Campos, 20 set. 1908, p. 2.

⁴² CARMELO, Antônio. A estátua do monsenhor: a título de palestra. Folha de Sergipe, 11 out. 1908, p. 1.

Como se percebe, na descrição e interpretação feitas por Antônio Carmelo há mais detalhes do que em relação à primeira descrição publicada no jornal. Resta saber se a maquete descrita por Antônio Carmelo já teria sofrido as “ligeiras modificações” acertadas no ato do contrato ou se essas mudanças foram feitas a partir da maquete que ele descreveu. As datas são importantes para pensar essa questão. A notícia que faz referência às alterações na maquete é do dia 20 de setembro e, embora ela não informe a data precisa da assinatura do contrato, é pouco provável que, numa época em que se estava publicando quase diariamente notícias sobre a estátua, a celebração do contrato tenha ocorrido muitos dias antes da divulgação. No artigo de Antônio Carmelo não é referida também a data em que foi feita a visita ao ateliê de Rodolfo Bernardelli. Seu texto foi publicado no dia 11 de outubro, mas escrito quase um mês antes, no dia 12 de setembro, num momento em que, a bordo do paquete que o conduzia do Rio de Janeiro a Sergipe, lembrava aquela visita. Diante do exposto, embora não seja possível ter certeza, parece ser mais plausível a hipótese de que as modificações tenham sido feitas em cima da maquete que Antônio Carmelo descreveu.

Seja como for, o modelo inaugurado em 1916 não correspondia exatamente a nenhuma das maquetes – nem à que foi inicialmente apresentada no jornal, nem à que foi descrita por Antônio Carmelo. Faltavam elementos tanto de uma quanto de outra. Em relação à primeira, falta a mesa da Assembléia, à qual Olímpio Campos estaria “figuradamente encostado”. A propósito, a ambigüidade do termo *figuradamente* é um complicador para essa tentativa de interpretação, pois pode se referir tanto à efetiva presença da alegoria, como também, numa outra acepção, pode se referir a algo não existente, suposto. Há aí mais uma questão irresolúvel. Mas, ainda confrontando a primeira maquete com o modelo inaugurado, é preciso considerar também que o modo como o braço direito está estendido e o modo como o livro é segurado na mão esquerda em nada parecem representar um juramento de Constituição. Já no que diz respeito à segunda maquete, não existe a curul senatorial referida por Antônio Carmelo. Outro aspecto que chama atenção é o fato de, em sua descrição, não

ser mencionado nenhum livro, pois, em vez de segurar esse objeto, o personagem apenas “descansa a mão esquerda”.

O que é ainda mais instigante na representação da estátua é que a ausência da mesa da Assembléia e da cadeira senatorial, dois símbolos políticos, não parece, todavia, ser decorrente da mesma razão que levou os olimpistas a mudarem o lugar a ser erguido o monumento. Conforme foi visto, a anterior inauguração do monumento a Fausto Cardoso na praça da simbologia política fez com que o monumento a Olímpio Campos fosse erguido na praça da simbologia religiosa. Ocorre, porém, que a ausência dos símbolos políticos citados acima não parece poder ser explicada pelo mesmo motivo. Isto porque o monumento a Fausto Cardoso foi inaugurado em 1912 e a estátua de Olímpio Campos já estava concluída na *Fundição Indígena* desde 1909.

O que é possível inferir, a partir do exposto, é que a visibilidade – num sentido de ênfase de representação – planejada inicialmente para as esferas política e religiosa, na homenagem a Olímpio Campos, foi sendo modificada no decorrer do tempo. O sobrepujamento da esfera política em relação à esfera religiosa foi consideravelmente diminuído. Se, por um lado, os discursos da inauguração fizeram sobressair a figura do líder político; por outro lado, há que se considerar a grande quantidade de atos religiosos que compuseram aquela cerimônia e, ainda, o forte simbolismo religioso do lugar a que ficou associada a memória de Olímpio Campos, uma vez que o seu monumento foi erguido em frente à Catedral.

Não deixa, portanto, de haver certa ambigüidade no livro que Olímpio Campos segura na mão esquerda. Ambigüidade que, aliás, não pode ser dirimida com o auxílio das inscrições, pois estas – que comumente desempenham uma espécie de função narrativa, instruindo o observador sobre o modo como o monumento deve ser interpretado – estão quase todas apagadas. Das quatro placas de bronze apenas se tem conhecimento de duas inscrições. Na placa frontal, que foi recentemente extraviada, lia-se ‘*Sergipe a Olímpio Campos*’, dando a ver que aquela obra fora um oferecimento de todo o estado. Na placa detrás, apenas é legível: ‘1916’, em referência ao ano da inauguração. No tocante às placas laterais, uma delas também já não existe e a outra tem suas inscrições completamente

ilegíveis. Desse modo – como as inscrições não ajudam a dirimir a referida ambigüidade –, o livro que Olímpio Campos segura pode mesmo ser a Bíblia, como acredita João Baptista de Mattos, mas pode ser também a Constituição sergipana, pensada desde a primeira maquete. Quanto ao gesto do braço direito, passa mesmo a impressão de um orador. Porém, não se sabe se proferindo uma oração religiosa ou política.

A ambigüidade da representação da estátua permite interpretar que a intenção dos idealizadores daquela homenagem era representar Olímpio Campos pregando a palavra sagrada, mas não exclui a possibilidade também de que o objetivo fosse representá-lo pregando a legalidade constitucional. Para as gerações que se seguiram à cerimônia de inauguração, a representação contida no monumento e o simbolismo do local onde ele está erguido permitem associar aquela imagem mais à figura de um religioso do que a de um político. A ênfase na significação política parece não ter atingido a dimensão inicialmente desejada. Contudo, se os sentidos religioso e político não foram amalgamados no bronze nas proporções que se queria, pelo menos os guardiões de sua memória tinham a convicção de que essa homenagem seria capaz de fazer a figura de Olímpio Campos passar à posteridade, tornando-o imortal.

O monumento não foi suficiente, no entanto, para que a figura de Olímpio Campos permanecesse inscrita na memória social. A população sergipana ignora o personagem que está ali representado. Os olimpistas acreditaram que através do bronze perpetuariam a memória de seu líder. Efetivamente conseguiram salvaguardar um nome, uma imagem e um lugar que já estão, porém, destituídos de significados. Monumentos são lugares que dependem de operações de memória que instituem lembranças e sentidos, pois para que haja “imortais” é preciso que se saiba quem foram os mortos.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Jornais:

A Razão: 1907-1909; 1912

Correio de Aracaju: 1906-1914; 1916

Diário da Manhã: 1911-1916

Folha de Sergipe: 1907-1908; 1911
Jornal do Povo: 1916
O Estado de Sergipe: 1907-1910; 1912; 1915

Manuscritos:

Ofício da Comissão Olímpio Campos ao presidente Rodrigues Dória.
Arquivo Público do Estado de Sergipe, Fundo G1, v. 1842.

Referências bibliográficas:

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

LEAL, Elisabete. *Representando a história em praça pública: os monumentos a Benjamin Constant e a Julio de Castilhos*. *Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, ANPUH - PB, 2003 (Cd-rom).

MATTOS, João Baptista de. *Os monumentos nacionais de Sergipe*. Separata da: *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, Imprensa Militar, n. 1 e 2, 947.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto História*. São Paulo, PUC, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVA DE SOUZA, Terezinha. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

VACCANNI, Celita. *Rodolpho Bernardelli: vida artística e características de sua obra escultórica*. Rio de Janeiro: ENBA/Universidade do Brasil, 1949.

Artigo recebido em junho de 2010. Aprovado em julho de 2010.

SUBMARINOS ALEMÃES E O COTIDIANO DE ARACAJU (1942-1945)

GERMAN U-BOOTS AND
EVERYDAY LIFE IN ARACAJU
(1942-1945)

Luiz Antônio Pinto Cruz*
Lina Maria Brandão de Aras**

RESUMO

A presença dos submarinos alemães pela costa sergipana, durante a Segunda Guerra Mundial repercutiu intensamente no cotidiano de Aracaju. Mais do que simplesmente “afundar navios”, os ataques dos U-boots deflagraram a guerra para todo o Brasil. O torpedeamento foi um evento bélico, mas vivido por uma coletividade. Através de uma variedade de fontes foi possível perceber como o evento chegou à cidade de Aracaju e como os aracajuanos agiram, pensaram e sentiram na época. Nesse território de subjetividades, o historiador precisa atentar para a tragédia marítima, percebendo as diferentes apropriações, os comportamentos e as representações do homem costeiro diante da Guerra Submarina em Sergipe no período de 1942 a 1945.

Palavras-chave: Aracaju; cotidiano; submarinos alemães.

ABSTRACT

The presence of German U-boots along the coast of Sergipe during World War II had a deep repercussion on the Aracaju's citizens daily routine. These events didn't cause simply shipwrecks, but they broke out the war for whole Brazil. The submarine attacks were a war event but experienced by lots of people. Through myriad sources was possible to realize how this happening arrived to Aracaju city and how the Aracajuanos acted, thought and felt at this time. Through all of these subjectivities, the Historian needs to be attentive to the sea tragedy, noticing different forms of appropriations, behaviors and representations of the Aracajuanos up against submarine war in Sergipe from 1942 through 1945.

Keywords: Aracaju; every day life; german submarines.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia - UFBA; graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. E-mail: cruzlap@hotmail.com

** Professora Associada do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. E-mail: linaaras@hotmail.com

“A História também se faz presente debaixo d’água”¹.

“Sob a visada do periscópio, o olhar do assassino encoberto (...). E o submarino não escolhe vítimas nem conhece bandeiras a respeitar. Sua missão é a de estabelecer o terror nos mares”². A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial é uma temática muito complexa e repleta de labirintos ideológicos. Entretanto, uma nova geração de historiadores está contribuindo com a revisão da historiografia brasileira com questionamentos interessantes. De norte a sul do país, as principais universidades brasileiras desenvolveram e desenvolvem pesquisas sociais preocupadas com a “complexidade do cotidiano”, “subjetividade dos narradores” e a “preservação do vivido” no tempo dos ataques submarinos.

A historiografia brasileira ampliou e modernizou seu olhar para as vivências sociais durante a Segunda Guerra Mundial. Artigos, monografias, dissertações, teses e livros evidenciam um maior envolvimento do país na guerra, pois várias operações bélicas foram registradas em território marítimo nacional. Os estudos históricos são variados e seguem temáticas distintas: “A atuação da Marinha do Brasil”, “os ataques dos submarinos do Eixo”, “a patrulha anti-submarina dos aviões catalinas americanos”, “o bombardeamento de submarinos”, “a captura de submarinistas alemães na costa brasileira”, “o papel dos marítimos no tempo da guerra submarina”, enfim, “o medo social diante dos torpedeamentos”. Essas dimensões temáticas revelam a participação efetiva do Brasil no maior conflito da história.

A obra *A participação de Sergipe na Segunda Guerra Mundial*, da professora Maria Nely dos Santos³, resultou de uma pesquisa em arquivos públicos e militares, e desenvolveu um valoroso ensaio histórico. Na visão da professora Nely é um tributo às vítimas dos torpedeamentos e extensivo a todos os brasileiros que lutaram na 2ª Grande Guerra. Apesar

¹ BARRETO NETO, Raul Coelho. *Flores ao mar: os naufrágios navais brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. Salvador: Presscolor, 2006, p. 236.

² *Folha da Manhã*. Aracaju. 26 de agosto de 1942.

³ SANTOS, Maria Nely. *A participação de Sergipe na Segunda Guerra Mundial*. São Cristóvão: Edufs, s.d.

de ser criteriosa, faltou neste ensaio uma análise sobre as repercussões dos torpedeamentos no cotidiano de Aracaju.

Aracaju - memórias de uma cidade sitiada, de Luiz Antônio Pinto Cruz⁴, é resultado de uma monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Trata-se de uma pesquisa que procurou compreender as atitudes e percepções dos aracajuanos sobre os torpedeamentos do Aníbal Benévolo, Araraquara e Baependy, com destaque para o cotidiano e o medo dos aracajuanos, decorrente do clima de insegurança se instaurou em Aracaju.

No livro Flores ao mar, o baiano Raul Coelho Barreto Neto⁵ estuda a história dos naufrágios navais brasileiros na Segunda Guerra Mundial, com ênfase ao afundamento de três embarcações militares em serviço nos mares: o navio auxiliar “Vital Oliveira”, no litoral fluminense; a corveta “Camaquã”, nas proximidades da base de Recife, ambos em 1944; e o cruzador “Bahia”, em águas oceânicas, no ano de 1945. Através das análises de Raul Coelho Barreto Neto zarpamos para um mar de guerra, uma realidade pouco conhecida pelos brasileiros

A Segunda Guerra Mundial veio até nós antes que fossemos a ela. (...) A Marinha foi a primeira das nossas Forças Armadas a ingressar na Segunda Guerra Mundial e a última a deixá-la. Na verdade, ela terminou envolvendo-se no conflito por mais tempo do que o próprio país, uma vez que a sua participação se iniciou no ano de 1941, com o patrulhamento litorâneo do saliente nordestino por belonaves sediadas em Natal, e só terminou em fins de 1945, meses após a rendição incondicional da Alemanha, depois de assegurado que as águas do Atlântico Sul estavam definitivamente livres dos submarinos inimigos⁶.

Ao longo da costa brasileira, existem vários “lugares da memória” relacionados ao tempo dos torpedeamentos. Raul Coelho Barreto Neto

⁴ CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *Aracaju: memórias de uma cidade sitiada*. São Cristóvão: UFS. 1999. (Monografia).

⁵ BARRETO NETO, *Op. cit.*

⁶ *Ibid.* p. 49-50.

revelou seu desejo em conhecer alguns desses locais, mas o primeiro seria: “um cemitério criado e mantido por pescadores na praia dos Náufragos, imediações de Aracaju, Sergipe”. E continua, “nele estão sepultadas de forma rústica, porém bastante digna, algumas das muitas vítimas que se encontravam a bordo dos nossos mercantes torpedeados e que tiveram seus corpos levados ao local pelas correntes marítimas. Dizem ser um lugar simples e tranqüilo”⁷.

Augusto César Machado Moutinho, outro baiano, em sua dissertação *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, estudou a realidade de Morro de São Paulo diante dos ataques do U-507 aos navios mercantes Arara e Itagiba.

O povo baiano, durante o período de 1942 a 1945, viveu intensamente a forte mobilização para o conflito e todos os seus agravantes. Os afundamentos de navios brasileiros em águas nacionais motivaram a população baiana, que, incentivada pela imprensa e por estudantes, exigia o estado imediato de beligerância. A forte mobilização, acompanhada de um panorama geral de escassez, especulação e carestia, tornou-se marca desse período na Bahia. Mas, a reação da população do povoado de Morro de São Paulo ganhou outros contornos. Os morristas vivenciaram de forma eminentemente particular os efeitos do conflito⁸.

Diante do cenário de insegurança, os morristas temeram uma invasão alemã ao território baiano. O medo era alimentado por vários elementos: a brutalidade dos torpedeamentos, as intencionalidades políticas do Estado Novo e pelo imaginário social. De acordo com Moutinho, seu trabalho busca, ao mesmo tempo, analisar a repercussão de macro conflitos em um micro universo, vertente da historiografia

⁷ Ibid. p. 233.

⁸ MOUTINHO, Augusto César Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado em História Social. UFBA. Salvador, 2002, p. 6.

conhecida como história regional, e focar os efeitos culturais dessas transformações, ou seja, promover uma história cultural do povoado na guerra.

Os ataques dos submarinos alemães foram vividos por uma coletividade e despertaram um clima de insegurança generalizado nas cidades costeiras de Sergipe. Por que um evento bélico tão intenso foi pouco estudado? A escassez de trabalhos acadêmicos se justifica porque muitos historiadores questionavam a autoria do Eixo nos torpedeamentos e atribuíam aos norte-americanos a responsabilidade da tragédia. Para Ricardo Seitenfus, “apesar da escassez de pesquisas históricas sobre a guerra marítima contra a marinha mercante brasileira, existem indicações sobre as atividades da marinha de guerra do Eixo”⁹.

O pesquisador Vagner Camilo Alves conclui suas interpretações sobre a Guerra Submarina afirmando, “penso já ser momento de sepultar, definitivamente, qualquer hipótese esdrúxula atribuindo à marinha norte-americana a responsabilidade pelas perdas navais brasileiras”¹⁰. Nas Forças Armadas do Brasil não existe mais essa suspeita. Na visão de Plínio Pitaluga,

hoje ainda, e infelizmente, a falta de maior atividade da nossa mídia, em fase que continua a desafiar a ignorância histórica, subsiste a lenda de que os submarinos aliados, americanos e ingleses, com a finalidade de forçar o Brasil a declarar guerra ao Eixo, teriam torpedeado os nossos navios, numa ação que, se realizada por aliados tradicionais e leais, seria vil e covarde. Nada mais inverídico¹¹.

É importante assinalar que os historiadores militares também contribuíram para uma melhor compreensão da Guerra Submarina no

⁹ SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri: Manole, 2003, p. 292.

¹⁰ ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – História de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

¹¹ PITALUGA, Plínio. Torpedeamento dos navios brasileiros – Uma lenda ainda em voga. *Revista do Clube Militar*. Ano LXXI, Nº 349. Julho de 1998.

Atlântico Sul. A pesquisa desse conflito marítimo, à luz dos fundamentos científicos e militares, forneceu preciosas informações técnicas sobre os torpedeamentos na costa brasileira. O estudo da guerra normalmente é visto dentro de uma ótica heróica, tecnológica e gloriosa, em que aparecem soldados brasileiros lutando no front italiano. Na História Social, as pesquisas acadêmicas possuem outro enfoque, queremos “recuperar o vivido na época” e compreender como a guerra submarina repercutiu no cotidiano dos aracajuanos. Documentos inéditos mostram como o Estado Novo escondeu a ameaça submarina do país e como as Forças Armadas do Brasil tiveram que se unir aos EUA para guarnecer a sua “Zona de Guerra Sul-Atlântica”. O DIP e os DEIPs esconderam esse “front doméstico” e a Guerra Submarina quase passou despercebida.

A guerra para o Brasil começou, de fato, na costa nordestina e muitas circunstâncias ainda precisam ser esclarecidas. Pouco a pouco a realidade brasileira na Segunda Guerra Mundial tem despertado o interesse de jornalistas e estes publicaram livros com um caráter investigativo, mas sem os critérios rigorosos que uma pesquisa histórica exige.

A SEGUNDA GUERRA NO ATLÂNTICO SUL

“Como o cauteloso Ulisses, devemos conservar os olhos e os ouvidos desviados dos encantos e dos enlevos das sereias que rondam o nosso mar”, afirmou o Presidente Getúlio Vargas¹², em 13 de março de 1940. Se num primeiro momento, a postura do brasileiro foi a de observar as sereias rondarem o seu mar (as ocorrências bélicas entre alemães e ingleses no Atlântico Sul). No segundo, o ataque dos submarinos alemães aos navios mercantes nacionais na costa de Sergipe evidenciou a guerra para todo Brasil. Então, os brasileiros colocaram as mãos em armas e guarneceram seu litoral. O gigantesco oceano Atlântico não representava um obstáculo para a guerra européia chegar à América do Sul. O mar era um caminho aberto às modernas máquinas

¹² WYNNE, J. Pires. Augusto Maynard. In: *História de Sergipe (1930 – 1972)*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973, Vol. II, p. 106.

de guerra. Por esta razão, o oceano ganhou significações assustadoras no tempo da Segunda Guerra Mundial.

Os U-boots, “submarinos” na língua alemã, tiveram um papel importante na mundialização do conflito. As perdas decorrentes da Guerra foram incalculáveis e mesmo estimativas aproximadas se mostram impossíveis. A guerra total (ao contrário da Primeira Guerra Mundial) matou tanto civis quanto militares e grande parte dos óbitos se deu em regiões ou momentos, em que não havia ninguém a posto para contar ou se importar¹³.

Quando a II Guerra começou, na manhã de 3 de setembro de 1939, os submarinos britânicos e alemães estavam prontos para o conflito¹⁴. Entretanto, foram estes últimos que mais centralizaram a ação submarina na Batalha do Atlântico. Em terra, as tropas nazistas surpreenderam seus inimigos e dominaram rapidamente várias nações européias. A partir de julho de 1940, com a conquista da França pelos nazistas, a Guerra Submarina tomou um curso mais intenso no Atlântico. O cais e os estaleiros franceses eram utilizados sem limitações pela Kriegsmarine (Marinha Alemã). Os nazistas controlavam os portos franceses de Lorient, Saint Nazaire, La Pallice e Bordeaux, permitindo ao Eixo ampliar a guerra para outras regiões atlânticas¹⁵. Com posse dessas bases francesas e com o apoio da espionagem, os U-boots expandiram a batalha por todo o Atlântico e afundaram vários navios mercantes na costa dos EUA, no mar do Caribe, no Golfo do México, no litoral africano e na costa brasileira.

A águia nazista sobrevoava por vários continentes, levando o medo e caos para vários rincões do planeta. O projeto expansionista do Terceiro Reich foi muito além dos limites europeus, pois a raça ariana, considerada superior, destinava-se a ser soberana no planeta. “O símbolo da águia sobre o globo terrestre, construído em 1939, representa o projeto nazista de domínio do mundo. A águia, animal sagaz, que do

¹³ HOBBSBAWN, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁴ PRESTON, Antony. *Submarinos*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 1983, p. 24.

¹⁵ A Segunda Guerra Mundial. *Enciclopédia*. Rio de Janeiro: Codex. 1966. (Tomo V).

alto paira sobre tudo e todos, simboliza a superioridade alemã sobre o mundo”¹⁶. Dentro dessa simbologia hitlerista, essa “águia” sagaz dos nazistas equivale ao poder de caça do “lobo”, pois os marinheiros alemães chamavam seu submarino de lobo, e quando eles agiam juntos, de “alcatéia de lobos” ou “bando de lobos” ou “lobos cinzentos”. Para os brasileiros - especialmente os sergipanos e baianos - o lobo mais feroz foi o U-570 que matou mais de 600 pessoas, afundando o Aníbal Benévolo, o Arara, o Araraquara, o Baependy, o Itagiba, o Jacira e um navio estrangeiro não identificado.

A Guerra Submarina em Sergipe constituiu-se num dos episódios mais dramáticos da História Naval do Brasil. Os historiadores militares batizaram os brutais ataques do U-507 na costa sergipana de “Massacre do Rio Real”, e é este o principal motivo da Declaração de Guerra do Brasil ao Eixo.

Por que os submarinos alemães atacaram os navios mercantes brasileiros? De que maneira a notícia dos torpedeamentos ajudou a desestruturar o cotidiano dos aracajuanos e quais as atitudes e percepções dos aracajuanos diante dos torpedeamentos de 1942 e 1943? Diante da instalação do caos na cidade, como foi o processo de reordenamento da sociedade e que medidas de segurança antissubmarina foram adotadas em Aracaju? Diante das questões apresentadas objetivamos estudar os comportamentos e as representações do homem costeiro diante da Guerra Submarina em Sergipe no período de 1942 a 1945.

As operações militares dos submarinos alemães e italianos no Atlântico Sul transformaram a costa do Brasil num “mar de guerra”, cujas circunstâncias dos torpedeamentos na costa nordestina estão vinculadas aos aspectos políticos criados pelo Estado Novo e pela Política da Boa Vizinhança. Para Gerson Moura¹⁷, o ano de 1942 foi de importância vital para as relações Brasil-EUA, pois decisões sumariamente difíceis foram tomadas pelo Governo Vargas, entre janeiro e agosto daquele

¹⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. O nazismo e a produção da guerra. *Revista USP. Dossiê 50 anos de final de Segunda Guerra*. São Paulo: USP, 1989.

¹⁷ MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

ano, no sentido de aproximar-se e, finalmente, alinhar-se à política norte-americana.

O Brasil desenvolveu uma política de barganha arriscada, assinando acordos com os EUA. Ao auxiliar a indústria bélica dos EUA com gêneros alimentícios e minérios de primeira necessidade, o Brasil praticou um ato de “assistência hostil”, perdendo, assim, a sua neutralidade. “O Nordeste está se transformando numa das frentes de batalha mais decisivas para as nações unidas”¹⁸. Por essa razão, Adolf Hitler concedeu um destino mais tropical aos seus U-boots. Segundo João Falcão,

a 15 de junho de 1942, o Führer resolvera determinar uma operação contra o Brasil. Era preciso impor um castigo maior ao governo brasileiro, que lhe servisse como advertência, enviando 10 dez submarinos aos portos brasileiros de Santos, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Os submersíveis deveriam afundar todas as embarcações surtas nos portos e minar os canais de acesso, regressando depois a Bordeaux, na França (zona ocupada). Dessa vez, o embaixador Ritter se opôs. Previa como resultado um grande movimento de solidariedade continental, que poderia arrastar mesmo a Argentina e o Chile, até então neutros¹⁹.

Os acordos bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos atraíram os submarinos de Adolf Hitler ao Atlântico Sul. Georges Duby apresentou o Brasil como uma das principais linhas de suprimentos de material bélico dos Aliados²⁰. Em seu mapa histórico da guerra, Duby mostrou o Atlântico Sul como uma importante rota dos comboios dos EUA, daí porque um dos objetivos dos U-boots foi obstruir o abastecimento de mercadorias para as nações aliadas. Além do mais, no nordeste brasileiro foi erguida a maior base militar americana fora dos EUA, chamada de “Parnamirin Field”, implantada em Natal (RN), considerada, segundo

¹⁸ *Correio de Aracaju*. Aracaju, 5 de novembro de 1942.

¹⁹ FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

²⁰ DUBY, Georges. *Atlas historique*. Paris: Larousse, 1987. p. 94-95.

documentos do Departamento de Guerra dos EUA, um dos quatro pontos estratégicos mais importantes do mundo comparado ao Estreito de Gilbratar, ao canal de Suez e a Dardanellos (todos no Mediterrâneo)²¹.

O Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo, em 28 de janeiro de 1942. As agressões marítimas contra unidades mercantes brasileiras se tornaram mais freqüentes no Atlântico Norte. Pouco a pouco os torpedeamentos passaram a ser registrados, cada vez mais próximos à costa brasileira. O desfecho é conhecido: entre 15 e 17 de agosto de 1942 o afundamento de cinco navios brasileiros por submarinos do Eixo produziu enorme comoção popular e manifestações contrárias ao Eixo em todo o território nacional²².

Quando chegou a notícia de torpedeamento dos navios em Aracaju, os colégios e as repartições suspenderam os seus trabalhos²³. A notícia da tragédia deixou a cidade abalada porque gerou “uma emoção-choque, freqüentemente precedida da surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça”²⁴. A ação submarina tirou o sossego de várias cidades litorâneas e semeou a desconfiança da existência de uma rede de espionagem de estrangeiros eixistas e de sergipanos quintacolonistas. No Inquérito Policial instaurado em Aracaju em 1942

todo cuidado seria preciso, para o bem do Brasil, neste recanto da nacionalidade, que é Sergipe, escolhido pelo destino para sofrer a agressão; e, então era de mister, conhecer o procedimento e analisar as atitudes de certos indivíduos, que, pelos seus modos na sociedade, pudessem seguir o exemplo dos que ajudaram a trair as suas próprias pátrias: a Holanda, a Bélgica e a França²⁵.

²¹ SÁ, Xico. Arquivo exhibe guerra ignorada (Segunda Guerra Mundial). *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 de junho de 1998.

²² MOURA, Gerson. *Op.cit.*, p. 14.

²³ *Folha da Manhã*. Aracaju, 18 de agosto de 1942.

²⁴ DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 23.

²⁵ Relatório da Chefatura de Polícia feito pelo Doutor Enoch Santiago, no Inquérito instaurado no Departamento de Segurança Pública do Estado contra brasileiros acusados como ex-integralistas exaltados e simpatizantes de idéias nazi-fascistas. Aracaju, 18 de setembro de 1942.

Os acontecimentos provocaram muito sofrimento para os náufragos e suas histórias no mar assustaram a população costeira. Sergipe “nunca em sua vida, presenciou cenas tão tristes como nestes dias”, anunciou o jornal aracajuano *Folha da Manhã*, em agosto de 1942. As embarcações Aníbal Benévolo, Araraquara e Baependy foram torpedeadas entre os dias 15 e 16 de agosto de 1942. Em 31 de julho de 1943, os submarinos voltaram a Sergipe e afundaram o navio Bagé na proximidade da barra de Estância.

A “recuperação do vivido” numa realidade social micro como Aracaju, ganha contornos históricos mais amplos com as informações das fontes orais, pois os submarinos agressores representavam a conjuntura de um conflito macro. Através das leituras sociais dos aracajuanos é possível perceber como os submarinos espalharam o terror entre os marítimos do Atlântico Sul e os brasileiros da região litorânea.

No estado de Sergipe, as cidades e os povoados costeiros sentiram a intensidade dessa nova conjuntura bélica. Entretanto, o maior nível de medo, quase beirando o terror, era sentido no oceano, em mar aberto. Muitos marinheiros brasileiros temiam por sua sorte, como recordou o Sr. Eliseu Timóteo

Eu conversei com um marinheiro velho nessa época. Conversei com ele aqui em Aracaju já de muito tempo. Conversei com ele. Ele disse: ‘- Olha rapaz fui marinheiro na gestão da Segunda Guerra Mundial. Acontece que, quando a gente entrava aqui, nas águas de Sergipe, o navio, quando o capitão via algum movimento estranho, ele parava o navio e mandava todo mundo ficasse quieto e apagasse todas as luzes. Com medo de serem torpedeados. Ele disse que muitos companheiros dele foram mortos aí, nessa beira de costa²⁶.

O esforço de guerra conclamava os brasileiros a vencerem seus medos e servirem à pátria. Como todo marinheiro era um viajante por

²⁶ Entrevista de Eliseu Timóteo realizada em Aracaju-SE, 28 de maio de 2005.

natureza, ele precisava seguir o seu destino, mesmo em meio a tantas ameaças. Navegar pela costa sergipana era aventurar-se num “mar de submarinos”. O estudo do medo tem muito a dizer ao historiador. Jean Delemeau tinha consciência da importância do seu estudo histórico: “ficava por ser preenchido um vazio historiográfico em que certa medida vou esforçar-me em completar, dando-me bem conta de que tentativa, sem modelo a ser imitado, constitui uma aventura intelectual. Mas uma aventura excitante”²⁷. O que seria afinal o medo? Delemeau descreveu o medo como uma sensação atroz, uma decomposição da alma, um espasmo horrível do pensamento e do coração de que só a lembrança dá arrepios de angústia²⁸. Os jornalistas queriam saber por que os submarinos agiram com muita facilidade em Sergipe? O jornal *O Globo* enviou seu correspondente, David Nasser, a Aracaju. Ele veio em busca dos pormenores sobre a atuação dos submarinos de Adolf Hitler. *Vigilância sem trégua em Sergipe*, este foi o título da matéria. Em seu artigo, o correspondente questionava: “haveria a possibilidade de encontrar vestígios da existência de bases clandestinas para submarinos alemães no litoral sergipano? Os homens do submarino poderiam buscar refúgio e mantimento em algum lugar de Sergipe?”²⁹. O jornalista Nasser entrevistou o Chefe de Polícia do Estado, Enoch Santiago, com o seguinte questionamento:

No litoral brasileiro, desde o Rio até o extremo Norte, existirão bases de abastecimento para os submarinos inimigos? O Chefe de Polícia de Sergipe, no que diz respeito a este estado, afirma que não. Nos outros Estados, afirma-se a impossibilidade de existirem as mesmas bases que não foram jamais vistas pelos pescadores e pelos aviões de patrulhamento³⁰.

Os submarinos alemães singraram a costa de Sergipe, atuando com muita facilidade em 1942 e 1943. Em 9 de setembro de 1942, a

²⁷ DELUMEAU, Jean. *Op. cit.*, p. 13.

²⁸ *Ibid.*

²⁹ NASSER, David. *Vigilância sem trégua*. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro-RJ. 1942. Sábado, 22 de agosto de 1942.

³⁰ *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro. 22 de agosto de 1942.

Chefatura de Polícia fez assinalar todas as sepulturas das pessoas que pereceram nos torpedeamentos dos navios mercantes brasileiros e que foram sepultados no município de Aracaju. Em cada uma das sepulturas foi fincada uma cruz de madeira, numerada com a seguinte inscrição: “vítima do Nazismo”³¹.

Os navios atacados em Sergipe e na Bahia representaram o elemento motivador da Declaração Oficial de Guerra do Brasil ao Eixo, escrita pelo Ministro Oswaldo Aranha, na qual consta:

foram atacados, na costa brasileira, viajando em cabotagem, os vapores Baependy e Anibal Benévolo (do Lóide Brasileiro, Patrimônio Nacional), o Arará e o Araraquara (do Lóide Nacional S.A.) e o Itagiba (da Cia. Navegação Costeira), que transportavam passageiros, militares e civis, e mercadorias, para portos do Norte do país. Não há como negar que a Alemanha (Itália) praticou contra o Brasil atos de guerra, criando uma situação de beligerância que somos forçados a reconhecer na defesa da nossa dignidade, da nossa soberania e da nossa segurança e da América³².

Em Sergipe, as vivências locais foram tão intensas que não calaram tantas vozes ou esconderam as evidências da população costeira. A versão oficial do governo getulista dizia que “o país não tinha feito nada para sofrer com a Guerra Submarina”, mas a realidade aponta para outras evidências. As recordações mais marcantes dos homens costeiros dizem respeito à vida cotidiana: os naufragos atordoados, centenas de mortos pelas praias, o quebra-quebra na cidade e as perseguições aos estrangeiros e aos sergipanos suspeitos de quinta-coluna.

O estudo do cotidiano não equivale apenas à compreensão das tendências situacionais do dia-a-dia. Do individual ao coletivo, o homem convive com um cotidiano cheio de significações, de mudanças e de permanências. A vivência cotidiana, segundo Agnes Hellen, não está

³¹ *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, Aracaju, 16 de setembro de 1942.

³² Declaração de Guerra do Brasil ao Eixo (Alemanha e Itália). *Documento Oficial*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1942.

'fora' da história, mas no 'centro' do acontecer histórico, enfim, nas vidas entrelaçadas: é a verdadeira 'essência' da substância social³³.

Em virtude dos torpedeamentos, a capital sergipana se envolveu no clima de guerra marítima, deixando a condição de mera espectadora de um conflito europeu, para alçá-la à condição de vítima da Guerra Submarina. Na memória dos sergipanos, esse evento foi narrado a partir de diversas perspectivas. Os versos populares dos aracajuanos anunciavam uma memória singular: "a guerra lá das Oropa, bateu também no Brasi; cum ela nas nossas costa, danou-se tudo a assubi, e inté mermo o qui é dos pobre: feijão, bejú, sarnambi"³⁴. De acordo com Janaína Amado,

a memória torna as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro; graças a essa capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado, e o futuro, futuro³⁵.

Através da memória podemos compreender a história da cidade a partir da chegada da notícia dos torpedeamentos de 15 de agosto de 1942 – sucedidos por outro torpedeamento em 31 de julho de 1943 –, momento em que Aracaju se tornou uma cidade sitiada. O clima de insegurança se estendeu até 1945. De acordo com a Revista Em Guarda, "o perigo dos submarinos continuará sempre enquanto durar a guerra"³⁶. Depois dos sucessivos ataques de 1942 e do ataque de 1943, os aracajuanos só foram notar o desaparecimento do submarino alemão com o fim da guerra. O trauma gerado pelos torpedeamentos

³³ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972, p. 20.

³⁴ Essa expressão cultural do sergipano, da década de 1940, ainda preserva a feição de um Brasil arcaico e tipicamente nordestino. MONTEIRO, Exupero. ABC Poético (Escrito para ser pronunciado na sessão do IBCEC em 1948). Revista de Aracaju. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju. Ano III. Nº 2. 1949.

³⁵ AMADO, Janaína. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral*. História. São Paulo, n.14, 1995, p.132.

³⁶ Em Guarda – Para Defesa das Américas. Washington/USA: Bureau do Coordenador de Assuntos Interamericanos/Business Publishers International Corporation of Filadelfia. Ano 3. Nº 6. 1944, p. 3.

inibiu as viagens navais de passageiros em Aracaju, afastou as famílias locais das praias e despertou muitas desconfianças em relação ao mar.

Os torpedeamentos não representaram um mero “afundamento de navios mercantes”, mas um momento importante na história de Sergipe. Foram um evento vivenciado por uma coletividade, assim como as grandes guerras, por isso é importante inserir o tema no contexto da Segunda Guerra Mundial e na posição do Brasil no conflito.

Eu vi, eu senti. Esse aspecto da história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica³⁷. A memória do vivido ou de um grande acontecimento sempre perpassa o tempo eventual em si. A história dos torpedeamentos, por exemplo, não acabou quando os navios foram tragados pelo mar ou quando os submarinos alemães regressaram para a Europa. As considerações dos naufragos e dos sergipanos são imprescindíveis para o desenvolvimento desta pesquisa, pois permitem visualizar como o evento se revestiu de um caráter estrutural.

Os aracajuanos, contemporâneos do evento, retratavam a guerra marítima com muita proximidade da sua realidade social. “Era presepada do diabo nesse tempo em Aracaju”, recordou o Sr. Edmundo Cruz. A análise criteriosa dessas lembranças colhidas na cidade e o entendimento da construção de uma identidade cultural tipicamente sergipana ajudam a compreender como a memória da tragédia foi preservada. O estudo da memória ganhou considerações importantes com as análises do historiador Jacques Le Goff, para quem: “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”³⁸.

Outro importante aspecto a ser considerado na memória é a sua relação com o presente e o passado. Ecléa Bosi, em *Memória e Sociedade*, argumenta que a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das represen-

³⁷ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 9.

³⁸ LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: *Enciclopédia Einaudi: Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, vol.1, p. 46.

tações. “Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência”³⁹.

As representações sociais possibilitam tornar o desconhecido familiar; o não familiar conhecido. Elas têm muito a dizer aos historiadores. Para Roger Chartier, as representações são “estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser percebido constitutivo de sua identidade”⁴⁰. À luz dessas considerações, a “representação do mundo” criada em Aracaju depois dos torpedeamentos estaria ligada à posição social dos indivíduos, sendo, portanto, histórica, posto que construídas ao longo do tempo. Chartier afirma ainda

as identidades sociais como resultado sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; e ainda que o recorte social... como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo⁴¹.

Cada aracajuano teve uma maneira peculiar de ver, de sentir, de agir e de reagir aos torpedeamentos. Através da análise das fontes orais associadas às fontes documentais, queremos compreender a história dos homens costeiros a partir da chegada da notícia dos torpedeamentos de 15 e 16 de agosto de 1942, voltando a acontecer outro registro de ataque em 31 de julho de 1943. A vítima, dessa vez, foi o Bagé, o maior e o melhor navio de passageiros do Loyde Brasileiro

no ano passado, tivemos de correr em auxílio de centenas de patrícios jogados à mercê das ondas revoltas, vítimas de estúpidos

³⁹ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1987. p. 9.

⁴⁰ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados. São Paulo, v.5, n. 11, jan./abr.1991, p.184.

⁴¹ CHARTIER, Roger. Op. cit., pp. 173-191.

torpedeamentos de navios em águas de Sergipe. E, agora, mal decorridos doze meses da tragédia horrível, quando tivemos de voltar aos referidos mares para salvar das garras da morte certa, outro punhado de brasileiros, dentro da noite escura, pelos criminosos nazistas⁴².

O torpedeamento do Bagé apresenta-se como um ponto de esquecimento e esse “esquecimento” revelou uma situação importante, isto é, a impressão de que os primeiros torpedeamentos pegaram a sociedade aracajuana desprevenida, despertando o medo do desconhecido. Constatamos especificidades entre esses dois ataques. Para a sociedade aracajuana os primeiros torpedeamentos foram mais assustadores porque criaram um medo diante do “desconhecido”. A explicação e o domínio desse desconhecido trouxeram uma sensação de segurança e de poder, o torpedeamento parecia não incomodar mais. O naufrágio de 1943 não era algo desconhecido, a população passou por essa situação há um ano e criou suas próprias representações. Em 1943 os sergipanos superaram o medo e reestruturaram o seu sistema cultural. A Guerra Submarina não assustava mais, pois as pessoas bem ou mal conseguiam explicar o que era um torpedeamento.

Era um momento de crise sem precedentes, mas as pessoas se acostumaram a reavaliar seus problemas e aprenderam a conviver com as circunstâncias exigidas por um tempo de guerra. Entretanto, se analisarmos o significado social conferido ao torpedeamento do Bagé, percebemos que este não scandalizou tanto a população aracajuana porque as categorias culturais já estavam concebidas.

A história dos torpedeamentos nem sempre teve uma conotação trágica para os entrevistados que se lembravam do primeiro momento dos torpedeamentos de 1942, mas o segundo momento de 1943, com o naufrágio do Bagé, quase passou despercebido. Portanto, no segundo momento, o torpedeamento não era mais um acontecimento desconhecido, pois já se encontrava inserido e ordenado culturalmente

⁴² *Diário da Justiça*. Aracaju, agosto de 1943.

na realidade sergipana. Sob tais circunstâncias, só havia um caminho para o sistema cultural, familiarizar-se com o torpedeamento. Afinal, depois de agosto de 1942, esse evento se tornou recorrente em toda a costa brasileira.

A cidade não estava livre do submarino, mas não se surpreendia mais com as notícias dos torpedeamentos. Os aracajuanos aprenderam a conviver com a Guerra Submarina e procuraram fortalecer suas fraquezas. O tempo passou e o medo também. Para o historiador Jean Delumeau, se uma sociedade “não consegue afastar completamente o medo para fora de seus muros, ao menos enfraquecê-lo o suficiente para que possa viver com ele”⁴³.

Apesar dessa postura comportamental e representativa, não se pode afirmar que os aracajuanos deixaram de se horrorizar com a guerra no mar. Pelo contrário, o submarino perturbou durante muito tempo a vida dos sergipanos e isso é perceptível nas entrevistas com os antigos aracajuanos. O depoimento oral, assim como a escrita, não apresenta fatos absolutos, e sim, como afirma Paul Thompson, “a percepção social dos fatos”⁴⁴, em outras palavras, as diferentes visões dos aracajuanos sobre os torpedeamentos.

Para reconstituirmos a vivência dos nossos entrevistados diante de um acontecimento dessas proporções, trabalhamos com a perspectiva da História Oral Temática, para permitir que o cidadão comum se reconheça no processo de reconstituição da história de Aracaju, através de suas experiências cotidianas. Esse é o primeiro passo para trabalharmos a memória social sobre os torpedeamentos.

Alessandro Portelli⁴⁵ não encara a História Oral como instrumento para fornecer informações sobre o passado, pois o que lhe interessa é a subjetividade dos narradores; é resgatar da fala dos dominados ou dominadores, o ineditismo, ou mesmo, o preenchimento de lacunas, que lhe interessa, mas a recuperação do vivido, segundo a concepção de quem o viveu.

⁴³ DELUMEAU, Jean. Op. cit., p. 12.

⁴⁴ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002, p. 145.

⁴⁵ Ver PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana* (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Convém evidenciar que as fontes orais não são o bálsamo que se encontra ao alcance de qualquer historiador com problemas de escassez documental. É importante assinalar uma “outra percepção”, a do pesquisador Joan Del Alcazar I Garrido, que nos alerta, “as fontes orais são uma alternativa às fontes escritas; são outro tipo de fonte, não apenas necessária, mas imprescindível para se fazer história”⁴⁶.

Neste “fazer histórico” não queremos explorar a dor alheia: as mortes dos parentes, o sofrimento das viúvas, o estado dos cadáveres na praia, enfim, o luto familiar, pois percebemos que a história dos torpedeamentos em Aracaju representa uma antiga ferida já cicatrizada. Por esta razão, a pesquisa histórica tem limites, pois respeitamos as famílias aracajuanas. O nosso olhar se volta para as dinâmicas sociais do cotidiano, as leituras do evento no mar, as apropriações bélicas do período, as contradições políticas do varguismo, o controle informacional do DIP e DEIPs. Para Roger Chartier, o impresso não pode ser considerado como um suporte neutro. O objeto impresso, segundo ele, “traz em suas páginas e em suas linhas os vestígios da leitura que seu editor supõe existir nele e os limites da possível recepção”⁴⁷.

No cotidiano da cidade, a maré da tensão baixava ou elevava-se de acordo com as manifestações públicas, perseguições, quebra-quebras e o estado dos naufragos (mortos ou sobreviventes). O clima de insegurança gerou conflito no interior da sociedade aracajuana. Segundo Ariosvaldo Figueiredo,

Aracaju está inquieta, revoltada com o torpedeamento nas costas sergipanas, de navios brasileiros. O interventor Augusto Maynard Gomes testemunha, a partir de 17/08/1942, verdadeira romaria ao Palácio do Governo, gente de toda

⁴⁶ GARRIDO, Joan Del Alcazar I. *As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate*. Revista Brasileira de História 25/26. Dossiê ensino de história – órgão da Associação Nacional do Ensino de história. São Paulo, v 13 set 1992/ago 1993, p. 48.

⁴⁷ CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 96.

parte faz manifestações de pesar pelo lutuoso e bárbaro atentado de que foi vítima a Marinha Mercante⁴⁸.

Os manifestantes se aglomeraram na Praça Fausto Cardoso, de frente ao Palácio do Governo, onde se ouviam vozes de protesto. Os sergipanos queriam ser ouvidos pelos mandatários do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Os manifestantes não entendiam a razão da demora em se declarar guerra ao Eixo. De acordo com Ibarê Dantas, “multidões inflamadas de patriotismo acorrem às ruas, invadem casas de supostos colaboracionistas e enchem as praças, expressando sua indignação. Aracaju foi uma das cidades a viver esse drama”⁴⁹.

É interessante observar como o “calor do acontecimento” acabou gerando ondas de protestos desordeiros, manifestações políticas, conflitos com os estrangeiros ao longo da guerra. O prático Zé Peixe era um menino no tempo dos torpedeamentos, mas ainda recorda da mobilização estudantil na cidade de Aracaju. Com o olhar de um ginasião, acompanhou a tudo de perto

A passeata que tinha na rua o povo gritava. Queremos guerra! Queremos guerra! Queremos guerra! Cada um magrinho [risadas de Zé Peixe, recordando seu tempo escolar]. Queremos guerra! Queremos guerra! Aquele povo todo pela rua. [Zé Peixe levanta e marcha] Queremos guerra! Queremos guerra! Pela Praça do Palácio. O interventor era Augusto Maynard Gomes. Quem gritava era o pessoal do Colégio, os estudantes e gente da rua que acompanhava também⁵⁰.

O que acontece com uma sociedade propensa a valorizar o “patriotismo exacerbado” e os padrões de classe, mais do que um simples sentir medo, insegurança e bom senso? O espírito nacionalista motivou a formação de várias manifestações estudantis que normalmente acaba-

⁴⁸ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. Os interventores da ditadura de Getúlio Vargas de 29/10/1945. In: *História Política de Sergipe*. Vol. II. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989, p. 154.

⁴⁹ DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 154.

⁵⁰ Entrevista de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) realizada em Aracaju, 07 de abril de 2004.

vam em tumultos. Caso fosse preciso, a mocidade mais idealista estava disposta a morrer por sua nação. Paulo de Oliveira Santos lembrou o sentimento de “brasileirismo” tão cultivado pelo Estado Novo

havia um sentimento realmente de brasileiro, sentimento de amor à pátria muito mais verdadeiro, muito mais espontâneo mesmo dentro do coração, do que nos dias atuais. Aquele amor febril pela pátria brasileira. E eles faziam aquilo [passeatas, quebra-quebras, manifestações, alistamento militar, etc.] como se tivessem prestando um serviço importante ao Brasil e realmente estavam (...), havia também a cooperação dos operários na época, agora, o comando era justamente estudantil⁵¹.

A história dos aracajuanos ainda é pulsante nas veias de quem viveu aquele tempo de guerra. Essas histórias ainda fazem parte de suas vidas, pois eles contam histórias que vivenciaram, influenciados por diferentes aspectos: o que viram ou o que ouviram dizer. Também não podemos negar outros aspectos presentes em suas narrativas: o discurso oficial, o partidário, o religioso, o militar. Cada depoimento precisa ser analisado cuidadosamente, pois a fonte oral não apresenta fatos absolutos e verdades imutáveis. Entretanto, torna-se uma importante evidência histórica.

O clima de insegurança fez nascer “pequenos medos” no cotidiano dos aracajuanos. Dona Salvelina Santos de Moraes, filha do faroleiro de Aracaju, realizou uma descrição pormenorizada dos diálogos que tinha com a mãe e o pai no tempo da Guerra Submarina. Como Zé Peixe, ela também era uma criança nesse período. Em seu depoimento, Dona Salvelina destacou o sentimento de medo no interior de sua casa e a ausência do seu pai a serviço da Marinha

Foi uma época triste em Aracaju. Ave-Maria! Todo mundo só andava com medo. A gente ficava todo mundo preso sem poder sair de casa

⁵¹ Entrevista de Paulo de Oliveira Santos realizada em Aracaju, 10 de agosto de 1999.

nem nada, entendeu? Não tinha aula. Todo mundo do farol tava aqui na Capitania, porque tava todo mundo em prontidão. E aí papai dizia: - Não posso vir pra casa. Mamãe era um medo que as portas eram todas fechadas. Às vezes a gente abria as portas e mamãe dizia: - Menina pelo amor de Deus, com pouco vem a polícia aí⁵².

“Com pouco vem a polícia aí”, o ato indisciplinado da filha despertou essa preocupação da mãe. O temor não era a polícia em si, mas a brutalidade de suas ações para com os indisciplinados. Nessa época, a polícia era chamada oficialmente de Esquadrão da Cavalaria da Força Policial, mais conhecido pelo povo como os policiais da Cavalaria Montada. As tropas da cavalaria circulavam os quatro cantos da capital sergipana, impondo a disciplina, o silêncio e o black-out. Às escuras, a cidade tinha seu toque de recolher.

O silêncio da madrugada era rompido com os passos firmes dos cavalos e com os gritos dos soldados pedindo atenção ao toque de recolher. Dona Idalina, que hoje reside na cidade de Porto Alegre, recordou dos polícias no tempo da guerra. “Aqueles homens a cavalo, com aquela roupa amarela da polícia (...). Passavam tarde da noite, depois das 10:00 horas gritando nas portas: ‘apaga a luz, apaga a luz, apaga a luz!’ Todo mundo apaga a luz!”⁵³

As entrevistas evidenciam que os aracajuanos tiveram que reaprender a viver em sua própria cidade protegida pela escuridão noturna. Aracaju não deveria ser vista do mar. Na medida em que as operações bélicas diminuíram no Atlântico Sul, as imposições de segurança foram reduzidas, voltando os aracajuanos ao seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As agressões submarinas no Nordeste anunciaram a deflagração do Estado de Beligerância (22/08/1942) em todo território nacional e, depois, a Declaração de Guerra ao Eixo (31/08/1942). “Quando, a

⁵² Entrevista de Salvelina Santos de Moraes realizada em Aracaju, 19 de julho de 2006.

⁵³ Entrevista de Idalina Lima de Sousa realizada em Porto Alegre-RS, 15 de julho de 1999.

22 de agosto de 1942, fomos feridos, em cheio, nas águas de Sergipe, pelo monstro nazi-fascista, o Brasil deu, declarando a guerra aos nossos inimigos, a única resposta que não só a dignidade nacional, mas o próprio bom senso aconselhava”⁵⁴.

O Brasil precisava honrar seu mar de sangue, sendo o único país latino-americano que lutou em solo europeu no tempo da guerra. As Forças Armadas levaram 25.334 homens e mulheres à guerra, os chamados pracinhas, que lutaram no norte da Itália. Em 1944, na Estação Ferroviária de Aracaju, a despedida dos pracinhas sergipanos para Salvador/BA “foi um momento bastante emocionante e profundamente triste, diante de lágrimas de amigos e parentes, até o apito do trem soou melancolicamente”⁵⁵.

No dia 4 de maio de 1944, em Salvador, o contingente baiano e sergipano, integrado por quinhentos soldados do corpo expedicionário, despediu-se da população. O desfile foi iniciado às 16 horas. As ruas centrais da cidade estavam repletas de famílias de todas as camadas sociais. A formação do contingente expedicionário da VI Região Militar foi uma contribuição da Bahia e de Sergipe em energias humanas para a luta travada pelas Nações Unidas contra o inimigo comum: o nazifascismo. Com muita emoção, a população de Salvador assistiu ao desfile dos seus pracinhas⁵⁶.

É importante assinalar que “o torpedeamento em Sergipe” não foi um momento crítico apenas para os aracajuanos, mas para todo o país. Conforme a manchete de O Globo: “O Brasil é um só”⁵⁷. Talvez as melhores palavras para descreverem essa fase da história do Brasil sejam as de Zé Peixe: “eu lembro quando foi declarada a guerra. A guerra do Brasil começou por Sergipe”.

FONTES

* Impressas:

Correio de Aracaju. Aracaju, 5 de novembro de 1942.

⁵⁴ *Correio de Aracaju*. Aracaju, 24 de janeiro de 1944.

⁵⁵ Entrevista de Edmundo Cruz realizada em Aracaju, 06 de maio de 1998.

⁵⁶ FALCÃO, João. *Op. cit.*, p. 231.

⁵⁷ Manchete do jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1942.

- Correio de Aracaju*. Aracaju, 24 de janeiro de 1944.
Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 16 de setembro de 1942.
Diário da Justiça. Aracaju, sd, Agosto de 1943.
Folha da Manhã. Aracaju, 18 de agosto de 1942.
Folha da Manhã. Aracaju, 26 de agosto de 1942
O Globo. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1942.
Revista Em Guarda – Para Defesa das Américas. Washington/USA. Ano 3. Nº 6. 1944.
- * Documentais:
Declaração Oficial de Guerra do Brasil ao Eixo (Alemanha e Itália). Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1942.
Relatório da Chefatura de Polícia feito pelo Doutor Enoch Santiago. Aracaju, 18 de setembro de 1942.
- * Fontes Orais:
Entrevista de Edmundo Cruz realizada em Aracaju-SE, 06 de maio de 1998.
Entrevista de Eliseu Timóteo realizada em Aracaju-SE, 28 de maio de 2005.
Entrevista de Idalina Lima de Sousa realizada em Porto Alegre-RS, 15 de julho de 1999.
Entrevista de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) realizada em Aracaju-SE, 07 de abril de 2004.
Entrevista de Paulo de Oliveira Santos realizada em Aracaju-SE, merece de agosto de 1999.
Entrevista de Salvelina Santos de Moraes realizada em Aracaju-SE, 19 de julho de 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Segunda Guerra Mundial. *Enciclopédia*. Rio de Janeiro: Codex, 1966.
ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

AMADO, Janaína. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral*. História. São Paulo, n. 14, 1995.

AMADO, Janaína (coord.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

BARRETO NETO, Raul Coelho. *Flores ao mar: os naufrágios navais brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. Salvador: Presscolor, 2006.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1987.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O nazismo e a produção da guerra*. Revista USP. Dossiê 50 anos de final de Segunda Guerra. São Paulo: USP, 1989.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, São Paulo, v.5, n. 11, jan./abr.1991.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. *Aracaju: memórias de uma cidade sitiada*. São Cristóvão: UFS. 1999. (Monografia).

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra – a mobilização e o cotidiano de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração/Edusp, 2000.

DANTAS, José Ibarê Costa. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DEBERT, Guita G. *Problemas relativos à utilização da História de Vida e História Oral*. In: CARDOSO, Ruth (org.) *A aventura antropológica (teoria e pesquisa)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- DUBY, Georges. *Atlas historique*. Paris: Larousse, 1987. p. 94-95.
- FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: Editora da UnB, 1999.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. Os interventores da ditadura de Getúlio Vargas de 29/10/1945. In: *História Política de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989. Vol. II.
- GARRIDO, Joan Del Alcazar I. *As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate*. Revista Brasileira de História 25/26, Dossiê e ensino de história – órgão da Associação Nacional do Ensino de história, São Paulo: p. 33-54 v13 set 1992/ago 1993.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HOBSBAWN, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp. 2003.
- LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: *Enciclopédia Einaudi: Memória - História* (trad.) Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, vol.1.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.) (Re) *Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- MONTEIRO, Exupero. *ABC Poético*. Revista de Aracaju. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju. Ano III. Nº 2. 1949.
- MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.
- MOUTINHO, Augusto César Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado em História Social. UFBA. Salvador, 2002.
- Nosso Século 1930/1945 – A Era Vargas (2ª Parte)*. São Paulo: Abril Cultural. 1985.

NASSER, David. *Vigilância sem trégua*. O Globo, Rio de Janeiro. 1942. Sábado, 22 de agosto de 1942.

PITALUGA, Plínio. *Torpedeamento dos navios brasileiros – uma lenda ainda em voga*. *Revista do Clube Militar*. Ano LXXI, n. 349. Julho de 1998.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

PRESTON, Antony. *Submarinos*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1983.

SÁ, Xico. Arquivo exhibe guerra ignorada (Segunda Guerra Mundial). *Folha de São Paulo*. São Paulo-SP, 28 de junho de 1998.

SANTOS, Maria Nely. *A participação de Sergipe na Segunda Guerra Mundial*. São Cristóvão: Ed, UFS, s.d.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri: Manole, 2003.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 2002.

WYNNE, J. Pires. Augusto Maynard. In: *História de Sergipe (1930 – 1972)*. Vol. II. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1973.

Artigo recebido em junho de 2010. Aprovado em julho de 2010.

POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DOS
ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
EM SERGIPE DURANTE A
DITADURA MILITAR

TOWARDS A SOCIAL HISTORY
OF UNIVERSITY STUDENTS
DURING THE BRAZILIAN MILITARY
DICTATORSHIP IN THE

José Vieira da Cruz*

RESUMO

Este artigo tem como pretensão traçar algumas discussões a respeito da possibilidade do desenvolvimento de uma história social dos estudantes universitários em Sergipe durante a ditadura militar. Em torno desse objetivo, o texto em tela discute – a partir da noção de classe fomentada pelos historiadores sociais – alguns dos significados relacionados à atuação dos estudantes universitários durante o período da ditadura militar, de como a historiografia tem abordado o tema, e de que maneira a atuação desses estudantes fora dos grandes centros urbanos do país pode revelar a resistência de parte da sociedade civil brasileira frente a nova ordem política instituída sob a tutela dos militares.

Palavras-chave: estudantes; movimento estudantil; ditadura militar.

ABSTRACT

This article intends to outline some discussions about the possibility of developing a social history of university students in Sergipe during the military dictatorship. In this objective, this text discusses - from the concept of class fostered by social historians - some of the meanings related to performance of students during the military dictatorship of how historiography has approached the subject, and how the performance of these students outside the major urban centers may reveal the strength of Brazilian civil society against the new political order established under the tutelage of the military.

Keywords: students; student movement; the military dictatorship.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Atualmente exerce a 1ª Secretaria do IHGSE, é professor na UNIT, e atua também como professor da SEED e da SEMED. E-mail: josevieiradacruz@uol.com.br

INTRODUÇÃO

(...) o fel do agora
amarga
mas é ilusório
as botas esmagam
mas pisam o transitório (...)¹

O golpe civil-militar de 1964 estabeleceu no Brasil uma nova ordem política pautada no controle da sociedade em nome do “interesse nacional” e sob a tutela dos militares e o apoio de parte da sociedade civil². Para alguns pesquisadores a natureza desse instante de inflexão da história política brasileira caracterizou-se pelo sentido contra-revolucionário. Entre esses pesquisadores, o historiador Ibarê Dantas assevera que “antes havia uma revolução em marcha, visando a transformar o regime liberal-democrático em socialista, julgamos mais apropriado qualificar a intervenção dos militares de contra-revolução”³. Para além do debate conceitual acerca da denominação atribuída à inflexão política ocorrida em abril de 1964, se golpe, contra-revolução ou revolução – este último defendido pelos militares e por parte da sociedade que havia apoiado aquele acontecimento e os seus desdobramentos –, e apesar das tentativas do governo de desarticular a sociedade civil, alguns setores criaram dificuldades a essa intenção. Entre estes setores, a atuação dos estudantes secundaristas e, em particular, dos estudantes universitários destaca uma intensa teia de significados a respeito da relação da sociedade civil frente à nova ordem política e social que se instituía.

Entrelaçando alguns dos significados atinentes a este golpe

¹ JORGE, Mário. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1982, p.42.

² DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Tradução Ayeska Branca de Oliveira Farias, Ceres Ribeiro, Pires de Freitas, Else Ribeiro Pires Vieira e Glória Maria de Mello Carvalho. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 38.

³ DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe. 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. xix.

civil-militar⁴, a poesia de protesto de Mário Jorge, então estudante do Colégio Atheneu Sergipense, expressa, de modo singular, o sentimento de desconforto entre a sociedade e os rumos da política brasileira ao evocar as alegorias figurativas das “botas” que “esmagam” quando “pisam o transitório” de um tempo “amargo” definido pelo “fel do agora”. Através desse jogo estético e alegórico, o poema revela não apenas a rejeição à ação dos golpistas como também a expectativa de que esse acontecimento não se consolidasse e fosse passageiro, porém ele revelou-se duradouro nos anos que se seguiram. Mais do que palavras expressas por um estudante secundarista, que logo naqueles primeiros anos ingressaria em um dos recentes cursos de ensino superior em funcionamento no estado desde meados do século XX, essa poesia refletia aquilo que uma parcela da sociedade civil – acostumada a participar dos debates acerca do nacional-popular na cultura brasileira⁵ – insistia em não aceitar, sobretudo, no que tangia ao cerceamento da liberdade de expressão e da suspensão das garantias estabelecidas pelo Estado democrático de direito que havia se instalado no país desde o fim da ditadura do Estado Novo.

Esse sentimento, em certa medida, alimentava-se também no histórico da participação política dos militares ao longo do período republicano brasileiro. Trajetória histórica que, até o desencadeamento dos acontecimentos do golpe civil-militar de 1964, pautava-se pela intervenção, restabelecimento da ordem e retorno aos quartéis. Entretanto, os desdobramentos e a radicalização dos acontecimentos desencadeados no decorrer da década de 1960 – sobretudo com a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968 – deslocaram essa postura de “intervenção transitória” para uma postura de novo tipo na qual os militares, apoiados por setores conservadores da sociedade civil, resolveram permanecer no controle da ordem política

⁴ A utilização do termo golpe civil-militar ao longo deste ensaio para se referir aos acontecimentos ocorridos em abril de 1964, não significa a sua aceitação incontestada, mas essa é uma discussão a ser realizada em outro momento de reflexão.

⁵ Ver a respeito em: ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira identidade nacional*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, 148 p.; e RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. São Paulo: Record, 2000, 458 p.

e social do país, estabelecendo um período de 21 anos de governo⁶. Ao longo desse período, iniciado em 1964 e que se estendeu até 1985, a relação entre a sociedade e o Estado foi marcada por constantes tensões e pelo preterimento da primeira em relação ao segundo. Em meio a esse confronto de forças, no decurso do período em que os militares estiverem à frente do governo do país, parte da sociedade procurou estratégias para expressar seu descontentamento através de protestos e experiências de resistência em face da situação de tutela e repressão que se impunham.

No decurso desses acontecimentos, a perseguição aos aliados do governo João Goulart, deposto em abril de 1964, atingiu diretamente as organizações sindicais, camponesas, estudantis e os movimentos de educação e cultura popular a que esses militantes estavam enlaçados⁷. O golpe, portanto, atingiu estudantes, trabalhadores e militantes políticos da cidade e do campo relacionados à Frente de Mobilização Popular – FMP⁸. Essa frente defendia as reformas de base e a democracia, mas suas mobilizações e estratégias diante de uma constituição – fundada em princípios “liberais” do pós-guerra – e em meio a uma sociedade com forte ranços “conservadores” contribuíram para o quadro de polarização política, cujos resultados “foram fatais para a democracia e, sobretudo, dolorosos para os que conheceram as prisões da ditadura e o exílio”⁹. Referindo a Frente de Mobilização Popular, o historiador Ibarê Dantas destacou que esse movimento “permaneceu descoordenado, triunfa-

⁶ BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.13-42.

⁷ Ver a respeito em: FÁVERO, Osmar (org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, 283 p.; e DREIFUSS, René Armand. Ob. cit.

⁸ Em cada estado da federação havia núcleos da FMP, que se encarregavam de propagar as ideias e as propostas do movimento. Essas propostas eram reforçadas por demandas locais, cujo objetivo era de fortalecer os chamados governos “progressistas e populares”. Segundo o Padre Lages, um dos componentes desta Frente, em entrevista concedida ao jornal *Gazeta de Sergipe*, ao mencionar a diversidade de forças que constituíam o movimento, enfatizou que a ampliação do movimento estava “aberta aos ideais de reformas que a Nação reclama em favor do bem estar coletivo do povo brasileiro”. Cf. Frente de mobilização popular. *Gazeta de Sergipe* [editorial], ano VIII, nº 2.199, 10/05/1963, p.2.

⁹ FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, nº24, p. 210.

lista, subestimando a capacidade de reação dos conservadores civis e militares até ser surpreendido pela mobilização contra-revolucionária”¹⁰.

Os sindicatos, entre as primeiras organizações, foram desarticulados com a utilização dos dispositivos intervencionistas herdados do período da ditadura do Estado Novo – “ciosamente preservada” pela ordem que se instituiu – e a promulgação da Lei 4.330 em 01 de junho de 1964 que regulava o direito de greve¹¹. Em Sergipe, a prisão de líderes ferroviários, logo nos primeiros momentos do golpe, e a posse de um Interventor Federal, em 22 de maio de 1964, na Sociedade União dos Operários e Ferroviários – SUOF – são evidências dos expedientes utilizados para controlar os sindicalistas e os sindicatos mais combativos¹². Já em relação aos camponeses, a repressão foi ainda mais violenta. Segundo Martins Filho, “organismos paramilitares e milícias privadas fizeram livre uso de torturas e assassinatos para calar a voz recém-despertada dos trabalhadores rurais”¹³.

Em meio a esse teatro de forças, em que o domínio militar controlava o aparelho do Estado, reprimia as organizações populares e se definia em favor do capital monopolístico, os estudantes, através de suas instituições representativas e de seus movimentos – secundarista e universitário –, foram os primeiros a reorganizar suas atividades. A respeito dessa retomada, Martins Filho indaga: “por que o meio universitário conseguiu vencer as dificuldades do momento político ditatorial antes de outros movimentos sociais, conseguindo reconstruir suas formas de

¹⁰ DANTAS, Ibarê. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 314.

¹¹ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. São Paulo: Papyrus, 1987, p. 75.

¹² Em Sergipe, segundo Ibarê Dantas, após as primeiras notícias do deslocamento do Exército, lideranças políticas e sindicais reuniram-se “na sede do Sindicato dos Ferroviários, a entidade mais antiga e combativa dos trabalhadores do Estado” com o objetivo de “transformar a Leste Brasileira num Quartel General Antigolpe”. DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe...*, p. 1. Ainda a respeito das memórias dos ferroviários em Sergipe, uma pesquisa exploratória assevera que, após “o advento da Ditadura Militar em 1964, as atividades da SUOF foram praticamente extintas por causa da repressão aos representantes da categoria”. Cf.: SANTOS et. al. *Nos trilhos da memória: os ferroviários em Sergipe...*, p. 31. É interessante também consultar o ofício que comunica a posse do Interventor Federal na SUOF. In: Arquivo Geral do Judiciário/SE. TJ/GP – Ofícios recebidos, Cx. 45/1827.

¹³ MARTINS FILHO, João Roberto. *Ob. cit.*, p.76.

participação e retomar seus protestos?”¹⁴. Em resposta, seus argumentos apontam para duas razões: a primeira revela como a origem social dos estudantes, em grande parte oriundos das classes média e média-alta, foi o motivo que teria impedido “uma repressão mais intensa às suas áreas mais militantes, semelhante à que ocorreu nos meios camponês e operário”¹⁵. E, uma segunda razão relaciona-se à autonomia organizativa dos estudantes em relação ao Estado, capacidade responsável pela rearticulação dos estudantes e de seus movimentos de contestação.

Filtrados os excessos de uma bibliografia especializada que tem atribuído a essa participação estudantil uma perspectiva romântica e mítica, aspectos devidamente criticados pelo cientista social João Roberto Martins Filho¹⁶, a relevância desta participação e a necessidade de avaliar os significados da atuação dos estudantes em meio ao cenário político e cultural brasileiro durante a ditadura militar têm estimulado o debate e a produção acadêmica em torno deste tema. Essa produção acadêmica, entretanto, tem enfrentado em termos historiográficos, pelo menos, dois impasses: o primeiro impasse é observado em relação aos debates acerca da condição de classe dos estudantes a partir de um enfoque socioeconômico, e o segundo impasse se configura em torno da persistência de uma tradição de estudos que tende a generalizar a atuação dos estudantes universitários brasileiros tomando como norte apenas os acontecimentos ocorridos no eixo Rio-São Paulo, apesar do crescente desenvolvimento de pesquisas dentro e fora deste eixo¹⁷.

Em torno dessa problematização, o escopo dessa pesquisa suscita alguns questionamentos: o primeiro discute o limite da noção de classe, visto pelo prisma da determinação econômico-social, como condição suficiente para entender a participação política e cultural dos estudantes no contexto histórico em tela. Um segundo questionamento é dirigido à persistência de uma historiografia que ainda insiste em caracterizar as ações coletivas e os protestos culturais dos estudantes nos grandes

¹⁴ Ob. cit., pp. 77-78.

¹⁵ Ob. cit., p.78.

¹⁶ Ibid..

¹⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Campinas/SP: Mercado das Letras; Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998, 168 p.

centros urbanos do país ou em torno das lideranças de uma ou de outra entidade representativa como parâmetro geral para a atuação dos estudantes e seus movimentos, independente do tempo e do lugar em que tecem suas experiências. Por isso, questionar quais seriam os significados de uma história social dos estudantes universitários no contexto da ditadura militar fora dos grandes centros urbanos do país torna-se necessário. Assim como, questionar se ela teria ocorrido da mesma forma dentro e fora dos grandes centros urbanos do país. E, se existe algum tipo de peculiaridade nessa relação de resistência dos estudantes em estados fora dos chamados grandes centros frente à ditadura militar, em particular a partir do estudo de caso em Sergipe.

Dentro desse horizonte de questionamentos, esta pesquisa tem como foco discutir a possibilidade do desenvolvimento de uma história social dos estudantes universitários em Sergipe durante o período de 1964, com a deflagração do golpe civil-militar, até 1985, com a saída dos militares da presidência do país. Em torno desta proposta de estudo, ganham forma algumas hipóteses: a primeira delas sugere a possibilidade de uma melhor compreensão dos significados atinentes às experiências e às expectativas dos processos sociais dos quais os estudantes tomaram parte; uma segunda hipótese sustenta a possibilidade da elaboração de um estudo sobre as experiências dos estudantes universitários em Sergipe durante a ditadura militar embasado nas fontes escritas produzidas pelos ou sobre esses estudantes no período em apreço, assim como através das experiências registradas em entrevistas realizadas com alguns dos estudantes que atuaram no período. E desta forma, a partir do diálogo com essas fontes, escritas e orais, descortinar significados desse processo social marcado pela resistência e (re)organização da sociedade civil fora dos chamados grandes centros urbanos do país durante a ditadura militar; uma terceira, e última hipótese, sinaliza que os significados sociais e políticos da atuação dos estudantes universitários em Sergipe transcenderam o debate pela redemocratização do país e se revelaram peculiares para o entendimento acerca da formação e da renovação da elite política e intelectual do estado no último quartel do século XX.

Esta reflexão, entretanto, limitar-se-á a tecer uma discussão sobre

as possibilidades do uso da noção de classe para pensar a história social dos estudantes universitários em meio ao debate historiográfico existente sobre o tema. Discussão necessária para o estabelecimento dos fundamentos teóricos e metodológicos desta tese a respeito dos significados relacionados à história social dos estudantes universitários para compreender a resistência e a (re)articulação de parte da sociedade civil brasileira durante a ditadura militar a partir de seus desdobramentos em Sergipe.

ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, HISTÓRIA SOCIAL E A NOÇÃO DE “CLASSE”

A sessão de instalação do [XIV] Congresso [nacional da União Nacional dos Estudantes – UNE] , realizou-se às 21 horas do dia 28, tendo, nessa ocasião, usado da palavra em nome da delegação sergipana, o colega Luiz Otávio de Aragão, cujo discurso foi uma verdadeira profissão de fé democrática, deixando patente a posição da bancada, como intransigente defensora dos interesses da classe¹⁸.

A notícia da participação da delegação sergipana e o discurso de Otávio de Aragão na sessão de instalação do XIV Congresso Nacional da UNE, realizado em 1951, na cidade do Rio de Janeiro, publicado no jornal *Academos*, órgão oficial do Centro Acadêmico “Silvio Romero” – instituição representativa dos estudantes da então Faculdade de Direito de Sergipe –, ressaltam, entre outros aspectos, a “intransigente defesa dos interesses da classe”. Em torno dessa afirmação, pode-se indagar se a noção de classe seria uma categoria apropriada para apreender os significados históricos dos interesses dos estudantes e, em particular, dos estudantes universitários.

A este respeito, alternam-se argumentos favoráveis e contrários ao uso da noção de classe. Entre os argumentos contrários, alega-se a

¹⁸ ALENCAR, J. C. Fontes de. “A delegação do C.R.S.A. e os trabalhos do Congresso – Rio, 28 de julho a 6 de agosto de 1951”. In: *Academos*, ano I, nº 1, setembro de 1951, p.6.

dificuldade do uso da noção de classe em razão dos estudantes ainda não estarem inseridos no mercado de trabalho e a condição social de origem não seria suficiente para definir suas práticas associativas nos moldes de uma cultura de classe. Uma segunda restrição aponta para os riscos de certo determinismo econômico e sociológico implícito ao uso da noção de classe. E, por fim, a questão do confronto de geração e das fases etárias, vistos a partir de uma dimensão cultural, seriam aspectos mais adequados para a compreensão das mobilizações e protestos da juventude, sobretudo no campo sociológico e educacional¹⁹.

Adotar qualquer um desses argumentos quanto a limitações do uso da noção de classe para entender a história social dos estudantes, assim como de seus movimentos, significaria não reconhecer aquilo que o historiador social E. P. Thompson apontou como a excessiva prevalência da teoria “sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar”²⁰. Postura que desloca a importância dos estudos sobre a “classe” e sobre a “consciência de classe” do processo histórico de sua constituição para o âmbito abstrato do enquadramento teórico.

Em termos historiográficos, a noção de classe social atrelada a um marxismo economicista e determinista começou a ser repensada pelos historiadores da Escola Marxista Inglesa, que a partir de meados do século passado romperam com a ortodoxia do Partido Comunista, sem, entretanto, abandonarem a crítica marxista como método de investigação histórica. Investidos deste propósito historiadores como Christopher Hill, Eric Hobsbawm e E. P. Thompson, entre outros, passaram a fomentar “um marxismo não economicista, não determinista, que enfatizava a política, a cultura e a luta de classe como motor da História em detrimento de interpretações exclusivamente centradas no aspecto econômico”²¹.

¹⁹ Ver a respeito: ABRAMO, Helena Wendel. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. *Revista Brasileira de Educação*, nº 5, pp. 25-36, Mai/Jun/Jul/Ago de 1997; e ainda: GROPPPO, Luís Antônio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000, 302 p.

²⁰ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução Walten Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 270.

²¹ ARAÚJO, Maria Paula. “Por uma história da esquerda brasileira”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 335.

Esses historiadores passaram ao largo da influência estruturalista francesa e apoiados no estudo empírico de vasto corpus documental retomaram o diálogo entre a pesquisa e a teoria à luz do debate marxista evitando determinismos e ortodoxias. A construção desta nova forma de conceber as relações sociais a partir de uma dimensão histórica e não exclusivamente econômica toma como referência as reflexões de Karl Marx, expressas em particular na obra *O 18 Brumário* de Luís Bonaparte. Nela aparece um Marx mais atento aos significados dos acontecimentos históricos e a sua interpretação não mecanicista. A valorização desse Marx historiador que reconhece o peso do passado sobre as relações de classe revela que o exame dos acontecimentos de cada época descortina que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”²².

Na obra em tela, Marx não reconhece apenas o peso desse passado como uma prisão para os homens negando sua condição de sujeito. Ao contrário, ele enfatiza a capacidade dos homens de escreverem o seu destino, ainda que sob o peso dos acontecimentos que os antecederam e em meio à teia de interesses e arranjos construídos a partir de processos sociais e políticos vivenciados em cada época. Esse olhar é potencializado por ele ao fazer uma leitura atenta e lúcida dos acontecimentos que se seguiram à revolução de 1848 na França e que culminariam com o Coup d`État de O 18 Brumário de Luís Bonaparte. A análise desses acontecimentos revela a Marx e aos seus leitores como a dialética do real não é facilmente apreensível por encaixe ou desencaixe de uma determinada teoria ou ideologia, afinal como assevera Thompson, a realidade social é um fazer-se.

Neste sentido, a noção de “classe” tem sido usada pelos historiadores sociais ingleses a partir de sua dimensão histórica sem o peso excessivo das determinações econômicas. Corroborando com essa discussão, Hobsbawm enfatiza que “os estudos sobre classes, a menos

²² MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Tradução Leandro Konder e Renato Guimarães 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 21.

que se limitem a um aspecto deliberadamente restrito e parcial, são análises da sociedade”²³. E é a partir do interesse da história social em analisar a sociedade que o uso da noção de classe encontra um sentido não exclusivamente econômico e sim vinculado ao todo social.

O uso da noção de classe, a partir de uma dimensão histórica não exclusivamente econômica, pela história social no Brasil toma como referência as discussões fomentadas por E. P. Thompson. Este autor descreve a classe como “uma categoria histórica, ou seja, derivada de processos sociais através dos tempos”²⁴. Para ele, estes processos sociais revelam como as pessoas constroem experiências e interesses comuns em razão de sua situação social. Ainda sobre esse comportamento, Thompson acrescenta que respondendo a situações análogas as pessoas que se identificam com esse modo de pensar e ser social participam do nascimento de “instituições e de uma cultura com traços de classe” (idem). Neste sentido, a noção de classe não é um conceito a priori tangível a partir de uma única categorização ou referência. Para Thompson, portanto, a noção de classe se configura a partir das relações sociais, culturais, econômicas e políticas construídas pelos indivíduos a partir do fazer-se de suas experiências²⁵. Um fazer-se não estático e permeado pela ação de sujeitos em meio à estrutura social que os envolvem.

Caberia aqui indagar então: qual o significado do uso da noção de classe suscitado por Thompson para o fazer-se historiográfico da história social? Um dos significados dessa nova forma de conceber a noção de classe é a desinterdição do debate sobre as relações de classe do campo econômico e mesmo do campo sociológico, permitindo a compreensão de vários outros aspectos constituintes do fazer histórico. Maria Paula Nascimento Araújo, ao discutir sobre o efeito libertador dessa nova forma de concepção da noção de classe, destaca como ela aponta para necessidade do entendimento de outras dimensões históricas como “a

²³ HOBBSAWM, Eric. *Sobre a História: ensaios*. Tradução: Cid Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 99.

²⁴ THOMPSON, E. P. Ob. Cit., p. 270.

²⁵ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução Denise Bottmann. v. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 9.

cultura, a arte, as práticas cotidianas, as relações de sociabilidade, de vizinhança, os embates políticos diários, as opções pessoais, a produção artística, os laços de solidariedade construídos”²⁶.

A construção desta nova forma de conceber o uso da noção de classe por Thompson no horizonte da historiografia social inglesa também revela a influência e a mudança de postura deste historiador em relação à antropologia e aos estudos atinentes às tradições e aos costumes. Suzane Desan, ao analisar as críticas tecidas por Keith Thomas e Natalie Zemon Davis acerca da aproximação de Thompson com a antropologia, comenta que esse “estímulo antropológico se traduz primordialmente não na construção do modelo, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas”²⁷. Embora Thompson tenha uma desconfiança inicial em relação à antropologia, ao se voltar para estudar os costumes na sociedade inglesa do século XVIII, passou a perceber o potencial do método antropológico para melhor demarcar novos problemas e não para definir novos conceitos – concepção muito presente na obra *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Apesar do enlace com a antropologia, Thompson insiste que ela enquanto método deve ser reformulada para levar em conta as transformações históricas, ou melhor, que as contribuições de outras áreas do conhecimento ao serem empregadas pelo historiador deveriam levar em conta mais as evidências históricas do contexto estudado que o simples enquadramento teórico atemporalizado. Essa aproximação de Thompson, ainda que cautelosa, com a antropologia foi importante para a problematização acerca da insustentabilidade de uma noção de classe social pensada dependentemente de determinações objetivas, desconsiderando os fenômenos culturais. Para Edward Palmer Thompson uma classe social se define, ou melhor, “acontece quando homens, como resultados de suas experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus”²⁸.

²⁶ ARAÚJO, Maria Paula. Ob. cit., p. 337.

²⁷ DESAN, Suzane. *Massas, comunidade e ritual* na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural...*, p. 229.

²⁸ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Op. cit., p. 10.

Em razão disso, a distorção produzida sobre o exame da noção de classe a partir de categorias como base e superestrutura é infundada na compreensão de Thompson. Dessa forma, ele procura escapar das limitações impostas por teorias etapistas e que vinculam determinações rígidas na relação base versus estrutura. Para Thompson esse tipo de estrutura conceitual quando não consegue ser encaixada com a realidade estudada, demanda a supressão de evidências ou a introdução da perspectiva da “falsa consciência”. Afirmação que para ele também não tem sentido, pois a consciência de classe é um processo histórico cuja formação ocorre a partir dos processos sociais nos quais os indivíduos tomam parte. Assim, a formação de uma cultura de classe é forjada a partir das experiências e expectativas partilhadas pelo sujeito em interação com os processos sociais do tempo e do lugar em que vivem.

Para Susane Desan, Thompson “não enfatiza as explicações causais diretas, em vez disso, procura criar uma espécie de textura de padrões culturais de significado e percepção”²⁹. Postula, assim, uma interação dialética entre a experiência e a consciência. Sendo seu entendimento de experiência definido pelo lugar ocupado pelo ser social no campo das estruturas humanas no mundo material. Neste sentido, o ser social determina a consciência social. Desta forma, a leitura de Susan Desan da obra de Thompson, revela como ele procura demonstrar a racionalidade, autonomia e coerência dos ativistas populares. E, desta forma, percebe como a análise política de grupos do passado, a partir da noção de cultura de classe, pode conter chaves explicativas para o presente. Perspectiva que permite não enjaular as possibilidades interpretativas que um estudo sobre a noção de cultura de classe pode proporcionar.

Assim, problematizar a noção de classe não significa negligenciar a possibilidade de discuti-la. E, neste sentido, pensando a partir da perspectiva da necessidade de elaboração de uma história social dos estudantes universitários, o uso da noção de classe a partir de uma dimensão histórica significa considerar os estudantes em meio ao todo social que os envolvem, ainda que, essa noção venha acompanhada

²⁹ DESAN, Suzane. *Ob. cit.*, p.73.

de outras clivagens, como a discussão de gênero, geração, faixa etária, raça, condição social de origem, posição política ou religiosa. De modo que na contramão de alguns modismos acadêmicos, dimensionar as diferentes relações de poder e disputas tecidas no fazer-se da história social destes estudantes em meio ao todo econômico, político, cultural e social do qual eles fazem parte, faz-se necessário para descortinar como esses estudantes universitários refletiram a posição de parte da sociedade civil em relação à ditadura militar fora dos chamados grandes centros urbanos do país.

Por isso, a questão a ser discutida é como desinterditar o uso da noção de classe dos estudos históricos sobre os estudantes das indefinições e imprecisões conceituais e aproximá-lo de uma abordagem mais pertinente da história social sem cair em descritivismos. Uma perspectiva aceitável seria não enquadrar a ideia de uma cultura de classe estudantil a uma categorização estruturalista de cunho econômico-político, tipo base versus estrutura, ou próximo ao relativismo comum aos antropólogos. Ensejando o que, até aqui, foi discutido o mais apropriado é compreender essas categorias, conceitos e noções como instrumentos para interpelar tanto os velhos como os novos problemas evidenciados no diálogo produzido a partir da pesquisa com as fontes históricas. Em outras palavras, as discussões historiográficas e o debate conceitual são instrumentos e não moldes interpretativos acerca das diferentes ações que sujeitos históricos em estudo podem ter tomado parte. Desta forma, a compreensão da dimensão histórica de um processo social é melhor evidenciada a partir de um diálogo intermitente “conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, de outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é a hipótese (...), o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas”³⁰.

Pensando do ponto de vista de um historiador social, a interpretação da teia de significados possíveis a respeito dos estudantes e dos movimentos dos quais tomaram parte deve ser buscada, portanto, à luz do contexto histórico em que eles ocorreram. Entendendo, assim,

³⁰ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros...*, p. 49.

os estudantes universitários como sujeitos constituídos e constituidores de experiências e de expectativas fomentadas a partir de práticas sociais, políticas e culturais partilhadas e disputas em meio ao tempo e ao lugar em que esses sujeitos se encontravam inseridos, no caso, em um contexto no qual a sociedade civil encontrava-se tutelada por um estado autoritário.

HISTORIOGRAFIA, MOVIMENTO ESTUDANTIL E HISTÓRIA SOCIAL

Assim, as lutas especificamente estudantis nem por isso deixam de ser lutas de uma classe, ou fração de classe. Conseqüentemente, não se pode analisar o movimento estudantil no Brasil atual, na França de 1978 ou nos EUA de 1964 a partir de um modelo geral da luta estudantil nas formações sociais capitalistas. Não podemos garantir que, em diferentes conjunturas, os mesmos objetivos de classe se exprimem na ação da categoria estudantil³¹.

Problematizar a noção de classe não significa, portanto, negligenciar a possibilidade de discuti-la enquanto campo de estudo. A esse respeito, ao longo da década de 1970 e início da década de 1980 ocorreram intensos debates acadêmicos em torno da questão e dos limites da natureza de classe do movimento estudantil. Entre essas discussões, cabe ressaltar a carta enviada por Décio Saes à Revista Cara a cara, publicada em 1978, sob o título “Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil”. Nesse texto, ele polemiza com os editores do periódico em tela sobre as especificidades atinentes ao movimento estudantil. Para esse estudioso das classes médias e do sistema político no Brasil, as especificidades das lutas estudantis “nem por isso deixam de ser lutas de uma classe, ou fração de classe”³². A reflexão de Décio

³¹ SAES, Décio. “Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil”. Revista Cara a Cara, ano I, n° 2, 1978, p. 190.

³² *Ob. cit.*, p. 190.

Saes, ainda que vinculada ao debate sociológico e econômico, aponta a importância do estudo acerca das especificidades históricas às quais os estudantes e os seus movimentos estão relacionados. Entretanto, esse debate passou por certo refluxo no campo sociológico e educacional deslocando suas atenções para outras categorias de estudo como juventude, geração e identidade³³.

Analisando a literatura produzida a respeito dos estudantes, em particular do movimento estudantil no Brasil, à luz dessas discussões, é possível, mesmo que incorrendo em possíveis equívocos, dimensionar três linhas de interpretações: a primeira linha preocupada em relacionar a imagem “positiva”, que já se fazia, dos estudantes enquanto ilustrados e engajados, valorizando, do ponto de vista de uma filosofia da práxis, a condição de vanguarda cultural e política. A segunda preocupada em entender o papel dos estudantes na sociedade suturada a sua condição social de origem na qual as ações do movimento estudantil e dos movimentos da juventude se relacionam às estruturas sociais de classe, dimensionadas a partir de aspectos socioeconômicos. E, a terceira, a posição de educadores, antropólogos e psicólogos preocupados em entender os problemas dos estudantes e suas diferentes formas de identidade, a partir de um certo relativismo cultural.

Considerando a intenção deste trabalho nos deteremos um pouco mais nas duas primeiras linhas interpretativas que aqui alinhavamos. A primeira é construída a partir da influência do pensamento nacionalista presente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Sob esta ótica é publicado, em 1961, o livro “A questão da universidade”. Livro escrito por Álvaro Vieira Pinto, então presidente do ISEB. Esta obra evidencia o papel progressista do movimento estudantil na qualidade de “forças sociais ascendentes”³⁴. Tal interpretação, frequente no período de sua publicação, aglutinava elementos das discussões relativas à “cultura nacional” e elementos dos debates referentes à “cultura política de esquerda” no país³⁵.

³³ ABRAMO, Helena Wendel. *Ob. cit.*; e GROPPPO, Luís Antônio. *Ob. cit.*

³⁴ PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, p.13.

³⁵ RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995, 125 p.

Tais ideias influenciariam muitos outros estudiosos sobre o tema; como ocorreu com o jornalista Artur José Poerner autor do livro “O poder jovem”, em 1968, que optou por uma interpretação progressista assumida por parte dos estudantes latino-americanos em reação aos desmandos e conservadorismo de seus governos e a favor dos operários e camponeses. E, de certo modo, o historiador Antônio Mendes Júnior, que aplicando o critério do tipo de atuação identificou quatro fases deste movimento: a fase de atuação individual sem a existência de qualquer entidade agremiativa, até meados do período imperial; a fase de atuação coletiva, quando surgem as primeiras sociedades intelectuais e culturais, ainda no período imperial; a fase de atuação organizada iniciada com a fundação da UNE; e a fase de atuação clandestina, iniciada com a entrada em vigor do Ato Institucional n.º 5 (AI-5)³⁶.

A segunda linha de estudo analisa a situação dos estudantes a partir de discussões econômicas, políticas e sociais. Dentro desta perspectiva, destacam-se autores como Ianni³⁷, Foracchi³⁸; Britto³⁹; Guilhon Albuquerque⁴⁰, Saes⁴¹ entre outros. Ianni ancora o aparecimento político dos estudantes ao advento da sociedade capitalista. Nestas sociedades, “os jovens assumem importância crescente no campo da política”⁴². Fato que ocorre, segundo o autor, em função das bruscas transformações impulsionadas por este sistema sócio-econômico. Nota-se que Ianni procura compreender como estudantes de diferentes camadas sociais desenvolvem ações políticas que em certas situações são contrárias à condição da classe social à qual pertencem. Partindo desta compreensão

³⁶ MENDES JÚNIOR, Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 93 p.

³⁷ IANNI, Otávio. “O jovem radical” in: BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 225-242.

MANNHEIM, Karl. “O problema da juventude na sociedade moderna” In: BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968, pp. 69-94.

³⁸ FORACCHI, Maria A. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965, 318 p.

³⁹ BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

⁴⁰ ALBURQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e a consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 198 p.

⁴¹ SAES, Décio. Ob. cit.

⁴² IANNI, Otávio. Ob. cit. p. 225.

histórico-estrutural, Ianni discute o inconformismo dos estudantes não apenas como um conflito de geração – como coloca Karl Mannheim – nem como uma fase transitória da vida, mas, para ele, este fenômeno também está associado à situação sócio-econômica do indivíduo.

Já a socióloga Maria Alice Foracchi não situa a participação dos estudantes no processo de transformação da sociedade brasileira dentro de uma escatologia histórica. Ela não defende como Ianni que o indivíduo ao entrar no mundo do trabalho assuma uma identidade social enquanto classe explorada. Para Foracchi, cada sociedade idealiza um tipo ideal de atitude para os estudantes e estabelece limites para que estes se incorporem dentro de sua dinâmica⁴³.

A este propósito, ainda nos anos 1960, foi publicada uma coletânea de textos relacionados à sociologia da juventude. A coletânea reuniu autores clássicos e contemporâneos tais como: Mannheim, Ianni, Foracchi, Eisenstadt, Flitner, Echevarría, Goodman, Passeron, Bourdieu, entre outros. Estes textos descortinaram dois ângulos de estudos relacionados à “juventude considerada como elemento condicionado sócio-economicamente pela sociedade global”, e a uma posição mais idealista sobre a “juventude como promessa de uma nova sociedade”⁴⁴.

Guilhon Albuquerque, dialogando com Alan Touraine, ao analisar o movimento estudantil, desprende-o das amarras funcionalistas pelas quais se articulam as reações do movimento estudantil dentro de situações estabelecidas. Para o autor, é importante, também, considerar a perspectiva de “projeto”, segundo a qual a análise do movimento estudantil deveria recair também sobre a capacidade de ação de seus atores sociais frente às opções políticas adotadas pelos seus militantes para inserção e/ou mudanças na sociedade a que estão relacionados⁴⁵.

Décio Saes, como já frisado, observa que as reivindicações estudantis podem conter tanto elementos da luta de classe como de uma fração desta. Contudo, sua análise não deve se prender a modelos

⁴³ FORACCHI, Maria A. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972, 168 p.

⁴⁴ BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p.12.

⁴⁵ ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Ob. cit.

estruturados em outras formações históricas como no caso dos movimentos estudantis franceses ou norte-americanos, até porque, os objetivos propostos pelas mobilizações estudantis variam em função de seu contexto sócio-histórico⁴⁶.

João Roberto Martins Filho, por sua vez, incorpora à sua argumentação a tese defendida por Foracchi da vinculação dos estudantes à sua classe de origem. Entretanto, “abre espaço para se considerar a possibilidade de que a vanguarda estudantil avance no sentido de superação de seus limites de classe”⁴⁷. Em outro trabalho, este autor defende que o “papel dos estudantes universitários como porta-vozes das expectativas das camadas médias brasileiras, diante do processo político do país” tem sido um fio condutor dos desdobramentos políticos organizados pelos estudantes no Brasil nos anos 1960 e 1970. Em ambos os trabalhos, Martins Filho faz duras críticas à historiografia, pois, segundo ele, em sua maioria, colaboram com a construção de uma “auto-imagem” progressista e revolucionária dos estudantes brasileiros⁴⁸.

Ainda a respeito das contribuições de Martins Filho, a coletânea de estudos sobre o movimento estudantil por ele organizada, “1968 faz 30 anos”, mostra um movimento estudantil não mais centrado em um único viés, em um único espaço, mas articulado às especificidades e aos desdobramentos regionais⁴⁹. Grosso modo, esta obra traz à luz novas fontes, novos objetos e diferentes enfoques regionais. Destacam-se neste sentido o artigo de Margarida Vieira que esquadrinha acertos e erros dos líderes estudantis mineiros dos anos 1960 mostrando como as “lembranças” podem nos ajudar na reflexão de “uma sociedade mais justa e mais livre”. Rafael Hagemeyer, em Curitiba, analisa as imagens do “estudante-povo”, do “estudante-elite”, do “estudante-paranaense” e do “estudante-subversivo” utilizadas pela imprensa durante o período militar. Já os confrontos analisados por

⁴⁶ SAES, Décio. Ob. cit.

⁴⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. São Paulo: Papirus, 1987, p. 31.

⁴⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Campinas/SP: Mercado das Letras; São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998, p.14

⁴⁹ Ibid.

Teresinha Duarte, em Goiânia, ressaltam o movimento secundarista e a rigidez das autoridades militares e civis. As mobilizações estudantis em Alagoas, analisadas por José Saldanha, mostram como o movimento estudantil, apesar de ter apresentado enfoques em políticas diversas, ficou concentrando na luta pela ampliação das vagas para ingresso na universidade.

No conjunto, esses estudos ainda não têm dado conta das diversidades espaciais, temporais e sócio-culturais que envolvem o tema. Dentro dessa problemática, novas tendências têm se voltado para fomentar pesquisas sobre os estudantes dentro e fora do eixo Rio-São Paulo. Nas últimas décadas, tem-se avolumado uma série de pesquisas que tomam como eixo central entender a rede de mobilizações articulada pelo movimento estudantil no Brasil. Em particular, pode-se destacar no campo da história social a dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Antônio Maurício sobre a história do movimento estudantil na UFBA⁵⁰. Trabalhos preocupados em interpretar as evidências das fontes e, a partir delas, dialogar com a historiografia social.

Em Sergipe, a historiografia tem abordado a participação dos estudantes universitários no período da ditadura militar ainda de modo tímido e pontual. Destacando-se a respeito os trabalhos do historiador Ibarê Dantas que trata do tema como pano de fundo em estudos sobre a história política e social em Sergipe⁵¹. Entre os trabalhos deste autor merece particular atenção os capítulos dedicados ao movimento estudantil durante o período da ditadura militar contidos no livro *A Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984*. Ao lado desses estudos também merece atenção o desenvolvimento de pes-

⁵⁰ Ver a respeito: BRITO, Antonio Maurício F. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em História/UFBA, 2003, 133 p. (dissertação de mestrado); e ainda BRITO, Antonio Maurício F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em História/UFBA, 2008, 243 p. (tese de doutorado).

⁵¹ Ver a respeito às seguintes obras de DANTAS, Ibarê. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, 341 p.; *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, 363 p.; e ainda *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, 334 p.

quisas pontuais sobre o movimento estudantil em Sergipe⁵², sobre a Juventude Universitária Católica em Sergipe⁵³, sobre o movimento estudantil nos primeiros anos após o golpe⁵⁴ e sobre os estudantes das décadas de 1970 e 1980⁵⁵.

Não obstante a contribuição dessas pesquisas, ainda não foi elaborada uma visão do conjunto acerca dos significados da atuação dos estudantes universitários durante a ditadura militar em Sergipe, pretensão a qual o esforço desta pesquisa encontra-se dirigida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação escrita, localizada, e as fontes orais coletadas têm possibilitado discutir uma série de outras questões a respeito das posições

⁵² Ver a respeito os trabalhos de CRUZ, José Vieira da. “O engajamento político-cultural dos estudantes sergipanos no início dos anos 60”. In: *Caderno do Estudante*. V. 2, São Cristóvão: UFS/CIMPE, pp. 99-114, 1999; *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os movimentos culturais do início dos anos 60: 1962-1964*. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 1998, 110 p. (monografia de graduação); *Juventude e identificação social: experiências culturais dos universitários em Aracaju/SE (1960-1964)*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFS, 2003, 160 p. (dissertação mestrado); *Estudantes vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977)*. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v.2, n. 3, pp. 93-109, out. 2008 - abr. 2009; “*Em tempos de reforma universitária: a contribuição da União Estadual dos Estudantes Sergipanos (1961-1964)*”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VIII, ano 4, n.º 2, pp. 84-97, dezembro de 2009; e “*Apesar do AI-5: a (re)organização do movimento estudantil universitário em Sergipe (1969-1985)*”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n.º 39, pp. 109-127, 2009.

⁵³ RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento estudantil: a JUC em Sergipe (1954-1964)*. Aracaju: Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS, 2000, 150 p. (dissertação de mestrado)

⁵⁴ Ver a respeito: BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o Regime Autoritário (1964-1968)*. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 1999. (monografia de graduação); e ainda PALMEIRA, Gardênia Correia; SILVA, Glícia Laís Macedo. *Em tempos autoritários: história do movimento estudantil em Sergipe (1964 -1968)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2007, 120 p. (trabalho de conclusão de curso).

⁵⁵ Ver a respeito: EVARISTO, Cláudia dos Santos. *Da distensão à abertura política: o movimento estudantil em Sergipe (1977-1985)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006, 72 p. (monografia de graduação); SANTO, Farley Goes do Espírito; ANDRADE, Daniele Xavier de. *Viração: uma parte da história do ME em Sergipe*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006, 141 p. (trabalho de conclusão de curso); e ainda COSTA, Joana D'Arc. *Dos movimentos sociais às funções Institucionais: a consolidação de uma geração política em Sergipe*. Natal: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2009, 108 p. (dissertação de mestrado).

e interesses assumidos por uma parte dos estudantes universitários, em particular daqueles que se encontravam envolvidos na luta política e na militância cultural. O resultado destes processos sociais dos quais pelo menos uma parcela dos estudantes universitários tomaram parte, naquilo que mesuramos a título de reflexão como formação de uma cultura de classe, termina por fomentar a formação e a renovação de parte da elite intelectual e política em Sergipe no último quartel do século XX, mas este é um tema para ser refletido em outra oportunidade.

Em suma, este texto revela os primeiros passos de um pesquisador na construção de uma discussão mais sistemática a respeito das possibilidades de elaboração de uma história social dos estudantes universitários durante a ditadura militar brasileira a partir de seus desdobramentos fora dos chamados grandes centros urbanos do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. Revista Brasileira de Educação, n° 5, pp. 25-36, Mai/Jun/Jul/Ago de 1997.

ALBURQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e a consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 198 p.

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007, 304 p.

_____. “Por uma história da esquerda brasileira”. In: Topoi, Rio de Janeiro, pp. 333-353, dezembro de 2002.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 13-42.

BRITO, Antonio Mauricio F. *Capítulos de uma história do movimento es-*

tudantil na UFBA (1964-1969). Salvador: Programa de Pós-Graduação em História/UFBA, 2003, 133 p. (dissertação de mestrado).

_____. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em História/UFBA, 2008, 243 p. (tese de doutorado).

BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o Regime Autoritário (1964-1968)*. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 1999. (monografia de graduação).

BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

COSTA, Joana D'Arc. *Dos movimentos sociais às funções Institucionais: a consolidação de uma geração política em Sergipe*. Natal: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2009, 108 p. (dissertação de mestrado).

CRUZ, José Vieira da. "O engajamento político-cultural dos estudantes sergipanos no início dos anos 60". In: Caderno do Estudante. V. 2, São Cristóvão: UFS/CIMPE, pp. 99-114, 1999.

_____. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os movimentos culturais do início dos anos 60: 1962-1964*. São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 1998, 110 p. (monografia de graduação).

_____. *Juventude e identificação social: experiências culturais dos universitários em Aracaju/SE (1960-1964)*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFS, 2003, 160 p. (dissertação mestrado).

_____. *Estudantes vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977)*. Ponta de Lança, São Cristóvão, v.2, n. 3, pp. 93-109, out. 2008 – abr. 2009.

_____. "Em tempos de reforma universitária: a contribuição da União Estadual dos Estudantes Sergipanos (1961-1964)". Revista

Eletrônica Cadernos de História, vol. VIII, ano 4, n.º 2, pp. 84-97, dezembro de 2009.

_____. “Apesar do AI-5: a (re)organização do movimento estudantil universitário em Sergipe (1969-1985)”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 39, pp. 109-127, 2009.

DANTAS, Ibarê. *Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, 341 p.

_____. *A tutela militar em Sergipe, 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, 363 p.

_____. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. 334 p.

DESAN, Suzane. “Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp. 63-96.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Tradução Ayeska Branca de Oliveira Farias, Ceres Ribeiro, Pires de Freitas, Else Ribeiro Pires Vieira e Glória Maria de Mello Carvalho. Petrópolis: Vozes, 1981, 814 p.

EVARISTO, Cláudia dos Santos. *Da distensão à abertura política: o movimento estudantil em Sergipe (1977-1985)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006, 72 p. (monografia de graduação).

FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memórias dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, 283 p.

FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular”. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 24, nº24, pp. 181-212, 2004.

FORACCHI, Maria A. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965, 318 p.

_____. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972, 168 p.

GROPPO, Luís Antônio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000, 302 p.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre a História: ensaios*. Tradução: Cid Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, 336 p.

IANNI, Otávio. “O jovem radical” in: BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 225-242.

MANNHEIM, Karl. “O problema da juventude na sociedade moderna” In: BRITTO, Sulamita (Org.). *Sociologia da juventude I*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968, pp. 69-94.

JORGE, Mário. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1982.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e a ditadura militar*. São Paulo: Papyrus, 1987, 215 p.

_____. *1968 faz 30 anos*. Campinas/SP: Mercado das Letras; São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998, 168 p.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Tradução Leandro Konder e Renato Guimarães 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 346 p.

MENDES JÚNIOR, Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 93 p.

PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, 102 p.

POERNER, Artur José. *O poder jovem*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 346 p.

PALMEIRA, Gardênia Correia; SILVA, Glícia Laís Macedo. *Em tempos autoritários: história do movimento estudantil em Sergipe (1964-1968)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2007, 120 p. (trabalho de conclusão de curso).

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, 148 p.

RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento estudantil: a JUC em Ser-*

gipe (1954-1964). Aracaju: Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS, 2000, 150 p. (dissertação de mestrado)

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. São Paulo: Record, 2000, 458 p.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995, 125 p.

SAES, Décio. "Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil". *Revista Cara a Cara*, ano I, nº 2, pp. 189-196, 1978.

SANTO, Farley Goes do Espírito; ANDRADE, Daniele Xavier de. *Viração: uma parte da história do ME em Sergipe*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006, 141 p. (trabalho de conclusão de curso).

SANTOS, Edileuza Batista C. dos; GÓIS, Mary Jane Batista; TAVARES, Priscila da Costa. *Nos trilhos da memória: os ferroviários em Sergipe (1907-2006)*. Aracaju: Curso de História/UNIT, 2006, 160 p. (trabalho de conclusão de curso)

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da utopia: a militância política dos jovens dos anos 90*. São Paulo: Hacker, 1999, 232 p.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução Walten Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, 232 p.

_____. *Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (Org.) Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. 286 p.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução Denise Bottmann. 4 ed. v. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, 204 p.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 493 p.

Artigo recebido em junho de 2010. Aprovado em julho de 2010.

HISTÓRIA DOS INTERNATOS: caminho para uma “zona silenciosa”

BOARDING SCHOOLS HISTORY:
a way for a “quiet zone”

Joaquim Tavares da Conceição*

RESUMO

Este artigo aborda possibilidades para a produção de uma história dos internatos sergipanos. História que pode ser estudada em três períodos. O primeiro, durante todo o século XIX, especialmente na segunda metade deste, foi marcado pela implantação de pequenos internatos de organização “familiar”. O período da consolidação, primeira metade do século XX, foi caracterizado pela existência de internatos que possuíam um edifício-internato, um corpo de empregados, e o recebimento de um grande número de internos. A segunda metade do século XX marca o início da decadência dos internatos sergipanos, culminando com a extinção do modelo na década de 1970.

Palavras-chave: internatos; história; Sergipe.

ABSTRACT

This article shows the possibilities for the production of history about the Boarding schools from Sergipe state. Such history can be studied in three periods. The first, throughout the XIX century, especially until its second half, was characterized by small boarding houses family organized. The consolidation period, first half of XX century, was featured by the existence of boarding schools which consisted of a building, a staff and such institutions used to host a great number of interns. The second half of XX century establishes the beginning of decay of boarding schools in Sergipe state, getting to a point of their model extinction over the 70's.

Keywords: boarding schools; history; Sergipe state.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia - UFBA; professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe - UFS; mestre em Educação pela UFS. E-mail: joaquimtavares@infonet.com.br

AMPLIANDO O OLHAR SOBRE OS INTERNATOS

A presença marcante dos internatos na sociedade sergipana e a utilização desse modelo para a formação de uma elite dirigente masculina e na escolarização feminina, sobretudo no final do século XIX e na primeira metade do XX, as suas funções sociais, o funcionamento e as práticas culturais que tiveram lugar nos internatos, constituem-se ainda numa “zona silenciosa” no campo da pesquisa histórica. Mediante tal constatação, este trabalho direciona o olhar para os internatos, articulando abordagens culturais da história social, objetivando produzir uma escrita histórica dos internatos¹ na educação brasileira, tomando como objeto específico colégios-internatos sergipanos².

O internato é entendido como um modelo escolar, com práticas educativas próprias, caracterizado pelo isolamento do mundo (controle das saídas, do tempo de férias, entrada de jornais, correspondência, controle de livros e revistas e da intervenção de pessoas estranhas), pela formação integral através da utilização de uma determinada organização e controle do tempo e do espaço. O seu estudo desafia um olhar para o detalhe a fim de produzir interpretações sobre padrões e significados simbólicos desse fenômeno histórico-cultural, podendo revelar “de que modo o sistema social se ajusta e como os seus participantes percebem a si próprios e ao mundo exterior”³.

O recurso à abordagem cultural dos internatos procura visualizar os escolares na condição de internos; o “edifício-internato” com seus espaços específicos de internamento (dormitórios, refeitório, pátio, instalações sanitárias etc.); as relações próximas, diuturna e constante entre “equipe dirigente”

¹ A idéia de pesquisar os colégios-internatos sergipanos surgiu a partir da investigação sobre o sistema de internato no ensino agrícola federal, orientado pelo Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento, que resultou na dissertação *A pedagogia de internar: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967)*, em que se constatou a relevância de um estudo aprofundado sobre as origens, desenvolvimento e características culturais do modelo de internamento nos colégios-internatos.

² Projeto de tese em andamento intitulado *Internar para educar: colégios-internatos de Sergipe (1903-1969)*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, orientado pela Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras.

³ DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.70.

e internos; a construção de identidades feminina/masculina e as funções sociais do modelo educacional. Objetiva-se uma visitação ao microcosmo dos internatos dando conta da “história real” dos indivíduos internos, ainda que apenas seja possível iluminar “evidências incompletas e imperfeitas”⁴.

Ao enfatizar o papel da cultura na história social dos internatos lança mão de interpretações da antropologia, a exemplo do modelo de “descrição densa” geertziana. Para esse modelo o papel da cultura⁵ pode ser visto como uma “espécie de mecanismo sutil para a manutenção da ordem, do significado e da coesão social”⁶. O recurso à abordagem cultural é um instrumental importante tanto por enfatizar o valor da descrição das particularidades culturais, como por permitir interpretar suas “teias de significados”, acreditando que “nas suas esquisitices – sejam encontradas algumas das revelações mais instrutivas sobre o que é ser genericamente humano”⁷. Trata-se, portanto, de realizar uma operação histórica de natureza etnográfica, visitando o “mundo do internato” descrevendo e interpretando o espaço, as práticas sociais, as relações de grupo, formas de controle e de hierarquia, atividades coletivas impositivas, entre outras.

Essa abordagem histórica aceita a “interação dialética entre economia e valores, entre estrutura e operação, entre os elementos materiais e culturais da existência”⁸. No estudo dos internatos essa relação dialética pode ser percebida na educação⁹ disseminada por eles, que pode ter funcionado para a formação de uma “identidade de

⁴ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 50.

⁵ Compartilho do conceito de GEERTZ. Para o autor “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (...) Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.” GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, pp. 15- 24.

⁶ DESAN, Suzanne. *Op. cit.*, p. 86.

⁷ GEERTZ, Clifford. *Op. cit.*, p. 58.

⁸ DESAN, Suzanne. *Op. cit.*, p. 69.

⁹ Utilizo o termo educação como formas de transmissão cultural, seja ela formal (escolarizada) ou todas as outras práticas que tendem a inculcar padrões de comportamento. No caso dos internatos interessa os padrões de civildade inculcados por meio de diversas práticas de sociabilidade e em espaços como o refeitório, dormitório, pátio etc.

classe”. Assim, sabendo que o universo dos estudantes internados nos colégios sergipanos na primeira metade do século XX, tanto da capital como do interior, era formado predominantemente por estudantes filhos e filhas de usineiros, industriais, grandes e médios comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos graduados, a cultura dispensada nesses colégios pode ter contribuído para formar futuros dirigentes e intelectuais de um determinado segmento social ou classe social¹⁰, entendendo que a escola

(...) não se revela principalmente como uma instância de transmissão de saberes e do ‘saber fazer’, mas de preferência é um espaço simbólico onde os indivíduos vêm encontrar uma espécie de confirmação cultural de seu pertencimento a certas origens. Ela não é um simples modo de reprodução de posições sociais, mas participa na emergência e coesão de uma classe em formação.¹¹

Uma característica do internato é manter os alunos sempre à mão para a realização de diversas práticas institucionalizadas. Os internos somente retornavam para casa nas férias, passavam a maior parte do tempo no colégio, inclusive os feriados¹²: “Minha gente morava no sertão, no Cariri. Por causa disso eu só passava em casa as férias grandes; o

¹⁰ Conforme o conceito de Thompson: “A classe é uma relação e não uma coisa (...) Ela não existe para ter um interesse ou uma consciência ideal (...) É um fenômeno histórico. Não vejo classe como uma estrutura, (...) mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus.” THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 9-11.

¹¹ PETITAT, André. *Production de l'école. Production de la société*. Genève/Paris: Rie Droz, 1982, p. 70.

¹² A longa permanência no internato costumava provocar uma nostalgia ou saudade de casa, como ilustrada pela escrita de José Lins do Rego, em suas recordações de menino interno, na primeira metade do século XX: “A liberdade licenciosa do engenho sofria ali amputações dolorosas. Preso como os canários nos meus alçapões. Acordar à hora certa, comer à hora certa, dormir à hora certa. E aquele homem impiedoso para tomar lições (...) E aos poucos, como uma dor que viesse picando devagarinho, a saudade de Santa Rosa me invadiu a alma inteira. O meu avô, os moleques, os campos, as negras, o gado, tudo me parecia perdido, muito longe, de um mundo a que não podia mais voltar. E comecei a chorar mordendo os travesseiros. Mas o choro era daqueles que violam o silêncio, e cortei os soluços na garganta. REGO, José Lins do. *Doidinho*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995, p. 7.

resto do ano tirava-o todo no Colégio: Semana Santa, São João, tudo”¹³. Sabe-se como o tempo de permanência no internato foi importante para o ensinamento de padrões de civilidade, pois a intensidade de contatos tornava o internato um espaço privilegiado para a formação do habitus, entendido como a interiorização dos princípios culturais que produzem experiências comuns¹⁴.

No entanto, essa transmissão de valores não se fazia sem conflitos¹⁵. Nem todos se enquadravam na “fôrma” do internato. Diante do regime de horários, tarefas regradas e, talvez, pela própria idade imatura e costumes trazidos de casa, os internos iam transgredindo, da forma que podiam, diante das imposições dos fiscais e até manifestando a recusa de viver no internato.

As análises de Michel Foucault sobre o poder disciplinar¹⁶ apresentam-se como ferramentas importantes para a compreensão das técnicas disciplinares postas em circulação nos internatos a fim de normalizar o interno aos propósitos do estabelecimento. No microcosmo do internato, em geral, os internos eram submetidos a uma “vigilância hierárquica”¹⁷ ou a uma “autoridade escalonada”¹⁸ com muitos postos de observação (diretor, professor, inspetor) das condutas individuais, dando ensejo a “multiplicidades organizadas” pelo controle do tempo e do espaço.

Na abordagem cultural dos internatos as questões de gênero também podem ser formuladas com a finalidade de interpretar diferenças

¹³ QUEIROZ, Rachel de. *As três Marias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p.39.

¹⁴ BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

¹⁵ Práticas de transgressões avolumaram-se no internato do Colégio Salesiano de Aracaju, inclusive ameaças de morte aos assistentes do internato, ocasionando o fechamento deste. SILVA, Antenor de Andrade. *Os Salesianos e a educação na Bahia e em Sergipe – Brasil 1897 – 1970*. Roma: LAS – Libreria Ateneo Salesiano, 2000, pp. 180-182.

¹⁶ O nível de disciplinarização de cada instituição dependia do grau de fechamento que procurou atingir, dos fins proclamados e, sobretudo, da prática cotidiana que o grupo dirigente impôs aos internos. Diante disso, a pesquisa buscará elucidar a trajetória do controle das individualidades, o “poder disciplinar” colocado em funcionamento nos colégios internatos através do “olhar hierárquico”, da “sanção normalizadora” e do procedimento do “exame” FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p.143.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*

¹⁸ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

entre os tratamentos dados aos sexos. Para Lynn Hunt, o gênero foi “uma das mais críticas configurações de diferenciação na cultura e na sociedade. Sem alguma discussão do gênero, nenhum relato de unidade e diferença culturais pode estar completo”¹⁹. O gênero é compreendido como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”²⁰. Questões de gênero ajudam a visualizar e interpretar os modelos de comportamento que nortearam a vida de meninos e meninas no internato, suas particularidades histórico-sociais e culturalmente atribuídas.

Quanto ao papel social desempenhado pelos colégios-internatos, inicialmente são elucidativas as análises de André Petitat sobre os colégios como espaços para formação de um determinado segmento social²¹. De igual forma são esclarecedoras as contribuições de Georges Snyders sobre o ensino e a pedagogia tradicional na França, especialmente no século XVIII, para verificar influências na educação brasileira; o trabalho de Philippe Ariès no que diz respeito à evolução do modelo colégio-internato francês (do internato ao externato), sua estrutura e funcionamento, entendido como espaço privilegiado para adestramento da infância²². Acrescente-se ainda as contribuições de Antoine Prost²³ sobre a vida escolar nos internatos do século XIX, em que o autor apresenta a cultura dispensada pelos colégios como fator importante para a formação de notáveis ou futuros dirigentes. Para caracterizar a cultura brasileira, suas rupturas e continuidades, são fundamentais às contribuições de Gilberto Freyre sobre a decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento urbano e seus impactos na “pedagogia de internar”.

¹⁹ HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 24.

²⁰ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife, *SOS corpo*, 1990, p. 14.

²¹ PETITAT, André. *Op. cit.*

²² ARIÈS, Philippe. De l'externat à l'internat. In: ARIÈS, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Editions du Seuil, 1973. pp. 298-317.

²³ PROST, Antoine. *Histoire de l'enseignement en France, (1800-1967)*. Paris: Armand Colin, 1968.

CONTORNOS PRELIMINARES DA HISTÓRIA DOS INTERNATOS

No Brasil, as origens de instituições escolares que funcionavam com o oferecimento de internato remontam ao período colonial, mais especificamente, à segunda metade do século XVI, com a fundação dos primeiros colégios²⁴ pela Companhia de Jesus, a exemplos do Colégio da Bahia em Salvador, e o de São Sebastião, no Rio de Janeiro, que possuíam, em sua organização arquitetônica, a destinação de espaços específicos para dormitórios dos alunos internos.

O modelo colégio-internato caracterizou-se, inicialmente, pela influência da pedagogia dos jesuítas como uma educação negativa, pois se instruíam para uma vida de abstinência, para livrar de “maus costumes, vícios, maus livros, das más companhias, dos espetáculos e teatros, de juramentos, insultos, injúrias, detrações, mentiras, jogos proibidos, lugares perniciosos ou interditos”²⁵. O “fechamento” proporcionado pelo internato fundava-se no regramento do tempo, oferecimento de um espaço de fuga do pecado e um sistema de regras no qual os religiosos procuravam inculcar a “pedagogia do exemplo”, exigindo deles mesmos e dos internos ensaios diários de virtudes, modelo para o exercício de uma vida cristã no macrocosmo social.

A “pedagogia de internar” no Brasil recebeu a influência de outras ordens religiosas²⁶, como a Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, dos padres lazaristas franceses que fundaram em Minas Gerais, no início do século XIX, o Colégio do Caraça, imprimindo uma formação moral centrada mais nas virtudes que nos saberes²⁷ e reduto de uma disciplina implacável, tal como retratada por Gilberto Freyre:

²⁴ Além dos colégios dos jesuítas, foram exemplos de internamento no período colonial: os seminários, conventos e recolhimentos. TOBIAS, José Antonio. *História da educação brasileira*. São Paulo: Juriscredi, 1972.

²⁵ PAIVA, José Maria. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 50.

²⁶ Em Sergipe fundaram colégios-internatos no início do século XX os Salesianos, Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, Congregação das Irmãs Sacramentinas, Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus.

²⁷ ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada*. Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Caraça tornou-se alguma coisa de sinistro na paisagem social brasileira dos primeiros tempos do Império, arrebatando os meninos aos engenhos [...]; às fazendas das sertanejas de criar: às casas de sítio; aos sobrados da cidade. E reduzindo-os a internos, em um casarão triste, no meio das montanhas, dentro de salas úmidas, com estampas de São Luís Gonzaga pelas paredes, [...] E sobretudo com padres terríveis, que em vez de lírios brancos como São Luís na sua mão cor-de-rosa de moça, empunhavam palmatórias de sicupira e varas de marmelo.

‘Caraça!’ ‘Mando-te para Caraça!’ Os mineiros antigos, piraquaras e do Norte, dizem que era o nome com que se fazia medo aos meninos mais valentes. Caraça – lembrou há anos um cronista que colheira impressões de alunos da época de maior prestígio do colégio, e também de maior crueldade dos padres – Caraça era um ‘nome execrando’.²⁸

Posicionamentos filosóficos que consideravam nociva a presença dos pais na educação dos filhos, apontando o internato como um “mundo ideal” para educar os meninos e eliminar caprichos e exemplos nocivos do mundo exterior²⁹, podem ter contribuído para o fortalecimento da “pedagogia de internar”. O internato com seu regulamento disciplinar, sua “equipe dirigente” e seu edifício-internato representava “um tipo de educação que se estabelece a partir da desconfiança a respeito do mundo adulto e quer, de início, separar dele a criança, para fazê-la viver num algures pedagógico purificado, esterilizado”³⁰. Dessa maneira, o mundo da convivência social foi considerado

²⁸ Gilberto, FREYRE. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, p.75.

²⁹ PEREIRA, Leonice Rodrigues. *Uma visão do internato através da leitura de Doidinho de José Lins do Rego e de Os Rios Profundos de José Maria Arguedas*. São Paulo: USP, 2002. (dissertação de mestrado)

³⁰ SNYDERS, Georges. A pedagogia em França nos séculos XVII e XVIII. In: DEBESSE, M., MIALARET, G. (org.) *Tratado das ciências pedagógicas*. São Paulo: Editora Nacional/EDUSP, 1977, v. II, p.133.

(...) demasiado permissivo e perigoso para os jovens, a quem pretendiam inculcar hábitos de disciplina e trabalho intelectual. A família é olhada com desconfiança como incapaz de uma verdadeira educação: permissiva, enfraqueceria a vontade das crianças e não saberia ensinar o domínio das paixões.³¹

A “pedagogia de internar” carrega as marcas culturais do internato clássico do século XIX que predominou nos liceus e colégios-internatos europeus, especialmente na França onde o regime teve início no final do século XVIII e tornou-se dominante na maior parte do século XIX³². Nesses estabelecimentos dedicados à educação coletiva, os alunos dividiam-se em internos e externos. Era designado de aluno interno aquele que estava dentro, habitando na mesma casa, nas dependências do colégio. O crescimento do internato na França, modelo de maior influência dos colégios-internatos brasileiros, representou uma

concepção diferente da infância e de sua inclusão na sociedade. Busca-se separar a infância de todas as idades da sociedade: importa – pelo menos na burguesia – isolar a infância em um mundo à parte, o mundo do internato. A escola é o meio disso. Ela substitui a sociedade na qual todas as idades eram confundidas; exigia-se que ela formasse crianças sob o modelo de um tipo humano ideal.³³

O modelo colégio-internato entrou em declínio na França a partir da segunda metade do século XIX, pois já não se atribuía a ele, como no século XVIII, o valor de formação moral e humana. Recorria-se ao internato a partir daí apenas nos casos de distância da residência do

³¹ FELGUEIRAS, Louro Margarida. O internato em algumas obras literárias portuguesas dos anos 40. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações* [Portugal e Brasil]. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 213.

³² Sobre o internato na França utilizo como fonte principal o estudo de Philippe Ariès: “De l’externat a l’internat”. In: *L’enfant et la vie familiale sous l’Ancien Regime*. Paris: Editions du Seuil, 1973 (Collection Points; Série Histoire). Esse capítulo foi suprimido da edição brasileira da *História da criança e da família*.

³³ ARIÈS, Philippe. *Op. cit.*, p. 315.

colégio, dificuldades na família ou com o objetivo de possibilitar uma melhor preparação para o ingresso nas grandes escolas. O internato passa a ser “tolerado, não mais escolhido. As famílias mais ricas conservaram por algum tempo a nostalgia do internato [...] A família moderna não aceitava mais se separar de suas crianças mesmo que para assegurar sua educação”³⁴.

O modelo de internamento francês, apesar de, no século XIX, já ser desacreditado pelos franceses, a ponto de atribuir-se ao internato o “‘efeminamento’ da juventude, a derrota de 1870 e, de modo mais geral o despovoamento da França!”³⁵, adentrou e dominou o cenário educacional brasileiro e, por conseguinte, sergipano, motivado pelas necessidades impostas por uma vida rural, marcada pelas grandes distâncias, ou pelo “princípio pedagógico” que via o internamento como ferramenta ideal para “endireitar” meninos e meninas.

No Brasil, o modelo colégio-internato não ficou imune a críticas. Dentre os problemas apontados pelos intelectuais que se apresentavam contrários ao internato, a questão da higiene e as condições físicas do internato, especialmente os dormitórios, ocupavam um lugar de destaque. Os médicos preocupados com questões higienistas, em suas teses de doutoramento do século XIX e início do século XX, alertavam para a insalubridade e falta de higiene existentes nos espaços de alguns internatos³⁶. Alertavam sobre os excessos sexuais entre os meninos, o “onanismo”, a “pederastia”, como práticas que contribuíam para os avanços da gonorréia e da sífilis³⁷.

Para coibir essas manifestações sexuais inadequadas, evitando a insalubridade física e moral, os internatos deviam regrar e controlar as atividades diárias dos internos nos diversos espaços do internato, reformar as dependências específicas do internato (dormitórios, refeitório,

³⁴ Ibid.

³⁵ PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 121.

³⁶ GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

³⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

cozinha, sentinas, enfermaria), seguindo as orientações das novas concepções higiênicas e as determinações da legislação sanitária. Indicavam, sobretudo, a redução do número de internos para cada dormitório, conciliando as conveniências econômicas aos preceitos de higiene, à disposição correta do espaço do dormitório em relação à incidência dos raios solares, um adequado sistema de ventilação e renovação higiênica do ar, o respeito a uma superfície mínima de 4,50m² do dormitório para cada interno, evitar o excesso de móveis e a distribuição dos internos no dormitório de acordo com a idade e o desenvolvimento deles. Chamavam a atenção, também, para a necessidade da construção, ausente em muitos edifícios internatos, de aparelhos sanitários e banheiros.

Mesmo diante de propostas para construção e manutenção de um bom internato, na segunda metade do século XIX, o tema continuava controverso. Não havia consenso sobre os benefícios pedagógicos do modelo colégio-internato, o que é ilustrado na escrita, realista e autobiográfica, de Raul Pompéia em *O Ateneu* (1888):

Discutiu a questão do internato. Divergia do parecer vulgar, que o condena. É uma organização imperfeita, aprendizagem de corrupção, ocasião de contato com indivíduos de toda origem? O mestre é a tirania, a injustiça, o terror? (...) A reclusão exacerba as tendências ingênicas? Tanto melhor é a escola da sociedade. Ilustrar o espírito é pouco; temperar o caráter é tudo. É preciso que chegue um dia a desilusão do carinho doméstico. (...) O internato é útil; a existência agita-se como a peneira do garimpeiro: o que vale mais e o que vale menos, separam-se. (...) Não é o internato que faz a sociedade; o internato a reflete. A corrupção que ali viceja, vai de fora. Os caracteres que ali triunfam, trazem ao entrar o passaporte do sucesso, como os que se perdem, a marca da condenação.³⁸

Além das críticas formuladas pelos médicos higienistas, o modelo “colégio-internato” recebeu o parecer negativo do movimento pedagó-

³⁸ POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Ática, 2001, p. 144.

gico escolanovista³⁹, iniciado nos Estados Unidos e em países europeus nos anos finais do século XIX e difundido no Brasil nas primeiras décadas do século XX, o qual indicava a excessiva regulação da “pedagogia de internar” como fator negativo para a formação do sujeito:

O regime de internato tem sido, nestes últimos tempos, objeto de vivas críticas, e não pode negar-se que são, até certo ponto, justificadas. Esta aglomeração de crianças constantemente reunidas nas aulas, salas de estudo, refeitórios, longe da família e sob a direção de mestres que são os instrumentos de uma disciplina invariável não parece boa, nem sob o ponto de vista físico, nem sob o ponto de vista moral [...] No internato não há lugar para a iniciativa individual, para a responsabilidade, para o livre exercício da vontade, para a ação independente. Tudo é calculado, medido, regulamentado.⁴⁰

No entanto, apesar das críticas formuladas, a importância do modelo colégio-internato era destacada pelo mérito de ter inculcado, através da austeridade disciplinar, a “ordem social” na educação da mocidade brasileira⁴¹. Nesse sentido, o papel social desempenhado pelos colégios-internatos, especialmente no século XIX e na primeira metade do século XX, foi de uma “ortopedia social”, ou seja, uma “espécie de reformatório moral e dos costumes”⁴².

³⁹ Também denominado de “Escolas Novas”, esse movimento defendia que “A criança é espontaneamente ativa e necessita, portanto, ser libertada dos vínculos da educação familiar e escolar, permitindo-lhe uma livre manifestação de suas inclinações primárias.” Em consequência dessa idéia, o movimento defendia que a educação escolar deveria sofrer profundas mudanças, como afastar o prédio escolar do ambiente artificial e constritivo da cidade; a aprendizagem devia ocorrer em contato com o ambiente externo e as atividades intelectuais deviam estar conjugadas com as atividades práticas. No Brasil, o movimento teve como defensores, entre outros intelectuais da educação, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. CAMBI, Franco. O século XX até os anos 50: “Escolas Novas” e ideologias da educação. In: *História da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999, pp. 514-515.

⁴⁰ CAMPAGNE, E. M. *Dicionário universal de educação e ensino*. Porto: Casa Editora Sugaan & Genelioux, 1886, p. 480.

⁴¹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

⁴² ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada*. Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.132.

Entre críticas e propostas reformistas, os colégios-internatos, confessionais ou não, tiveram grande desenvolvimento no Brasil na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX. O dormitório, espaço central do internato, continuava marcando fortemente a arquitetura dos colégios. Mesmo criticado como um modelo dispendioso, não deixou de ser utilizado. No entanto, foi também no século XX que se assistiu à decadência do modelo, quando a família não aceitava mais ficar longe dos filhos, e estes não se conformavam às privações da vida no internato.

OS INTERNATOS NA SOCIEDADE SERGIPANA

Em Sergipe, a história dos internatos⁴³ escolares pode ser estudada em três períodos: o do surgimento de pequenos internatos (ao longo do século XIX, especialmente na sua segunda metade), o da consolidação do modelo colégio-internato (primeira metade do século XX) e o período da decadência dos internatos (segunda metade do século XX).

Não ocorreu em Sergipe durante todo o século XIX a existência de grandes internatos. O período foi caracterizado, de modo geral, pelo típico internato “familiar” de orientação católica⁴⁴. Nesses internatos, os trabalhos de manutenção e as tarefas de ensino, eram desenvolvidos pelos membros da família, sem a contratação de empregados ou pro-

⁴³ Os primórdios das práticas de internamento em Sergipe para fins de instrução ou educação podem ser encontrados ainda no século XVIII quando moças naturais da Capitania de Sergipe del Rei eram internadas em conventos também com a finalidade de serem educadas. Nas listas de recolhidas do Convento da Soledade, em Salvador, aparecem sergipanas que foram internadas por seus pais, “(...) tanto religiosas, que depois de recolhidas desejaram e foram aptas a receber o véu preto de professoras, como também moçoilas ou mesmo de meninas pré-adolescentes que estiveram nesta instituição com finalidade de se educarem, temporariamente.” MOTT, Luiz, *Sergipanas no Convento da Soledade da Bahia. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n° 31, 1992, p. 98. Sobre o assunto consultar também: FERREIRA, Adínia Santana *A reclusão feminina no Convento da Soledade: as diversas faces de uma experiência* (Salvador – Século XVIII). Brasília: Universidade de Brasília, 2006 (Dissertação de Mestrado).

⁴⁴ Embora predominante a orientação católica dos colégios particulares, os protestantes presbiterianos também estiveram presentes nesse período em Sergipe e fundaram na cidade de Laranjeiras, em 1886, a Escola Americana que oferecia internato feminino e masculino e o Colégio Inglês em 1887. NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. *A Escola Americana: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913)*. São Cristóvão: UFS, 2004. (dissertação de mestrado)

fessores, localizados na residência do proprietário, com um pequeno número de alunos internos, geralmente não excedendo 30 internos que viviam em comum com a família do diretor, sendo seus comensais.

Nos anos de 1840 já existiam em Sergipe pequenos colégios particulares de primeiras letras e até mesmo com aulas do curso secundário, funcionando com internato familiar⁴⁵. Na segunda metade do século XIX, mesmo onde existia o ensino público, os números da instrução particular e dos internatos cresceram de forma considerável, principalmente nas cidades ligadas à produção açucareira.

As justificativas apresentadas para o crescimento da instrução particular em Sergipe são de duas naturezas. A primeira estava relacionada às condições da instrução pública sergipana na época. Nesse sentido, apontavam como causas do crescimento a inexistência ou descrédito das aulas públicas em algumas localidades. Assim, para o inspetor José João de Araújo Lima, o crescimento das escolas particulares “(...) deixa ver, ou que as públicas neles existentes são insuficientes em quantidade para as necessidades da população, ou que as cadeiras são mal regidas (...)”⁴⁶. Em muitas localidades, segundo ele, a segunda hipótese confirmava-se, mas em cidades como Estância e Laranjeiras, onde havia o maior número de aulas particulares, somente a primeira hipótese devia ser admitida, uma vez que os professores públicos dessas duas cidades conheciam a matéria que ensinavam e faziam com dedicação.

A segunda estava relacionada com as condições⁴⁷ da própria instrução particular. Para o inspetor Manuel Luiz Azevedo D’Araujo era incontestável que na escola particular havia

(...) mais esforço, e que si todos pudessem pagar o mestre, a escola pública em muitas localidades ficaria deserta. A pobreza, somente a pobreza, em uma Província em que falecem os recursos, é a

⁴⁵ SERGIPE. Relatório do Presidente da Província de Sergipe Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos, 1849, p. 22.

⁴⁶ SERGIPE. Relatório do Inspetor Geral das Aulas Dr. José João de Araújo Lima, 1868, p. 5.

⁴⁷ Neste ponto, apresentavam como razões do crescimento: a disciplina, a moralidade e a boa regência das aulas, o bom aproveitamento dos alunos, melhores condições materiais e mais esforço dos professores e proprietários dos estabelecimentos para com o aproveitamento dos alunos.

causa única da conservação das cifras das matrículas nas aulas públicas de certas localidades, ao lado das aulas particulares cuidadosamente regidas.⁴⁸

No século XIX a parcela da sociedade sergipana que podia arcar com os custos do internato era a oligarquia rural e mercantil, que não desejava enviar seus filhos para estudarem fora da Província. E, também, da década de 1860 em diante, extratos médios da população, que diante dos problemas da instrução pública, recorriam aos estabelecimentos particulares.

Na cidade de São Cristóvão, capital da província até 1855, foi fundado em 1848 o Colégio São Cristóvão, dirigido pelo diretor do Liceu de São Cristóvão, o padre José Gonçalves Barroso. O colégio chegou a ser frequentado por mais de 50 alunos e recebeu até 23 alunos internos. O estabelecimento oferecia o curso primário e as aulas do ensino secundário (Latim, Francês, Filosofia, Retórica, Música e Dança). No ano seguinte à fundação do Colégio São Cristóvão, provavelmente já enfrentando dificuldades para manter o internato, o padre José Gonçalves Barroso propôs ao presidente da Província receber no internato três meninos órfãos e pobres mediante a metade da pensão, paga pelos cofres públicos⁴⁹. Este era um costumeiro recurso que proprietários de escolas particulares utilizavam para conseguirem do poder público algum tipo de subvenção⁵⁰. Com o capital político que o diretor do Colégio São Cristóvão possuía é bem possível que tenha conseguido a ajuda esperada.

A cidade de Laranjeiras, berço da oligarquia açucareira foi uma cidade próspera em colégios particulares funcionando com internato. Em 1841 os professores Braz Diniz de Villas-Boas e Ignocencia Narciza de Santa Roza fundaram nesta cidade o Colégio Coração de Jesus, que

⁴⁸ SERGIPE. Relatório da Instrução Pública. Diretoria Geral da Instrução Pública da Província de Sergipe. 31 de dezembro de 1871, Manuel Luiz Azevedo D'Araujo, 1972. p. 21.

⁴⁹ SERGIPE. Relatório do Presidente da Província de Sergipe Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos, 1849.

⁵⁰ Também em outras províncias o governo concedia gratificação mensal a estabelecimentos privados para que estes recebessem gratuitamente crianças pobres. ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC, 2000, p. 151.

funcionava com internato para meninos e meninas e ministrava a instrução primária e secundária. O Colégio contava inclusive com o apoio do presidente da província, Dr. Anselmo Francisco Peretti (1842-1844), que em pronunciamento a Assembléia Provincial solicitou a “proteção” ao estabelecimento⁵¹.

Na segunda metade do século XIX, a instrução particular experimentou um considerável crescimento, motivado pela prosperidade econômica da província e pelo fato do reconhecimento dos exames realizados para o ingresso nos cursos superiores do Império⁵². Na década de 1870 existiam “diversos internatos” estabelecidos em muitos pontos do interior da província que ministravam o ensino primário e aulas avulsas do ensino secundário⁵³. Em Laranjeiras, funcionava o renomado o internato feminino do Colégio Santana (1848), o internato feminino do Colégio Inglês (1887), o internato misto da Escola Americana (1886-1899) e o internato masculino do Colégio Liceu Laranjeirense do Professor Balthazar Góes. Também existem notícias de internatos funcionando no Colégio Santa Maria (Maruim), dirigido pela professora Maria Diniz de Mello, Colégio Amparo de Maria do Vigário Francisco V. de Mello (Capela), Internato de Japarutuba do Padre Firmino B. Rocha, Internato de Própria dirigido por Antonio de S. Camilo de Lelis.

A partir da transferência da Capital (1855) surgiram em Aracaju, na medida em que a cidade se desenvolvia, escolas particulares que ofereciam o internato possibilitando instrução aos moços abastados vindos de outros pontos da Província onde não existiam escolas, ou até mesmo uma alternativa para famílias que procuravam um regramento maior para a educação de seus filhos. Mas, foi mesmo a partir da década de 1870, que Aracaju, atravessando um período de crescimento econômico impulsionado pelas atividades comerciais⁵⁴, tornou-se atrativa para as famílias que buscavam uma melhor instrução para os seus filhos. Desta forma, a capital passou a atrair jovens de diversos pontos

⁵¹ SERGIPE. Relatório do Presidente da Província Anselmo Francisco Peretti, 1843.

⁵² NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

⁵³ SERGIPE. Relatório do Inspetor Geral das Aulas Dr. Tomás Diogo Leopoldo, 1876.

⁵⁴ NUNES, Maria Thetis. *Op. cit.*

da Província que vinham residir nos internatos dos colégios particulares. Nesse período funcionavam em Aracaju, entre outros, os internatos dos colégios São Salvador, Parthenon Sergipense, Colégio Nossa Senhora da Conceição.

As primeiras décadas do século XX marcaram o início do período da consolidação dos internatos sergipanos. Nesse segundo período os principais colégios-internatos sergipanos apresentavam como características gerais: a existência de um edifício-internato, um corpo de funcionários encarregados das atividades específicas do internato (cozinheiro, copeiro, roupeiro, lavadeira, costureira, alfaiate etc.) e ofereciam um grande número de vagas para alunos e alunas internos. Fundados e dirigidos, em sua maioria, por ordens religiosas católicas, esses internatos entraram em franco declínio durante a segunda metade do século XX, período da decadência do modelo.

Nas primeiras décadas do século XX o Estado de Sergipe continuava apresentando, tal como no século anterior, uma economia agropecuária baseada na produção da cana-de-açúcar, do algodão e da criação de gado bovino. Essas atividades econômicas impulsionaram o desenvolvimento das tradicionais usinas de açúcar e indústrias têxteis e repercutiram no desenvolvimento do comércio, proporcionando o surgimento de firmas comerciais e o aumento do número de repartições públicas na capital do estado⁵⁵. Esse crescimento econômico favoreceu o desenvolvimento dos colégios-internatos, pois crescia o número daqueles que podiam custear suas mensalidades ou pensões⁵⁶.

Na primeira metade do século XX, na capital de Sergipe funcionavam os internatos masculinos dos colégios Salesiano Nossa Senhora

⁵⁵ DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

⁵⁶ No Colégio Nossa Senhora de Lourdes, era cobrado mensalmente, em 1906, 40\$ para as alunas internas, 20\$ para as alunas semi-internas e 5\$ para as alunas externas. *Correio de Aracaju*, 2 de fevereiro de 1908, ano III, n.128, p.3. Já o Colégio Tobias Barreto cobrava, no ano de 1924, o valor de 100\$00 por mês pela pensão, roupa lavada e engomada, excluído o ensino. *Correio de Aracaju*, 1924. Outro custo para as famílias manter um filho no internato era com a compra do enxoval exigido de acordo com a particularidade de cada colégio. Entre outros, a lista de enxoval indicava os seguintes pertences: roupa de cama, travesseiro, lavatório de ferro com bacia e jarras e bacia para banho. COLÉGIO Inglês. *O Horizonte*, Laranjeiras, 24 de dezembro de 1885, Ano I, n° 28, p. 04.

Auxiliadora (1911), Tobias Barreto (1913) e Jackson de Figueiredo (1938), e os internatos femininos dos colégios Nossa Senhora de Lourdes das Irmãs Sacramentinas (1903) e o Patrocínio de São José das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (1940). No interior do estado, nos municípios mais desenvolvidos e populosos, existiam os internatos dos colégios confessionais que surgiram nesse mesmo período. Os principais eram o Santa Terezinha (1947), em Boquim; o Educandário Nossa Senhora da Piedade (1947), em Lagarto; Imaculada Conceição (1929), em Capela; Sagrado Coração de Jesus (1936), em Estância e o Colégio Nossa Senhora das Graças (1915), em Propriá.

As razões para internar eram, entre outras, a inexistência ou o pequeno número de colégios no interior do estado⁵⁷, o isolamento geográfico causado pelas longas distâncias, acompanhado das dificuldades de transporte e comunicação entre as localidades (do interior para a capital ou sede do município), que dificultava o retorno àquelas residências localizadas na zona rural. De fato, tornou-se comum, desde o final do século XIX, explicar a existência do modelo colégio-internato com esse último argumento. Neste sentido,

o fim da escola é apenas ensinar e por isso ela não é destinada senão a alunos externos; mas como há muitas que ou por morarem longe da escola ou por não estarem aptas para superintender a educação, mormente os estudos secundários, precisam de mandar os filhos para fora de casa, por isso se tornou necessário juntar ao estabelecimento que ministra a instrução, um outro que ofereça aos educandos moradia, alimentação, vigilância e uma certa direção de estudos.⁵⁸

Essas motivações de certo não explicam todas as opções pelo internato. Muitas famílias sergipanas, que possuíam suas residências

⁵⁷ Situação retratada na época por Nunes Mendonça como “déficit escolar”, ou seja, a rede de escolas públicas era ponderavelmente inferior em relação à população em idade escolar. MENDONÇA, Nunes. *A educação em Sergipe*. Aracaju. Livraria Regina, 1958, p. 69.

⁵⁸ CAMPAGNE, E. M. *Dicionário universal de educação e ensino*. Porto: Casa Editora Sugas & Genelioux, 1886, p.456.

próximas aos colégios, preferiam colocar seus filhos e filhas no internato confiando que este podia mais do que “ilustrar o espírito”, “temperar o caráter”. Esta situação foi verificada de modo mais geral por Gilberto Freyre e compreendida por ele como uma crença no caráter “corretivo” do internamento escolar⁵⁹. A compreensão do internato como “casa de correção” também está presente na literatura⁶⁰:

Recorriam ao colégio como a uma casa de correção. Abandonavam-se em desleixos para com os filhos, pensando corrigi-los no castigo dos internatos. E não se importavam com a infância, com os anos mais perigosos da vida. Em junho estaria no meu sanatório. Ia entregar aos padres e aos mestres uma alma onde a luxúria cavara galerias perigosas. (...)

– Colégio amansa menino! Em mim havia muita coisa precisando de freios e de chibata. As negras diziam que eu tinha o mal dentro. A Tia Sinhazinha falava dos meus atrasos. Os homens riam-se das intemperanças dos meus doze anos.

– Menino safado, menino atrasado, menino vadio. (...)

Agora o colégio iria consertar o desmantelo desta alma descida demais para a terra. Iriam podar os galhos de uma árvore, para que os seus brotos crescessem para cima.

- Quando voltar do colégio, vem outro, nem parece o mesmo.

Todo mundo acreditava nisto.⁶¹

O internato foi também uma característica fundamental da pedagogia de algumas ordens religiosas que implantaram os seus colégios, a exemplo dos salesianos, defensores de que a melhor educação fazia-se no internato, pelo seu valor formativo ou preventivo⁶². Também representou uma fonte

⁵⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

⁶⁰ Sobretudo na escrita autobiográfica dos “romances de internato” a exemplo de *O Ateneu*, de Raul Pompéia (1888); *Doidinho*, de José Lins do Rego (1933); *As Três Marias*, de Rachel de Queiroz (1939).

⁶¹ REGO, José Lins do. *Doidinho*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995, p.144.

⁶² SANTOS, Manoel Isaú Souza Ponciano. *Luz e Sombras: internatos no Brasil*. São Paulo: Salesianas, 2000.

de recursos para a manutenção de suas atividades religiosas, evidenciada nas obras de ordens religiosas católicas que, através das mensalidades do internato, mantinham suas obras de assistência à pobreza.

Na segunda metade do século XX, inicia-se a decadência do modelo colégio-internato em Sergipe. São evidências gerais da extinção dos internatos sergipanos as transformações sociais ocorridas a partir da década de 1960, como a “democratização da escola pública”⁶³ com a criação de instituições escolares no interior do estado e na capital, provocando aos poucos a redução da matrícula nos tradicionais colégios-internatos. Por outro lado, a liberalização da juventude nos “anos rebeldes” desacreditava a capacidade dos colégios internos em preparar e corrigir os jovens para o mundo⁶⁴, e a própria juventude insurgiu-se contra os rigores da vida fechada, acumulando-se os casos de indisciplina, violência e fuga nos internatos.

NOTAS FINAIS: “O MUNDO DO INTERNATO”

As informações sobre o internato do Colégio Coração de Jesus, fundado em Laranjeiras em 1841, pelos professores Braz Diniz de Villas-Boas e Ignocencia Narciza de Santa Roza, permitem algumas aproximações sobre o “mundo do internato” na Província de Sergipe, no século XIX.

O Colégio Coração de Jesus recebia alunos internos (“aqueles, que não só quiserem ouvir lições no Colégio, como nele residir”) de ambos os sexos⁶⁵, com 5 a 18 anos de idade, para o ensino de primeiras letras e as aulas de Gramática, Latim, Francês, Filosofia e Retórica do ensino secundário. O Colégio também admitia alunos externos, ou seja, “aqueles, que residindo em casa de seus pais, tutores, benfeitores ou administradores, quiserem as horas marcadas ouvir as lições no Colégio”⁶⁶.

⁶³ MENDONÇA, Nunes. *A Educação em Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

⁶⁴ INTERNATO E ENSINO. *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, p. 2, 17 jun. 1967.

⁶⁵ O internato misto é uma marca do internato familiar. Nos grandes internatos, principalmente nos confessionais, a regra era um estabelecimento atender no internato apenas um sexo.

⁶⁶ SERGIPE. Relatório do Presidente da Província Anselmo Francisco Peretti, 1843.

Como o internato recebia meninos e meninas, os proprietários do Colégio garantiam às famílias a separação dos sexos nas aulas e principalmente nos aposentos. O pouco desenvolvimento da província não podia dar lugar a muitas exigências e a pouca demanda levava os donos do estabelecimento a aumentar ao máximo às possibilidades de atendimento ao público. O diretor Braz Diniz de Villas-Boas cuidava pessoalmente da divisão e assistência dos trabalhos dos alunos, da vigilância sobre suas condutas, enquanto a professora Ignocencia Narciza de Santa Roza cuidava das meninas, zelando pela “(...) vigilância sobre as maneiras decentes, e próprias de uma senhora, bem como ensinar-lhes a cozer, bordar (...)”⁶⁷.

Para enviar seus filhos ao internato do Colégio Coração de Jesus os pais deviam providenciar o enxoval, composto pela roupa de cama e vestuário de livre escolha da família. Além, é claro, de fazer o adiantamento da primeira mensalidade. A pensão do internato, para alunos do primário ou que cursassem aula do ensino secundário, era de 200\$000 por ano; as aulas avulsas de Latim, Francês, Lógica e Retórica custavam 4\$000 mensais cada. Não estavam incluídas na pensão as aulas de música e dança. Também devia ser pago em separado o serviço de roupa lavada e engomada. No caso de doença, os alunos eram tratados no próprio colégio, sendo as despesas com o médico e a botica por conta dos pais ou correspondentes. Ficavam também a cargo dos pais as despesas com lápis, papel, penas, tinta, e com os livros necessários.

Os trabalhos diários dos internos deveriam ser precedidos por uma oração, depois eram separados para as respectivas salas para a realização dos exercícios escolares até as oito horas, quando se dirigiam ao almoço. Terminado o almoço, os alunos retornavam aos exercícios escolares até as dez horas, quando iniciavam as lições de estilo, que duravam até o meio dia. Depois de uma hora de intervalo e descanso, o jantar era servido de uma hora até as duas horas, e depois meia hora de descanso. As duas e meia da tarde começava a segunda sessão de estudos que se prolongava até as cinco e meia, tempo em que iniciava o recreio até as sete horas. Para os alunos que necessitavam de reforço dos estudos

⁶⁷ Ibid.

este iniciava às sete horas até as oito, tempo em que a interrompiam para a ceia que era servida nessa hora e durava meia hora, e depois, precedida de mais meia hora de descanso. Às nove horas retornavam aos estudos e somente eram dispensados destes, às onze horas com a sinalização de um toque de camp⁶⁸, momento em que se recolhiam ao dormitório, depois de uma breve oração.

Os alunos provecos nos exames do ensino preliminar começavam o estudo da Língua Latina, e logo depois, julgados habilitados pelo diretor, iniciavam o estudo da Língua Francesa, e finalmente os estudos de Lógica, e Retórica. Antes, porém, de passar qualquer aluno de um para outro estudo, o diretor providenciava comunicação ao pai, tutor, ou correspondente, para saber se desejava a continuação dos estudos.

Não havia aula nos dias santos e nos sábados. Nesses dias, a fim de evitar o ócio prejudicial à disciplina do internato, o diretor fazia algumas explicações dos deveres religiosos. Nos dias de preceito, os internos também iam à missa ou realizavam passeios acompanhados dos respectivos diretores.

Como em todo internato a disciplina era ponto crucial, as medidas disciplinares estavam previstas em parte específica do regulamento. No internato do Colégio Coração de Jesus os alunos estavam sujeitos, dependendo da gravidade e natureza das infrações, às seguintes medidas disciplinares: ficar por certo tempo de pé, ou de joelhos, vestir a roupa às avessas, privação de passeio e prisão na aula por algum tempo. Os castigos corporais, já repudiados nessa época, não eram citados no regulamento do Colégio.

FONTES E REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada*. Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ARIÈS, Philippe. *De l'externat à l'internat*. In: ARIÈS, Philippe. *L'enfant*

⁶⁸ Sino pequeno para sinais de aviso.

et la vie familiale sous l' Ancien Regime. Paris: Editions du Seuil, 1973. pp. 298-317.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.

CAMPAGNE, E. M. Dicionário universal de educação e ensino. Porto: Casa Editora Suga & Genelioux, 1886, v. I, II, e III.

COLÉGIO Inglês. O Horizonte, Laranjeiras, 24 de dezembro de 1885, Ano I, nº 28, p. 04.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. A pedagogia de internar: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1934-1967). São Cristóvão. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. UFS. 2007.

DANTAS, José Ibarê Costa. História de Sergipe: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FELGUEIRAS, Louro Margarida. O internato em algumas obras literárias portuguesas dos anos 40. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). A infância e sua educação: materiais, práticas e representações [Portugal e Brasil]. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 213-223.

FERREIRA, Adínia Santana. A reclusão feminina no Convento da Soledade: as diversas faces de uma experiência (Salvador – Século XVIII). Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2006 (Dissertação de Mestrado).

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala: formação da família

brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

_____. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONDRA, José Gonçalves. Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

INTERNATO E ENSINO. Gazeta de Sergipe, Aracaju, p. 2, 17 jun. 1967.

MENDONÇA, Nunes. A Educação em Sergipe. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

MOTT, Luiz. Sergipanas no Convento da Soledade da Bahia. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, n° 31, 1992, p. 93/99.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. A Escola Americana: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2004.

NUNES, Maria Thetis. Sergipe Provincial II (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

PAIVA, José Maria. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 135-150.

PEREIRA, Leonice Rodrigues. Uma visão do internato através da leitura de Doidinho de José Lins do Rego e de Os Rios Profundos de José Maria Arguedas. São Paulo: USP, 2002. (dissertação de mestrado)

- PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle (Org.). História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 121-191.
- PETITAT, André. Production de l'école. Production de la société. Genève/Paris: Rie Droz, 1982.
- POMPÉIA, Raul. O Ateneu. São Paulo: Ática, 2001.
- PROST, Antoine. Histoire de l'enseignement en France, (1800-1967). Paris: Armand Colin, 1968.
- QUEIROZ, Rachel de. As três Marias. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- REGO, José Lins do. Doidinho. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.
- SANTOS, Manoel Isaú Souza Ponciano. Luz e Sombras: internatos no Brasil. São Paulo: Salesianas, 2000.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife, SOS corpo, 1990.
- SERGIPE. Relatório do Presidente da Província Anselmo Francisco Peretti, 1843.
- SERGIPE. Relatório do Presidente da Província de Sergipe Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos, 1849.
- SERGIPE. Relatório do Inspetor Geral das Aulas Dr. José João de Araújo Lima, 1868.
- SERGIPE. Relatório da Instrução Pública. Diretoria Geral da Instrução Pública da Província de Sergipe. 31 de dezembro de 1871, Manuel Luiz Azevedo D'Araujo, 1972.
- SERGIPE. Relatório do Inspetor Geral das Aulas Dr. Tomás Diogo Leopoldo, 1876.
- SILVA, Antenor de Andrade. Os Salesianos e a educação na Bahia e em Sergipe – Brasil 1897 - 1970. Roma: LAS – Libreria Ateneo Salesiano, 2000.
- SNYDERS, Georges. A pedagogia em França nos séculos XVII e XVIII.

In: DEBESSE, M., MIALARET, G. (org.) Tratado das ciências pedagógicas. São Paulo: Editora Nacional/EDUSP, 1977, v. II.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. A formação da classe operária na Inglaterra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Introdução: costume e cultura. In: Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TOBIAS, José Antonio. História da educação brasileira. São Paulo: Juriscredi, 1972.

Artigo recebido em junho de 2010. Aprovado em julho de 2010.

EM BUSCA DE FRÄULEIN:
estudos sobre preceptoras
alemãs em Sergipe (2003-2010)

LOOKING FOR FRÄULEIN:
studies on german preceptresses in
Sergipe (2003-2010)

Samuel Barros de Medeiros Albuquerque*

RESUMO

Este trabalho consiste na divulgação da pesquisa Preceptoras alemãs em Sergipe (1860-1920), que está sendo desenvolvida no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Lina Maria Brandão de Áras. Inspirado em procedimentos teórico-metodológicos da Nova História Cultural e explorando uma abundante e variada documentação dispersa em acervos públicos e privados, o referido estudo analisa as representações e práticas de preceptoras alemãs que atuaram em Sergipe, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Dessa forma, além da compreensão de uma prática educativa que marcou a formação das elites brasileiras, esta pesquisa tem o objetivo de ampliar o debate acerca da história da docência, lançando luzes sobre períodos e objetos pouco focalizados pelos holofotes da historiografia educacional.

Palavras-chave: preceptoria; educação doméstica; historiografia educacional.

ABSTRACT

This work consists on publicizing the research German preceptresses in Sergipe (1860-1920), which is being developed during the doctoral program of History at UFBA, advised by Professor Doctor Lina Maria Brandão de Áras. Inspired on theoretical-methodological procedures on New Cultural History and exploiting a wide documentation scattered in public and private collections, this study analyzes practices and representations of German preceptresses who worked in Sergipe, between the second half of the 19th Century and the first decades of the 20th century. This way, besides understanding practices which sealed Brazilian elite's education, this research tends to extend the debate on the history of teaching, clarifying the period and objects not really focused on education historiography.

Keywords: preceptresses; domestic education; educational historiography.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia - PPGH/UFBA, professor da Universidade Federal de Sergipe - UFS, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Mulheres - GEPHM [CNPq/UFS]. E-mail: samuelalbuquerque@ufs.br

Num passado não muito distante, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, educadoras estrangeiras estiveram a cultivar a fina-flor da juventude brasileira. Eram preceptoras alemãs, inglesas, francesas e suíças que cruzavam o Atlântico, seduzidas por boas propostas de emprego.

O ofício de preceptora começou a ser delineado na segunda metade do século XVIII, consolidando-se em princípios do século seguinte¹. Representando um ramo específico da docência, dedicado à educação no âmbito doméstico, a preceptoria era a forma mais individualizada de instrução. Distantes dos modelos tradicionais de escola, muitos jovens eram instruídos em seus próprios lares, onde passavam a conviver com as preceptoras. No Brasil, essa prática tornou-se comum entre as famílias abastadas do século XIX, persistindo durante as primeiras décadas do século XX².

Entretanto, o que podemos observar é que a historiografia educacional brasileira privilegiou o estudo das instituições formais de educação. A raridade de estudos sobre a preceptoria, contudo, pode remeter a uma questão importante: apesar da constatação e reconhecimento enquanto prática instituída, a educação realizada na esfera privada, foi alijada dos registros oficiais, deixando poucos vestígios em arquivos públicos. Assim, estudar a preceptoria é se debruçar sobre uma prática educativa parcamente estudada³, con-

¹ A difusão da preceptoria, dentro e fora da Europa, foi atestada pela proliferação de escolas dedicadas à formação de preceptoras. Segundo Ritzkat, mesmo antes da unificação alemã, o Reino da Prússia já tinha escolas preparatórias que recebiam as moças que, posteriormente, seguiriam em jornada pedagógica pelo mundo. Cf.: RITZKAT, Marly B. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, Eliana Marta T.; FARIAS FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. (Orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 269-290 (Coleção Historial, 6).

² No Brasil, as preceptoras começam a perder terreno em meados do século XX, quando se proliferaram os colégios fundados por congregações religiosas, nos quais o público alvo era, sobretudo, as jovens da elite. Além disso, no século XX o mercado europeu ampliou as possibilidades de trabalho para mulheres, apresentando alternativas além do magistério.

³ Na historiografia educacional brasileira, as contribuições mais significativas são: RITZKAT, Marly G B. *A vida privada no Segundo Império: pelas cartas de Ina von Binzer (1881-1883)*. São Paulo: Atual, 1999 (Coleção O olhar estrangeiro); RITZKAT, Marly G. B. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES Eliana Marta T.; FARIAS FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. (Orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 269-290 (Coleção Historial, 6); CANEN, Ana; XAVIER, Libânia Nacif. Multiculturalismo, memória e história: reflexões a partir do olhar de uma educadora alemã no Brasil. In: MIGNOT, Ana Chrystina V.; BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Tereza S. (Orgs). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. pp. 63-79; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

tribuindo para os debates acerca da história da docência no Brasil⁴.

A trilha que percorri até chegar ao universo das preceptoras foi, apesar de alguns percalços, excitante. Corria o ano de 2003 e eu, ainda aluno de graduação, estudava um manuscrito revelador da condição feminina no século XIX: as memórias de Aurélia Dias Rollemberg (Dona Sinhá), mulher da elite sergipana que viveu entre 1863 e 1952⁵. Aquela narrativa autobiográfica conduzia-me à antiga província de Sergipe, desvendando aspectos da vida privada da aristocracia brasileira⁶.

Entre as personagens que povoam as reminiscências de Aurélia Rollemberg, uma especialmente chamou minha atenção: Marie Lassius, preceptora alemã que atuou em Sergipe durante quase duas décadas (1861-1879), educando crianças e jovens de duas das principais famílias da açucarocracia local — os Dias Coelho e Mello, do Engenho Escurial (São Cristóvão), e os Faro Rollemberg, do Engenho Topo (Japarutaba). A jovem Aurélia, filha de Antônio Dias Coelho e Mello (Barão da Estância) e Lourença de Almeida Dias, foi uma das pupilas de Fräulein Lassius que, conferindo ao universo educacional *status* privilegiado em sua narrativa autobiográfica, notabilizou-se ao conceder fragmentos da trajetória da mestra.

⁴ A esse respeito é de fundamental importância os contínuos estudos realizados pelo GEDOMGE (Grupo de Estudos Docência, Memória e Gênero), que, sob a coordenação de professores da Faculdade de Educação de São Paulo (FEUSP) — Denice Barbara Catani, Belmira Oliveira Bueno, Cynthia Pereira de Sousa e Maria Cecília Cortez C. de Souza — reúne professores da rede pública do Estado de São Paulo e alunos da FEUSP. Esse grupo, desde o início da década de 1990, tem se dedicado a discutir e propor modos de análise e intervenção no domínio da produção em História da Educação brasileira e da pesquisa acerca da formação de professores. Temas relacionados à memória e à história da profissão docente vêm sendo constantemente explorados em seminários e publicações patrocinados pelo GEDOMGE, do ponto de vista de suas considerações individuais e coletivas, que se constituem em pontos de referência para os estudos da área. Sobre a contribuição do grupo, consultar: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara; BUENO, Belmira Oliveira; CHAMLIAN, Helena Coharik. A atuação do grupo de estudos docência, memória e gênero GEDOMGE – FEUSP (1994-2006). In: SOUZÁ, Elizeu Clementino de (Org.). *Autobiografia, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino*. Porto Alegre: EDIPURS, 2006. pp. 21-30.

⁵ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. *Manuscrito*. Aracaju, [19—]. Acervo da família Fonseca Porto. Aracaju-SE.

⁶ Entre março de 2003 e junho de 2004, produzi a monografia *As memórias de Dona Sinhá*, orientada pela Prof^a Dr^a Terezinha Alves de Oliva. Cf.: ALBUQUERQUE, Samuel B. de Medeiros. *As Memórias de Dona Sinhá*. São Cristóvão: 2004. 135 p. TCC (Licenciatura em História) – DHI/UFS. O estudo consistiu na análise e na edição paleográfica da autobiografia de Aurélia Dias Rollemberg (1863-1952). Para tanto, revisei uma interessante bibliografia sobre narrativas autobiográficas e edição de documentos manuscritos.

Seguindo os rastros dessa preceptora alemã, iniciei na historiografia sergipana os estudos sobre a preceptoria, fenômeno que passou despercebido pelos historiadores que estudaram as práticas educativas desenvolvidas na Província/Estado de Sergipe até as primeiras décadas do século XX⁷. Nesse sentido, no primeiro número do *Cadernos UFS – História da Educação*, publiquei o artigo *Marie Lassius, uma preceptora alemã em Sergipe (1861-1879)*⁸. Em julho de 2003, circulou no jornal *Cinform* o artigo *A missão de uma educadora alemã em Sergipe (1861-1879)*⁹, uma versão sintética do texto anterior, adaptada ao grande público.

Nesse percurso, menciono também o lançamento do livro *Memórias de Dona Sinhá*¹⁰, em janeiro de 2005, durante o XI Encontro Sergipano de História¹¹. Ao incorporar a história de Fräulein Lassius, no capítulo intitulado *Educando as filhas do Barão*¹², o livro passou a representar um importante veículo de preservação e divulgação do mencionado estudo sobre a preceptoria¹³.

Meu ingresso no Mestrado em Educação da UFS, em março de 2005, foi o início de uma nova e frutífera etapa desta pesquisa. Ao final do curso

⁷ Sobre os estudos de História da educação em Sergipe ler: NASCIMENTO, Jorge C. do. *Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação*. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003 (Coleção Educação é História, 1).

⁸ ALBUQUERQUE, Samuel B. de Medeiros. *Marie Lassius, uma preceptora alemã em Sergipe (1861-1879)*. *Cadernos UFS: História da Educação*. São Cristóvão, v. 5, n. 1, pp. 67-78, 2003.

⁹ ALBUQUERQUE, Samuel B. de M. *A missão de uma educadora alemã em Sergipe (1861-1879)*. *Jornal Cinform*, Aracaju, 14 a 21 jul. 2003. Caderno de Cultura & Variedades (Pensamento Acadêmico), p. 4.

¹⁰ ALBUQUERQUE, Samuel. *Memórias de Dona Sinhá*. Aracaju: Typografia, 2005.

¹¹ Desdobramento do meu trabalho de conclusão de curso, a publicação foi patrocinada pelos descendentes da memorialista que, sensibilizadas com a pesquisa desenvolvida na universidade acerca da matriarca do clã, decidiram unir esforços e viabilizar sua publicação. Também tive o apoio da UFS, responsável pela editoração eletrônica do trabalho, e do Departamento de História (DHI/UFS), na divulgação e festa de lançamento.

¹² ALBUQUERQUE, Samuel. *Educando as filhas do Barão*. In: _____. *Memórias de Dona Sinhá*. Aracaju: Typografia, 2005. pp. 147-159.

¹³ Nesse sentido, a obra foi relançada na Universidade de São Paulo, durante o “*Autobiografia 2005*”, simpósio internacional sobre questões relacionadas aos discursos autobiográficos, realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, entre 20 e 22 de setembro de 2005. Além disso, muitas têm sido as apropriações do texto, transitando desde trabalhos de conclusão de curso até obras de autores como Mary Del Priore, que, na obra *História do Amor no Brasil*, utiliza-se do *Memórias de Dona Sinhá* ao tratar das práticas amorosas no oitocentos brasileiro. Cf.: DEL PRIORE, Mary. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

de mestrado, defendi a dissertação *A preceptora: representações em Amar*, verbo intransitivo de Mário de Andrade, onde estudei as representações da figura histórico-literária da preceptora no romance modernista *Amar, verbo intransitivo* (1927). Inicialmente, busquei reconstituir aspectos ligados à produção e circulação da referida obra, bem como peculiaridades da edição sobre a qual me debrucei. Em seguida, enveredei pelas representações construídas por Mário de Andrade acerca da preceptora européia, materializada na figura literária de Fräulein Elza. Finalmente, voltei-me para um dos aspectos que mais singulariza a preceptora de *Amar, verbo intransitivo*, a fusão entre os papéis de educadora e prostituta (“professora de amor”). Ao longo do trabalho, promovo o cotejo entre as representações literárias e historiográficas acerca da preceptora alemã e da prática da preceptoría, observando os pontos de encontro e distanciamento¹⁴.

Muito recentemente, em dezembro de 2007, tive o projeto de pesquisa *Preceptoras alemãs em Sergipe (1860-1920)* aprovado na seleção para o ingresso no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA¹⁵. Nesta nova etapa, além da prática educativa, tenciono investigar as práticas e representações de preceptoras alemãs que atuaram em Sergipe, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Para realização da pesquisa, estou tomando como norte os procedimentos teórico-metodológicos da Nova História Cultural¹⁶. O principal conceito empregado tem sido o de *representação*, partindo das leituras

¹⁴ ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. *A preceptora: representações em Amar*, verbo intransitivo de Mário de Andrade. São Cristóvão/SE, 2007, 94 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe.

¹⁵ ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. *Preceptoras alemãs em Sergipe*. Salvador, 2007, 20 p. Projeto de Pesquisa (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História / Universidade Federal da Bahia.

¹⁶ Corrente historiográfica que, a partir da década de 1970, fez com que os historiadores deslocassem seus olhares para as práticas culturais. Foi, sobretudo, a partir da década de 1990 que, guiados pela Nova História Cultural, os estudos de História da Educação no Brasil ampliaram seu conceito de fonte, os objetos focalizados, e os períodos recortados. A influência da Nova História Cultural sobre os historiadores da educação fez com que o interesse se deslocasse da investigação das normas para o estudo das práticas escolares. Sobre estas questões, consultar: LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001; e VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 37-70, 2003.

e interpretações que fiz de escritos do historiador francês Roger Chartier¹⁷. Para ele, ao criarem *representações* seus artífices descrevem a realidade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fosse, deixando entrever interesses pessoais e de grupo. A análise das fontes tomará esse conceito como lente, percebendo ser fundamental no ofício do historiador a identificação do “modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”¹⁸.

Muitos são os nomes da Sociologia que podem contribuir para minha pesquisa. Contudo, considerando o risco de incompatibilidade teórica, optarei pela utilização de conceitos apanhados na obra do alemão Norbert Elias. Para compreender o modelo de civilização no qual as elites brasileiras que aderiam à prática da *preceptoría* se espelhavam farei uso de um conceito clássico de Elias, o de *civilização*. Segundo o sociólogo, a civilização é um processo que teve início no Ocidente do século XII, caracterizando-se pelo refinamento dos costumes. Essa modificação dos padrões de sensibilidade e comportamento é atribuída à monopolização da violência pelo Estado e à extensão das redes de interdependência social. O modelo civilizacional dos europeus é aspirado pelos demais países do Ocidente¹⁹. Dessa forma, a contratação de *preceptoras* pode ser interpretada como um dos instrumentos legitimadores do processo de expansão da Europa para além de seus limites físicos.

Na historiografia educacional luso-brasileira, sobretudo dos estudos desenvolvidos por Rogério Fernandes, apanharei alguns conceitos que serão amplamente empregados neste estudo, como *educação doméstica*, *preceptoría* e *preceptoras*²⁰. A *educação doméstica* constitui-se no con-

¹⁷ Esse conceito foi (re)elaborado em diversas obras do historiador Roger Chartier, entre as quais: CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: Difel, 1990; CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1998; CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2 ed. Brasília: Editora da UNB, 1998; CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

¹⁸ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: Difel, 1990, p. 16.

¹⁹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

²⁰ FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*. Sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras. Porto: Porto Editora, p. 126.

junto das práticas educativas realizadas no âmbito do espaço privado ou da “Casa”²¹, que antecede e se desenvolve paralelamente à construção, aceitação e afirmação da escola formal. Tais práticas ocorriam na casa dos aprendizes sob a responsabilidade de seus pais que se encarregavam eles mesmos de exercê-las ou contratavam, para esse fim, mestres, professores particulares ou preceptores. Esse conceito irá figurar no quadro das modalidades de educação que eram aceitas e reconhecidas como diferentes maneiras de educar crianças e jovens no Brasil de antanho: o *ensino público*, aquele oferecido nas escolas mantidas pelo Estado ou por “associações subordinadas a este”; o *ensino particular*, aquele oferecido em colégios particulares ou nas casas dos mestres²²; além da *educação doméstica*.

Nos últimos anos, surgiram no Brasil algumas contribuições que ampliaram o conhecimento acerca da educação doméstica. Em 1999, a professora Marly Bicalho Ritzkat, tendo como base documental as cartas de Ina von Binzer, publicou o estudo intitulado *A vida privada no Segundo Império*²³. No ano seguinte, a mesma autora publicou o texto que, efetivamente, inaugurou o tema no âmbito acadêmico. A grande vitrine para o artigo *Preceptoras alemã no Brasil* foi à obra *500 anos de educação Brasil*, que reúne textos de destacados pesquisadores da nossa

²¹ MATTOS, Ilmar. *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999, p. 27-28.

²² Nessa modalidade, destacam-se: 1- Colégios particulares: constituíam-se, em sua maioria, em “escolas domésticas”, ou seja, escolas localizadas em espaços adaptados, onde por vezes, residiam seus diretores e mestres (casas, seminários ou conventos, quando os mestres costumavam ser os próprios eclesiásticos), cujo modelo é o que mais se aproxima da escola estatal. Os mestres eram contratados pelos diretores dos estabelecimentos, denominados como professores e ministravam aulas a crianças e jovens de idades e famílias diferentes, em horários que poderiam ser parciais ou integrais. As famílias atendidas pagavam pela educação recebida. Apesar de atender às crianças e jovens coletivamente, o método utilizado até as últimas décadas do Oitocentos aproximava-se do método individual característico das outras formas de educação doméstica, com alunos sendo atendidos e avaliados detalhadamente, de maneira individual, pelo professor [O título colégio se aplica indistintamente, no Brasil, a toda espécie de escola, mesmo as mais elementares. Cf. ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889)*. História e legislação. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2000, p. 95]; 2- Mestre-escola: enquanto educadores atuavam em sua própria casa, atendendo crianças e jovens de diversas famílias e, na maioria das vezes, de faixas etárias diferentes. Eram ensinados diversos conhecimentos e habilidades como primeiras letras, português, latim, inglês, francês, gramática portuguesa, latina, inglesa e francesa, caligrafia, música, canto, entre outras. Podiam ser contratadas apenas as aulas que interessassem aos alunos. O pagamento do mestre-escola era feito pelos pais de cada criança atendida.

²³ RITZKAT, Marly G B. *A vida privada no Segundo Império: pelas cartas de Ina von Binzer (1881-1883)*. São Paulo: Atual, 1999 (Coleção O olhar estrangeiro).

historiografia educacional²⁴. Também em 2000, apareceu a obra *Refúgios do eu*, reunindo textos de importantes estudiosos sobre escritos autobiográficos femininos, entre eles figura o artigo de Ana Canen e Libânia Nacif Xavier no qual empreendem uma substancial análise das cartas Ina von Binzer²⁵. Em 2004, veio a público a obra da professora Maria Celi Chaves Vasconcelos, tese desenvolvida na Faculdade de Educação da PUC-Rio²⁶ e publicada pela editora Gryphus²⁷. Também em 2004, um TCC foi desenvolvido no curso de graduação em pedagogia, da Faculdade de Educação da UERJ. Roberta Dias dos Santos buscou o elo entre as preceptoras do Brasil oitocentista e as atuais professoras “explicadoras” (professoras de aulas de reforço escolar)²⁸.

No que concerne às fontes históricas da pesquisa, além do já mencionado texto de memórias de Aurélia Rollemberg e do romance *Amar, verbo intransitivo* de Mário de Andrade²⁹, uma variada documentação coligida em acervos públicos e, sobretudo, privados da Bahia e de Sergipe será utilizada.

Um documento inusitado colocou-me na trilha de uma das primeiras preceptoras que atuaram na Província de Sergipe: o encarte de um CD que resgata as peças mais representativas do repertório de Silvio Deolindo Fróes (1864-1948), importante músico brasileiro da primeira metade do século XX³⁰. Esse documento reúne textos de Oscar Dourado e Cândida Fróes Nunes, baseados numa vultosa documentação preservada no acervo da família Fróes Nunes.

O que há de tão interessante no referido documento? Nele en-

²⁴ RITZKAT, Marly G. B. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES Eliana Marta T.; FARIAS FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. (Orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 269-290 (Coleção Historial, 6).

²⁵ CANEN, Ana; XAVIER, Libânia Nacif. Multiculturalismo, memória e história: reflexões a partir do olhar de uma educadora alemã no Brasil. In: MIGNOT, Ana Chrystina V.; BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Tereza S. (orgs). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. pp. 63-79.

²⁶ VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e seus mestres: a educação doméstica como uma prática das elites no Brasil de oitocentos*. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Educação) – PUC-Rio.

²⁷ VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005, 247 p.

²⁸ SANTOS, Roberta Dias dos. *Professora ensina em casa: das preceptoras às explicadoras*. 2004. 50 p. TCC (Graduação em Pedagogia) – UERJ.

²⁹ ANDRADE, Mário. *Amar, verbo intransitivo*. Idílio. São Paulo: Antonio Tisi, 1927.

³⁰ *Silvio Deolindo Fróes* por Fernando Lopes, Graça Reis e Paulo Gondim. Sons da Bahia. s/d.

contramos preciosas informações sobre a preceptora alemã Adelaide Emília von Enghenshwartz, filha do Barão von Enghenshwartz, um legítimo representante da decadente aristocracia germânica e mãe do músico. Em princípios da década de 1860, antes de transferir-se para Salvador, onde casou e constituiu família, Fräulein Enghenshwartz foi contratada para educar duas jovens sinhás de uma aquinhoada família da Província de Sergipe, os Menezes da cidade de São Cristóvão. Partindo das pistas contidas no referido documento, cheguei, em meados de 2008, ao acervo particular de Renato Fróes, neto de Fräulein Enghenshwartz e herdeiro de dezenas de documentos tratando da história de sua família³¹.

A farta documentação referente à família Hagenbeck³² terá relevo nesse trabalho, posto que esse clã teuto-sergipano descende de Fräulein Roddewig, preceptora que chegou à cidade de Laranjeiras em meados da década de 1910. Antes do consórcio com Paul Hagenbeck, engenheiro agrônomo e sócio da usina Varzinhas, a preceptora Juliane Elizabeth Roddewig cuidou da educação das duas filhas do industrial Alberto Munck, proprietário de uma grande oficina que prestava serviços às usinas de açúcar da região.

Poucas preceptoras deixaram registros pessoais de sua passagem

³¹ Notas biobibliográficas, necrológios, inventários e testamentos, dentre outros documentos que estou selecionando e analisando neste momento da pesquisa.

³² Fruto de pesquisas que realizei entre outubro e novembro de 2004. No AGJ (Arquivo Geral do Judiciário) levantei os inventários da família, documentos provenientes do Cartório de Laranjeiras [INVENTÁRIO *post-mortem* de Paul Hagenbeck. Laranjeiras, 1948. AGJ, Cartório de Laranjeiras, Inventários, cx. 10, n. geral 2774, doc. 06; INVENTÁRIO *post-mortem* de Juliane Elizabeth Hagenbeck. Laranjeiras, 1965. AGJ, Cartório de Laranjeiras, Inventário, cx. 14, n. geral 2778, doc. 13]. As entrevistas realizadas com membros do clã preencheram as lacunas deixadas pela documentação arquivística. O Sr. Helmut Hagenbeck, filho do casal alemão que deu origem à família em Sergipe, recebeu-me no escritório das suas empresas, na tarde do dia 19 de outubro de 2004 [HAGENBECK, Helmut. Entrevista concedida ao autor. Aracaju, 19 out. 2004]. As senhoras Célia Hagenbeck Andrade e Suely Hagenbeck Sobral de Menezes, netas de Paul e Juliane Hagenbeck, receberam-me na tarde do dia 09 de novembro de 2004, da matriz da Casa Alemã, rede de restaurantes pertencente à família [ANDRADE, Célia H.; MENEZES, Suely H. S. de. Entrevista concedida ao autor. Aracaju, 09 nov. 2004]. Na noite de 19 de dezembro de 2005 fui recebido pela senhora Jacy Meneses Hagenbeck, viúva de Hans Otto, um dos filhos de Paul e Juliane [HAGENBECK, Jacy Meneses. Entrevista concedida ao autor. Aracaju, 19 dez. 2005]. Amair Hagenbeck Melo, neta do casal alemão, recebeu-me na Secretaria de Saúde de Laranjeiras, na manhã de 22 de dezembro de 2005 [MELO, Amair Hagenbeck. Entrevista concedida ao autor. Laranjeiras/SE, 22 dez. 2005]. O rico acervo fotográfico de Célia Hagenbeck, que explorei em várias visitas ocorridas em novembro de 2005, comporá também meu quadro de fontes [Acervo fotográfico de Célia Hagenbeck – Aracaju-SE].

por terras brasileiras. Daí a importância das cartas de Ina von Binzer³³, a mais célebre preceptora alemã no Brasil. A partir de suas correspondências, buscarei vislumbrar a auto-representação da mestra, relacionando-a com as representações observadas em outras fontes, bem como os elementos que caracterizam a prática da preceptoria³⁴.

Acerca do plano de redação que estruturará a tese, tenciono produzir três ou quatro capítulos. O primeiro capítulo analisará as representações construídas e difundidas pela historiografia educacional brasileira acerca das preceptoras alemãs. O segundo capítulo apresentará narrativas com perfis biográficos de preceptoras que atuaram em Sergipe, dando novos contornos aos discursos da historiografia brasileira acerca das preceptoras alemãs. Finalmente, no terceiro e quarto capítulos analisarei as características mais significativas da prática da preceptoria ao longo do período estudado, partindo do diálogo entre fontes e bibliografia.

Dessa forma, lançar um olhar retrospectivo sobre a prática da preceptoria, como tem feito, ainda que timidamente, a historiografia educacional brasileira, ou, ainda, perceber como as representações acerca dos seus agentes (as preceptoras) vêm sendo (re)construídas não é uma empresa movida exclusivamente pela curiosidade, desprovida de vínculos com as práticas educativas do presente. Nesse sentido, o professor Rogério Fernandes considerou significativo o caso dos Estados Unidos, onde os problemas das políticas públicas de educação parecem conduzir à revalorização de modalidades de ensino que tinham perdido a sua vigência histórica. A demanda de muitas famílias norte-americanas por modelos dotados de eficiência pedagógica, manutenção de valores e segurança física, tem reavivado a instrução no âmbito doméstico, o que é reforçado pela disposição atual das novas tecnologias educacionais. Dessa forma, percebemos como a pertinência desse tema não pode ser

³³ Ina von Binzer veio para o Brasil em 1881, contratada para educar os filhos de uma rica família do interior do Rio de Janeiro. Sua aventura educacional durou até 1883, após passar por um colégio de moças, por uma tradicional família paulistana e, finalmente, por uma fazenda do interior de São Paulo. Dessa jornada, Ina, usando o pseudônimo de Ulla von Eck, legou-nos 40 cartas, onde narra com minúcia as alegrias e tristezas de sua missão pedagógica.

³⁴ BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

mensurada, exclusivamente, por seu caráter de reconstituição de uma prática educativa perdida num passado distante.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Mário. *Amar, verbo intransitivo*. Idílio. São Paulo: Antonio Tisi, 1927.

BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ROLLEMBERG, Aurélia Dias. *Manuscrito*. Aracaju, [19—]. Acervo da família Fonseca Porto. Aracaju-SE.

Silvio Deolindo Fróes por Fernando Lopes, Graça Reis e Paulo Gondim. Sons da Bahia. s/d.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Paul Hagenbeck. Laranjeiras, 1948. AGJ, Cartório de Laranjeiras, Inventários, cx. 10, n. geral 2774, doc. 06.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Juliane Elizabeth Hagenbeck. Laranjeiras, 1965. AGJ, Cartório de Laranjeiras, Inventário, cx. 14, n. geral 2778, doc. 13.

Acervo particular da família Hagenbeck – Laranjeiras e Aracaju-SE.

Acervo particular da família Fróes – Salvador-BA.

ALBUQUERQUE, Samuel B. de Medeiros. Marie Lassius, uma preceptora alemã em Sergipe (1861-1879). *Cadernos UFS: História da Educação*. São Cristóvão, v. 5, n. 1, pp. 67-78, 2003.

_____. A missão de uma educadora alemã em Sergipe (1861-1879). *Jornal Cinform*, Aracaju, 14 a 21 jul. 2003. Caderno de Cultura & Variedades (Pensamento Acadêmico), p. 4.

_____. *As Memórias de Dona Sinhá*. São Cristóvão: 2004. 135 p. TCC (Licenciatura em História) – DHI/UFS.

_____. *Memórias de Dona Sinhá*. Aracaju: Typografia, 2005.

_____. *A preceptora: representações em Amar, verbo intransitivo de Mário de Andrade*. São Cristóvão/SE, 2007, 94 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe.

_____. *Preceptoras alemãs na Bahia e em Sergipe*. Salvador, 2007, 20 p. Projeto de Pesquisa (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História /Universidade Federal da Bahia.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889)*. História e legislação. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2000.

CANEN, Ana; XAVIER, Libânia Nacif. Multiculturalismo, memória e história: reflexões a partir do olhar de uma educadora alemã no Brasil. In: MIGNOT, Ana Chrystina V.; BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Tereza S. (orgs). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. pp. 63-79.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: Difel, 1990.

_____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2 ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

_____. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DEL PRIORE, Mary. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*. Sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras. Porto: Porto Editora.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MATTOS, Ilmar. *O tempo Squarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.

NASCIMENTO, Jorge C. do. *Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação*. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003 (Coleção Educação é História, 1).

RITZKAT, Marly G B. *A vida privada no Segundo Império: pelas cartas de Ina von Binzer (1881-1883)*. São Paulo: Atual, 1999 (Coleção O olhar estrangeiro).

_____. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES Eliana Marta T.; FARIAS FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. (Orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 269-290 (Coleção Historial, 6).

SANTOS, Roberta Dias dos. *Professora ensina em casa: das preceptoras às explicadoras*. 2004. 50 p. TCC (Graduação em Pedagogia) – UERJ.

SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara; BUENO, Belmira Oliveira; CHAMLIAN, Helena Coharik. A atuação do grupo de estudos docência, memória e gênero GEDOMGE – FEUSP (1994-2006). In: SOUZA, Elizeu Clementino de (Org.). *Autobiografia, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino*. Porto Alegre: EDIPURS, 2006. pp. 21-30.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e seus mestres: a educação doméstica como uma prática das elites no Brasil de oitocentos*. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Educação) – PUC-Rio.

_____. *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 37-70, 2003.

Artigo recebido em junho de 2010. Aprovado em julho de 2010.

Revista do IHGSE, n. 40, 2010

Artigos

À MESA COM
ADOLPHINE:
alimentação de uma família
em Sergipe no século XIX

ON THE TABLE WITH
ADOLPHINE:
eating habits of a family in Sergipe
19th century

Amâncio Cardoso dos Santos Neto*

RESUMO

Este artigo examina hábitos alimentares de uma família e seus escravos em Maruim-SE no século XIX. As fontes utilizadas foram as cartas da alemã Adolphine Schramm (1826-1863), que viveu naquela cidade entre 1858 e 1863, cujas 32 missivas manuscritas foram vertidas para o português, impressas e publicadas em 1991 pela Universidade Federal de Sergipe, numa edição bilíngüe, com título de *Cartas de Maruim*. Elas apresentam, entre outras coisas, diversas impressões sobre aspectos da cultura sergipana, mais precisamente maruimense, donde destacamos o cotidiano alimentar da imigrante, de sua família e de seus escravos.

Palavras-chave: História Social e Cultural; hábitos alimentares; Sergipe, séc. XIX.

ABSTRACT

This article examines the eating habits of a family and its slaves in Maruim, Sergipe, during the 19th century. The sources used were Adolphine Schramm (1826-1863) printed and published letters, a german who lived in that city across Cotinguiba Valley, between 1858 and 1863, and whose manuscripts were translated to portuguese and published by Universidade Federal de Sergipe in 1991, in a bilingual edition, under the title *Letters from Maruim*. It is a thirty-two letters series. They present, among other things, several views on aspects of Sergipe culture, more precisely the culture from Maruim, where the immigrant, his family and slaves daily eating must be emphasized.

Keywords: Social and Cultural History; eating habits; Sergipe 19th century.

* Professor do Instituto Federal de Sergipe e sócio do IHGSE. E-mail: acneto@infonet.com.br

Para as Ciências Humanas, os estudos sobre as culturas alimentares são importantes na medida em que tais objetos compõem rituais, forjam identidades, mantêm relações sociais e movem economias. Conclui-se que as histórias sociais e culturais da alimentação se enquadram tanto no campo dos estudos antropológicos, ligados aos sistemas simbólicos de representações religiosas, lingüísticas, científicas e morais; quanto ao campo da cultural material que envolve utensílios, mobílias culinárias, edificações, tecnologias e sistemas de produção. Dessa maneira, as pesquisas relativas aos hábitos alimentares podem abordar as coletividades de forma pluridimensional; ou seja, os aspectos materiais e imateriais de diferentes grupos e classes sociais¹.

Nessa área, um clássico nacional é a História da Alimentação no Brasil, de Câmara Cascudo.² Em Sergipe, essa temática quase ficou restrita a pequenos estudos³. Dois trabalhos se destacam, porém, por serem de maior fôlego. São eles: “A cultura da mandioca”, de Núbia Marques; e “Sergipe à Mesa”, de Joelma Silva. Este último documenta uma certa “culinária sergipana”⁴.

Enveredando por esta seara, a da história social e cultural da alimentação, examinaremos hábitos alimentares de uma família e seus escravos em Sergipe na segunda metade do século XIX. Tomaremos como fontes as cartas da alemã Adolphine Schramm (1826-1863). Seus manuscritos foram vertidos para o português e publicados em 1991 pela Universidade Federal de Sergipe, numa edição bilíngüe, com título de Cartas de Maruim. Trata-se de uma série de trinta e duas cartas a uma amiga, à mãe, à irmã e à cunhada, escritas entre 1858 e 1863.

As missivas apresentam, entre outras coisas, impressões sobre as-

¹ BUCAILLE, Richard; PEZEZ, Jean-Marie. Cultura Material. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989. p. 11-47.

² CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968. 2v.

³ ALVES, Francisco José. Origem de uma tradição secular: comer caranguejos. *Informe UFS*, São Cristóvão, n. 238, p. 8, 21 de setembro de 1999; Idem. “Macasado”, um item da culinária sergipense. *Sergipe Mais*, Aracaju, n. 60, p. 36, julho de 2004.

⁴ MARQUES, Núbia. A cultura da mandioca. In: *O luso, o lúdico e o perene*. Rio de Janeiro: Imago, 1999. p. 93-115; SILVA, Joelma Santos. *Sergipe à mesa: um documentário da culinária sergipana*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2003. (monografia de graduação em História).

pectos da cultura sergipana, mais precisamente maruinense, descritas por uma estrangeira⁵. As cartas de Adolphine são documentos preciosos para o estudo da História Social e Cultural de Sergipe no século XIX. Nelas, a alemã faz observações e apreciações sobre costumes; fauna e flora; formas de trabalho e de produção; presença de imigrantes europeus, meio ambiente físico e doméstico; o cotidiano, enfim, de Maruim da segunda metade oitocentista.



Figura 1: Adolphine Schramm em bico de pena, autoria de Percy Ernst Schramm, seu neto. Do livro: "Neum Generatione, 1648-1948. Göttinge: Ruprecht, 1964. p.204. Apud: CRUZ E SILVA, Maria Lúcia Marques. Inventário de Maruim. Aracaju: SEC, 1994. p. 261.

⁵ SCHRAMM, Adolphine. *Cartas de Maruim*. Aracaju: UFS/NUCA, 1991. 39 p.

Nascida em Hamburgo numa família de comerciantes, Adolphine casou com Ernst Schramm, sócio do irmão Adolph na empresa mercantil A. Schramm & Co. estabelecida em Maruim, Salvador, Recife e Hamburgo. Os irmãos Schramm, Ernst e Adolph, emigraram para o Brasil em 1812, estabelecendo-se no comércio de exportação de açúcar, produto mais importante da região do vale do Cotinguiba naquele século, onde se localizava a pequena cidade de Maruim, às margens do rio Ganhamoroba, afluente do rio Sergipe. Nesse período, o porto maruinense movimentava o comércio da região, através de seus trapiches. Maruim era então importante empório da zona açucareira do Cotinguiba. Dentre estes trapiches, destacava-se o da firma Schramm & Co.

Anos depois, um dos irmãos, Adolph, retorna à Hamburgo, para representar os negócios na Alemanha; enquanto Ernst assume a direção da empresa em Maruim⁶.

Ernst Schramm era o mais novo de cinco filhos de Johann Gottfried Schramm. Ele nasceu em Göteborg, para onde seus pais se mudaram, fugindo de Napoleão. Em 1812, acompanhou seu irmão, Adolph, a Pernambuco e se tornaram sócios em 1831.

Logo depois, em 1839, eles fundaram em Maruim a Schramm & Co, também conhecida como “Sociedade Hamburguesa”. Esta foi a principal casa exportadora de açúcar da província de Sergipe durante o século XIX. Tal empresa, posteriormente denominada Schramm Stade & Co. foi também, durante algum tempo, a principal casa exportadora de açúcar na Bahia⁷.

Ernst permaneceu no Brasil durante cerca de trinta anos. No entanto, ele pretendia casar-se com uma alemã e partiu por três vezes, com este intuito, para sua terra natal. Somente na última viagem, já com 46 anos, encontrara uma noiva, Adolphine Junquel, protestante, descendente de uma família de comerciantes há muito estabelecida em Hamburgo. Ela se dispôs a acompanhar o marido nos trópicos. Assim,

⁶ Advertimos que a “Alemanha” só se unifica como Estado-nação na década de 1870. Porém, não nos remetemos aos reinos aos quais pertenciam as personagens aqui citadas, usando genericamente a denominação “Alemanha” e/ou “germânico”.

⁷ SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. *História econômica de Sergipe (1850-1930)*. São Cristóvão: UFS, 1987. p. 23 e *passim*.

Adolphine trocou a fria, burguesa e protestante Hamburgo pela tropical, escravocrata e católica Maruim.

Em 30 de setembro de 1858, sucederam-se os festejos das bodas e o casal viajou por Paris e Londres, onde permaneceu algum tempo para fazer compras. As migrações de germânicos pelo mundo se tornaram comuns a partir de 1820. Dessa maneira, em dezembro de 1858, o casal desembarcou na Bahia. Desde então, Adolphine inicia seus escritos com a mãe; a irmã solteira, Anna; com a cunhada, Minna Schramm; e com uma amiga, Frau Droop.

Da Bahia, o casal desembarca em Maruim. Nesta cidade, Adolphine inicia diversas observações curiosas e apreciações relativas ao ambiente físico, social e cultural de Maruim; percebendo-se uma aguçada sensibilidade etnográfica em suas anotações. Desde então, escreveu cartas para suavizar seu exílio voluntário nos trópicos⁸.

Algumas dessas cartas foram descobertas, em 1986, durante o III Curso de Férias para Estrangeiros, promovido pelo então Núcleo de Cultura Alemã da UFS (Universidade Federal de Sergipe). Um de seus professores, Josué Modesto dos Passos Subrinho, na aula de História Econômica, referiu-se à família Schramm, que vivera em Maruim no século anterior. Com esta informação, alguns alunos e professores ficaram curiosos para saber mais sobre estes alemães. Após o curso, um participante conseguiu na Alemanha cópias de algumas cartas escritas por Adolphine Schramm, remetendo-as a Aracaju. Assim sendo, o Núcleo obteve mais informações sobre os descendentes da hamburguesa. Seu filho, Max Schramm, que nascera em Maruim, tornara-se prefeito de Hamburgo e Senador⁹.

Em 1991, portanto, a UFS resolveu publicar as 32 (trinta e duas) cartas, em edição biligüe, vertidas pelo professor José Edgar da Mota Freitas, possibilitando ao grande público o acesso às sensibilidades de uma mulher e estrangeira do século XIX sobre nossa cultura. O

⁸ FREITAS, José Edgar da Mota. Introdução. In: SCHRAMM, Adolphine. *Cartas de Maruim*. Aracaju: UFS/NUCA, 1991. p. 6.

⁹ HEIDEMANN, Dieter. Apresentação. In: SCHRAMM, Adolphine. *Cartas de Maruim*. Aracaju: UFS/NUCA, 1991. p. 03.

olhar perscrutador de Adolphine é apurado e transita sobre diversos aspectos daquela pequena cidade; às margens do Ganhamoroba e tão distante da Europa.

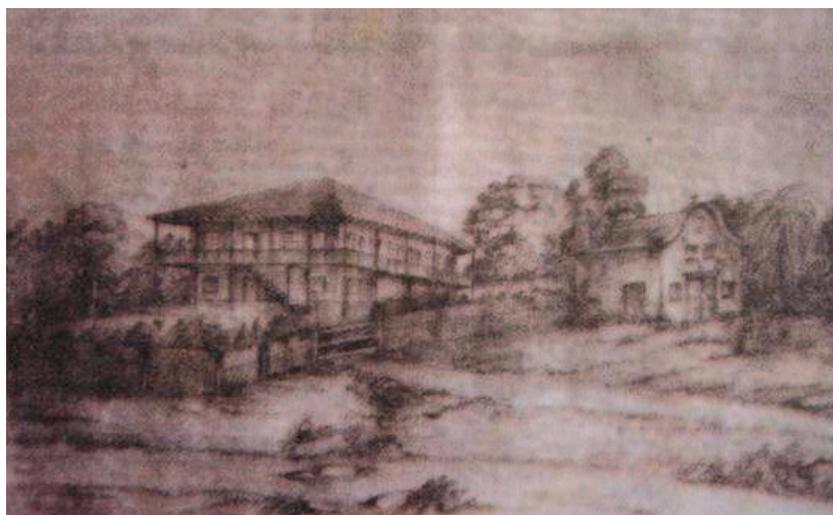


Figura 2: Casa de Ernst e Adolphine Schramm em Maruim, por trás da igreja da Boa Hora. In: CRUZ E SILVA, Maria Lúcia Marques. Inventário de Maruim. Aracaju: SEC, 1994. p. 263.

Um desses aspectos mais interessantes é sobre os pratos e alimentos consumidos na região. Advirta-se que o que ela noticia faz parte do cotidiano alimentar de uma família abastada. Entretanto, alguns produtos também apareciam na dieta de pessoas mais humildes.

Assim que chegou a Maruim, Adolphine escreveu à mãe. Ao citar os cômodos de sua casa nos trópicos [figura 2], não deixou de listar a despensa. Nela, havia cerveja – como costuma ocorrer numa família germânica –, vinhos e batatas¹⁰. A presença desses alimentos na casa dos Schramm representa a circulação de produtos importados pelo vale do Cotinguiba, zona da açucarocracia sergipana, através de seus pequenos portos fluviais, como o de Maruim, que mantinha fortes

¹⁰ SCHRAMM, A. À mãe. Maruim, 23 de dezembro de 1858. Op. cit. p. 8. (carta n. 2).

relações comerciais com praças estrangeiras. Prova disto é a presença à época de representações européias na cidade de Maruim; a exemplo dos consulados sueco-norueguês, inglês e alemão¹¹.

Além desses provimentos comuns na Europa, a imigrante anotou o uso de alimentos mais afeitos à culinária local. Adolphine denominou de “grande arte”, por exemplo, a nossa capacidade de comer carne de boi durante toda a semana, mas “sempre preparada de maneiras diferentes, dando a impressão de pratos distintos”¹². Assim, conforme ela própria, a carne era servida na sopa, no cozido, enrolada, em forma de bolinhos e, finalmente, assada.

O “império” da carne bovina à mesa de Adolphine é ilustrado quando ela registra que foram consumidas, durante um mês, “112 libras de carne de boi, 46 libras de carne de porco, 13 libras de carne seca, 5 libras de presunto defumado, 6 línguas de boi e 6 galinhas”¹³. Uma libra equivale a 450 gramas. O que significa que foram consumidos em trinta dias, na casa dos Schramm, em torno de 50 quilos e meio de carne bovina, além das 6 línguas e dos quase 6 quilos de carne seca. Esta, provavelmente, também de boi. A carne de porco, segunda mais consumida na lista de Adolphine, chegou a pouco mais de 20 quilos naquele mês de fevereiro de 1859. Ou seja, menos da metade em relação à de boi.

O hábito sergipano de preferir carne de boi deve estar associado à tradição de nossa bovinocultura. A toponímia sergipana é prova incontestada da força do gado *vacum* em nossa formação sócio-cultural. Nomes como Malhada dos Bois, Curral dos Bois (povoado em Simão Dias), Gado Bravo (em Capela), Pé de Boi (em Tobias Barreto), Currais (em Gararu), entre outros, documentam a presença e a importância dessa pecuária em Sergipe. É também marcante a presença do boi nos brinquedos populares: no reisado e nas adivinhas, por exemplo, como

¹¹ AGUIAR, Joel M. Estrangeiros em Maroim. *Revista de Aracaju*. Prefeitura Municipal de Aracaju, 1962. p. 235-236.

¹² SCHRAMM, A. *À mãe*. Maruim, 27 de janeiro de 1859. Op. cit. p. 12. (carta n. 6).

¹³ SCHRAMM, A. *À mãe*. Maruim, 28-30 de março de 1859. Op. cit. p. 21. (carta n. 14).

Revista do IHGSE, n. 40, 2010

compulsou Carvalho Deda¹⁴. Sem contar as vibrantes vaquejadas que panteiam pelos rincões sergipenses.

Noutra carta, e ainda escrevendo à mãe, Adolphine apresenta a feijoada como alternativa para “a dona de casa, caso tenha acabado a carne de boi, e não se sabe então o que servir”. Ela relatou que se usava na feijoada maruinense carnes salgadas, toucinho, feijão preto e molho de pimenta¹⁵.

Pesquisadores vêm desmistificando a informação de que feijoada seria comida de escravos composta por sobras da cozinha da casa-grande. O que se corroborou foi que “a preferência nacional” era saboreada pela elite do Império e por ela inventada. O feijão e a farinha, apenas, é que eram mistura das senzalas¹⁶. Esta perspectiva está de acordo com o testemunho de Adolphine, que menciona a feijoada como prato alternativo às donas de casa iguais a ela. A alemã, todavia, era burguesa acostumada ao paladar germânico. Talvez por isso, tenha classificado a feijoada como “um terrível prato brasileiro”.

Ao contrário da feijoada, o alimento da população mais humilde no século XIX em Maruim, conforme a alemã, era o caranguejo e o guaiamum. À respeito disso, ouçamos a sra. Schramm: “os caranguejos são, aqui, um alimento básico e muito barato”.

Ela encontrava guaiamuns pelas estradas e até por dentro das casas, e disse, liricamente, que durante suas caminhadas à tardinha, “um bando de meninos estava ocupado em capturá-los com grande agilidade”¹⁷.

Iguaria indígena, os portugueses também saborearam caranguejos, guaiamuns e siris desde o início da colonização. Sergipe, por sinal, quer dizer ‘no rio dos siris’, conforme os tupinólogos. Estes mariscos, portanto, eram alimentos comuns aos silvícolas, mas os europeus (missionários, bandeirantes e colonizadores) os saboreavam nas horas de

¹⁴ DÉDA, José de Carvalho. *Brefáias e burundangas do folclore sergipano*. 2. ed. Maceió: Catavento, 2001. p. 50; 60-68 e *passim*.

¹⁵ SCHRAMM, A. *À mãe*. Maruim, 27 de janeiro de 1859. Op. cit. p. 12. (carta n. 6).

¹⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. SP: Cia. Ed. Nacional, 1968. p. 108-111; ELIAS, Rodrigo. Breve História da feijoada. *Nossa História*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 34-37, fevereiro de 2004.

¹⁷ SCHRAMM, A. *À mãe*. Maruim, 30 de janeiro de 1859. Op. cit. p. 13. (carta n. 7).

apuros. No século XIX, deveria fazer parte da culinária da escravaria em Sergipe. Hoje, ao contrário, tais crustáceos gozam de prestígio como prato típico de todos sergipanos. Inclusive de madames que lhes dão breves chupadelas nos bares da Atalaia, deixando visíveis marcas de batom em seus casquinhos¹⁸.

Diferentemente da carne de boi e do guaiamum, Adolphine reclamava da escassez de leite e ovos. Isto ocorrera, possivelmente, por conta das estiagens¹⁹. Porém, muitas frutas, verduras, legumes e raízes freqüentaram a mesa do casal Schramm, acompanhando carne de boi cozida ou assada, ou galinha ao molho pardo, ou carneiro, ou mesmo peixes. Eis alguns vegetais citados nas cartas: maxixe, chuchu, pepino, abóbora, lentilha, feijão preto, batata, inhame, banana e mandioca.

Com relação à mandioca, seu produto mais popular, a farinha, alimentava a todos: da casa-grande à senzala. A farinha faz parte, sobretudo, da dieta das classes inferiores como alimento basilar. Desde a colônia, sergipanos se abastecem deste cereal²⁰. No Nordeste, não ter farinha à mesa significa faltar o pão de cada dia. Sua escassez implica na agrura social²¹.

Com a farinha, faz-se o pirão acompanhado de carne cozida, galinha, marisco ou peixe. O pirão foi legado pelos índios à culinária nacional, denominado de angu. Os africanos também comiam prato semelhante, o fúnji ou pirão angolano com azeite e consumido com peixe²².

Provavelmente, na casa de Adolphine, os escravos saboreassem esta iguaria apreciada na África. Pois na mesa dos Schramm, como vimos, não faltavam ingredientes necessários. Outro indício dessa possibilidade se verifica na autonomia com que o escravo e “perfeito cozinheiro” Bento, conforme a alemã, comprava e fazia encomendas

¹⁸ ALVES, Francisco José. Origem de uma tradição secular: comer caranguejos. *Informe UFS*, São Cristóvão/SE, n. 238, p. 8, 21 de setembro de 1999.

¹⁹ SCHRAMM, A. *A mãe*. Maruim, 21 de março de 1859. Op. cit. p. 19-20. (carta n. 13).

²⁰ SOUZA, Marco Antonio de. *Memória sobre a Capitania de Serzipe – anno de 1808*. Aracaju: Typ. do Jornal do Commercio, 1878. p. 22-23.

²¹ AGUIAR, Manoel Pinto de. *Mandioca – pão do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

²² CASCUDO, Luís da Câmara. *Made in Africa*. 5. ed. São Paulo: Global, 2001. p. 167-169.

sem autorização, cabendo à hamburguesa apenas pagar as contas, reclamava²³. Portanto, se Bento possuía essa prerrogativa, poderia muito bem incluir o pirão, prato simples e tradicional entre os africanos, na sua dieta e na de seus companheiros de servidão. Mesmo porque Adolphine não tolerava dispêndios, ela controlava gastos e economizava ao máximo as despesas. Logo, o pirão não seria um prato interdito aos escravos.

Ademais, conforme testemunhou a hamburguesa, Maruim era coalhada por guaiamuns, alimento de pobres e escravos, que se degusta com pirão, como anota Cascudo²⁴. Daí a grande possibilidade do uso do angu com o crustáceo entre os escravos dos Schramm. Por outro lado, o prato tornou-se pitêu regional. Pirão de guaiamum é um dos acepipes, por exemplo, mais ofertados até hoje nos restaurantes sergipanos.

Outro alimento citado por Adolphine, com origens também no Brasil e na África, é a banana. Sobre essa fruta, a senhora Schramm informa que era abundante em Maruim. Ela escreveu que na estiagem era difícil de se obter frutas, “com exceção das bananas que, no entanto, são quase intragáveis”; avaliava a alemã que ainda não havia se acostumado com alguns sabores tropicais²⁵.

Historicamente, antes da chegada dos portugueses, os índios plantavam a Pacova (*Musa paradisiaca* ou banana da terra) e, a partir do tráfico atlântico no século XVI, os lusitanos trouxeram da África a *Musa sapientum* ou Figo da Índia, ainda segundo Cascudo. No entanto, não se sabe qual espécie era consumida na mesa dos Schramm, porque em suas cartas Adolphine só escreve “bananas”, mas a fruta possui muitas variedades. Muito embora em Sergipe, parece haver uma preferência pela banana prata. Atualmente, ela é saboreada no lanche ou batida com leite; a conhecida vitamina de bananas.

Adolphine Schramm, além de alguns alimentos europeus, pôs sobre sua mesa em Maruim, diversas iguarias e pratos da culinária brasileira, tributo das três etnias fundadoras de nossa identidade; e retemperados pelas especificidades locais. Muitos ela apreciou, outros abominou.

²³ SCHRAMM, A. *À mãe*. Maruim, 28-30 de março de 1859. Op. cit. p. 21. (carta n. 14).

²⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Global, 2000. p. 520.

²⁵ SCHRAMM, A. *À mãe*. Maruim, 25 de dezembro de 1858. Op. cit. p. 10. (carta n. 03).

Por ironia do destino, foi através de um alimento universal e presente em todas as culinárias, a água, que a hamburguesa veio a falecer em Maruim, no dia 11 de abril de 1863. Ela ingeriu água contaminada por cólera-morbus; doença sem método de cura específico à época.

No entanto, apesar de passar apenas cinco anos habitando em Maruim, Adolphine conseguiu registrar, com sensibilidade etnográfica, os usos e costumes de nossa província; e precisamente a cultura gastronômica local. Com isto, ela nos legou involuntariamente um dos mais ricos testemunhos sobre o regime alimentar dos sergipanos de antanho.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, Joel M. Estrangeiros em Maroim. *Revista de Aracaju*. Prefeitura Municipal de Aracaju, 1962.

AGUIAR, Manoel Pinto de. *Mandioca – pão do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ALVES, Francisco José. Origem de uma tradição secular: comer caranguejos. *Informe UFS*, São Cristóvão, n. 238, p. 8, 21 de setembro de 1999.

_____. “Macasado”, um item da culinária sergipense. *Sergipe Mais*, Aracaju, n. 60, p. 36, julho de 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1968.

_____. *Dicionário do folclore brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Global, 2000.

_____. *Made in África*. 5. ed. São Paulo: Global, 2001.

DÉDA, José de Carvalho. *Brefáias e burundangas do folclore sergipano*. 2. ed. Maceió: Catavento, 2001.

ELIAS, Rodrigo. Breve história da feijoada. *Nossa História*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 34-37, fevereiro de 2004.

Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989.

MARQUES, Núbia. *O luso, o lúdico e o perene*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

SCHRAMM, Adolphine. *Cartas de Maruim*. Aracaju: UFS/NUCA, 1991.

SILVA, Joelma Santos. *Sergipe à mesa: um documentário da culinária sergipana*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2003. (monografia de graduação em História).

SOUZA, Marco Antonio de. *Memória sobre a Capitania de Serzipe – anno de 1808*. Aracaju: Typ. do Jornal do Commercio, 1878.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. São Cristóvão: UFS, 1987.

Artigo recebido em junho de 2010. Aprovado em julho de 2010.

FRAGMENTOS DA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL DE SERGIPE

FRAGMENTS OF CONSTITUTIONAL HISTORY OF SERGIPE

Igor Leonardo Moraes Albuquerque*

RESUMO

Este artigo traça um panorama geral dos 120 anos de história constitucional de Sergipe, através de suas sete Constituições e cinco Assembléias Estaduais Constituintes, culminando na Constituição Estadual de 05 de outubro de 1989, cuja promulgação completou 20 anos em 05 de outubro de 2009.

Palavras-chave: História constitucional de Sergipe; Constituição Estadual; Assembléia Estadual Constituinte.

ABSTRACT

This article draws a general view of 120 years of constitutional history of Sergipe, through his seven Constitutions and five State Constituent Assemblies, culminating in the State Constitution of 05 of October of 1989, whose promulgation completed 20 years in 05 of October of 2009.

Keywords: Constitutional history of Sergipe; State Constitution; State Constituent Assemblies.

* Advogado e Consultor-Geral Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe. Especialista em Direito Constitucional e em Direito Educacional. Sócio Efetivo e 2º Tesoureiro do IHGSE.

INTRODUÇÃO

Em 05 de outubro de 2009 foram comemorados os 20 anos da promulgação da atual Constituição do Estado de Sergipe. As festividades alusivas a essa efeméride foram elaboradas em grande estilo pela Assembleia Legislativa do Estado, com Sessão Especial na própria data, momento em que foram homenageados os Deputados Constituintes, e com a realização de um Simpósio denominado “Constituição de Sergipe: 20 Anos Construindo Cidadania”.



Aspecto da solenidade de abertura do Simpósio “Constituição de Sergipe: 20 Anos Construindo Cidadania”, realizada em 07 de outubro de 2009 no Auditório do Tribunal de Justiça do Estado. Da esquerda para a direita: o Vice-Governador Belivaldo Chagas, então no exercício do cargo de Governador do Estado; o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Ulices Andrade; o Presidente do Tribunal de Contas do Estado e ex-Deputado Constituinte, Conselheiro Reinaldo Moura Ferreira; e o Secretário de Estado de Governo Jorge Araújo.

FOTO: Maria Odília, da Agência ALESE.

Na Sessão Especial em comemoração aos 20 anos da promulgação da atual Constituição Estadual, um dos pontos altos foi a homenagem

ao ex-Deputado Guido Azevedo, que, no exercício da Presidência da Assembléia Estadual Constituinte, mostrou-se equilibrado e altivo, colocando-se acima das questões político-partidárias, atuando como verdadeiro magistrado ao intermediar e solucionar conflitos, tudo isso, para que se pudesse produzir o melhor texto possível atendendo-se aos anseios da sociedade.



O Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Ulises Andrade (esq.), e o Deputado Adelson Barreto (dir.), fazem a entrega de Placa de Agradecimento¹, em nome do Povo sergipano, ao ex-Deputado Guido Azevedo (centro) que presidiu a Assembléia Estadual Constituinte responsável pela promulgação da Constituição Estadual de 1989.

FOTO: Maria Odília, da Agência ALESE.

¹ Da Placa de Agradecimento constou o seguinte texto: “A Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em nome do Povo sergipano, em alusão aos 20 Anos da Constituição Estadual, promulgada a 05 de outubro de 1989, apresenta profundo e efusivo preito de gratidão ao Deputado Constituinte Guido Azevedo, por sua marcante atuação na Assembléia Estadual Constituinte, sugerindo, debatendo, discutindo e deliberando sobre temas da mais acentuada relevância para o Estado, consolidando as bases democráticas para construção da cidadania, legando às gerações futuras um Documento representativo da Liberdade, digno de Sergipe e dos sergipanos. Palácio “Governador João Alves Filho”, em Aracaju, 05 de outubro de 2009. aa) Deputado Ulises Andrade, Presidente; Deputado André Moura, 1º Secretário; Deputado Adelson Barreto, 2º Secretário”. Placas de Agradecimento com idêntico teor também foram destinadas aos demais Deputados Constituintes ou às respectivas famílias.

Mas a tradição constitucional de Sergipe, como se verá, é bem mais antiga que esses últimos 20 anos, coincidentes com a volta à normalidade democrática. Tal tradição constitucional tem início com a República, considerando que, muito embora a então Província de Sergipe Del Rey contasse com uma Assembléia Legislativa Provincial desde 1835², o regime monárquico-constitucional instituído pela Constituição Imperial outorgada em 1824 por D. Pedro I não previa a adoção de “Constituições” pelas Províncias do Império, até porque elas não eram dotadas de autonomia nos moldes federativos, pois o Estado brasileiro era então centralizado e unitário.

Tendo como ponto de partida, pois, o início do Período Republicano, este estudo considerou todos os documentos normativos sergipanos denominados de “Constituição”, e que tiveram força efetiva de lei fundamental do Estado, sem fazer distinção entre textos produzidos pelo Poder Legislativo [em geral, convertido em Assembléia Estadual Constituinte], e, em caráter excepcional, pelo Poder Executivo³.

² A Constituição Imperial de 25 de março de 1824, no Capítulo V de seu Título IV, compreendendo os artigos 71 a 89, dispôs sobre a criação, composição e competências dos Conselhos Gerais de Província, que, na verdade, foram órgãos legislativos provinciais incipientes com muita dependência da Assembléia Geral (reunião da Câmara dos Deputados e do Senado do Império). No período da Regência, pela Lei n.º 16, de 12 de agosto de 1834, também chamada de “Ato Adicional” à Constituição de 1824, os Conselhos Gerais de Província foram substituídos pelas Assembléias Legislativas Provinciais, concebidas e organizadas com mais autonomia se comparadas ao sistema anterior. No dizer do Professor Octaciano Nogueira, “esse rigorismo centralizador do Estado unitário [instituído pela Constituição de 1824], no entanto, foi abandonado a partir da edição do Ato Adicional de 1834 que, na realidade, consumou apenas três alterações na Constituição: a) criou as Assembléias Legislativas Provinciais para substituir os antigos Conselhos Gerais de Província e ampliou sensivelmente suas atribuições, concedendo-lhes amplos poderes fiscais, legais e administrativos; b) instituiu a Regência Única eletiva; e c) suprimiu o Conselho de Estado”. Cf. NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições brasileiras: 1824*. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. [Coleção Constituições Brasileiras; v. 1.], pág. 30.

³ Nessa linha de entendimento, Sergipe teve sete Constituições: cinco produzidas por Assembléias Estaduais Constituintes [1891, 1892, 1935, 1947 e 1989], uma elaborada por Comissão Mista de Juristas e Parlamentares e aprovada pela Assembléia Legislativa [1967], e uma decretada pelo Poder Executivo [1890]. Não é pertinente o enquadramento da Emenda Constitucional [Estadual] n.º 02/1969 como uma Constituição Estadual nova, considerando que, sob o aspecto formal, apenas veio a constituir uma alteração [mesmo que integral] à Constituição Estadual de 1967.

SERGIPE E SUA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL (1890-1988)

A história constitucional sergipana, como já dito, remonta ao início do Período Republicano, mais precisamente a 24 de novembro de 1890, quando o então Vice-Governador Lourenço Freire de Mesquita Dantas⁴, através do Decreto n.º 91⁵, promulgou uma Constituição provisória, “a qual fica dependente da aprovação [sic] ulterior de legislatura do Estado”⁶. Assim, pouco mais de um ano depois da Proclamação da República no Brasil, o novo Estado Federado de Sergipe passava a contar com a sua primeira Constituição, promulgada por decreto, porém, “ad referendum” do Poder Legislativo.

Essa primeira Constituição duraria somente até 08 de junho de 1891 quando uma nova Constituição foi promulgada por uma Assembléia Estadual Constituinte [a primeira da história sergipana]⁷, sob a presidência do Coronel Antônio Alves de Govêa Lima, contando com a participação de Gumersindo de Araújo Bessa, que fora o autor do projeto que culminaria na Carta Estadual, aprovado após exaustivas e acaloradas discussões, inclusive públicas através da imprensa, em detrimento do projeto de Constituição apresentado pelo Deputado Luiz Freire⁸.

⁴ Então no exercício do Governo Provisório do Estado, em substituição ao médico Felisbello Firmo de Oliveira Freire [1º Governador Provisório], e ao Capitão de Fragata Augusto Cezar da Silva [2º Governador Provisório] – cf. SAMPAIO, Prado. *Relação dos Presidentes do Estado de Sergipe, desde a proclamação da República*. In Revista do IHGSE n.º 02, vol. I, 1912, pág. 61.

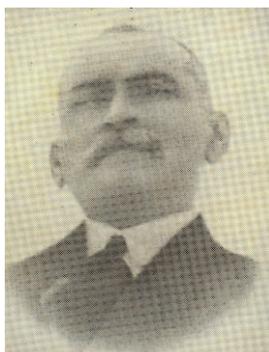
⁵ Esse decreto do Vice-Governador Lourenço Freire de Mesquita Dantas obedecia às diretas e exatas instruções constantes do art. 3º do Decreto n.º 802, de 04 de outubro de 1890, do Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil [sic] – para íntegra do Decreto n.º 802 ver BONAVIDES, Paulo, ANDRADE, Antônio Paes. *História Constitucional do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Paz e Terra Política, 1990, páginas 650 e 651.

⁶ Cf. preâmbulo da Constituição Estadual de 1890.

⁷ Assembléia Estadual Constituinte convocada conforme previsão do art. 2º do Decreto n.º 802, de 04 de outubro de 1890, do Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil [sic] – para íntegra do Decreto n.º 802 ver BONAVIDES, Paulo, ANDRADE, Antônio Paes. *História Constitucional do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Paz e Terra Política, 1990, páginas 650 e 651.

⁸ Cf. REIS, João Dantas Martins dos. *Gumersindo Bessa: Apontamentos sobre sua vida*. Aracaju: Livraria Regina, 1958, páginas 47 e 49. Ver também DANTAS, José Ibarê Costa. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação, 2009, pág. 247.

Revista do IHGSE, n. 40, 2010



Gomersindo de Araújo Bessa⁹.

Por ocasião da assinatura da Constituição de 1891, em reconhecimento ao destaque do trabalho do então Deputado Gomersindo Bessa, o “Deputado Homero de Oliveira interpretando ‘os sentimentos de admiração e estima’ de seus colegas, em nome deles ofereceu a Gomersindo uma pena de ouro”¹⁰, para que, com ela, incluísse sua assinatura no texto final aprovado. Gomersindo, um homem tipicamente arredoio a homenagens:

“num ímpeto de indignação, em consequência de uma discussão áspera, a mandou ao Dr. Diretor do Hospital de Caridade, pedindo-lhe que a vendesse para aplicar o produto em benefício do mesmo Hospital, ‘declarando não queria mais guardar, nem passar para as mãos de seus filhos uma jóia que para ele perdera todo valor, desde que para aquisição dela contribuíram indivíduos indignos da sua estima’”¹¹.

⁹ Esta foto de Gomersindo de Araújo Bessa “foi obtida no momento em que ia proferir o seu discurso na inauguração da estátua de Fausto Cardoso (1912)”. Cf. REIS, João Dantas Martins dos. *Gomersindo Bessa: Apontamentos sobre sua vida*. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

¹⁰ Cf. REIS, João Dantas Martins dos. *Gomersindo Bessa: Apontamentos sobre sua vida*. Aracaju: Livraria Regina, 1958, pág. 49.

¹¹ Cf. REIS, João Dantas Martins dos. *Gomersindo Bessa: Apontamentos sobre sua vida*. Aracaju: Livraria Regina, 1958, pág. 49.

No final de 1891, em decorrência das agitações nacionais geradas com a fracassada tentativa de golpe do Marechal Deodoro da Fonseca, fechando o Congresso Nacional a 03 de novembro de 1891 e renunciando à Presidência da República vinte dias depois¹², houve a substituição, em Sergipe, do Governador Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro¹³ por uma Junta Governativa composta pelo Bacharel Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, pelo Alferes do Exército Marcelino José Jorge, e pelo Doutor Olyntho Rodrigues Dantas¹⁴. Após essa ruptura traumática da estrutura governamental do Estado, houve a dissolução da Assembléia Legislativa e a revogação da Constituição de 08 de junho de 1891, sendo declarados nulos os atos da respectiva Assembléia Estadual Constituinte, conforme o Decreto n.º 17, de 28 de novembro de 1891, subscrito pelos membros da citada Junta Governativa¹⁵.

Convocada uma nova Assembléia Estadual Constituinte, desta vez presidida pelo Padre Olímpio de Souza Campos [depois Monsenhor, Presidente do Estado e Senador da República], houve a promulgação

¹² Cf. DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, pág. 25.

¹³ O Professor José Ibarê Costa Dantas conta com riqueza de detalhes a polêmica da eleição do Coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro ao Governo de Sergipe, dando conta, inclusive, do fato de ter editado decreto adiando por dez dias a reunião da Constituinte de Sergipe, mandando trancar o prédio da Assembléia Legislativa para impedir a entrada de parlamentares descontentes, e mencionando o apertado resultado da referida eleição, o qual viria a ser questionado por vários Deputados Estaduais, pelo então Senador Coelho e Campos, e pelos então Deputados Federais Ivo do Prado, Felisbelo Freire, Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel e Manoel Prisciliano de Oliveira Valadão. Cf. DANTAS, José Ibarê Costa. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação, 2009, pág. 249 e 250.

¹⁴ Antes da posse da Junta Governativa, em 27 de novembro de 1891, assumiu o Governo o Major Joaquim Balthazar da Silva, Comandante da Guarnição Federal, em virtude do abandono do cargo pelo então Governador Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro no dia 24 dos mesmos mês e ano – cf. SAMPAIO, Prado. *Relação dos Presidentes do Estado de Sergipe, desde a proclamação da República*. In Revista do IHGSE n.º 02, vol. I, 1912, pág. 62.

¹⁵ O Professor José Ibarê Costa Dantas promoveu a publicação de trechos desse ato normativo, do qual adiante se transcreve o art. 1º: “São declarados de nenhum efeito os atos da Assembléia deste Estado praticados na sessão de 08 de junho referentes à Constituição e à eleição do Governador e Vice-Governador”. Cf. DANTAS, José Ibarê Costa. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação, 2009, pág. 257.

Revista do IHGSE, n. 40, 2010

de outra Constituição em 18 de maio de 1892¹⁶. Gumersindo Bessa, que não participou da elaboração dessa Carta Constitucional, taxou-a negativamente como “cópia modificada e grosseira de seu trabalho”¹⁷, em alusão ao texto por ele produzido e promulgado em 08 de junho de 1891.



Padre Olímpio de Souza Campos¹⁸

Somente em 1935, como consequência lógica da vigência da nova Constituição Federal no ano anterior, já no Governo do Presidente Getúlio Vargas, houve a promulgação, em 16 de julho, de uma nova Constituição de Sergipe, após os trabalhos da Assembléia Estadual Constituinte presidida pelo Deputado Pedro Diniz Gonçalves Filho – o Pedrinho do Brejo¹⁹, e que contou com a participação da primeira mulher parlamentar da história sergipana, a Deputada Quintina Diniz de Oliveira

¹⁶ A data de 18 de maio de 1892, alusiva à promulgação da primeira Constituição sergipana válida decorrente dos trabalhos de uma Assembléia Estadual Constituinte [considerando que a Constituição de 1890 fora provisória e oriunda do Poder Executivo, e que a de 1891 fora anulada em face das exacerbações políticas], passou à posteridade ficando inserta no brasão [selo] do Estado, logo abaixo da inscrição “Sub lege libertas”, conforme a Lei n.º 02, de 05 de julho de 1892, aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo Presidente de Sergipe José Calazans, tendo por base o projeto de autoria do Professor Brício Cardoso – Cf. SERGIPE. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – CÂMARA DE EDUCAÇÃO CÍVICA. *Símbolos do Estado de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, 1972.

¹⁷ Cf. REIS, João Dantas Martins dos. *Gumersindo Bessa: Apontamentos sobre sua vida*. Aracaju: Livraria Regina, 1958, pág. 50.

¹⁸ Foto reproduzida de BARRETO, Luiz Antonio [Org.]. In *Sergipe, 100 anos de História Constitucional*. Aracaju: Assembléia Legislativa, 1992, pág. 23.

¹⁹ Cf. BARRETO, Luiz Antonio [Org.]. In *Sergipe, 100 anos de História Constitucional*. Aracaju: Assembléia Legislativa, 1992, pág. 45.

Ribeiro²⁰ [que hoje empresta seu nome a uma medalha concedida pela Assembléia Legislativa do Estado a mulheres com destacada atuação familiar, profissional, política ou social²¹].



Deputado Pedro Diniz Gonçalves Filho²²



Deputada Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro²³

Em 1937 houve a implantação golpista do Estado Novo de Getúlio Vargas, com a decretação de uma nova Constituição para o País que aboliu os símbolos oficiais dos Estados e dos Municípios, ao vedar a instituição de outras bandeiras, hinos, escudos e armas, que não os nacionais²⁴. Não obstante a exigência prevista no art. 181²⁵ da Constituição Federal de 1937, acerca da outorga

²⁰ A Deputada Quintina Diniz foi a única mulher, até hoje, a participar de uma Assembléia Estadual Constituinte em Sergipe. Após a Deputada Quintina Diniz, Sergipe apenas veio a ter outras mulheres na Assembléia Legislativa a partir da eleição da Deputada Núbia Nabuco Macedo para a 3ª Legislatura (1º/02/1955 a 31/12/1958).

²¹ Cf. Resolução n.º 15, de 13 de novembro de 2008, da Assembléia Legislativa do Estado, publicada no *Diário Oficial do Estado* do dia 13 de novembro de 2008.

²² Foto reproduzida de BARRETO, Luiz Antonio [Org.]. In *Sergipe, 100 anos de História Constitucional*. Aracaju: Assembléia Legislativa, 1992, pág. 43.

²³ Foto reproduzida de exemplar integrante do Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado.

²⁴ Cf. art. 2º da Constituição brasileira de 1937, in PORTO, Walter Costa. *Constituições brasileiras: 1937*. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. [Coleção Constituições Brasileiras; v. 4.], pág. 70.

²⁵ Constituição Federal de 1937 – “Art. 181. As Constituições estaduais serão outorgadas pelos respectivos governos, que exercerão, enquanto não se reunirem as Assembléias Legislativas, as funções destas nas matérias da competência dos estados”. In PORTO, Walter Costa. *Constituições brasileiras: 1937*. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. [Coleção Constituições Brasileiras; v. 4.], pág. 114.

de novas Constituições para os Estados, não se tem registro de que tal fato tenha ocorrido em Sergipe. Assim, pode-se inferir que tenha permanecido em vigor, em Sergipe, pelo menos sob o aspecto fático, a Constituição Estadual de 1935, aplicada em sintonia [ou no que não conflitasse] com as regras da ditadura varguista [nos termos da Constituição Federal de 1937], inclusive quanto aos diversos Interventores Federais que se sucederam na Chefia do Poder Executivo.

Com a redemocratização do Brasil em 1946, sendo Presidente da República o Marechal Eurico Gaspar Dutra, os Estados iniciaram um novo processo de auto-organização, convocando suas Assembléias Estaduais Constituintes para produção de novos Textos Constitucionais. Em Sergipe, a 16 de junho de 1947, a Assembléia Estadual Constituinte, tendo como Presidente o Deputado Marcos Ferreira de Jesus, promulgava a nova Carta Magna sergipana. Nesse período cabe destacar as atuações parlamentares dos Deputados Francisco de Souza Porto [ex-Presidente da Assembléia Legislativa], João de Seixas Dória [depois Deputado Federal e Governador do Estado], Lourival Baptista [depois Deputado Federal, Governador do Estado e Senador da República], e Armando Leite Rollemberg [que chegou a Ministro do antigo Tribunal Federal de Recursos, hoje Superior Tribunal de Justiça]. Durante os trabalhos que culminaram na Carta Política sergipana de 1947, é importante fazer o destaque da postura ética e de respeito ao Poder Legislativo adotada pelo Governador José Rollemberg Leite²⁶ [1947-1951], então ainda bem jovem, no exercício do seu primeiro mandato na Chefia do Poder Executivo²⁷.

²⁶ Nesse sentido, ver BARRETO, Luiz Antonio [Org.]. *In Sergipe, 100 anos de História Constitucional*. Aracaju: Assembléia Legislativa, 1992, pág. 71.

²⁷ O engenheiro José Rollemberg Leite, em sua vida política, ainda seria Senador da República [1965-1970] e mais uma vez Governador do Estado [1975-1979].



Deputado Marcos Ferreira de Jesus (de terno claro) e o Governador José Rollemberg Leite.²⁸

Em 1967, já no contexto do regime instaurado em março de 1964, coube ao Poder Legislativo de Sergipe²⁹, assim como no plano federal³⁰, a tarefa de promover a substituição da antiga Constituição por outra que observasse as premissas do regime militar. O então Presidente da República Marechal Castello Branco, em sua mensagem de encaminhamento do projeto de Constituição do Brasil ao Congresso Nacional, assinalou que a “continuidade da obra revolucionária deverá ficar assegurada por uma nova Constituição, que, a par da unidade e da harmonia, representa a institucionalização dos ideais e princípios que a inspiram”³¹. O fato, afinal, era que as Constituições dos Estados

²⁸ Foto reproduzida de BARRETO, Luiz Antonio [Org.]. *In Sergipe, 100 anos de História Constitucional*. Aracaju: Assembléia Legislativa, 1992, pág. 72.

²⁹ Com referência à própria Assembléia Legislativa e não a uma Assembléia Estadual Constituinte.

³⁰ A convocação do Congresso Nacional deu-se no ano anterior, mediante o Ato Institucional n.º 04, de 07 de dezembro de 1966; a nova Constituição do Brasil seria promulgada a 24 de janeiro de 1967, com vigência a partir de 15 de março de 1967.

³¹ Cf. CAVALCANTI, Themístocles Brandão, *et al. Constituições brasileiras: 1967*. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. [Coleção Constituições Brasileiras; v. 6.], pág. 39.

brasileiros precisavam “ser adaptadas” à nova Constituição do Brasil aprovada pelo Congresso Nacional.

Diferentemente do que em geral se observa quando da criação de Constituições, a Carta sergipana de 1967 não foi promulgada por uma Assembléia Estadual Constituinte, mas pela própria Assembléia Legislativa no seguimento de seus trabalhos ordinários, após apresentação, pelo Governador do Estado, de um projeto elaborado por Comissão Mista de Juristas e Parlamentares constituída por decreto.

Governava Sergipe o médico Lourival Baptista³², eleito indiretamente para o cargo pela Assembléia Legislativa dando seguimento ao rompimento da normalidade democrática. A imprensa local estampou a notícia de que o Governador do Estado designaria uma “Comissão de Juristas e Parlamentares” para fazer a “adaptação da Constituição do Estado de Sergipe à Carta Magna [Federal]”³³.

Em 20 de fevereiro de 1967, em solenidade ocorrida no Salão de Despachos do Palácio Olímpio Campos, sede do Governo do Estado, conforme noticiou o jornal *Gazeta de Sergipe*, o Governador Lourival Baptista formalizou a designação da tal comissão, sob a denominação de “Comissão Mista”, por envolver a participação de Juristas e de Deputados Estaduais. Na forma do art. 3º do decreto que criou a comissão, conforme publicação na *Gazeta de Sergipe*, foram designados os seguintes membros: a) Deputado Santos Mendonça, Presidente da Assembléia Legislativa; b) Deputado Jaime de Araújo Andrade, do Movimento Democrático Brasileiro – MDB; c) Doutor Osman Hora Fontes; d) Desembargador Humberto Diniz Sobral, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; e) Doutor Achiles Lima, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Sergipe; f) Doutor Gonçalo Rollemberg, Diretor da Faculdade de Direito de Sergipe; g) Desembargador Antônio Xavier

³² Na ocasião, o baiano Lourival Baptista já havia sido Deputado Estadual [1947 a 1951], Prefeito de São Cristóvão [1951-1954] e Deputado Federal [1959-1963 e 1963-1967], e ainda seria três vezes Senador da República [1970-1978, 1979-1987 e 1987-1995].

³³ Cf. notícia veiculada no jornal *Gazeta de Sergipe*, edição dos dias 19 e 20 de fevereiro de 1967, com o título “*Juristas Adaptam Constituição*”, primeira página.

de Assis Júnior, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral³⁴. Ainda no decorrer da solenidade, onde todos os designados agradeceram ao Governador do Estado a escolha que sobre eles recaiu, o Deputado Jaime Araújo, membro da comissão, ao invés de agradecimento, irrompeu com contundente discurso contra a própria criação da comissão, defendendo as atribuições e prerrogativas da Assembléia Legislativa. O Deputado Jaime Araújo assentou em plena solenidade:

“A futura Constituição Federal determina que todos os Estados devem adaptar suas constituições estaduais dentro de sessenta dias – a partir de 15 de março, à futura carta Magna do País. Não fixou entretanto as normas específicas para essa adaptação. [...] Deve-se concluir que o processo constituinte deverá ser o costumeiro, ou seja uma tarefa restrita ao campo da Assembléia Legislativa. Este poder, sim, é que deve solicitar cooperação de organismos representativos da comunidade. Discordo do mecanismo adotado constituindo uma comissão para adaptar a Constituição Estadual à Federal porque ultrapassa e invade a competência específica do Legislativo”³⁵.

A criação da Comissão Mista de Juristas e Parlamentares para fins de “adaptação da Constituição do Estado” foi justificada com o fato de que grandes e importantes Estados brasileiros também estavam a agir de idêntico modo. Uma vez mais manifestando repulsa ao vilipêndio à missão do Legislativo, acrescentou o Deputado Jaime Araújo:

O Governador procura imitar a orientação adotada em Minas Gerais, São Paulo, Guanabara e Paraná, que apesar do pensamento metropolitano, não me parece ser a melhor orientação jurídica. Além do mais, o governo estadual não me parece ser

³⁴ Cf. notícia veiculada no jornal *Gazeta de Sergipe*, edição do dia 21 de fevereiro de 1967, com o título “*Jaime Araújo diz que Comissão invade atribuição do Legislativo*”, primeira página.

³⁵ Cf. notícia veiculada no jornal *Gazeta de Sergipe*, edição do dia 21 de fevereiro de 1967, com o título “*Jaime Araújo diz que Comissão invade atribuição do Legislativo*”, primeira página.

a melhor orientação jurídica. Além do mais, o governo estadual não é competente para enviar mensagem de nova constituição ao Legislativo”³⁶.

Contudo, é digno de nota que dos arquivos dos atos dos Governadores do Estado, sob a guarda e responsabilidade da Secretaria de Estado de Governo, não se localizou nenhum decreto datado de 20 de fevereiro de 1967 dando conta da criação de uma “Comissão Mista” de Juristas e Parlamentares. Dos referidos arquivos consta, sim, o Decreto n.º 1.231, de 06 de março de 1967³⁷, assinado pelo Governador Lourival Baptista e referendado pelo Secretário da Justiça e Interior Geraldo Barreto Sobral, que, conforme sua ementa, “designa Comissão Especial para a redação do ante-Projeto da Constituição Estadual”. Pelo art. 2º do aludido decreto, compuseram a dita “Comissão Especial” os seguintes membros: a) Doutor Geraldo Barreto Sobral, Secretário da Justiça e Interior, como seu Presidente³⁸; b) Doutor Gonçalo Rollemberg Leite; c) Deputado José Santos Mendonça; d) Doutor Osman Hora Fontes; e) Deputado Antônio Torres Júnior; f) Deputado Jaime Araújo Andrade; g) Doutor Manoel Achiles Lima; h) Doutor Luiz Magalhães.

É importante ressaltar que, muito embora não se tenha localizado o decreto de 20 de fevereiro de 1967 ele, de fato, existiu conforme publicado pela Gazeta de Sergipe de 21 de fevereiro de 1967; tanto isso é verdade que o art. 3º do Decreto n.º 1.231, de 06 de março de 1967, cuidou de expressamente tratar da revogação do “Decreto do dia 20 de fevereiro de 1967 sobre a matéria”³⁹. Em razão disso, tem-se que a composição da Comissão que efetivamente realizou os trabalhos

³⁶ Cf. notícia veiculada no jornal *Gazeta de Sergipe*, edição do dia 21 de fevereiro de 1967, com o título “*Jaime Araújo diz que Comissão invade atribuição do Legislativo*”, primeira página.

³⁷ Cf. Decreto n.º 1.231, de 06 de março de 1967, publicado no *Diário Oficial do Estado* do dia 07 de março de 1967.

³⁸ Consta a informação de que Doutor Geraldo Barreto Sobral [que chegaria a Ministro do Superior Tribunal de Justiça] teria atuado como “Presidente da Comissão Especial para a Elaboração do Ante-Projeto da Constituição de Sergipe, promulgada em 10/05/1967” – Cf. informações biográficas do Ministro constantes do sítio oficial do Superior Tribunal de Justiça. http://www.stj.jus.br/web/verCurriculo_Ministro?cod_matriculamin=0001131 – Acessado em 22/03/2010.

³⁹ Cf. art. 3º do Decreto n.º 1.231, de 06 de março de 1967, publicado no *Diário Oficial do Estado* do dia 07 de março de 1967.

de elaboração do anteprojeto constitucional foi a estipulada no Decreto n.º 1.231, de 06 de março de 1967.

Na tarde de 10 de abril de 1967 a referida Comissão [constituída nos termos do Decreto n.º 1.231, de 06 de março de 1967] realizou sua última reunião, na Secretaria da Justiça e Interior, tendo sido ouvido e aprovado o relatório do Doutor Achilles Lima. Em seguida a Comissão dirigiu-se ao Palácio Olímpio Campos para entregar ao Governador Lourival Baptista o recém-finalizado anteprojeto de Constituição do Estado, a ser posteriormente remetido à Assembléia Legislativa pelo Chefe do Poder Executivo⁴⁰. Em 14 de abril de 1967 o Governador Lourival Baptista enviou à Assembléia Legislativa o projeto de Constituição do Estado para ser votado; na ocasião o Governador fez-se representar pelo Chefe da Casa Civil, economista Batista da Costa⁴¹.

Em Sessão Solene ocorrida na noite do dia 10 de maio de 1967, a Assembléia Legislativa promulgou a nova Constituição de Sergipe, na presença do Governador Lourival Baptista, responsável pela apresentação do respectivo projeto. Nessa sessão solene falaram: pela bancada de situação, o Líder e o Vice-Líder do Governo, respectivamente, Deputados Antônio Torres Júnior e Francisco Novais; e pela bancada de oposição, os Deputados Otávio Penalva e Jaime Araújo⁴².

A promulgação da Carta Estadual de 1967 se deu em meio a um clima de incertezas, perseguições e arbitrariedades do regime de exceção. Como reflexos das arbitrariedades e violências desse regime, a mesma Assembléia Legislativa que “promulgara” a Constituição Estadual de 1967 veio a ser fechada e vários de seus membros sofreram medidas de exceção, como o próprio Deputado Santos Mendonça [Presidente da Assembléia Legislativa] e os Deputados Edson Mendes de Oliveira, Aerton Silva e Gilton Garcia, que teriam seus mandatos cassados⁴³.

⁴⁰ Cf. notícia veiculada no jornal *Gazeta de Sergipe*, edição do dia 11 de abril de 1967, com o título “Constituição Estadual oficializa Cartórios e torna funcionários públicos os Serventuários”, primeira página.

⁴¹ Cf. notícia veiculada no jornal *Gazeta de Sergipe*, edição do dia 15 de abril de 1967, com o título “Assembléia recebe nova Constituição”, primeira página.

⁴² Cf. notícia veiculada no jornal *Gazeta de Sergipe*, edição do dia 11 de maio de 1967, com o título “Constituição Promulgada”, primeira página.

⁴³ Nesse sentido, ver BARRETO, Luiz Antonio [Org.]. *In Sergipe, 100 anos de História Constitucional*. Aracaju: Assembléia Legislativa, 1992, pág. 99.

Em 1969, após a “promulgação” da Emenda Constitucional (Federal) n.º 02/1969, pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, que dera nova redação integral à já carente de legitimidade Constituição brasileira de 1967, o Governador Lourival Baptista, seguindo o mesmo exemplo, “promulgou”, por decreto, idêntica emenda à Constituição Estadual de 1967, que também recebera o n.º 02/1969⁴⁴.

A CONSTITUINTE DE 1988/1989

A 13 de outubro de 1988 ocorreu no Plenário da Assembléia Legislativa⁴⁵ a “Sessão Preparatória para Instalação da Constituinte Estadual”, sob a Presidência dos Deputados Djenal Tavares de Queiroz e Guido Azevedo, tendo servido como Secretários os Deputados Marcelo Déda Chagas e José Carlos Machado, e com a presença, além deles, dos Deputados Abel Jacó dos Santos, Djalma Teixeira Lobo, Reinaldo Moura Ferreira, Aroaldo Alves de Santana, Nivaldo Silva Carvalho, Antônio Arimatéa Rosa, Carlos Alberto de Oliveira, Dilson Cavalcante Batista, Eliziário Silveira Sobral, Francisco Teles de Mendonça, Francisco Modesto dos Passos, Hildebrando Dias da Costa, Jerônimo de Oliveira Reis, Joaldo Vieira Barbosa, Laonte Gama da Silva, Luciano Andrade Prado, Luiz Antônio Mitidieri, Marcelo da Silva Ribeiro, Nicodemos Correia Falcão e Rosendo Ribeiro Filho⁴⁶.

⁴⁴ Existe uma publicação da Emenda Constitucional [Estadual] n.º 02/1969, assim como do Texto Constitucional então vigente com a redação por ela dada, e com as alterações das Emendas Constitucionais n.ºs 03/1972 a 11/1979. Essa publicação foi editada em março de 1980 pela Secretaria de Estado de Governo.

⁴⁵ Já então em sua nova sede, o Palácio “Governador João Alves Filho”, inaugurado em 09 de maio de 1987. O Palácio “Fausto Cardoso”, ao deixar a condição de sede do Poder Legislativo, passou a abrigar o Tribunal de Contas do Estado. Com a ida do Tribunal de Contas, em 1997, para sua sede própria, construída no Centro Administrativo “Governador Augusto Franco”, em Aracaju, o Palácio “Fausto Cardoso” voltou a abrigar órgãos e setores da Assembléia Legislativa, servindo, atualmente, como sede para a Escola do Legislativo “Deputado João de Seixas Dória”.

⁴⁶ Cf. Ata da Sessão Preparatória para Instalação da Constituinte Estadual, realizada no dia 13 de outubro de 1988.

A instalação oficial da Assembléia Estadual Constituinte deu-se em Sessão Solene realizada em 18 de outubro de 1988, tendo composto a Mesa, como convidados especiais, a convite do Presidente Guido Azevedo, as seguintes autoridades: o Chefe da Casa Civil, Coronel José Sizino da Rocha, representando o Governador Antônio Carlos Valadares; o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Antônio Machado; e o Vice-Governador do Estado Benedito de Figueiredo⁴⁷.

Durante os trabalhos de elaboração da Constituição Estadual de 1989, o Legislativo Estadual sergipano, assim como o Federal e os das outras Unidades Federadas, teve funcionamento duplo: a) como Assembléia Legislativa, para apreciação de proposições legislativas comuns; b) como Assembléia Estadual Constituinte, exclusivamente para os trabalhos de elaboração do novo Texto Constitucional. Nessa linha de separação de atividades pela sua natureza, o Poder Legislativo contou, no período, com duas Mesas Diretoras: a) a da Assembléia Legislativa, presidida pelo Deputado Francisco Passos; b) a da Assembléia Estadual Constituinte, presidida pelo Deputado Guido Azevedo⁴⁸.

A execução dos trabalhos de elaboração da nova Constituição foi confiado a uma Comissão Constitucional, composta por Deputados Constituintes indicados pelas respectivas Lideranças Partidárias. Tal Comissão foi constituída em 11 de janeiro de 1989, sendo composta da seguinte forma⁴⁹: a) pelo PFL – Deputados Nicodemos Falcão, José Carlos Machado, Luciano Prado e Francisco Passos, como titulares, e Deputados Nivaldo Silva, Djalma Lobo, Jerônimo Reis e Hildebrando Costa, como suplentes; b) pelo PDS – Deputado Djenal Queiroz, como titular, e Deputado Francisco Teles de Mendonça, como suplente; c)

⁴⁷ Cf. Ata da Sessão Solene de Instalação Oficial da Assembléia Estadual Constituinte, realizada no dia 18 de outubro de 1988.

⁴⁸ Além do Deputado Guido Azevedo, como Presidente, a Mesa dessa Assembléia Estadual Constituinte ficou assim composta: Deputado Reinaldo Moura Ferreira, Vice-Presidente; Deputado Carlos Alberto de Oliveira, 1º Secretário; Deputado Antônio Arimatéa Rosa, 2º Secretário; Deputado Dilson Cavalcante Batista, 3º Secretário; Deputado Aroaldo Alves de Santana, 4º Secretário; Deputado Nicodemos Correia Falcão, Relator; Deputado Laonte Gama da Silva, Sub-Relator.

⁴⁹ Cf. Ata da 9ª Sessão Ordinária da Assembléia Estadual Constituinte, realizada em 11 de janeiro de 1989.

Revista do IHGSE, n. 40, 2010

pelo PMDB – Deputados Eliziário Sobral e Luiz Mitidieri, como titulares, e Deputados Ribeiro Filho e Abel Jacó, como suplentes; d) pelo PL – Deputado Laonte Gama, como titular, e Deputado Joaldo Barbosa, como suplente; e) pelo PT – Deputado Marcelo Déda, como titular, e Deputado Marcelo Ribeiro, como suplente. A Comissão Constitucional teve por Presidente o Deputado Djenal Queiroz.

Após vários meses de muitos trabalhos e discussões, com ênfase para a atuação do Relator da Constituinte, Deputado Nicodemos Falcão, a Comissão Constitucional entregou, em 02 de outubro de 1989, a Redação Final do Projeto de Constituição do Estado, com a finalidade de, a partir daí, ser apreciada terminativamente pelo Plenário da Assembléia Estadual Constituinte.

Com a realização de diversas Sessões Plenárias⁵⁰, em 05 de outubro de 1989, exatamente um ano após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que selou juridicamente o encerramento do regime de exceção, a Assembléia Estadual Constituinte de Sergipe, em Sessão Solene, através do seu Presidente, Deputado Guido Azevedo, realizava a promulgação da nova Constituição sergipana, até hoje vigente⁵¹.

Nessa Sessão Solene, histórica por sinal, foram convidadas para compor a Mesa, pelo Presidente Guido Azevedo, as seguintes autoridades: a) Governador do Estado Antônio Carlos Valadares; b) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Fernando Ribeiro Franco; c) Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Francisco Passos; d) Vice-Governador do Estado Benedito de Figueiredo; e) Ministro de Estado do Interior João Alves Filho,

⁵⁰ Conforme registro no Livro de Atas de Sessões Ordinárias da Assembléia Estadual Constituinte foram realizadas entre 1988 e 1989: a) 01 (uma) Sessão Preparatória; b) 02 (duas) Sessões Solenes (uma para instalação oficial da Constituinte, e a outra para a promulgação da Constituição); c) 117 (cento e dezessete) Sessões Ordinárias. Apenas para ter-se uma dimensão da complexidade e grandeza do trabalho, não estão computadas as inúmeras Sessões Extraordinárias da Assembléia Estadual Constituinte, tampouco as diversas reuniões ou sessões da Comissão Constitucional.

⁵¹ A Constituição Estadual de 1989 já conta com quarenta e uma emendas a seu texto original, todas elas, dentro da normalidade institucional do Estado de Direito, devidamente promulgadas pela própria Assembléia Legislativa [ver *Constituição do Estado de Sergipe Anotada*. 1ª ed. Aracaju: Assembléia Legislativa, 2008].

representando o Presidente da República José Sarney; f) Senador Lourival Baptista; g) Senador Albano Franco; h) Presidente da Comissão Constitucional, Deputado Djenal Queiroz; e i) Relator da Constituinte Estadual, Deputado Nicodemos Falcão.



O Presidente da Assembléia Estadual Constituinte, Deputado Guido Azevedo, ergue a nova Constituição em sua mão direita, e “pelo progresso de nosso Estado, pelo bem estar do seu povo, declarou promulgada a Nova Constituição de Sergipe”⁵². Na foto, dentre os integrantes da Mesa, podem-se distinguir as figuras do Senador Albano Franco, do Ministro João Alves Filho, do Vice-Governador Benedito de Figueiredo, do Governador Antônio Carlos Valadares, do Presidente Guido Azevedo, e do Desembargador Fernando Ribeiro Franco⁵³.

Após a promulgação, todos os Deputados prestaram o seguinte compromisso, conforme mandamento do art. 1º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual de 1989⁵⁴:

“Prometo manter, defender e cumprir as Constituições da República Federativa do Brasil e do Estado de Sergipe, as Leis do País,

⁵² Cf. Ata da Sessão Solene da Assembléia Estadual Constituinte, realizada em 05 de outubro de 1989.

⁵³ Foto reproduzida de BARRETO, Luiz Antonio [Org.]. *In Sergipe, 100 anos de História Constitucional*. Aracaju: Assembléia Legislativa, 1992, pág. 165.

⁵⁴ Diz o citado dispositivo: “Art. 1º. O Governador do Estado, o Vice-Governador, o Presidente do Tribunal de Justiça e os membros da Assembléia Legislativa prestarão, em sessão solene, no ato de sua promulgação, o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, nos termos inscritos em seu art. 76”.

Revista do IHGSE, n. 40, 2010

servindo com honra, lealdade e dedicação ao povo, promovendo o bem geral do Estado, defendendo sua integridade e autonomia dentro do regime democrático e federativo”⁵⁵.

Ato contínuo, o mesmo compromisso foi tomado do Governador Antônio Carlos Valadares, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Desembargador Fernando Ribeiro Franco, e do Vice-Governador do Estado Benedito de Figueiredo, ainda em observância do art. 1º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual de 1989.

CONCLUSÃO

Sergipe sobreviveu bem [talvez bem melhor que outros Estados] a sete Constituições [serão oito se se considerar a Emenda Constitucional n.º 02/1969, decretada pelo Governador Lourival Baptista, como uma Constituição nova, em vista de apenas ter dado nova redação integral à Constituição Estadual de 1967], sendo cinco delas produzidas por Assembléias Estaduais Constituintes.

Em 20 anos de consolidação e de vivência democráticas, Sergipe e os sergipanos têm muito do que se orgulhar da sua atual Constituição de 1989 e dos 120 anos⁵⁶ de sua história constitucional. Porém, o que se deve enfatizar, o que deve mesmo ser digno de registro, é que a Constituição Estadual de 1989, assim como a Constituição Federal de 1988, além de ter sido fruto do grande e indiscutível trabalho dos legisladores constituintes, foi, ainda, em sua essência, fruto das transformações sociais decorrentes de todo o processo histórico brasileiro. É como se cada Constituição sergipana, dicotomicamente, constituísse um avanço em si mesma em relação à anterior, mesmo que tenha retrocedido em alguns pontos. É como se a atual Constituição Estadual fosse um catalisador de todas as experiências sociais e políticas que estiveram na gênese das Constituições anteriores, rumo a um Estado cada vez mais democrático e cidadão.

⁵⁵ Cf. Ata da Sessão Solene da Assembléia Estadual Constituinte, realizada em 05 de outubro de 1989.

⁵⁶ Completados neste ano de 2010.

A apresentação da linha do tempo da história constitucional sergipana, objeto deste estudo, teve a missão de reacender as discussões sobre o papel das Constituições no processo de consolidação das liberdades democráticas e do Estado de Direito. Não o papel das Constituições em si mesmas, mas dos homens e mulheres que as produziram ou influenciaram em sua produção, considerando que o valor e a efetividade das normas [das constitucionais inclusive] não advêm somente da sua pura positivação, mas, também, da vontade da própria sociedade nelas expressa.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Luiz Antônio [Org.]. *In Sergipe, 100 anos de História Constitucional*. Aracaju: Assembléia Legislativa, 1992.

BONAVIDES, Paulo, ANDRADE, Antônio Paes. *História Constitucional do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Paz e Terra Política, 1990.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Sítio Oficial – Informações biográficas do Ministro Geraldo Barreto Sobral. http://www.stj.jus.br/web/verCurriculoMinistro?cod_matriculamin=0001131 – Acessado em 22/03/2010.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão, et al. *Constituições brasileiras: 1967*. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. [Coleção Constituições Brasileiras; v. 6.], pág. 39.

DANTAS, José Ibarê Costa. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação, 2009.

_____. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

GAZETA DE SERGIPE. *Juristas Adaptam Constituição*. Edição dos dias 19 e 20 de fevereiro de 1967, primeira página.

_____ *Jaime Araújo diz que Comissão invade atribuição do Legislativo*. Edição do dia 21 de fevereiro de 1967, primeira página.

_____ *Constituição Estadual oficializa Cartórios e torna funcionários públicos os Serventuários*. Edição do dia 11 de abril de 1967, primeira página.

_____ *Assembléia recebe nova Constituição*. Edição do dia 15 de abril de 1967, primeira página.

_____ *Constituição Promulgada*. Edição do dia 11 de maio de 1967, primeira página.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições brasileiras: 1824*. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. [Coleção Constituições Brasileiras; v. 1.].

PORTO, Walter Costa. *Constituições brasileiras: 1937*. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. [Coleção Constituições Brasileiras; v. 4.].

SAMPAIO, Prado. *Relação dos Presidentes do Estado de Sergipe, desde a proclamação da República*. In Revista do IHGSE, n.º 2, vol. I. Aracaju: IHGSE, 1912.

REIS, João Dantas Martins dos. *Gumersindo Bessa: Apontamentos sobre sua vida*. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

SERGIPE. ASSEMBLÉIA ESTADUAL CONSTITUINTE. LIVRO DE ATAS DE SESSÕES ORDINÁRIAS DA ASSEMBLÉIA ESTADUAL CONSTITUINTE (1988/1989).

SERGIPE. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. RESOLUÇÃO N.º 15, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2008. Publicação no *Diário Oficial do Estado* do dia 13 de novembro de 2008.

SERGIPE. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – CÂMARA DE EDUCAÇÃO CÍVICA. *Símbolos do Estado de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, 1972.

SERGIPE. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL [1989]. *Constituição do*

Estado de Sergipe Anotada. 1ª ed. Aracaju: Assembléia Legislativa, 2008.

SERGIPE. GOVERNO DO ESTADO. DECRETO N.º 1.231, DE 06 DE MARÇO DE 1967. Publicação no *Diário Oficial do Estado* do dia 07 de março de 1967. Arquivo da Secretaria de Estado de Governo.

SERGIPE. SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO. *Constituição do Estado de Sergipe*. Aracaju: Secretaria de Estado de Governo, 1980.

Artigo recebido em julho de 2010. Aprovado em agosto de 2010.

Revista do IHGSE, n. 40, 2010

A FRATERNIDADE
E A COMUNIDADE:
os frades capuchinhos no
Bairro América (Aracaju/SE)

THE BROTHERHOOD
AND THE COMMUNITY
the capuchin friars in Neighborhood
America (Aracaju/SE)

Valéria Maria Santana Oliveira*

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a atuação dos religiosos capuchinhos em três momentos da história do Bairro América: a construção do Santuário São Judas Tadeu, a desativação da Fábrica de Cimento Portland e a implantação pioneira da Polícia Comunitária. Este trabalho toma como base documentos de várias tipologias, principalmente: informativos da associação de moradores, o Livro de Tombo da Paróquia e da Cúria Metropolitana e jornais. Através das fontes elencadas percebe-se que os frades capuchinhos conseguiram em diferentes momentos e situações mobilizar os habitantes daquela região em torno de objetivos comuns. Desta forma, objetiva-se aqui compreender os diversos contextos em que estas mobilizações dos moradores aconteceram e os principais resultados obtidos.

Palavras-chave: frades capuchinhos; Paróquia São Judas Tadeu. Bairro América.

ABSTRACT

This article aims to analyze the performance of religious Capuchins at three moments in the history of Neighborhood America: the construction of St. Jude Thaddeus Shrine, the deactivation of Portland Cement Factory and deploy pioneering Community Police. This work builds on documents of various types, namely: information of the residents association, the Book of Records of the Parish and the Metropolitan Curia and newspapers. Through the sources listed realizes that the Capuchin friars managed at different times and situations to mobilize the inhabitants of the region around common goals. Thus, we here understand the various contexts in which these demonstrations of the residents have happened and the main results.

Keywords: capuchin friars; St. Jude Thaddeus Parish; Neighborhood America.

* Licenciada em História (UFS). Especialista em Docência do Ensino Superior (UFS). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/ UFS). Professora-coordenadora da disciplina Natureza e História (CESAD/UAB/ UFS). Membro pesquisadora do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/ CNPq/ UFS) e do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste (HPopNet/ CNPq/ UFS). E-mail: profa.valeriaoliveira@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os frades capuchinhos são uma dissidência dos Franciscanos ocorrida no século XVI. Os primeiros que vieram ao Brasil instalaram-se no Maranhão em 1612. Posteriormente, outros capuchinhos franceses vieram para o Nordeste, chegando em Pernambuco juntamente com os holandeses. Com a expulsão destes em 1654, os frades se refugiaram no sertão, sendo descobertos e também expulsos em 1698.

A ordem dos Frades Menores Capuchinhos se constitui em uma das três famílias franciscanas, compostas também pelos Frades Menores da Observância e os Frades Menores Conventuais¹. Surgiu como uma reforma dentro da *Ordem Franciscana* que objetivava, principalmente, voltar ao estilo da vida de São Francisco de Assis através de uma vida de pobreza e da pregação itinerante².

Os Capuchinhos deixaram suas primeiras marcas no Brasil a partir do século XVI com a vinda dos missionários franceses que aportaram no Maranhão. Vindos com a expedição francesa de Daniel de la Touche, foram expulsos por não obedecerem à Lei do Padroado.

A presença dos Capuchinhos incomodava Portugal por se tratarem de missionários “apostólicos” e não “reais”, ou seja, obedeciam diretamente a Roma e não ao rei. Porém, devido à necessidade, o rei de Portugal autorizou a vinda de Capuchinhos da Itália em 1705.

A determinação real era clara. Os missionários tinham que ser italianos, dedicar-se à catequese indígena, não se envolver em política e observar as normas canônicas da Santa Sé e do Governo Imperial.

Os Capuchinhos chegaram a terras sergipanas em 1671, iniciando a catequese junto aos índios Aramurus na Ilha de São Pedro do Porto da Folha. Seu líder, frei Anastácio de Audierne, durante os cinco anos que passou na aldeia, estendeu o seu trabalho não só à

¹ RENZO, Carli; FRANCO, Crespi, GIOVANNI, Pavan. *Os Capuchinhos: análise de uma ordem religiosa*. São Paulo: Ed. Ave Maria, s/d.

² D'ALATRI. *Os Capuchinhos: história de uma Família Franciscana*. Trad. Pilonetto, Adelino G. Porto Alegre: Edições EST, 1998.

catequização dos índios, mas também aos colonos e aos escravos da região³.

Somente em 1877 o novo Estatuto das Missões abre para o início do trabalho apostólico as missões religiosas de diversas Províncias da Itália e de outros países. É neste momento que a Missão da Bahia foi entregue à Província das Marcas de Ancona na Itália. Estes evangelizadores que foram designados para a Província da Bahia e Sergipe instalaram suas missões às margens do Rio São Francisco, visando catequizar os índios que ali viviam⁴.

Outra missão nas terras sergipanas foi a de Pacatuba, que foi elevada à paróquia em 6 de fevereiro de 1835⁵. Esta era conhecida com o nome de Poxim, devido à proximidade do rio de mesmo nome. A aldeia, que antes era dedicada ao Espírito Santo, teve mais tarde como padroeiro S. Félix de Cantalice.

As missões não pararam por aí. Existem ainda vestígios da passagem dos capuchinhos na cidade de São Cristóvão, onde houve a construção de um hospício e de uma capela. Esta missão é descrita na obra de Regni como: “O velho e destiorado hospício de São Cristóvão/SE, onde tudo carecia de conserto⁶”. Frei Cândido de Taggia, depois de ter inaugurado o hospício em S. Cristóvão, quis construir um igual em Laranjeiras na Colina do Senhor do Bomfim ao lado da Capela, mas a proposta não foi aceita⁷.

Os capuchinhos pretendiam voltar a se fixar em Sergipe, uma vez que desde o fechamento do Convento de São Cristóvão sua presença se dava apenas no período das Santas Missões, como no caso de Laranjeiras. O convite para que os capuchinhos se fixassem em terras sergipanas partiu do Bispo da diocese de Aracaju, Dom José Tomaz Gomes da Silva, que escolheu a cidade de Ribeirópolis para sediar o Convento da Ordem Capuchinha.

³ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos na Bahia: os Capuchinhos Franceses*. Trad. Fr. Agatângelo de Crato. vol. 1. Caxias do Sul: Edições Paulinas, 1988.

⁴ ZAGONEL, Frei Carlos Albino. *Capuchinhos no Brasil*. Porto Alegre: Edições EST, 2001.

⁵ MELLO, Arisvaldo Vieira. *A História de Pacatuba*. Ed. PAX, 1987.

⁶ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos na Bahia: os Capuchinhos das Marcas*. Trad. Frei Agatângelo de Crato. vol. 3. Porto Alegre, 1991.

⁷ OLIVEIRA, Filadelfo Jônatas. *História de Laranjeiras Católica*. 2ªed. Secretaria de Estado da Cultura: Aracaju, 2005.

Sob a liderança do Frei Pedro de Crispiero, os frades assumem o Convento Coração de Jesus, entre o período de fevereiro de 1942 e março de 1954. Porém, por motivos de desavenças religiosas entre os capuchinhos e os padres seculares, os frades pedem ao bispo da época – Dom Fernando Gomes – a transferência de Ribeirópolis para Estância⁸.

Os capuchinhos italianos possuíam como uma de suas características a forma de fazer missões com base na teologia e na pastoral do Concílio de Trento. Eram as missões ambulantes que tiveram grande repercussão nos séculos XVIII e XIX, como também no século XX, sendo esta característica pastoral uma das marcas desta ordem nas missões ocorridas no Brasil.

OS CAPUCHINHOS EM ARACAJU

Foi somente em 1961 que os religiosos se instalaram em Aracaju, mais precisamente no Bairro América. Os precursores da evangelização no Bairro América foram Frei Faustino de Ripatransone e Frei Miguel Ângelo de Cíngoli. Os “italianos”, como eram conhecidos, iniciaram imediatamente suas atividades pastorais, celebrando os sacramentos na extinta escola Sílvio Romero. Lá ocorreu a primeira missa da recém erigida Paróquia São Judas Tadeu.

Porém, fazia-se necessário um templo para abrigar adequadamente os fiéis e celebrar dignamente os ritos sagrados. É então nesse momento que chegamos ao primeiro episódio que nos propomos a analisar neste artigo: a mobilização dos capuchinhos junto aos católicos para edificar a Igreja São Judas Tadeu.

A CONSTRUÇÃO DA IGREJA SÃO JUDAS TADEU

A participação da comunidade foi decisiva no intento de construir a Igreja São Judas Tadeu. Primeiramente, foi construído o convento

⁸ Cf. 2º Livro de Tombo da Cúria Metropolitana de Aracaju (1953-1993).

que abrigaria os frades e em seguida foi edificada a modesta capela São Judas Tadeu.

Transbordantes de alegria os paroquianos no dia 6-5-62 celebrou [sic] pela primeira vez a Santa Missa na Capela de São Judas Tadeu, embora não possuísse um aspecto de lugar sagrado e religioso. Era um ambiente tosco, húmido [sic] e primitivo, sem conforto algum, mas esperança para o povo de Deus. Foi realmente uma grande alegria para todo povo e para nós frades é claro⁹.

Em março de 1964 foi realizada a cerimônia da benção da pedra fundamental do futuro Santuário São Judas Tadeu. A partir daí, os frades iniciaram diversas campanhas, leilões e rifas para conseguir recursos para a construção do santuário.

Em 1972 o então vigário frei Eugênio, por orientação dos próprios paroquianos e devotos de São Judas Tadeu, lança a “Campanha do Piso”.

Por orientação de paroquianos e devotos de São Judas Tadeu, o Vigário lança a Campanha do piso consistindo no seguinte: cada [ilegível] dará um metro de piso no valor de trinta cruzeiros ou preencherá uma ficha do mesmo valor. A receptividade foi ótima e já no primeiro dia foram feitas várias inscrições¹⁰.

A edificação foi se dando por etapas: o subsolo, o convento e a escola Santa Rita de Cássia. Em todos esses momentos a comunidade católica se fez sempre presente.

Além do santuário São Judas Tadeu outras igrejas também foram edificadas pelos frades: Igreja Santa Rita de Cássia (no conjunto habitacional Costa e Silva); Igreja Santa Cruz (no lado sudoeste do Bairro Siqueira Campos); Igreja do Sagrado Coração de Jesus (no conjunto habitacional Agamenon Magalhães); Igreja Cristo Rei (abrangendo os conjuntos habitacionais D. Pedro I e Gentil Tavares, bem como o bairro

⁹ Cf. Livro de Tombo da Igreja São Judas Tadeu (1961-2005), p. 03, 06 mai. 1962.

¹⁰ Cf. Livro de Tombo da Igreja São Judas Tadeu (1961-2005), p. 10, 13 mar. 1972.

José Conrado de Araújo); Igreja Senhor dos Passos (abrangendo os bairros Nova Veneza e Matadouro); Igreja do Menino Jesus (no então povoado Parque dos Faróis, município de Nossa Senhora do Socorro); Igreja Senhor do Bomfim (compreendendo os conjuntos Rosa Elze e Rosa Maria, no município de São Cristóvão); Igreja Nossa Senhora do Loreto no conjunto habitacional Eduardo Gomes (Município de São Cristóvão).

As capelas aqui listadas foram edificadas em terrenos de propriedade da Arquidiocese de Aracaju, exceto a Igreja Senhor dos Passos que não tinha escritura por se tratar de terreno de invasão¹¹.

Gradativamente a maior partes destas capelas foram sendo transformadas em paróquias pela própria arquidiocese e sendo assumidas por padres seculares. Encontra-se atualmente em fase de conclusão a capela Cosme e Damião, construída sob a liderança do frei Florêncio Peccorari e com a ajuda da comunidade.

Algumas obras sociais já foram e outras ainda são mantidas na matriz: Escola de 1º Grau Santa Rita de Cássia, recentemente entregue à Secretaria Municipal de Educação (SEMED); posto médico e odontológico; Programa de Complementação Alimentar (Convênio com a LBA atendendo gestantes e crianças de 0 a 5 anos); distribuição de 500 cestas básicas (Convênio com a FUNDESE – Fundação para o Desenvolvimento de Sergipe); Pastoral da Saúde; AMABA (Associação dos moradores e amigos do Bairro América); atendimento diário a pobres e mendigos na portaria do Convento¹².

Acerca da obra social desenvolvida pelos frades no Bairro América, percebemos uma dupla dimensão do papel da religião neste contexto: se, por um lado, atribui sentido, por outro lado, funciona como base para uma ética. Houtart explica esta ambivalência das religiões no contexto dos movimentos vinculados às relações sociais

¹¹ Informações obtidas no Relatório sobre a situação jurídica da Paróquia São Judas Tadeu, de 1988, anexado ao Livro de Tombo da Paróquia.

¹² Informações retiradas de um breve histórico da Paróquia São Judas Tadeu, de 23 de junho de 1989, anexado ao Livro de Tombo da Paróquia.

Trata-se de corrigir as deficiências e, eventualmente, de denunciar os abusos, mas não de condenar a lógica fundamental do sistema. (...) Frequentemente as religiões desempenham um papel importante nessas iniciativas que têm origem num sentido profundo e imediato: o sofrimento humano e a resposta que se pode oferecer, não amanhã, mas hoje mesmo¹³.

A DESATIVAÇÃO DA FÁBRICA DE CIMENTO PORTLAND

Um segundo evento da história do Bairro América marcado pela atuação dos frades foi o problema da fábrica de cimento do Grupo Votorantim: a Companhia de Cimento Portland de Sergipe.

À frente da paróquia estava frei Florêncio Francesco Pecorari. Ele chegou ao bairro em 1966, mas foi em 1983, como vigário da paróquia, que o frade liderou uma campanha para desativar a fábrica de cimento. O motivo: a poluição causada pelas chaminés da fábrica trouxera diversos problemas para a saúde da população local. Foram inúmeros os casos de doenças respiratórias e dermatológicas, havendo notícias até mesmo de óbitos, principalmente entre crianças e idosos.

Foi então que alguns moradores passaram a se reunir e fundaram em 1983 a AMABA – Associação de Moradores e Amigos do Bairro América. Logo a mobilização de caráter inicialmente local conseguiu a adesão de diversos setores da sociedade como: ADEMA, sindicatos, partidos políticos, Universidade Federal de Sergipe, associações de moradores de outros bairros e da imprensa.

O Bairro América, na época da instalação da fábrica (década de 1960), era considerado como estando em uma região afastada da cidade, uma vez que esta terminava nas proximidades do Bairro Cirurgia. Porém, aquela não era uma região desabitada, pois desde a década de 1920 havia naquela localidade a Casa de Detenção de Aracaju, lá instalada também pela distância do perímetro urbano.

¹³ HOUTART, François. *Mercado e religião*. Tradução de Claudia Berliner e Renata Cordeiro. São Paulo: Cortez, 2002.

Porém, por conta da vinda constante de parentes de presos para residir nas proximidades do presídio, a região foi sendo gradativamente povoada.

A implantação da Fábrica de Cimento, segundo Oliveira¹⁴, representou inicialmente a esperança de geração de empregos para os moradores locais. Era a chegada do tão esperado progresso para uma localidade esquecida e marginalizada. Porém, a mão-de-obra local não era especializada, tendo sido pouco aproveitada.

O então diretor da fábrica confirma que inicialmente o quadro de funcionários veio de Recife e só posteriormente trabalhadores da região foram empregados. Porém, a geração de empregos não foi mais expressiva do que os impactos negativos decorrentes da poluição atmosférica proveniente da fabricação do cimento.

A partir de 1971, com a ativação da segunda chaminé e a conseqüente duplicação da produção de cimento, a emissão de poluentes na atmosfera aumentou consideravelmente. A principal fonte de contaminação do ar era relacionada à disposição final do pó proveniente das descargas dos precipitadores eletrostáticos, depositado no pátio da empresa. Porém, maior do que o incômodo de terem suas casas sempre empoeiradas, a população local queixava-se de problemas de saúde atribuídos ao pó. Todos os moradores entrevistados citaram o fato de que as crianças eram as mais atingidas, relatando inclusive mortes atribuídas à poluição.

Aos problemas de saúde deve-se somar a falta de infra-estrutura do bairro que durante muitos anos não dispunha de saneamento básico. De fato, evidencia-se que as condições sócio-econômicas precárias funcionavam como um agravante para os problemas de saúde daquela população. Pelicioni relaciona o meio ambiente em que uma população vive aos possíveis problemas de saúde que podem vir a desenvolver, afirmando que a degradação ambiental e as conseqüentes alterações do meio ambiente influenciam muito na saúde e na qualidade de vida

¹⁴ OLIVEIRA, Jorge Marcos; BITTENCOURT JR., Antônio. *Memória do Bairro América*. Aracaju: FUNCAJU, 1996.

das pessoas¹⁵. Já Natal é ainda mais enfático afirmando que “educação, saneamento ambiental, habitação, alimentação, acesso à assistência médico-sanitária, entre outros, são itens de grande influência, que atuam na determinação da saúde ou da doença¹⁶”.

Os problemas relacionados à fábrica adquiriram uma visibilidade cada vez maior, merecendo destaque a missa celebrada na TV pelo frei Florêncio, onde era dado espaço para que os moradores denunciassem os diversos problemas dos quais eram vítimas. A partir de 2004 as missas passaram a ser transmitidas ao vivo, aos domingos, às 7hs da manhã, da própria Igreja São Judas Tadeu.

A Paróquia, por possuir o *status* de referência na comunidade, chegou a abrigar reuniões com a própria diretoria da Fábrica de Cimento, com a presença de representantes da ADEMA e de diversos outros setores da sociedade.

Era na Igreja São Judas Tadeu, nas missas dominicais e na comunhão, que a população buscava forças para resistir. Podemos assim afirmar que a fé funcionava como um elemento catalisador das lutas dos moradores do bairro, já que se configurava num estímulo a mais para enfrentar os momentos de dificuldade, a exemplo de outros lugares, como afirma Montenegro. Referindo-se ao movimento reivindicatório no bairro de Casa Amarela, em Recife, o autor explica essa associação entre a religiosidade e as lutas locais. Segundo ele

A força cultural do sagrado é incorporada como elemento fundante de uma aliança que se acredita mais poderosa sob a vista dos santos (...). Ter a benção divina (Deus é justo, é nosso pai) é uma forma de enfrentar, de vencer o medo, a força, a violência¹⁷.

¹⁵ PELICIONI, Maria Cecília. Promoção da saúde e meio ambiente: uma trajetória técnico-política. In: PHILIPPI JR., PELICIONI, Maria Cecília. (editores). *Educação Ambiental e Sustentabilidade*. Barueri, SP: Manole, 2005, p. 413-420.

¹⁶ NATAL, Delsio. Fundamentos de Saúde Pública. In: PHILIPPI Jr., ROMÉRO, Marcelo de A., BRUNA, Gilda C. (editores). *Curso de Gestão Ambiental*. Barueri, SP: Manole, 2004, p. 333-374.

¹⁷ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

O movimento gradativamente ganhou a adesão de diversos setores da sociedade. Entre outros apoios recebidos, houve a participação da Federação das Associações de Moradores de Sergipe que, por ocasião da possibilidade de reativação dos fornos da fábrica, enviou ofício ao então Presidente da República, José Sarney, expressando a preocupação da entidade e suas afiliadas com os possíveis prejuízos à saúde da população, decorrentes da volta da fabricação de cimento na fábrica de Aracaju.

Em 1982 foi anunciada a construção de uma nova fábrica de cimento do Grupo Votorantim no Estado. A população, liderada pela Paróquia São Judas e pela AMABA, passou a reivindicar que a unidade de Aracaju fosse transferida para este novo empreendimento em Laranjeiras. Isto inclusive resolveria outro impasse: a situação dos operários da fábrica que temiam ser demitidos caso ela fosse fechada¹⁸.

No entanto, a nova unidade denominada Cimento Sergipe S.A. (CIMESA) iniciou suas atividades em 1983, já com produção notadamente superior e tecnologia mais avançada do que a fábrica de Aracaju que continuou funcionando.

Portanto, com a construção da CIMESA, a fábrica de Aracaju não foi transferida, nem prontamente desativada. Apesar disso, nos jornais analisados e nas entrevistas dos moradores, percebemos que a “desativação” da Fábrica de Cimento foi considerada uma grande vitória do povo. Foi a chamada “luta de Davi contra Golias”, na qual a analogia com o relato bíblico do menino que derrubou o gigante torna-se símbolo da luta do povo contra o Grupo Votorantim¹⁹.

De fato, a pressão popular, encabeçada pela Paróquia São Judas Tadeu e pela AMABA, deu visibilidade à questão da poluição proveniente da fábrica. Porém, a motivação de caráter econômico da construção da nova fábrica não pode ser desconsiderada.

¹⁸ OLIVEIRA, Valéria M. S. *Movimento social e conflitos socioambientais no Bairro América - Aracaju/SE: o caso da Companhia de Cimento Portland de Sergipe (1967-2000)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA), UFS: São Cristóvão, 2008.

¹⁹ OLIVEIRA, Valéria M. S. *Davi contra Golias: A luta dos moradores do Bairro América para fechar a fábrica de cimento Portland (1975 - 1984)*. *Jornal da Cidade*. Caderno Aracaju Sesquicentenária, Aracaju, p. 35, mar. 2005.

A IMPLANTAÇÃO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA

Em 1996 é implantada a Polícia Comunitária no bairro. Neste sentido, convém ressaltar o fato de que, por muitos anos, a imagem do Bairro América esteve associada à violência. Esse estigma de bairro perigoso acompanhou toda a sua história, pois não se pode esquecer que ele nasceu em volta de um presídio e que, apesar ou por conta disso, foi uma região relegada ao esquecimento por parte das autoridades.

É neste contexto que entra em cena a figura do frei José Raimundo. Preocupado com os altos índices de criminalidade, o então pároco, juntamente com algumas autoridades policiais, conseguiram do Governo do Estado a implantação de um PAC (Posto de Atendimento ao Cidadão) no Bairro América. O posto foi instalado em 28 de fevereiro de 1996, num compartimento da própria Igreja São Judas Tadeu. Seu objetivo era, a partir da filosofia do Policiamento Comunitário, encurtar as distâncias entre os policiais e os locais das ocorrências.

Segundo Neves (2007, p. 119) o pioneirismo do Bairro América “deu-se por haver aí uma tradição de organização e de participação social, seja através das associações de moradores ou da ação da igreja católica, com sacerdotes ligados à teologia da libertação”²⁰.

A luta do frei Raimundo para conscientizar a população do seu papel como parceira da polícia foi árdua. Em seus sermões, o frade constantemente conclamava seus paroquianos a colaborar com o trabalho dos policiais. A comunidade respondeu positivamente aos apelos e após a implantação do posto chegou-se ao marco de 550 dias sem homicídios no bairro.

Para dar suporte ao trabalho dos policiais havia o CONSEB, o Conselho de Segurança do Bairro formado por moradores locais. O próprio frei Raimundo chegou a ser presidente do conselho, o que evidencia seu engajamento na luta por segurança no bairro.

²⁰ NEVES, Paulo S. C. Polícia Comunitária e participação social na segurança pública em Sergipe. *Revista da FAPese*. Aracaju, v. 3, n. 1, p. 87 - 121, 2007.

Na verdade a polícia do bairro existe pelo desempenho do Frei, que luta para fazer uma polícia cidadã. Estão de parabéns a polícia do Bairro América e o Frei Raimundo. Fica um alerta para o governador. “Polícia se faz com competência e responsabilidade siga o exemplo do Bairro América”²¹.

A partir do “Posto Embrião” instalado no Bairro América em 29 de fevereiro de 1996 diversos outros se espalharam pela capital.

Uma das estratégias utilizadas para mobilizar a população, não só do Bairro América, mas também dos demais bairros foi a promoção de eventos com a parceria entre a paróquia e a polícia. Exemplo disso foi o chamado “Ato público contra a Violência no Brasil”, realizado em 28 de fevereiro de 2002, aniversário de 6 anos da Polícia Comunitária.

O evento teve início com a Missa celebrada pelo Pe. José Soares e co-celebrada pelo frei José Raimundo na Igreja Nossa Senhora de Lourdes, situada no Bairro Siqueira Campos, de onde saiu a “Passeata pela Paz”, com destino à Praça Tancredo Neves, em frente à Igreja São Judas Tadeu. A multidão acompanhada por um carro de som cantava músicas que falavam de paz. A passeata percorreu as ruas: Paraíba, Rio Grande do Sul, Cuba e Guilherme José Martins até chegar na concha acústica da praça, onde após se cantar o hino nacional, houve a palestra: “Polícia Comunitária – o futuro da PMSE”, ministrada pelo Major Carlos Augusto e pelo Major Sávio. Logo após houve apresentações de grupos de capoeira do bairro.

Alguns aspectos desse evento merecem destaque, como por exemplo a presença marcante dos membros da Paróquia São Judas Tadeu na manifestação, bem como diversos segmentos da sociedade, tais como: o então vereador Magal do Partido dos Trabalhadores; da Associação de Moradores do bairro América (AMABA) e do bairro Novo Paraíso; de conselhos de segurança comunitária de diversos bairros de Aracaju, como também das escolas do bairro.

Policiais militares acompanharam toda a passeata escoltando a população, principalmente nas passagens por ruas paralelas. Par-

²¹ POLÍCIA comunitária do Bairro América. *Jornal da AMABA*, n. 161, ANO 16, mai. 1999, p. 2.

ticiparam da celebração Eucarística que marcou o início da manifestação o governador Albano Franco e o secretário de Segurança Gilton Garcia.

Poucas personalidades políticas estiveram presentes e quase não houve divulgação por parte dos meios de comunicação, em virtude da fuga de presos da Casa de Detenção do Bairro América que ocorreu no mesmo dia do Ato Público. No entanto, este evento é emblemático da capacidade de articulação da liderança religiosa local junto aos mais variados setores da sociedade aracajuana.

Neste sentido, Hourtart afirma que “a fé religiosa é capaz de motivar o compromisso social nas diferentes formas de resistência, nos movimentos sociais, nas buscas e na construção de alternativas²²”.

Porém, com a partida do frei José Raimundo para assumir uma nova paróquia na Bahia, a experiência do policiamento comunitário se viu desfalcada pela ausência de um dos seus principais defensores e principal articulador entre a sociedade e os órgãos de segurança pública do Estado.

No informativo da Associação de Moradores do Bairro América de dezembro de 2004, há o seguinte depoimento de um morador:

A violência, depois da saída do frei Raimundo aumentou. Antes era uma polícia comunitária de fato, hoje é só no papel. Eu vejo da seguinte forma: o fator da polícia comunitária é a integração com a comunidade, e isto não está acontecendo²³.

Ainda como evidência da posterior precariedade dos Postos de Atendimento ao Cidadão, o título do artigo do Jornal CIFORM de maio de 2004 é enfático: “POLÍCIA COMUNITÁRIA É CAÓTICA: Viaturas quebradas, coletes vencidos, postos destroçados e PMs resistindo aos descaso do Estado são o exato perfil da segurança

²² HOUTART, François. *Mercado e religião*. Tradução de Claudia Berliner e Renata Cordeiro. São Paulo: Cortez, 2002.

²³ INFORMATIVO da Associação de Moradores do Bairro América, Aracaju. n. 205, nov. e dez. 2004, p. 02-03.

nos bairros”²⁴. A notícia traz depoimentos de membros da Associação de Moradores relatando os problemas relacionados à falta de infra-estrutura para o trabalho dos policiais e fotos mostrando a decadência do posto.

Apesar das dificuldades relatadas acima, ainda hoje o Posto da Polícia Comunitária continua funcionando e, mesmo não contando mais com a liderança de frei Raimundo, a comunidade tem conseguido se reorganizar e cobrar das autoridades competentes melhores condições de segurança no bairro, principalmente através da sua associação de moradores.

Concordamos com a afirmação de que o frei Raimundo foi uma importante liderança no bairro, e que teve papel decisivo no bom desempenho da polícia comunitária. Contudo, afirmar que o Bairro América não tem mais poder de mobilização é menosprezar os moradores do bairro, assim como as lideranças das igrejas, entidades e grupos sociais aqui constituídos²⁵.

De fato, com a saída do frei José Raimundo do Bairro América, o poder de articulação da comunidade diminuiu. Apesar de seu sucessor – frei Florêncio Pecorari – ser protagonista de uma história de lutas como a da Fábrica de Cimento, o mesmo alegava não ter o mesmo carisma que frei Raimundo no tocante às cobranças junto às autoridades em busca de apoio à Polícia Comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um aspecto importante a ser destacado é que as reuniões do Conselho de Segurança do Bairro acontecem no salão paroquial da Igreja São Judas Tadeu, a exemplo de tantas outras reuniões de mobilização e conscientização da população do bairro em torno de causas sociais

²⁴ JORNAL CIFORM, Aracaju, 20-26 mai. 2004, Caderno 1, p. 5.

²⁵ INFORMATIVO da Associação de Moradores do Bairro América, Aracaju. n. 204, out. 2004, p. 01.

que aconteceram ao longo de sua história. Neste mesmo salão, como também no interior do próprio convento, várias reuniões aconteceram em diferentes momentos entre representantes do bairro e de vários setores da sociedade, seja na época da luta contra a poluição, como também em várias outras frentes encampadas pelas lideranças religiosas da paróquia.

A atuação dos frades capuchinhos em Aracaju perpassa diversos momentos da história do Bairro América. Analisando esta trajetória, onde por várias vezes os moradores foram persuadidos a mobilizar-se, percebe-se que a religião funciona como elemento de legitimação destas lideranças, como também das causas por estas defendidas.

A religião é parte da linguagem simbólica que nos remete ao sobrenatural. Assim sendo, aliada à característica carismática dos líderes aqui elencados, há que se considerar que muito de sua capacidade de articulação da sociedade, notadamente dos moradores do Bairro América, deve-se ao discurso religioso. Soma-se a este aspecto a histórica articulação entre Igreja Católica e Estado que, a depender do contexto vigente, desenvolveu-se de diferentes formas ao longo da história do Brasil. No Bairro América não foi diferente.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fontes:

2º LIVRO DE TOMBO DA CÚRIA METROPOLITANA DE ARACAJU (1953-1993);

LIVRO DE TOMBO DA IGREJA SÃO JUDAS TADEU (1961-2005)

JORNAL CINFORM, Aracaju, 20-26 mai. 2004, Caderno 1, p. 5.

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO AMÉRICA. ANO 16 n. 161, mai. 1999, p. 2.

_____. ANO 21 n. 204, out. 2004, p. 1.

_____. ANO 21 n. 205, nov. e dez. 2004, p. 2-3.

Referências:

D'ALATRI. *Os Capuchinhos: história de uma Família Franciscana*. Trad. Pilonetto, Adelino G. Porto Alegre: Edições EST, 1998.

HOUTART, François. *Mercado e religião*. Tradução de Claudia Berliner e Renata Cordeiro. São Paulo: Cortez, 2002.

MELLO, Arisvaldo Vieira. *A História de Pacatuba*. Ed. PAX, 1987.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

NATAL, Delsio. Fundamentos de Saúde Pública. In: PHILIPPI Jr., ROMÉRO, Marcelo de A., BRUNA, Gilda C. (editores). *Curso de Gestão Ambiental*. Barueri, SP: Manole, 2004, p. 333-374.

NEVES, Paulo S. C. Polícia Comunitária e participação social na segurança pública em Sergipe. *Revista da FAPese*. Aracaju, v. 3, n. 1, p. 87 - 121, 2007.

OLIVEIRA, Filadelfo Jônatas. *História de Laranjeiras Católica*. 2ªed. Secretaria de Estado da Cultura: Aracaju, 2005.

OLIVEIRA, Jorge Marcos; BITTENCOURT JR., Antônio. *Memória do Bairro América*. Aracaju: FUNCAJU, 1996.

OLIVEIRA, Valéria M. S. Davi contra Golias: A luta dos moradores do Bairro América para fechar a fábrica de cimento Portland (1975 - 1984). *Jornal da Cidade*. Caderno Aracaju Sesquicentenária, Aracaju, p. 35, mar. 2005.

_____. *Movimento social e conflitos socioambientais no Bairro América - Aracaju/ SE: o caso da Companhia de Cimento Portland de Sergipe (1967-2000)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA), UFS: São Cristóvão, 2008.

PELICIONI, Maria Cecília. Promoção da saúde e meio ambiente: uma trajetória técnico-política. In: PHILIPPI JR., PELICIONI, Maria Cecília. (editores). *Educação Ambiental e Sustentabilidade*. Barueri, SP: Manole, 2005, p. 413-420.

REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos na Bahia: os Capuchinhos Franceses*. Trad. Fr. Agatângelo de Crato. vol. 1. Caxias do Sul: Edições Paulinas, 1988.

_____. *Os Capuchinhos na Bahia: os Capuchinhos das Marcas*. Trad. Frei Agatângelo de Crato. vol. 3. Porto Alegre, 1991.

RENZO, Carli; FRANCO, Crespi, GIOVANNI, Pavan. *Os Capuchinhos: análise de uma ordem religiosa*. São Paulo: Ed. Ave Maria, s/d.

ZAGONEL, Frei Carlos Albino. *Capuchinhos no Brasil*. Porto Alegre: Edições EST, 2001.

Artigo recebido em junho de 2010. Aprovado em julho de 2010.

O HISTORIADOR E A
CULTURA POPULAR:
José Calasans e o folclore
de Sergipe e Bahia *

THE HISTORIAN AND THE
POPULAR CULTURE:
José Calasans and the folklore
of Sergipe and Bahia

Antônio Fernando de Araújo Sá**

RESUMO

Este artigo analisa a escrita do historiador José Calasans da Silva Brandão sobre a cultura popular do Nordeste brasileiro, especialmente dos Estados de Sergipe e Bahia. Registrando os enredos populares, seu trabalho buscou a fusão entre a tradição de estudos folclóricos, presente nas obras de Sílvio Romero, Gilberto Freyre, João Ribeiro e Luís da Câmara Cascudo, e a reflexão histórica como possibilidade de renovação historiográfica de temas como a Guerra de Canudos e a cachaça, mostrando que os estudos folclóricos não servem apenas à recuperação da tradição, mas possibilitam a compreensão das transformações históricas a partir da cultura popular folclórica.

Palavras-chave: Historiografia; Folclore; Cultura Popular.

ABSTRACT

This article analyzes the writing of the historian José Calasans da Silva Brandão on the popular culture in Northeast Brazil, specially in the states of Sergipe and Bahia. Recording the popular narrations, this work linked the tradition of folklore studies, as they appear in the works of Sílvio Romero, Gilberto Freyre, João Ribeiro and Luís da Câmara Cascudo, with the historical analysis as a the possibility of renewal historiographical issues like Canudos War and cachaça, showing evidence that folklore studies are not only the rescue of tradition, but also they allow the understanding historical transformations from the popular folk culture.

Keywords: Historiography; Folklore; Popular Culture.

* Paper apresentado na mesa *Discourse and Communication Theory and Brazilian History* no X Congresso da Associação de Estudos Brasileiros (BRASA), Brasília-DF, 22 a 24 de julho de 2010. Agradeço o trabalho de levantamento documental da pesquisadora Gilsimara Andrade Torres.

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: afsa@ufs.br

No Brasil, o surgimento dos estudos folclóricos nas últimas décadas do século XIX é indissociável do debate sobre a identidade nacional, pois as manifestações folclóricas representariam um dos caminhos para se compreendê-la. Neste sentido, o estudo das manifestações folclóricas passou a ser o caminho privilegiado para o estudo de certa “alma popular”, tornando o folclore um dos eixos para a construção de um projeto de nacionalidade¹.

Essa busca pela cultura popular forjada no século XIX por intelectuais românticos e folcloristas configura uma “matriz de significados” que, reelaborada, recuperada, guarda certa atualidade. Dos românticos, tem-se a fabricação de um popular ingênuo, anônimo, espelho da alma nacional. Dos folcloristas, influenciados pelo positivismo, encontramos a resistência contra o presente industrialista das sociedades européias e ilusoriamente a tentativa de “preservar a veracidade de uma cultura ameaçada”². Assim, no final do século XIX, as tentativas de definir folclore centraram-se, conforme definição de Tylor, em *Primitive Culture* (1871), nos elementos que sobreviviam “pela força do hábito em um novo estado de sociedade”³.

Data desta época o início da tradição de estudos folclóricos em Sergipe com a proposta de preservação da cultura popular e busca da identidade nacional. Os “intelectuais de província”, como Silvio Romero, João Ribeiro, Prado Sampaio, Felte Bezerra, Epifânio Dória, Severino Uchoa e Clodomir Silva, ao reconhecerem a radicalidade das mudanças em curso, se voltam para uma “operação de resgate”, no sentido de “armazenar, em seus museus e bibliotecas, a maior quantidade possível de uma beleza morta”⁴.

José Calasans se identifica com esta tradição, como podemos notar no pequeno comentário sobre *Minha Gente*, de Clodomir Silva, quando

¹ SOUZA, Ricardo Luiz de. Identidade nacional e modernidade brasileira: O diálogo entre Silvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Belo Horizonte: Autêntica/UNIFEMM, 2007, p. 117-118.

² ORTIZ, Renato. Cultura popular: românticos e folcloristas. São Paulo: Olho d'Água, s/d, p. 6.

³ WILLIAMS, Raymond. Folk. In: Palavras-chave: Um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 185.

⁴ ORTIZ, Renato. Op. Cit. p. 40.

travou conhecimento com a poesia popular, com a linguagem do povo de Sergipe⁵. Há uma nítida preocupação com o desaparecimento de hábitos, crenças e gestos vivenciados no cotidiano por conta do avanço da modernidade no Brasil. Então, o folclore é visto, por seus estudiosos, em risco permanente. Aqui a tradição é valorizada e resgatada por derivar do processo de formação da nacionalidade. Então, o que se busca não são caminhos para a modernidade, “mas de preservar tradições derivadas; de estudá-las com a empatia e o desalento de quem as admira e de quem sabe que o futuro não pertence a elas”⁶.

Entretanto, o professor José Calasans na busca de fundir à tradição folclórica uma reflexão histórica renovou a historiografia brasileira, mostrando que os estudos folclóricos não podem ser apenas a recuperação da tradição, mas compreender as transformações históricas presentes no folclore.

JOSÉ CALASANS, FOLCLORISTA

Em seus vários artigos sobre o folclore nordestino publicados numa coluna do *Correio de Aracaju*, intitulada “Temas de ontem e de hoje”, Calasans discorre sobre as sobrevivências da civilização do açúcar nas terras de Sergipe, buscando seus resíduos culturais. Segundo o pesquisador, algumas quadras do folclore do açúcar em Sergipe revelam “alguns momentos mais íntimos e mais interessantes da família e da economia sergipana”. Como exemplo, menciona que, a despeito de haver muito senhor de engenho perverso, desonesto e criminoso, também havia muitos homens de bem, como é registrada nesta cantiga:

No dia do meu jurado
Eu vi dois homens de bem
Adolfo do Escuriá,
Felisberto do Belém.

⁵ CALASANS, José. Minha Gente. Revista de Aracaju. Ano XIX, n. 7, Prefeitura Municipal de Aracaju, 31/12/1962, p. 440.

⁶ SOUZA, Ricardo Luiz de. Op. Cit., p. 28.

No final deste pequeno artigo, o autor acaba por se aproximar do tema do folclore da cachaça, que marcará sua produção folclórica nos anos subseqüentes:

Cachaça, fia da cana
Neta do canaviá⁷.

Do início da década de 1940, podemos destacar alguns trabalhos relevantes de Calasans para o estudo do folclore de Sergipe. Inicialmente, sua tese de concurso para catedrático de História do Brasil e de Sergipe na Escola Normal Rui Barbosa, em 1942, se serviu de versos populares a respeito da mudança da capital de Sergipe. O povo de São Cristóvão, além dos protestos legais na Câmara Municipal, realizou manifestações irônicas nas ruas, principalmente visando o descrédito da nova cidade:

Aracaju não é cidade
Nem também povoação
Tem casinhas de palha
Forradinhas de melão⁸.

Ou ainda ridicularizando os políticos envolvidos na transferência da capital, com pragas, versos e apelidos:

O Barão ta no inferno
O Batista na profunda
E o Catinga vai atrás
Com o cofre na cacunda.

Quem for para Aracaju
Leve terço pra rezá

⁷ CALASANS, José. O folclore do açúcar em Sergipe. Correio de Aracaju. 12 de fevereiro de 1942, p. 3.

⁸ CALASANS, José. Aracaju: contribuição à história da capital de Sergipe. In: CALASANS, José. Aracaju e outros temas sergipanos. Aracaju: FUNDESC, 1992, p. 79.

Que Aracaju é a terra
Onde as almas vão pená⁹

Em pequeno artigo de sua coluna no *Correio de Aracaju*, Calasans também registra quadras sobre a mudança da capital de Sergipe, compiladas por Enock Santiago, afirmando que alguns versos não representavam a verdade histórica:

O Snr padre Barroso
Não diz missa no altar
Porque foi o causador
Da capital se mudar¹⁰.

Além da mudança da capital de Sergipe, que se configurou em um verdadeiro ciclo folclórico, ele destaca alguns acontecimentos políticos presentes na literatura poética popular, como a deposição do Padre Dantas, em 1896, a Revolta de Fausto Cardoso, em 1906, e a Revolta Tenentista de 1924. Sobre este último episódio, pinçamos as seguintes estrofes:

“No dia 13 de julho
Data para mim sagrada
Acordei com o tiroteio
Às duas horas da madrugada”

“Vem cá, Mainá
Não vou lá não
Porão do Grupo
Não foi feito pra mim, não”¹¹.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 75 e 83.

¹⁰ CALASANS, José. Notas sobre a mudança da capital. *Correio de Aracaju*. 12 de março de 1942, p. 3.

¹¹ CALASANS, José. Cancioneiro histórico de Sergipe. In: CALASANS, José. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDESC, 1992, p. 132.

Em *Subsídios para o Cancioneiro Histórico de Sergipe* (1944), Calasans discordou do mestre Silvio Romero, que afirmara que o cancionero popular era paupérrimo de referências aos acontecimentos históricos. Para o historiador, os “lirófilos do povo têm estado sempre vigilantes, enaltecendo os grandes feitos, censurando os atos errados, glorificando os verdadeiros heróis, ridicularizando os falsos profetas, acompanhando em suma, os altos e baixos da vida política nacional”¹².

Insistindo na relevância das manifestações poéticas e do folclore rimado em Sergipe, Calasans passou pelo folclore político como exegeta e não como colecionador de tradições, buscando “verificar a veracidade dos juízes anônimos integrados na poética política do povo”. Como exemplo, o autor menciona os choques entre brasileiros e portugueses durante o processo de emancipação política do Brasil:

“Desgraçados brasileiros
Descendentes da Guiné
Trocaram as cinco chagas
Pelo fumo e o café”¹³.

Sobre o folclore da cachaça na poesia popular de Sergipe, publicado na *Revista de Aracaju* (1943), Calasans colige o material em embarcações, índios da maloca, carroceiros, estivadores e ganhadores de Aracaju, além da colaboração de pesquisadores locais sobre o folclore, destacando-se Garcia Moreno, que à época desenvolvia uma pesquisa sobre o folclore da maconha. Para o pesquisador, a aguardente de cana está intimamente ligada à vida do povo brasileiro, especialmente naquelas regiões onde predominavam a cultura da cana-de-açúcar. Assim, muito deve a poesia popular no Brasil à “branquinha”, na medida em que é uma de suas fontes inspiradoras, como podemos ver na poesia de Inácio da Catingueira, famoso cantor nordestino.

Este artigo concentrou-se nos rituais da bebida, inclusive realçando

¹² Idem, p. 126.

¹³ Idem, ibidem, p. 128 e 129.

uma cerimônia de culto à própria caninha em Maruim, intitulada “Culto da Serpente Venenosa do Alto Mar”. A cerimônia mais comum é a da bodega, ponto de reunião dos bebedores, obedecendo a três fases: oferecimento, agradecimentos e pedidos, e louvações. Dentre as ofertas, Calasans ouviu e registrou os seguintes versos:

Comigo V. não bula
Eu brigo até de tacape
Tome, poive, beba, ingula
Dessaroi, destampe e tape.

Como resposta, o convidado retruca:

Eu bebo, tampo e tapo
Não deixo o fartum sai
Sou cidadão brasileiro
Falo a favor do Brasi¹⁴.

A genealogia da cachaça constitui-se em tema predileto entre os louvadores. José Sampaio recolheu a seguinte quadra:

Água de cana é cachaça
Concha pequena é cuié
Língua de veia é desgraça
Bicho danado é muié¹⁵.

Este pequeno trabalho repercutiu entre os folcloristas nacionais, causando grande impacto sobre os pesquisadores do folclore da cachaça. Sobre o assunto, o folclorista Veríssimo de Melo afirma que José Calasans e Guilherme Santos Melo constituem-se nos mais autorizados especialistas no assunto. Suas reflexões repercutiram inclusive na *Revista*

¹⁴ CALASANS, José. Aspectos folclóricos da cachaça. Separata da Revista de Aracaju. Aracaju, ano I, n. 1, 1943, pp. 1-21 [p. 7].

¹⁵ Idem, ibidem, p. 10.

de *Dialectologia y Tradiciones Populares* (tomo 6, caderno 3, 1959), de Madri, onde são citadas no trabalho de J. A. Pires de Lima sobre as bebidas alcoólicas no folclore americano¹⁶.

Do final dos anos 1940 e início dos anos 1950, há de se destacar sua contribuição para o folclore da Guerra de Canudos. Seguindo as trilhas abertas por Odorico Tavares, no sentido de perscrutar o imaginário popular, Calasans acabou por inaugurar uma perspectiva pós-euclidiana de se pensar Canudos, na qual os combatentes conselheiristas são considerados sujeitos históricos¹⁷.

Euclides da Cunha já indicara a importância dos rudes poetas, “rimando-lhes os desvarios em quadras incolores”, na produção de documentos vivos sobre a Guerra de Canudos. Aproveitando-se desta dica, José Calasans propôs instigante levantamento sobre as poesias populares de cunho sebastianista presentes na região de Bahia e Sergipe. No Colóquio de Estudos Etnográficos “Dr. José Leite de Vasconcelos”, na cidade do Porto, Portugal, em junho de 1958, o historiador sergipano traçou a tradição sebastianista no folclore de Canudos, baseando-se na obra de Jota Sara, poeta popular dos sertões da Bahia, que alude a D. Sebastião como relevante para os acontecimentos de Canudos. Segundo o pesquisador, o ambiente da cidade era propício para a presença sebastianista no ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro porque havia, indiscutivelmente, uma tradição sebastianista nos sertões do Brasil desde o Reino Encantado da Pedra Bonita, nos idos de 1819 e 1836. Só que em Canudos, o sebastianismo tomou uma nova feição, “deixando de ser o ‘anelo da redenção nacional’ de que falou João Lúcio de Azevedo, para representar, sobretudo, a esperança popular na restauração da monarquia brasileira”¹⁸.

É interessante observar que Calasans não chegou ao tema da Guerra de Canudos por intermédio do livro vingador de Euclides da

¹⁶ MELO, Veríssimo de. Achegas ao folclore da cachaça. Diário de Natal. Natal, 15 de dezembro de 1950. In: Jangada Brasil. N. 49, setembro de 2002. Capturado no endereço eletrônico <http://www.jangadabrasil.com.br/setembro49;especial25.html> em 9/7/2008.

¹⁷ REESINK, Edwin. A memória das memórias de Canudos: A pesquisa e a obra de José Calasans. In: Revista Canudos. V. 5, n. 1, jun. 2001, Centro de Estudos Euclides da Cunha/Universidade do Estado da Bahia.

¹⁸ CALASANS, José. No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da Campanha de Canudos. Salvador: Progresso/Universidade da Bahia, 1959, p. 55.

Cunha, mas, inicialmente, através de suas conversas com o major do Exército, Marcelino José Jorge, chefe do Estado Maior do general Savaget¹⁹. Com o passar do tempo, suas pesquisas sobre o folclore político e sobre a cachaça nos mercados de Aracaju, nos anos 1940, levaram-no às primeiras evidências das imagens populares de Canudos, o que resultou no livro hoje clássico sobre o tema, intitulado *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro* (1950)²⁰.

Colhendo fragmentos de memórias delicadamente construídas ao longo de cinquenta anos de pesquisa e que pode ser consultada numa plêiade de pequenos artigos e estudos publicados nos mais diferentes veículos, Calasans defendeu que os “vencidos” também têm um lugar na História, quando, por meio de uma série de biografias dos jagunços, resgatou os combatentes conselheiristas como sujeitos históricos²¹.

No início dos anos 1950, o folclorista também analisou as cantigas de *Cacumbis e Taieiras de Sergipe* (1951), inseridas no ciclo folclórico do Rei do Congo, preocupado com a perda de suas funções tradicionais em Sergipe. Segundo o autor, estas cantigas estavam morrendo, pois “Coroar e prestar vassalagens a hipotéticos reis do Congo é, evidentemente, coisa ultrapassada”. Ele percebe certo desprestígio da realeza em quadra coletada no cacumbi de Japaratuba:

Minha Rainha
Rabo de Tainha
Hoje no trono
Amanhã na cosinha (sic)²².

O ciclo dos Reis do Congo – conjunto de cerimônias religiosas e profanas, danças dramáticas, bailados e cantigas populares de evi-

¹⁹ SAMPAIO, Consuelo Novais. O sábio do Sertão conselheiro. In: *A Tarde Cultural*. Salvador: 21/7/2001.

²⁰ CALASANS, José. *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*: Contribuição ao Estudo da Campanha de Canudos. Salvador: EDUFBA/Centro de Estudos Baianos, 2002 (Edição fac-similada).

²¹ CALASANS, José. *Quase biografias de jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro*. Salvador: CEB/UFBA, 1986.

²² CALASANS, José. Cantigas de Cacumbis e Taieiras de Sergipe. *Revista de Aracaju*. Aracaju, ano IV, n. 4, 1951, pp. 177-182 [p. 179].

dente influência banto – é um dos mais ricos e instigantes do folclore negro no Brasil. A marca registrada é o sincretismo luso-africano, na medida em que “o negro adaptou elementos de sobrevivência histórica e até enredos completos ao teatro popular que êle já encontrou no Brasil trazido pelos portugueses”. Neste sentido, Calasans ressaltou a resistência cultural do negro, pois “ia conservando (...) o seu modo de ser e sentir as coisas”²³.

Processava-se, então, uma espécie de inversão do cotidiano. Apesar de serem festas católicas, celebrando Senhor do Bonfim ou São Benedito, o que se percebia era “a elaboração de uma outra cultura híbrida, mas muito original... as mulheres iam em procissão até o alto, na igreja, cantavam e dançavam e o padre permitia quase tudo, censurando apenas os cantos mais ‘problemáticos’”²⁴.

Em 1951, Calasans publicou o livro *Cachaça, Moça Branca*, aprofundando sua pesquisa sobre o folclore da cachaça iniciada com o artigo anteriormente citado, *Aspectos Folclóricos da Cachaça* (1943). Seguindo a advertência de Gilberto Freyre, o folclorista buscou em seu ensaio sobre a cachaça não somente o pitoresco, mas também o dramático que o tema encerra. Desse modo, ele ressaltou o sentido social da “branquinha”, preocupando-se em definir os tipos sociais “bebedores” e suas relações com a cachaça, especialmente sobre os rituais da bebida e seu impacto na sociedade e cultura regional.

Inicialmente, a cachaça é identificada como permanente fonte inspiradora da poesia popular, sendo que a cantiga brasileira muito deve à aguardente de cana. A nobre caninha está intimamente ligada à vida do cantador, servindo-lhe de inspiração. Francisco das Chagas Batista afirma que o glosador inspira-se bebendo cachaça. Como diz o adágio popular: “não há mulher sem graça, nem poeta sem cachaça”²⁵.

O preconceito contra a bebida da senzala (cachaça é bebida de

²³ Idem, *ibidem*, p. 181 e 182.

²⁴ MEIHY, José Carlos Sebe. “Meu empenho foi ser o tradutor do universo sertanejo” (Entrevista com José Calasans). *Luso-Brazilian Review*. vol 30, n.2, Winter 1993, p. 24.

²⁵ CALASANS, José. *Cachaça, Moça Branca: um estudo de folclore*. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, Publicações do Museu do Estado, n. 13, 1951, p. 14.

negro) é registrado, com a ironia, numa quadra de um capoeira baiano, recolhida por Manuel Querino:

Marimbondo dono do mato
Carrapato dono da foia
Todo mundo bebe cachaça
Negro de angola só leva fama.

Também a bebida serve de elemento diferenciador de raça ou grupos sociais nos versos populares:

Branco bebe champanha
Caboclo, vinho do Porto
Mulato bebe cachaça
Negro, mijo de porco²⁶.

Nos autos populares, como a Chegança, Calasans identificou que o vício da embriaguez é severamente condenado. Mas na poesia popular os inimigos da bebida são imensa minoria. Contudo, é perceptível a associação entre crime e cachaça ou com desordens da ordem pública:

Todo relógio quer corda
Todo escrivão quer tinteiro
Em toda briga se encontra
Mulher, cachaça, dinheiro²⁷.

Sobre a dimensão religiosa da cachaça no Candomblé, o autor cita os trabalhos de Édison Carneiro, que fixou a figura de *Martim-Bangolá*, *Martim-ki-banda*, *Marujo*, mensageiro dos deuses, que aparece invariavelmente pedindo cachaça, caindo de bêbado. Segundo Calasans, também se encontra nos catimbós do nordeste a cachaça integrada ao ritual²⁸.

²⁶ Idem, ibidem, p. 36 e 37.

²⁷ Idem, p. 72.

²⁸ Ibidem, p. 44.

As colaborações de Calasans para o folclore baiano podem ser encontradas no livro *Folclore Geo-Histórico da Bahia e seu Recôncavo* (1970). Definindo a “Outra Bahia”, a do Recôncavo, como uma bem definida área geo-histórica-cultural do Brasil, o folclorista identificou um verdadeiro ciclo lendário dos templos cristãos da Bahia na região, onde se assinalam na memória popular milagres nas construções das igrejas, mas também assombrações nos engenhos mortos. Também no Recôncavo podemos encontrar a Guerra da Independência na memória popular com quadras poéticas. O autor lembra que o “Dois de Julho” entrou, definitivamente, no linguajar popular, por meio de expressões como *Toque o carro pr’a Lapinha*, isto é, uma coisa que não pode parar. Mas, para Calasans, a principal peça folclórica do folclore histórico do Recôncavo é o popularíssimo ABC de Lucas da Feira, conhecido salteador do século XIX na Bahia, constituindo-se no mais conhecido fato histórico da região. Inclusive o folclorista afirma que na literatura de Jorge Amado referente ao Recôncavo existe uma vontade das personagens em serem cantados nos versos de um ABC, como Antônio Balduino, em *Jubiabá*²⁹.

Sobre as cantigas do 2 de julho, o folclorista afirma que elas constituíram-se em armas de combate entre simpatizantes dos brasileiros e dos portugueses. A contribuição poética popular do romanceiro da Independência tornou-se um autêntico ciclo de nossa poesia anônima, sendo o primeiro recolhido pelos historiadores e folcloristas, como Melo de Moraes, Pereira da Costa, Gustavo Barroso e Pedro Calmon. De um lado, os portugueses denunciavam o sangue negro dos brasileiros:

Fecha a porta, gente
Aí vem Labatut
Com um bando de negros
Parece Urubu

²⁹ CALASANS, José. O folclore histórico do Recôncavo da Bahia. Revista de Cultura da Bahia. Salvador, n. 3, p. 43-53, jul./dez. 1971.

De outro, os brasileiros respondiam, exaltando a missão de Lababut:

Lababut jurou a Pedro
Quando lhe beijou a mão
Botar fora da Bahia
Esta maldita Nação³⁰.

Não podemos esquecer que Calasans também escreveu como historiador do folclore, analisando as contribuições de folcloristas sergipanos e baianos para o folclore brasileiro, como Clodomir Silva, Celso Magalhães e Alfredo do Vale Cabral. Nos *Cadernos Antônio Viana* da Comissão Baiana do Folclore, Calasans homenageou o mestre Clodomir Silva, reconhecendo sua contribuição como incentivador dos estudos de Folclore, por meio de suas aulas de Português no Ateneu Sergipense. Era uma voz solitária nos meios intelectuais sergipanos, ainda que, de forma não sistemática e sob a influência de Silvio Romero, intelectuais como Manuel dos Passos de Oliveira Teles, Joaquim do Prado Sampaio Leite, Severiano Cardoso e Alberto Deodato tenham descrito aspectos da cultura de *folk* em Sergipe. Mas, além da influência de Silvio Romero, podemos considerá-lo um discípulo do pesquisador cearense Leonardo Mota, colecionador de tradições e costumes do Nordeste brasileiro. Para o pesquisador sergipano, Clodomir Silva complementou a obra de Silvio Romero no âmbito da poesia popular e do linguajar sergipano, especialmente no que se refere à contribuição para os estudos sobre o falar sergipano nos tempos da República Velha³¹.

Para Calasans, Celso Magalhães inaugura a história do folclorismo na Bahia, ao realizar ligeira incursão no populário provinciano da Bahia. Apesar desse interesse pela cultura popular, Celso Magalhães não tinha atitude simpática ao modo de ser e de sentir do povo, na medida em que afirmava que os bailados, os bandos de São Gonçalo, os sambas,

³⁰ CALASANS, José. Cantigas do 2 de julho. *Revista Brasileira de Folclore*. Brasília, ano 12, n. 37, set./dez. 1973, pp. 11-15.

³¹ CALASANS, José. "Clodomir Silva e o folclore sergipano". In: *Cadernos Antônio Vianna*. Salvador, n. 4, 1976, p. 3-9.

os maracatus eram “um espetáculo de causar vergonha aos habitantes de uma cidade civilizada”³².

Em *Achegas ao estudo do Folclore Brasileiro* (1978), Calasans compila os escritos produzidos por Alfredo do Vale Cabral na Bahia, entre 1879 e 1880, a partir do seu trabalho de coleta de canções e variadas manifestações populares e publicado na *Gazeta Literária* entre 1883 e 1884. Preocupado com ameaça de desaparecimento das “raças inferiorizadas”, segundo os preceitos da época, Vale Cabral faz uma variada coleta de cantigas/canções, descrições de seres fantásticos, jogos infantis, provérbios, termos populares, adivinhações, rezas e superstições³³.

O historiador sergipano enfatizou a influência de Silvio Romero no espírito de Vale Cabral, determinando seu interesse por estudos da demopsicologia. A coleta de canções populares baianas confere-lhe o título de iniciador dos estudos folclóricos na Bahia durante sua viagem em 1879-1880. Antes dele, apenas Celso de Magalhães fizera ligeira incursão na temática. Calasans também credita ao folclorista baiano a preocupação de comparar elementos por ele recolhidos com os difundidos por Silvio Romero, Teófilo Braga, Couto de Magalhães, José Leite de Vasconcelos. Assim, Vale Cabral retificou afirmações de Silvio Romero sobre os versos a respeito de “Senhor Pereira de Moraes” e Lucas da Feira, deixando evidente a origem baiana da composição poética que Silvio Romero ouvira em Sergipe³⁴.

A análise da escrita do historiador José Calasans da Silva Brandão sobre a cultura popular do Nordeste brasileiro e sobre a contribuição dos folcloristas sergipanos e baianos possibilita-nos pensar sobre os procedimentos metodológicos do autor, revelando

³² CALASANS, José. Celso Magalhães e o folclore baiano. *Revista de Cultura da Bahia*. Salvador, n. 3, p. 31-34, jan./jun. 1969.

³³ RIBEIRO, Cristina Betioli. *O Norte: um lugar para a nacionalidade*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, 2003, p. 112.

³⁴ CALASANS, José (Org.). *Achegas ao estudo do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: MEC-DAC-FUNARTE- Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978. Este trabalho retoma as reflexões do autor sobre a contribuição dos trabalhos de Vale Cabral para o folclore brasileiro publicado na *Revista da Bahia*. Salvador, ano I, n. 1, p. 37-46, out. 1960.

a fusão entre a tradição de estudos folclóricos, presente nas obras de Sílvio Romero, Gilberto Freyre, João Ribeiro e Luís da Câmara Cascudo, e a reflexão histórica como possibilidade de renovação historiográfica de temas como a Guerra de Canudos e a cachaça. Os estudos folclóricos não servem apenas à recuperação da tradição, mas possibilitam a compreensão das transformações históricas a partir da cultura popular folclórica.

Por fim, reiteramos a importância dos estudos folclóricos para a reconstituição do passado, na medida em que revela uma escala reduzida de apreensão dos fenômenos sociais. José Calasans mostrou o caminho metodológico que devemos seguir: afastar-se de certo “conservantismo epistemológico”, fundindo as manifestações folclóricas à dimensão histórica e antropológica.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CALASANS, José. O folclore do açúcar em Sergipe. *Correio de Aracaju*. 12 de fevereiro de 1942, p. 3.

_____. Notas sobre a mudança da capital. *Correio de Aracaju*. 12 de março de 1942, p. 3.

_____. Aspectos folclóricos da cachaça. Separata da *Revista de Aracaju*. Aracaju, ano I, n. 1, 1943, pp. 1-21.

_____. Cantigas de Cabumbis e Taieiras de Sergipe. *Revista de Aracaju*. Aracaju, ano IV, n. 4, 1951, pp. 177-182.

_____. *Cachaça, Moça Branca: um estudo de folclore*. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, Publicações do Museu do Estado, n. 13, 1951.

_____. *No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da Campanha de Canudos*. Salvador: Progresso/Universidade da Bahia, 1959.

_____. Minha Gente. *Revista de Aracaju*. Ano XIX, n. 7, Prefeitura Municipal de Aracaju, 31/12/1962.

_____. Celso Magalhães e o folclore baiano. *Revista de Cultura da Bahia*. Salvador, n. 3, p. 31-34, jan./jun. 1969.

_____. O folclore histórico do Recôncavo da Bahia. *Revista de Cultura da Bahia*. Salvador, n. 3, p. 43-53, jul./dez. 1971.

_____. Cantigas do 2 de julho. *Revista Brasileira de Folclore*. Brasília, ano 12, n. 37, set./dez. 1973, pp. 11-15.

_____. “Clodomir Silva e o folclore sergipano”. In: *Cadernos Antônio Vianna*. Salvador, n. 4, 1976, p. 3-9.

_____. (Org.). *Achegas ao estudo do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: MEC-DAC-FUNARTE- Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978.

_____. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDESC, 1992.

_____. *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro: Contribuição ao Estudo da Campanha de Canudos*. Salvador: EDUFBA/Centro de Estudos Baianos, 2002 (Edição fac-similada).

_____. *Quase biografias de jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro*. Salvador: CEB/UFBa, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe. “Meu empenho foi ser o tradutor do universo sertanejo” (Entrevista com José Calazans). *Luso-Brazilian Review*. vol 30, n.2, Winter 1993.

MELO, Veríssimo de. Achegas ao folclore da cachaça. Diário de Natal. Natal, 15 de dezembro de 1950. In: *Jangada Brasil*. N. 49, setembro de 2002. Capturado no endereço eletrônico <http://www.jangadabrasil.com.br/setembro49;especial25.html> em 9/7/2008.

ORTIZ, Renato. *Cultura popular: românticos e folcloristas*. São Paulo: Olho d'Água, s/d.

REESINK, Edwin. A memória das memórias de Canudos: a pesquisa e a obra de José Calasans. In: *Revista Canudos*. V. 5, n. 1, jun. 2001, Centro de Estudos Euclides da Cunha/Universidade do Estado da Bahia.

RIBEIRO, Cristina Betioli. *O Norte: um lugar para a nacionalidade*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, 2003.

SAMPAIO, Consuelo Novais. O sábio do Sertão conselheiro. In: *A Tarde Cultural*. Salvador: 21/7/2001.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica/UNIFEMM, 2007.

WILLIAMS, Raymond. Folk. In: *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Artigo recebido em julho de 2010. Aprovado em agosto de 2010.

Discursos

DISCURSO DE DESPEDIDA DO IHGSE*

José Ibarê Costa Dantas**

Estamos aqui para cumprir um rito próprio de instituições democráticas: a alternância de poder.

A transmissão do cargo marca um momento significativo, configurado pela chegada de um e a saída do outro. O que chega vem com projetos e esperanças de realizações. Quem sai assim o faz porque seu tempo acabou.

Porque a vida do homem e suas ações estão irremediavelmente limitadas pelo tempo. Mas que é o tempo? Platão dizia que *é a parte móvel da eternidade*. Por esse conceito, a *eternidade* é imóvel e, enquanto o tempo se movimenta, todos os seres passam. O homem é um exemplo de ser transitório. Se nascer vivo, após algum tempo morre. Ocorre que, mesmo reconhecendo a efemeridade de sua existência, grande parte dos seres humanos recusa encarar sua condição de finitude.

Como escreveu o filósofo Ivan Domingues, a quem recorremos para desenvolver nossas reflexões, desde tempos imemoriais o homem procurou fugir da “ação implacável do tempo, com o ciclo de nascimento, crescimento e morte”¹. Nessa fuga, tem buscado as explicações mais díspares.

* Discurso proferido no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 19 de janeiro de 2010.

** José Ibarê Costa Dantas é historiador. Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no período de 19.12.2003 a 19.01.2010.

¹ DOMINGUES, Ivan. O Tempo e a História. *Síntese Nova Fase*. V. 20, n. 63, 1993, p. 703.

As sociedades primitivas recorreram à magia. As intempéries passaram a ser tributadas às influências mágicas, demoníacas ou a vontade dos deuses a quem procuravam manipular em função de seus objetivos. Dentro dessa concepção, criaram os mitos como entidades justificadoras de suas vulnerabilidades. Associado a isso, desenvolveram a ideia de reversibilidade ou do tempo circular na ilusão de que tudo retornará².

A tradição judaico-cristã avançou no cultivo do conhecimento do passado com as histórias do povo eleito e apresentou uma explicação engenhosa. Reconheceu a efemeridade do ser e as fragilidades humanas ao registrar no livro do Gênesis: “*Lembra-te, ó homem, que vieste do pó e em pó te hás-de tornar*”³. Contudo, para superar essa condição, criou a doutrina da salvação na qual apareceu a alma eterna, resistindo à ação do tempo.

Nos gregos, já encontramos uma certa ambivalência. Enquanto uns acreditavam nos deuses e na circularidade do tempo, outros deram-se conta dos problemas relacionados com a temporalidade e, abdicando das explicações sobrenaturais, foram aprendendo a conviver com sua tragédia existencial.

Os milênios transcorreram, a ciência evoluiu, desfazendo preconceitos, superstições e mitos, todavia tem sido um aprendizado difícil. Grande parte dos homens resiste a aceitar sua condição. A vontade de evadir-se do tempo, superar a transitoriedade tem-no levado a buscar disfarces, meios de iludir-se. As sociedades urbanizaram-se e secularizaram-se, mas os homens continuam frequentando igrejas, terreiros de candomblés e outros ambientes na busca da vida eterna.

Os literatos, gente mais sofisticada, criaram as academias e passaram a disputar suas cadeiras na busca da imortalidade.

Respeitamos todas as crenças. Mas defendemos o direito de enfrentar a vida sem ilusões. Nós não temos a pretensão da imortalidade. Com muita serenidade, reconhecemos a fragilidade humana com seu rosário de adversidades: esquecimentos, perdas, sofrimentos, violências e mortes.

² Cf. DOMINGUES, Ivan. Ob. cit., p. 704-711.

³ Gênesis. 3-19.

Fernando Pessoa, exprimiu nossa transitoriedade de forma poética e eloquente no famoso poema sobre a Tabacaria:

*Não sou nada.
Nunca serei nada.]
Não posso querer ser nada.
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.*

Sobre o dono da Tabacaria disse:

*“Ele morrerá e eu morrerei.
Ele deixará a tabuleta, eu deixarei os versos.
A certa altura morrerá a tabuleta também, os versos também.
Depois de certa altura morrerá a rua onde esteve a tabuleta,
E a língua em que foram escritos os versos.
Morrerá depois o planeta girante em que tudo isto se deu.
Em outros satélites de outros sistemas qualquer coisa como gente
Continuará fazendo coisas como versos e vivendo por baixo de
coisas como tabuletas”⁴.*

O grande pensador italiano Norberto Bobbio, por sua vez, dizia que “levar a vida a sério significa aceitar firmemente, rigorosamente, de maneira mais serena possível, a própria finitude”⁵.

Nós não estamos aqui para dissipar a vida. Nessa oportunidade única que nos é dada, optamos por valores de caráter humanísticos, traçamos objetivos e nos empenhamos em persegui-los, mesmo sabendo dos limites de nossa condição. Entendemos que ter consciência de nossa fragilidade e de nossa transitoriedade não é motivo para entrarmos em desespero, nem significa abdicar de construir coisas mais ou menos duradouras.

Apesar de o homem ser “o canião mais fraco da natureza, é um

⁴ PESSOA, Fernando. *Seleção Poética*. Rio de Janeiro, INL, 1971, p. 256.

⁵ BOBBIO, Norberto. *O Tempo da Memória: de Senectude e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro. Campus, 1997, p. 40.

caniço pensante”, como disse Pascal⁶, esse animal tem algumas peculiaridades, entre as quais a de deixar vestígios de variadas significações. Alguns de pedra como as pirâmides do Egito que já atravessaram alguns milênios. Com materialidade menos perceptível, proliferaram os variados tipos de documentos que expressam a memória de um povo e motivam a sua existência. Inclusive objetos de arte. Aliás, é muito conhecido o provérbio atribuído a Hipócrates: “a arte é longa, a vida é breve”.

Todos esses vestígios compõem a Memória, que na mitologia grega se chamava mnemosine, mãe de Clio, musa da História⁷.

Nesse ponto, podemos dizer que o prédio do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe é um vestígio e, ao mesmo tempo, um local de memória septuagenário que guarda e preserva outros vestígios em forma de papel e de objetos museológicos, alguns dos quais já ultrapassam três séculos.

Diante da eternidade, é um nada, mas são nesses espaços temporais, nos limites desses horizontes que o homem realista constrói sua obra e deixa seus vestígios, na esperança de que esteja contribuindo para o processo de humanização da convivência dos seres na Terra.

Daí a importância desta instituição cultural, o IHGSE, guardião de nossas tradições, para quem dedicamos seis anos de nossas energias, visando melhorar suas condições de funcionamento, aumentar sua documentação e disponibilizá-la para a sociedade da qual participamos.

No entanto, temos consciência da efemeridade dos nossos feitos. A pintura, que com tanto esforço realizamos, daqui a poucos anos já estará desbotada. Os rebocos consertados não demorarão a apresentar rachaduras. As novas instalações sanitárias envelhecerão. Os 33 quadros restaurados, daqui a uma década já apresentarão sujidades, ressecamentos, craquelês, necessitando de intervenções. Essa é a lei da natureza e cabe ao homem enfrentar os efeitos do desgaste decorrente do ambiente e do tempo. Urge, portanto, determinação para construir uma memória e uma vigília constante para evitar sua destruição. Pois

⁶ PASCAL, Blaise. Pensamentos, artigo VI, 347.

⁷ Cf. PESSANHA, José Américo Motta. O sono e a vigília. In: NOVAES, Aduino (org.). Tempo e História. São Paulo, Cia da Letras, 1992, p. 33.

é a memória que permite o acúmulo de conhecimentos e o progresso dos povos.

É certo que outras obras terão durabilidade maior como a estante de 129 metros lineares que o sócio benemérito Luiz Eduardo Magalhães doou ao IHGSE. As novas telhas provavelmente terão uma duração de várias décadas.

Apesar de alguns materiais resistirem mais tempo, tudo vai acabar. Contudo, qualquer que seja a sobrevivência dessas coisas não nos causa frustração, mesmo porque o sentimento da soberba não nos afeta. Importa-nos a convicção de que fizemos a nossa parte e, dentro de nossas possibilidades, deixamos vestígios de duração variada e, por vezes, com efeitos de difícil mensuração.

Por exemplo, algumas ações como o inventário do acervo, a digitalização de jornais e documentos outros, as publicações da Revista, livros e instrumentos de pesquisa não apenas ampliaram a memória sergipana como a democratizaram através da doação a instituições e da venda a preço simbólico. A ampla difusão, inclusive através da internet, disseminou as informações, enriqueceu o patrimônio imaterial de Sergipe e o expandiu para outras plagas.

Enquanto atuávamos, registraram-se também descontentamentos, especialmente por parte daqueles intelectuais que, imbuídos de privilégios especiais, dantes usavam o acervo do IHGSE sem levar em conta a distinção entre o público e o privado. Julgamos que, embora o IHGSE não seja instituição estatal, é uma entidade da sociedade civil com conotação pública. Além de atender a todos de forma indiscriminada, desde sua fundação mantém uma relação muito estreita com o Estado, que é mantido pelo contribuinte. Não devemos esquecer que foi esse ente público que financiou grande parte da construção do prédio da *Casa de Sergipe* e mais tem contribuído para sua manutenção.

Portanto, nada mais justo e natural que nos pautemos por procedimentos republicanos de respeito à coisa pública e de tratamento impessoal, sabendo distinguir magnanimidade de cumplicidade com privilégios pessoais.

Como prometemos em nosso discurso de posse há seis anos, vie-

mos aqui para reformar. Recordávamos que fomos bancário, professor, mas nos dedicamos, sobretudo, à pesquisar e a divulgar nossas reflexões sobre a história de nosso povo. Apesar dessas prioridades, circunstâncias nos levaram a vivenciar três pequenas experiências para atender os reclamos de nossa consciência de cidadão.

Primeiro, presidimos o Centro de Estudos e Investigações Sociais (CEIS) no período 1981/83, funcionando no 3º andar do IHGSE, agregando cidadãos de várias procedências para a construção da democracia.

A segunda dispersão foi na implantação e na coordenação de 1987 a 1990 do Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais (NPPCS), que vigora até hoje.

A terceira experiência foi no IHGSE. Convidado pela então presidente Maria Thetis Nunes para participar da Diretoria como vice, quando tentamos operar mudanças, encontramos resistências de seus auxiliares de tal forma que nos levaram a candidatar-nos à presidência. Aqui chegamos, nos empenhamos para transformá-lo e contamos com o apoio de personalidades de várias origens e conotações políticas.

Antes que caiam no esquecimento, gostaríamos de registrar a contribuição dos companheiros de gestão. Primeiro, Itamar Freitas, que permaneceu até 2007, atuando com grande poder de ação. Como organizador da biblioteca e do arquivo, interveio de forma planejada, efetuando limpeza, inventário e alocação do material bibliográfico, gerando instrumentos de pesquisas e procedimentos que permitiram o uso generalizado dos livros, periódicos e manuscritos.

Outra contribuição inestimável foi a de Verônica Maria Menezes Nunes, encarregada de cuidar do acervo do museu e da pinacoteca. Com sua apurada sensibilidade e competência, inventariou o material encontrado, montou exposições, distribuiu os quadros na Reserva Técnica, propôs e acompanhou restaurações. Ao zelar por tudo, deixou sua marca. Entre os sócios mais cooperativos, não poderíamos olvidar Gilton Feitosa Conceição, Samuel Barros de Medeiros Albuquerque e Ednalva Freire Caetano.

Lembro os colegas da diretoria (Ancelmo Oliveira, José Vieira

da Cruz, José Rivaldávio Lima, Terezinha Alves de Oliva, Saumíneo da Silva Nascimento, Lenalda Andrade Santos, Sayonara Rodrigues do Nascimento e Tereza Cristina Cerqueira da Graça), que, apesar de suas importantes ocupações, mensalmente a maioria participava das reuniões ordinárias, sendo que, entre esses diretores, os três primeiros revelaram-se mais colaboradores.

Mas os grandes companheiros da administração foram Maria Fernanda dos Santos que, por quase cinco anos, ajudou-nos cotidianamente com grande poder de iniciativa e responsabilidade, e Fernando dos Anjos Renovato que, embora sem qualquer vínculo efetivo com o IHGSE, foi um grande servidor com dedicação e presteza.

Não poderia omitir também a participação de familiares. José Ibarê Dantas Júnior que nos socorreu em pelo menos dois momentos de dificuldades, e Sílvia Góis Dantas que nos auxiliou em outras ocasiões. Beatriz Góis Dantas, embora sem pertencer à Diretoria, com sua presença discreta, mas efetiva, muito partilhou dos problemas e dos feitos, ajudando-nos, discutindo alternativas, apresentando sugestões e auxiliando-nos em várias oportunidades.

No plano externo, as ajudas também foram numerosas. Mas os dois maiores respaldos foram coincidentemente dois ex-alunos que estão marcando a administração pública de Sergipe. Marcelo Déda Chagas como prefeito e depois governador, diretamente, ou sob a intermediação do Secretário da Casa Civil, José de Oliveira Júnior, sempre acolheu com muita atenção nossos pleitos, revelando-se um dos principais responsáveis pelas mudanças no IHGSE.

O segundo grande suporte foi o do Magnífico Reitor da Universidade Federal de Sergipe, Professor Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho, que, empenhado no desenvolvimento cultural de Sergipe, através de convênios com o IHGSE, manteve de forma efetiva três estagiários, viabilizou a digitalização de 154 volumes de jornais e a publicação de livros, catálogos e a Revista do Instituto por cinco anos.

Lembramos a ação do então presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, na viabilização do primeiro projeto de digitalização. Evocamos também a senadora Maria do Carmo Nascimento Alves que, espon-

taneamente, se dispôs a auxiliar, garantindo através de convênio a manutenção do IHGSE nos primeiros anos mais difíceis. Outro convênio foi com o prefeito Edvaldo Nogueira, que, além do mais, manteve regularmente três estagiários à disposição do IHGSE.

Agradecemos também ao sócio benemérito Luiz Eduardo Magalhães, empresário sempre disponível e empenhado em resolver os problemas da Casa de Sergipe, agradecimento extensivo a seu filho João Ricardo. A João Gomes Barreto e João Fontes de Faria, pelas doações e apoio moral. Aos deputados estaduais, Antonio Passos, Belivaldo Chagas, Gilmar Carvalho, Jorge Araujo, Luiz Mitidieri, Ulisses Andrade e, sobretudo, às deputadas Tânia Soares, Ana Lúcia Menezes e Conceição Vieira, que disponibilizam os maiores volumes de recursos para a Casa de Sergipe. Ao SESC, que financiou a montagem da Reserva Técnica para acondicionar os quadros. Ao SENAC, pela concessão da máquina xerox.

A todos o reconhecimento de nossa alma eternamente agradecida. Se ela não existir, restam os sentimentos de gratidão incrustados no nosso velho coração.

É verdade que batemos em várias portas que não se abriram, mas as contribuições recebidas foram suficientes para melhorar a imagem do IHGSE. Isso não significa que fizemos tudo. Por exemplo, não conseguimos construir a rampa de acesso, que a legislação está a exigir, nem instalar elevador que os mais velhos reclamam. No arquivo, inventariamos as caixas de forma sumária, mas a elevação vertiginosa de 38 para 505 unidades exige longo trabalho.

A Biblioteca está inventariada, ampliamos consideravelmente as estantes, mas carecemos de espaços para acolher livros e periódicos. Não obstante o grande empenho de Luiz Eduardo Magalhães para incorporar outras construções como anexos, as tratativas não tiveram sucesso. As fotografias estão classificadas, digitalizadas, acondicionadas em pastas e papéis adequados e guardadas em armário próprio. Falta normatizar o seu uso. Nas finanças, depois de recebermos o IHGSE com rendas irrisórias, deixamos assegurada a subvenção anual do governo do Estado da ordem de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme

Projeto de Lei Nº 307/2009, aprovado em 02.12.2009, sem prejuízo das captações complementares via deputados, aluguéis do auditório e contribuições dos sócios.

Enfim, consideramos que fizemos a nossa parte e avaliamos que é hora da retirada. Sentiremos saudades dos companheiros de jornada, especialmente dos funcionários e estagiários que já começam a dispersar. Lembraremos também as visitas dos confrades que nos enriqueceram com sua sabedoria.

Agora, é necessário reconhecer. Nosso tempo passou. Seria uma honra presidirmos a sessão comemorativa do centenário do IHGSE em agosto de 1912. Contudo, o tempo não espera. Não devemos sacrificar a administração de uma instituição tão significativa por uma vaidade pessoal. Os limites crescentes do tempo impõem-nos a transmissão da presidência para ceder lugar a um jovem, com mais energia, com mais capacidade, mais integrado com os novos métodos de captação de recursos para presidir o IHGSE.

Por isso, prevendo o limite de nossas forças, de algum tempo buscamos com muita responsabilidade um sucessor. Desde dezembro de 2008, provocamos a discussão entre os colegas da Diretoria e por três vezes o assunto da sucessão administrativa não encontrou receptividade. Parecia que o problema da nova gestão era apenas uma questão do presidente.

Diante dessa realidade, procuramos outros confrades com história de vida reconhecida, alguns aposentados, outros da ativa, mas as negativas foram a constante. Presidir uma instituição que exige obrigações e dedicação sem qualquer remuneração não é uma tarefa que desperte muito atrativo.

Depois de várias consultas sem sucesso, o professor da UFS, doutorando Samuel Barros de Medeiros Albuquerque, dispôs-se a enfrentar o desafio, embora com algumas exigências, entre as quais a nossa presença na chapa como vice-presidente. Resistimos por um tempo, mas, sensibilizados com sua disponibilidade, acatamos sua exigência.

Convocamos as eleições para o dia 17.12.2009 e nova Diretoria foi sufragada por 47 votos dos sócios efetivos para administrar o IHGSE no biênio 2010/2011.

O presidente que nos sucede já demonstrou compromisso e eficiência nas tarefas que lhe foram confiadas como editor da Revista do IHGSE, sendo um dos principais responsáveis pela sua regularidade.

Pelo que pudemos observar no nosso convívio desses anos, trata-se de um jovem com boa formação acadêmica, educado, hábil em ampliar os relacionamentos, disciplinado no trabalho e determinado.

Apesar de ser o presidente mais jovem da história do IHGSE, o seu passado e a revelação dos seus propósitos nos deixam esperançosos de que fará uma administração à altura das exigências históricas.

Por isso, despedimo-nos dirigindo-lhe nossas últimas palavras resultantes de nossa experiência.

Samuel Barros de Medeiros Albuquerque, este Instituto é um dos templos mais significativos da memória da gente sergipana. A ele dedicamos seis anos e um mês como presidente e recebemos apoio de entes privados e, sobretudo, do setor público. Confiamos em suas ações. Segure o leme com firmeza e navegue como um republicano resoluto. Lembre que boa parte dos intelectuais é muito ciosa de sua importância e vez por outra está a exigir concessões, tratamentos especiais. Cuidado com as correntezas traiçoeiras que tentarão desviar a *Casa de Sergipe* de suas finalidades.

A nossa travessia findou-se. Mas por exigência sua, passamos a ser coadjuvante de sua obra. Assim, ficamos para ajudá-lo, almejando seu sucesso pelo apreço que lhe dispensamos e pela veneração que tributamos ao IHGSE.

Aproveite bem o seu tempo para que, quando ele terminar, você se sinta honrado pelos serviços prestados à *Casa de Sergipe*.

Obrigado.

DISCURSO NA CERIMÔNIA
DE POSSE DA DIRETORIA
DO IHGSE (BIÊNIO
2010/2011), EM 19 DE
JANEIRO DE 2010

Samuel Barros de
Medeiros Albuquerque

Excelentíssimo senhor governador do Estado, Marcelo Déda, ilustríssimo senhor vice-prefeito de Aracaju, Silvio Santos, magnífico reitor da Universidade Federal de Sergipe, Josué Modesto dos Passos Subrinho, ilustríssima senhora secretária de Estado da Cultura, Eloísa Galdino, ilustre desembargador Vladimir de Souza Carvalho, ilustríssimo senhor Ibarê Dantas, vice-presidente do IHGSE, em nome do qual eu cumprimento as demais autoridades presentes, senhores e senhoras, sócios do Instituto, meus alunos e ex-alunos, amigos e familiares.

Capitanear o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe não será uma tarefa fácil!

Repetindo o que afirmou o professor Ibarê Dantas, há seis anos, no seu discurso de posse, “assumo a presidência do IHGSE com a consciência de que estou diante de grandes desafios (...)”. E o maior dos desafios será, sem dúvida, suceder o mestre.

Ibarê Dantas foi, no sentido amplo do termo, o reformador da “Casa de Sergipe”. Em princípios de 2004, o pequeno exército por ele liderado retirou o nosso Instituto do quase esquecimento.

O Instituto transformou-se. Reformas e melhorias na estrutura física do prédio-sede; recuperação e organização do acervo do Museu e da Pinacoteca; inventário, organização e digitalização de parte significativa do acervo do Arquivo e da Biblioteca; aprovação de um novo Estatuto; publicação e retomada da periodicidade da Revista; eventos científicos;

exposições; e a garantia de recursos provenientes de subvenções, são algumas das ações destacadas na gestão de Ibarê Dantas no IHGSE.

Os minuciosos relatórios escritos pelo professor Ibarê, publicados ao longo dos seis últimos números da Revista do IHGSE, são importantes documentos que registram os feitos da sua gestão e demonstram os difíceis caminhos que levaram ao que chamo de “reforma da Casa de Sergipe”.

Em princípios de 2004, Ibarê pregou a urgência de repensar o papel do Instituto na sociedade sergipana. Hoje, a Casa de Sergipe voltou a ser um motivo de orgulho para os sergipanos.

Desde o princípio, tive a honra de participar diretamente da gestão Ibarê Dantas. Fui membro da Comissão Permanente de Documentação e Divulgação, na qual passei a coordenar a produção da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, o mais antigo e importante periódico científico em circulação no Estado.

Ibarê foi, para mim, uma grande descoberta. Conheci primeiro o escritor, através da leitura de obras clássicas da nossa historiografia. Mas foi através da Revista que tive a oportunidade de conhecer o lado humano de Ibarê. Por um lado, descobri um profissional exigente e arrojado; por outro, um homem alegre e, sobretudo, generoso. Sou-lhe muito grato pelas oportunidades de convivência que me foram dadas.

Tornei-me sergipano aos quatro anos de idade. Em princípios da década de 1980, acompanhando minha família, deixei para trás o velho Pernambuco e tomei Sergipe como minha nova casa. O ingresso no curso de História da UFS, em 1998, foi um divisor de águas em minha trajetória. Lá tive grandes mestres – alguns presentes nesta cerimônia –, que em mim despertaram o gosto pelo estudo e pela pesquisa da história de Sergipe.

O estudo da história deste Estado continuou sendo meu foco de interesse no mestrado em Educação da UFS e, agora, no doutorado em História da Universidade Federal da Bahia.

Ufano-me de Sergipe! Por isso, presidir a “Casa dos Sergipanos”, instituição cultural quase centenária, responsável por preservar e divulgar a memória de nosso Estado, consiste em uma tarefa difícil. Todavia, proponho-me a realizá-la, e com imensa satisfação.

Tomei como surpresa a indicação de meu nome para concorrer à presidência do Instituto, fosse pela minha juventude ou por constatar que, entre os meus confrades, existiam pessoas mais experientes e de reconhecido valor intelectual.

Ibarê Dantas, contudo, insistiu na ideia. E eu decidi confiar na sabedoria do mestre e aceitar o desafio. Mas fiz algumas exigências: entre elas, que Ibarê não deixasse a diretoria; que aceitasse a vice-presidência. Dessa forma, poderia contar com seu apoio e sua experiência, evitando rupturas em um processo que transformou positivamente o nosso Instituto.

Agora o Instituto tem uma nova diretoria: uma equipe promissora, que certamente não me deixará seguir sozinho nessa jornada. Além do professor Ibarê Dantas, na vice-presidência, contaremos com: Josefa Eliana Souza, historiadora da Educação e experiente professora que atua no Departamento de Educação da UFS, nossa secretária geral; José Vieira da Cruz, professor da Seed, Semed e Unit, doutorando em História na UFBA e presidente da ANPUH/SE, é o nosso primeiro secretário; José Rivadálvio Lima, professor e advogado, consultor técnico-legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, é o nosso segundo secretário; Terezinha Alves de Oliva, historiadora, professora aposentada da UFS e superintendente do Iphan/SE, é nossa oradora oficial, primeira mulher a ocupar o referido cargo; Saumíneo Nascimento, economista e presidente do Banco do Estado de Sergipe, é o nosso 1º tesoureiro; Igor Leonardo Moraes de Albuquerque, jovem advogado e consultor técnico-legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, será nosso segundo tesoureiro. Também contaremos com a contribuição dos eficientes funcionários e estagiários do IHGSE.

Essa não será uma gestão de rupturas. Lograremos êxito se conseguirmos manter o ritmo das transformações que foi atingido por Ibarê e sua diretoria. Teremos sucesso se continuarmos conduzindo o barco na mesma direção.

O Instituto conta atualmente com importantes parceiros, destacadamente o Governo do Estado de Sergipe, representado pelo governador Marcelo Déda, a Prefeitura de Aracaju, representada pelo prefeito Edvaldo Nogueira, e a Universidade Federal de Sergipe, representada pelo reitor Josué Modesto dos Passos Subrinho. Além disso, contamos com o constante apoio dos “amigos do Instituto”. Destacadamente, os sócios beneméritos Luiz Eduardo Magalhães, João Gomes Barreto e João Fontes de Faria, e dos deputados estaduais Ana Lúcia Menezes, Conceição Vieira, Tânia Soares, Gilmar Carvalho, Luiz Mitidieri, Antônio Passos, Ulisses Andrade, entre outros amigos.

Ainda há muito por fazer, no que concerne à salvaguarda e à divulgação do acervo e melhorias na estrutura física desta instituição. Nesse sentido, é de fundamental importância o apoio dos nossos parceiros, sócios e amigos.

Mas há uma certeza que nos conforta. Depois de quase um século de existência, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe continua sendo uma das mais importantes instituições culturais do Estado. Que venha o centenário, em 2012, e que o nosso Instituto seja sempre a “Casa de Sergipe”.

UFS 42 ANOS

Josué Modesto dos Passos Subrinho*

Estamos reunidos em sessão solene dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Sergipe para celebrarmos o quadragésimo segundo aniversário de nossa instituição. A forma, como não poderia deixar de ser, é solene e vem sendo reafirmada, nos últimos anos, em nossa instituição, com respeito e reverências às mais antigas tradições, especialmente as da universidade-mater das universidades brasileiras, a Universidade de Coimbra. Entende-se, portanto, que o protocolo se imponha com uma força dogmática.

Permitam-me, entretanto, que comece meu discurso de forma inusitada, saudando a revogação de portarias, suspendendo das funções que estivessem ocupando, nas direções dos órgãos de representação estudantil, ou exercendo representação, no corpo discente da Universidade, a qualquer título, de estudantes matriculados em alguns dos nossos cursos, nos anos de 1968 e 1969.

A questão foi suscitada pelo Dr. João Augusto Gama, um dos ex-estudantes punidos, tendo em vista o momento de reparação das perseguições políticas promovidas durante o regime militar por que estamos passando. Encaminhamos esta propositura à comissão organizadora das celebrações do aniversário da UFS que, por sua vez, submeteu proposta ao Colendo Conselho Universitário, obtendo, nesta instância máxima da Universidade, apoio unânime.

* Reitor da Universidade Federal de Sergipe.

Alguns poderiam indagar acerca do significado prático da revogação das portarias de suspensão de direitos dos estudantes, após tantos anos passados, quando a maioria deles já obteve seus diplomas e alguns já não vivem. Outro aspecto preocupante é que a simples revogação das portarias poderia provocar um sentimento de censura ao posicionamento do então reitor, nosso primeiro reitor, Dr. João Cardoso do Nascimento Júnior.

Precisamos lembrar, muito sumariamente, o clima político vigente nos anos 1968-69. Os militares, detentores do poder crescentemente autoritário, tinham conseguido adesão de boa parte da estrutura partidária tradicional, reorganizada em dois partidos, um da situação e outro de oposição. Neste momento, muito moderada, sufocada, através da violência, a resistência, nos meios sindicais e nos incipientes movimentos da sociedade civil se instalava. Neste contexto, o movimento estudantil era uma trincheira de resistência, por vezes, sob o abrigo das instituições acadêmicas. Mecanismos repressivos foram desenhados especialmente para o movimento estudantil, como por exemplo o decreto 477, de 26.02.1969, que previa punições aos participantes de atividades políticas, no âmbito estudantil, e o 228 que reorganizou a forma de representação estudantil e colocou na ilegalidade a União Nacional dos Estudantes. Foi exatamente neste momento que o reitor João Cardoso do Nascimento Júnior recebeu a informação de que as atividades políticas oposicionistas, em Sergipe, consideradas subversivas, estavam centralizadas nas faculdades recém incorporadas à Universidade Federal de Sergipe. No clima da época, isto significava, ninguém tinha dúvida, uma ordem da fonte real de poder para expulsão dos alunos. Podemos imaginar a tensão vivida pelo reitor. Por um lado, a pressão dos poderosos, por outro, sua consciência democrática que se recusava a expulsar alunos pela simples razão de não comungarem com os valores políticos dos detentores do poder. Algo tinha que ser feito e foi feito. As portarias, suspendendo os direitos de representação estudantil dos então notórios subversivos, pareciam uma submissão aos militares e, provavelmente, assim foram entendidas pelos atingidos e pelos impositores, mas certamente devem ter descontentado a ambos os lados:

a) aos militares pela tibieza do ato repressivo; b) aos estudantes pela concessão aos poderosos.

A virtude do ocupante de cargo público é proporcional à sua capacidade de resistir à incompreensão das motivações de seus atos, principalmente a que tem como fonte os beneficiários desses atos.

Nossa Universidade pode se orgulhar de não ter sido maculada pela intolerância política, por ter defendido, nos limites de sua autonomia, a liberdade de pensamento, fundamento básico do ambiente acadêmico, mas que foi violentado, em diversos momentos, no Brasil, muito especialmente sob o regime militar. Nesta época, várias universidades expulsaram alunos, professores, delataram colegas para prestar serviço ao regime vigente ou aspirando posições ocupadas por rivais.

A marca da tolerância política é a marca indelével do reitor João Cardoso do Nascimento Júnior que teve continuidade, em pelo menos, outro reitor, sob o regime militar, José Aloísio de Campos. Tive a honra de conviver com ele alguns anos, após seu reitorado, e testemunhar seu depoimento acerca das pressões dos organismos de segurança e informação do regime para que a Universidade não contratasse professores suspeitos de atividades políticas consideradas subversivas. O reitor classificou como interferência injustificada na autonomia da universidade, em seu direito de selecionar, por critérios estritamente acadêmicos, o seu corpo docente, tendo assumido total responsabilidade sobre o futuro comportamento político destes docentes, que possivelmente nunca souberam do encargo adicional que pesava sobre o reitor.

É por esta razão que, ao revogarmos as portarias de suspensão dos direitos de representação estudantil exaradas pelo reitor João Cardoso do Nascimento Júnior, por resolução do Conselho Universitário, também declaramos, em memória do nosso primeiro reitor, o reconhecimento da atual geração, por ele ter reforçado, entre nós, a tolerância política a qual devemos honrar para engrandecimento de nossa instituição e de nossa sociedade.

Ao conjunto de professores eméritos e servidores técnico-administrativos distinguido pela Comissão Especial e referendado pelo Conselho Universitário, tenho que apresentar nossos agradecimentos por sua

dedicação exemplar e inspiradora das gerações quanto às formas de melhor nos dedicar à nossa Universidade Federal de Sergipe. Vocês fizeram jus à homenagem hoje recebida.

A distinção máxima da Universidade, o título de *Doutor Honoris Causa*, foi concedida ao professor José Ibarê Costa Dantas.

Nos quarenta e dois anos de nossa Universidade, dezessete pessoas tiveram o mesmo privilégio. Inicialmente, importantes dirigentes políticos como o então Governador de Sergipe, Lourival Baptista, o Ministro Jarbas Passarinho, o Ministro da Educação Raymundo Moniz de Aragão e, mais recentemente, o Ministro da Educação Murílio Hingel e o governador Marcelo Deda, no ano passado. A partir da década de 1990, os acadêmicos prevaleceram entre os homenageados como os geógrafos Milton Santos, Manoel Correia de Andrade e Maria do Carmo Galvão, os filósofos Marilena Chauí e Dom Luciano Cabral Duarte, o médico Marcelo Barbieri, os físicos José Leite Lopes e Sérgio Resende. A concessão do título de *doutor honoris causa* por nossa universidade tem sido parcimoniosa e criteriosa. Pode-se perceber, nos dois subconjuntos, o dos dirigentes políticos e o dos acadêmicos, o papel relevante que os homenageados tiveram para o desenvolvimento de nossa instituição, do ensino superior, de uma maneira geral, ou do conhecimento.

No caso específico dos acadêmicos, o título de doutor tem como meta distinguir seu detentor pela autonomia intelectual, pela capacidade de propor novas linhas de pesquisa, de compreender e superar as limitações das teorias vigentes, de discernir o que é relevante, na miríade de informações e hipóteses continuamente produzidas pelos pares.

Acredito que a autonomia intelectual é a pedra fundamental sobre a qual se construiu a carreira do professor Ibarê Dantas. Em seu prefácio à obra inaugural de Ibarê, “*O Tenentismo em Sergipe*”, o falecido professor Silvério Fontes relata alguns episódios que ilustram a autonomia intelectual de Ibarê, ao compartilhar com o professor algumas decisões e projetos. O professor, com certa ponta de orgulho pelo sucesso do discípulo, menciona o não cumprimento de orientações sugeridas, como por exemplo, não abandonar o prestigioso curso de Direito pelo de História, não obstante Ibarê ter dito que sua vocação não estava nas

ciências jurídicas. Licenciado em História, Ibarê teve uma experiência efêmera no ensino, preferindo abandoná-la, dispensando novamente os conselhos de seu mestre, para dedicar-se ao seu projeto de escrever um livro, cuidando de suas fichas de pesquisa e das fichas endereçadas ao escriturário do Banco do Brasil, estas últimas garantindo sua autonomia pessoal e familiar.

Escrever *O Tenentismo* lhe custou quatro anos de árdua e metódica pesquisa, após sua licenciatura em História. Qualquer dos nossos colegas ou alunos dos cursos de pós-graduação podem se sentir intimidados quando comparamos nossas toscas produções com esta obra prima e quando lembramos as condições em que foi produzida. Nada de bolsas e auxílios à pesquisa, nada de bolsistas de iniciação científica ou orientandos de pós-graduação a devassar e sintetizar documentos perdidos e esquecidos, nada dos maravilhosos recursos digitais de cópias, arquivamento e classificações de dados, apenas puro trabalho artesanal e talento, muito talento.

Há outro aspecto a se destacar, a ousadia na escolha do tema, visto que, no início dos anos 1970, os militares eram frequentemente odiados ou temidos, mas raramente objeto de estudos acadêmicos. A ironia de estudar militares que, cinqüenta anos antes, tentaram, através da força, mudar as estruturas político-sociais do Brasil, quando vivíamos o auge de um regime militar que, através da força, impedira a implantação, por um governo constitucional, de um programa de reformas que supostamente poderia alterar a estrutura tradicional de dominação, beirava a insolência. Por isto e pela maestria de combinar uma precisa exposição das estruturas sócio-econômicas de dominação com uma cinematográfica reconstituição dos fatos da revolta dos tenentes em Sergipe, esta obra, publicada pela Editora Vozes, de Petrópolis, conhecida pelo acolhimento de autores críticos em relação ao regime vigente, foi saudada nacionalmente, tendo sido listada entre as mais vendidas em jornais de circulação nacional.

Poucos anos depois da publicação do *Tenentismo em Sergipe*, Ibarê é aprovado em concurso público para docente da Universidade Federal de Sergipe, no cargo de auxiliar de ensino. Em 1978, acompanhado de

sua esposa, Beatriz Góis Dantas, também professora da UFS, dirigem-se para a Universidade Estadual de Campinas, um dos principais centros de excelência acadêmica do Brasil, para cursarem, ele o mestrado em Ciência Política, ela o mestrado em Antropologia.

Na UNICAMP, Ibarê novamente pode expor sua autonomia intelectual. Pela obra já reconhecida, pelo domínio da literatura mais atualizada, na área da Ciência Política, pela seriedade com que encara os estudos, foi reconhecido pelos colegas e mestres, mesmo que isto incomodasse a alguns, como pesquisador de qualificação superior. Vivia-se, então, uma certa tensão entre os pensadores estruturalistas que tentavam, com uso de categorias de alta abstração, desvendar a essência do estado capitalista e decifrar os sinais de sua crise para qual, segundo alguns, havia sinais de seu iminente colapso, faltando talvez o acender do “fiat lux” para desencadear a insurreição, a revolução. De outro lado, pensadores influenciados por Gramsci ressaltavam a autonomia relativa da política e da cultura, na construção da hegemonia de classe, que tornava vã a expectativa de generalizar o exemplo russo de assalto ao poder, através de golpes de estado, em sociedades que desenvolveram estruturas mais complexas e mais solidamente enraizadas na própria sociedade civil.

Sem se apoiar em Gramsci, a construção, por Ibarê, do *Tenentismo* combina uma acurada percepção da estrutura de dominação que indicava as pequenas possibilidades de êxito da revolta tenentista com uma preciosa tessitura dos movimentos dos tenentes, no mundo da política, onde precisamente seriam digeridos, incorporados e dominados, em seu afã revolucionário. Longe dos anátemas que a leitura dos militantes dirigiriam aos personagens históricos, o cientista político compreende como um desenrolar de uma tragédia, previsível, inevitável, inexorável. Quem sabe? A história sempre permitirá uma nova construção, na medida em que é feita pelos homens e os homens costumam desafiar até os deuses, quanto mais as estruturas. Mais interessantes são as perguntas e as perplexidades do que as respostas, por vezes, tão enganadoras, em sua aparente certeza.

Finalmente, gostaria de destacar outro indicador da elevada qualidade da produção intelectual de Ibarê Dantas.

DISCURSOS

Quantas monografias, teses e alentadas obras foram escritas, nos últimos anos, as quais certamente trazem a marca das datas, porque se renderam facilmente aos modismos acadêmicos vigentes e não mais se sustentam retirados os andaimes dos jargões vistosos que povoaram nossos círculos acadêmicos, em algum dia.

A obra de Ibarê Dantas tem a distinção de ter superado a barreira temporal. Ainda é lida, provocando, instigando leitores e pesquisadores a pensar a nossa sociedade, por ela perpassa a esperança do autor de construção de instituições democráticas, que potencializem a autonomia de todos os cidadãos.

Não cabe a mim, nem este é o momento para uma análise exaustiva da obra do nosso *doutor honoris causa*. Espero apenas ter apresentado alguns elementos para esta ilustre platéia acerca das motivações de nossa universidade, em conceder ao seu ilustre ex-aluno e ex-professor o merecido título que acabou de receber.

Quanto ao mais, caros homenageados, devo reafirmar como tenho feito, há alguns anos, que, ao homenageá-los, a Universidade espera incorporar permanentemente como virtudes institucionais suas virtudes individuais. Precisamos nos espelhar em suas capacidades de dedicação ao trabalho, em suas independências intelectuais e, finalmente, perseguir a excelência de suas produções que dignificam a vida acadêmica.

SÃO CRISTÓVÃO E A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE SERGIPE*

Terezinha Alves de Oliva**

Senhoras e Senhores:

Como oradora cabe-me, em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, tratar do tema que nos reúne nesta sessão. Estamos aqui cumprindo uma norma estatutária que estabelece a obrigatoriedade de celebração pelo Instituto, da data da nossa emancipação política. Devemos lembrar que há 180 anos, no dia 8/7/1820, a Carta Régia assinada por D. João VI selava a separação de Sergipe da Bahia constituindo o reconhecimento oficial do processo que marca a constituição de Sergipe como unidade social e política.

Naturalmente a Carta Régia não criou por mágica esta unidade - e todos nós conhecemos os percalços da sua aplicação - ela é, na verdade, uma construção da sociedade aqui constituída, em determinadas condições históricas. Por isso, na minha fala, escolhi enfatizar o papel exercido pela nossa antiga capital, a primeira cidade de Sergipe, a vetusta São Cristóvão, na formação sergipana. Escolhi esta abordagem, de um lado fortemente impressionada pela leitura do “Anuário Cristovense”, de Serafim Santiago, que a iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Editora da Universidade Federal de Sergipe nos

* Discurso proferido pela oradora do IHGSE, Terezinha Alves de Oliva, na sessão solene comemorativa, em 07/07/2010.

** Professora aposentada do Departamento de História da UFS; superintendente do IPHAN em Sergipe e oradora do IHGSE.

deu a conhecer. Por outro lado, considerando que no final deste mês a candidatura da Praça São Francisco em São Cristóvão a Patrimônio da Humanidade estará recebendo o veredito do Conselho da Unesco, achei que seria oportuna uma reflexão sobre o que representa a cidade de São Cristóvão para os sergipanos.

A campanha em torno da candidatura da Praça São Francisco destaca São Cristóvão como “berço de Sergipe”. Isto nos remete ao nascimento, mas tem igualmente um sentido que não se limita às origens, ao significado da cidade fundada como marco da conquista portuguesa e do estabelecimento da colonização; remete à razão da existência de Sergipe como unidade, tomando como referência o berço da sua formação e conformação. Como lembra Silvério Fontes, tornou-se São Cristóvão o centro coordenador da expansão da colonização sobre o território localizado entre os rios Real e São Francisco; para ela começaram a convergir os caminhos de uma geografia da colonização sergipana, nela se deu a experiência inicial de governo de uma sociedade em construção, nela os fundadores testaram os instrumentos de uma primeira convivência urbana. A construção dos prédios públicos, do casario e das igrejas levou à criação de um modo de vida sergipano, uma interpretação própria de modelos impostos pela colonização, cuja memória hoje atestam os bens do patrimônio edificado, como a citada Praça São Francisco.

Capital da Capitania de Sergipe, a cidade consolidou-se como centro político-administrativo, centro da vida religiosa e judiciária, além de entreposto comercial. A jurisdição da Câmara de São Cristóvão estendia-se por toda a Capitania, garantindo-lhe a centralidade e a hegemonia que proporcionaram a formação de uma comunidade ciente da própria autonomia. Por isso São Cristóvão foi o fulcro do movimento que levou Sergipe a constituir-se como unidade, separando-se, em 1820, da Bahia, à qual estivera ligado desde o início da colonização.

Que a urbe foi tomando feição própria, comprova-o até mesmo a ironia com que ela é tratada pelo poeta Gregório de Matos no século XVII. Não é uma parte da Bahia que ele canta, concluindo, depois de vergastar a miséria, a feiúra e a falta de charme de São Cristóvão e da sua gente, um dos seus poemas: “De Sergipe d’ El Rei esta é a cidade”.

O Poeta toma o devido distanciamento, como que a apontar que aquela realidade tem uma cara própria, uma feitura que a faz distinta da Bahia, que lhe deu origem.

As tropelias da guerra holandesa que causaram cruel destruição, assim como a reconstrução que se seguiu confirmaram o desejo de autonomia. No século XVIII Sergipe é tida como uma capitania ingovernável e a sua cidade é, sem dúvida, o eco dessa situação. Consolidaram-se as edificações da cidade alta enquanto a cidade baixa se espalhava acompanhando o Paramopama, concentrando os movimentos da pesca e do mercado.

São duas faces da pequena urbe que se complementam nas rotinas semanais da feira, da atividade pesqueira e da compra do pescado, no movimento dos transeuntes, nos passeios aos rios e nos banhos, assim como na frequência aos ofícios religiosos, no funcionamento dos órgãos do poder e nas inúmeras festas do calendário local. Os memorialistas destacam o Natal, a festa de Reis, o São João, a Semana Santa e a Procissão dos Passos, além da “miríade de celebrações populares”¹, que se mesclavam, frequentemente, às festas religiosas e às comemorações cívicas.

Quantas coisas presenciaram as praças, largos, ladeiras e ruas da cidade! Do evento que hoje comemoramos, sem dúvida, a acolhida alegre da notícia da emancipação, a chegada do Presidente Carlos César Burlamarqui e os movimentos que resultaram na sua saída, prisioneiro, humilhado, às ordens da Bahia que recuperava assim o domínio sobre Sergipe! Depois, o movimento de tropas, a aclamação à Independência do Brasil e as solenidades de aclamação ao Imperador Pedro I, seguidas da elevação de São Cristóvão a capital da Província, entronizando em segurança o novo governo e aprontando para ele um palácio...

Pulsava em São Cristóvão a vida sergipana nas suas variadas manifestações, expressão do poder dos senhores de terra e gado, dos senhores do açúcar da região do Vaza Barris e expressão da insatisfação das populações livres e mestiças, assim como do sofrimento dos escravos e das invasões de indígenas.

¹ DANTAS, Beatriz Góis. Calendários e festas na antiga São Cristóvão. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*. São Cristóvão, Editora da UFS, 2009, p. 23.

Ciclos de decadência entremeados por pequenos renascimentos fizeram a história de São Cristóvão. No decorrer do século XIX a cidade foi perdendo importância econômica, pois a região do Vaza-Barris foi suplantada pelo progresso da região canavieira do vale do Cotinguiba. Em 1855 sobreveio-lhe o golpe fatal - o Governo de Sergipe atraído pela nova centralidade, transferiu a capital fundando Aracaju. A velha capital, esvaziada da sua importância política e marcada pela perda de população, atinge o século XX relegada a resistir à dilapidação ou à transferência do próprio patrimônio.

Serafim Santiago, que faz do *Anuario Christovense* um testemunho de amor a São Cristóvão e de execração aos que lhe tiraram o galardão de capital e a relegaram ao desprezo, é enfático ao tratar da vida da cidade depois do fatídico 1855. Para ele não dá para entender como uma “cidade secular, situada em excelente local, de excelentes águas, de saborosas frutas, de abundâncias de alimentos, rodeada de 200 sítios de pequena lavoura, com um município de 43 engenhos, 11 alambiques, 12 fazendas de criação de gado, de ricos e belos edifícios, de clima ameno”² pudesse ser descartada em benefício de Aracaju, com praias desertas e solo arenoso...

Lembra então a chegada do Imperador, cinco anos depois, com o visitante extasiado diante da paisagem que descortinava para o lado do rio Paramopama; o vigor da população cristovense, a recuperar em menos de um mês o teto da Igreja Matriz que desabara, para receber com dignidade o imperial visitante.

Mas também lembra o abandono que se votou à cidade nas décadas seguintes, narrando que em 1871 ou 1872, viajantes que de Itaporanga se dirigiam a Aracaju, passando por São Cristóvão, ao atravessarem a praça São Francisco, comentaram : “daqui a mais uns anos, havemos de passar por aqui e dizer: eis aqui a tapera que outrora chamou-se Cidade de São Cristóvão”³.

Mais tarde são os frades sediados na Bahia que vêm a São Cris-

² SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Christovão*. São Cristóvão, Editora da UFS, 2009, p. 103.

³ *Ibid.* p. 176.

tóvão, segundo o memorialista, levar as alfaias que ainda existiam nas igrejas das Ordens Terceiras do Carmo, do Rosário e de São Francisco. Em 1895, o ataque se dá contra os bens das igrejas da Ordem do Carmo, concentrados em um baú para serem transportados para a Bahia. Em 1903 foi a vez dos bens da igreja do Rosário, do Amparo e da Ordem Terceira de São Francisco. Contra os dois assaltos levantou-se em armas a população de São Cristóvão, lutando pela permanência do seu patrimônio e impedindo o roubo que se intentava.

Indignado, o memorialista afirma: “A velha cidade, foi e será sempre combatida com odiosidade, mas nunca será vencida.” E referindo-se ao comentário do viajante que previu que São Cristóvão se transformaria numa tapera: “Este que proferiu tão lastimável blasfêmia talvez dele não exista nem as cinzas e a velha cidade continua hoje em melhores condições do que no tempo do mal entendido insulto”⁴.

Em 1912 a cidade baixa era sacudida pela instalação da fábrica de tecidos e em 1914, pela introdução da estrada de ferro. Ganhava vida e esperança a cidade baixa por essas iniciativas da modernidade, enquanto a cidade alta prosseguia a sua luta contra o arruinamento. Veio “salvá-la” do esquecimento o tombamento estadual de 1938, pelo Decreto-Lei n. 94, que elevou São Cristóvão a Monumento Histórico. Depois, entre 1941 e 1962 vários imóveis foram tombados individualmente pelo Governo Federal, até que em 1967, o Conjunto Arquitetônico, Urbano e Paisagístico da Cidade foi inscrito à folha 10, n. 40 do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Dali por diante, mesmo o encerramento das atividades da fábrica e do transporte ferroviário não destruíram o significado atribuído a São Cristóvão como centro da memória de Sergipe.

Em 1972 a Universidade Federal de Sergipe criou o Festival de Arte de São Cristóvão, programa cultural cheio de alusões à primeira capital e ao seu significado histórico. Embandeirada e iluminada, a velha cidade renascia nos dias do Festival, sediando simbolicamente o Governo do

⁴ Id.

Estado e oferecendo suas ruas e prédios históricos como cenário para a maior festa da cultura de Sergipe, o que se repetiu anualmente, durante quase três décadas.

Em 2005 o Governo Estadual e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN iniciaram o processo para pleitear da UNESCO o reconhecimento da Praça São Francisco como Patrimônio da Humanidade. Antigo centro do poder político e religioso, essa Praça lembra a *Plaza Mayor* espanhola, quer pelas medidas de comprimento e largura, que correspondem, com pequenas adaptações, àquelas previstas pelas Ordenações Filipinas, quer pelas “quatro vias principais e secundárias desaguando nos quatro vértices”⁵.

Não terminam aí as características que conferem valor excepcional à Praça São Francisco. Além da unidade proporcionada pelo conjunto constituído da Praça e dos seus edifícios, nela está situado o Convento Franciscano, “o único entre outros conventos franciscanos a ter no prolongamento de seu adro uma praça que guarda uma relação marcante com o tecido urbano e que foi implantada com harmoniosa inserção urbana e paisagística no centro histórico”⁶.

Imagem de São Cristóvão repetida à exaustão, a Praça São Francisco sintetiza, pelos valores arquitetônicos e pelos elementos da memória, a experiência humana universal e única tal como ela pôde se expressar na pequena cidade de São Cristóvão de “Sergipe D’El Rey”. É também um lugar da memória, ligado aos fatos da Emancipação Política que hoje comemoramos. Muito obrigada!

REFERÊNCIAS:

DANTAS, Beatriz Góis. Calendários e festas na antiga São Cristóvão. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*. São Cristóvão, Editora da UFS, 2009.

⁵ SERGIPE. Governo do Estado. Dossiê de apresentação da Candidatura da Praça São Francisco a Patrimônio da Humanidade, v. III, 2009, p. 15

⁶ Id.

DISCURSOS

SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Christovão*. São Cristóvão, Editora da UFS, 2009.

SERGIPE. Governo do Estado. Dossiê de apresentação da Candidatura da Praça São Francisco a Patrimônio da Humanidade, v. III, 2009.

Relatório

RELATÓRIO 2010/1

Ações da Diretoria do IHGSE no primeiro semestre de 2010*

Após a cerimônia de posse, realizada na tarde de 19 de janeiro de 2010, a nova Diretoria do IHGSE, eleita para o biênio 2010/2011, empenhou-se em algumas *ações imediatas*. Nesse sentido: regularizamos a documentação bancária, permitindo a movimentação das contas corrente e poupança pelos novos dirigentes; promovemos reuniões com estagiários, funcionários e prestadores de serviços, apresentando novas orientações e ouvindo sugestões e reclames; entre janeiro e março, organizamos e enviamos a documentação necessária para viabilizar a liberação da subvenção anual concedida pelo Governo do Estado; levantamos as demandas para a elaboração de um “plano de ações para o biênio 2010/2011”; elegemos, em reunião da Diretoria realizada em 29 de janeiro, as diretoras do Arquivo/Biblioteca e do Museu/Pinacoteca, respectivamente, as sócias Sayonara Rodrigues do Nascimento e Fernanda Cordeiro de Almeida; iniciamos, entre 29 de janeiro e 9 de fevereiro, a reestruturação das comissões permanentes de História, Documentação e Divulgação, Finanças e Patrimônio, Estatística e Informática; implementamos medidas para o controle da inadimplência no pagamento da anuidade entre os sócios efetivos; atualizamos dados dos sócios efetivos e correspondentes; discutimos e reajustamos, na reunião ordinária de 12 de março, o valor da anuidade paga pelos sócios efetivos; entre julho e agosto, tratamos da renovação do convênio com a UFS.

* Relatório apresentado na sessão solene de 6 de agosto de 2010, comemorativa do 98º aniversário do IHGSE.

Em relação à *estrutura física do prédio* do IHGSE, recuperamos parte do telhado da reserva técnica (segundo andar) e também parte do piso do andar térreo (salão de leitura, salas do museu e presidência), entre 18 de junho e 5 de julho de 2010.

No âmbito do *Arquivo* e da *Biblioteca* do IHGSE, o habitual trabalho de tombamento de novos materiais (livros e periódicos) foi desenvolvido quase que diariamente. Além disso, foi realizada a revisão e reorganização da Seção Sergipana e das obras de referência, durante os meses de fevereiro, março e julho. Foram cadastradas mais de 300 fotografias digitalizadas no banco de imagens digitalizadas do servidor do IHGSE, entre os meses de março e julho. Por fim, deu-se seguimento à elaboração do catálogo analítico do Fundo Urbano Neto, que deverá ser publicado ainda este ano, contando com mais de 300 documentos distribuídos em 15 séries.

O *Museu* e a *Pinacoteca* do Instituto não foram esquecidos. A nova equipe diretiva promoveu reuniões com Verônica Maria Meneses Nunes e Kleckstane Farias Silva Lucena, respectivamente, diretora e estagiária das unidades, entre 2004 e 2009. Nos encontros, foram colhidas informações sobre a elaboração do Catálogo Geral e do Catálogo da Pinacoteca Jordão de Oliveira. Entre 18 e 21 de maio, houve participação efetivamente na 8ª Semana Nacional de Museus, incluindo a palestra de abertura “Museu para harmonia social”, proferida pela diretora do Museu/Pinacoteca, Fernanda Cordeiro de Almeida. Além disso, em julho, o Museu Galdino Bicho foi inserido no portal Museus em Sergipe, espaço virtual criado no âmbito do curso de Museologia da UFS. No mais, foram realizados empréstimos de peças do acervo do Museu Galdino Bicho, contribuindo com exposições realizadas pelo Museu do Homem Sergipano (Muhse) e pelo Memorial do Poder Judiciário de Sergipe. Por fim, está sendo concluído o Catálogo da Pinacoteca Jordão de Oliveira, instrumento de pesquisa que será disponibilizado ainda este ano.

A *Revista* do IHGSE foi laureada pela positiva avaliação do programa Qualis/Capes, do Ministério da Educação, fato divulgado na imprensa local a partir da publicação do artigo “No Tribunal do Santo Qualis” (*Jornal da Cidade*, 2 e 3/5). O número 39 do periódico foi relançado

RELATÓRIO

em 6 de agosto, em virtude do 98º aniversário do IHGSE e, ao longo do primeiro semestre, o editor Giliard da Silva Prado empenhou-se na produção do número 40 da Revista, que trará o dossiê *Sergipe nos programas de pós-graduação em História no Brasil*.

O cotidiano da instituição foi bastante movimentado ao longo do semestre. Prosseguiram os trabalhos supervisionados desenvolvidos pelos estagiários, funcionários e prestadores de serviços no Arquivo/Biblioteca, Museu/Pinacoteca, Auditório, Reserva Técnica, etc. O atendimento ao público (estudantes do ensino básico e superior, pesquisadores, sócios e visitantes) foi realizado como de costume. Foram feitas parcerias em atividades de extensão desenvolvidas por professores que atuam no ensino superior e em cursos de especialização, a exemplo da atividade desenvolvida pelo professor Francisco José Alves, do Departamento de História da UFS, com os alunos da disciplina “Introdução à História”, realizada em 16 de julho. Também tivemos a realização das profícuas reuniões da Diretoria, ocorridas em 29 de janeiro, 9 de fevereiro, 12 de março, 10 de junho, 12 de julho e 3 de agosto.

Alguns eventos importantes foram promovidos. Entre eles, destacamos: a sessão extraordinária de 25 de janeiro, ocasião em que foi apresentado e aprovado o relatório de gestão 2009 e empossados novos sócios; a abertura da Semana Nacional de Museus, em 18 de maio; a sessão solene de 7 de julho, comemorativa dos 190 anos da emancipação política de Sergipe e do sesquicentenário da visita do Imperador Pedro II, ocasião na qual também foi realizado o relançamento da obra “Anuário Christovense”, de Serafim Santiago, através do convênio IHGSE/UFS.

Participamos eventos importantes como: a solenidade comemorativa dos 75 anos da OAB/SE, em 11 de maio; a abertura da exposição “Resistência, do cativo às ruas: a luta dos escravos em prol da liberdade”, no Memorial do Poder Judiciário, em 13 de maio; a outorga do título de *doutor honoris causa* ao professor Ibarê Dantas, em sessão solene dos Conselhos Superiores da UFS, em 14 de maio; a cerimônia de reabertura do Palácio-Museu Olímpio Campos, em 21 de maio; a solenidade comemorativa dos 81 anos da Academia Sergipana de Letras e o lançamento do número 36 da Revista da ASL, em 7 de

junho; a abertura da exposição “Encourados do sertão sergipano”, no Museu do Homem Sergipano, em 7 de julho; a composição da Comissão local de avaliação das ações inscritas na edição 2010 do “Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade”, organizado pelo Iphan, em julho, entre outros.

No que diz respeito aos *recursos*, recebemos o IHGSE com saldos positivos na conta corrente (R\$ 2.076,65) e na conta poupança (R\$ 10.841,63), em 19 de janeiro. Além disso, recebemos: o repasse da subvenção anual do Governo do Estado, em fins de março (R\$ 40.000,00); a liberação parcial da contribuição dos deputados estaduais (R\$ 14.000,00), em fins de maio; a liberação da contribuição dos deputados estaduais (R\$ 14.000,00), em meados de julho; o pagamento da anuidade dos sócios efetivos (R\$ 3.830,00), entre janeiro e julho; os pagamentos pela locação do auditório (R\$ 4.450,00), entre janeiro e julho. Nesse sentido, em 31 de julho observamos os seguintes saldos: conta corrente 1, R\$ 31.797,70; conta corrente 2, R\$ 28.675,76; e conta poupança, R\$ 9.086,65.

Os referidos recursos foram aplicados com responsabilidade e cuidado. Além das nossas despesas ordinárias mensais (água, energia elétrica, telefone, provedor de *internet*, serviços de limpeza e segurança, material de consumo e papelaria, contador, FGTS, manutenção de aparelhos eletrônicos, etc.), investimos: na aquisição de computador novo, em abril; na recuperação de parte da estrutura do telhado da Reserva Técnica, entre abril e maio; na recuperação e tratamento de parte do piso do andar térreo (salão de leitura, salas do museu e presidência), entre junho e julho. No mais, é importante salientar que o detalhamento da aplicação dos recursos pode ser consultado na secretaria por qualquer sócio do IHGSE.

Algumas importantes ações estão *previstas* para o segundo semestre. A saber: execução do projeto de instalação da rampa de acesso aos portadores de necessidades especiais; aperfeiçoamento do plano museológico do Museu/Pinacoteca; confecção de catálogo contendo biografias sumárias de figuras retratadas em obras da sala de leitura e da galeria dos ex-presidentes; realização da sessão comemorativa

RELATÓRIO

do centenário de nascimento de Dom José Vicente Távora, em 14 de setembro; restauro de obras selecionadas da Pinacoteca; produção de vídeo-documentário tratando do Instituto para ser exibido nas assembleias realizadas por locatários do auditório; execução de projetos de ações educativas e projetos interdisciplinares apresentados pela equipe do Museu/Pinacoteca; realização do II Congresso Sergipano de História – ANPUH/SE e IHGSE; realização da sessão comemorativa do sesquicentenário de nascimento de João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes e Ivo do Prado Montes Pires de França; preparativos para as comemorações do centenário; dentre outras.

Finalmente, é preciso destacar o empenho dos membros da Diretoria eleita para o biênio 2010/2011, composta por: Samuel Barros de Medeiros Albuquerque (presidente); José Ibarê Costa Dantas (vice-presidente); Terezinha Alves de Oliva (oradora); Josefa Eliana Souza (secretária geral); José Vieira da Cruz (1º secretário); José Rivadálvio Lima (2º secretário); Saumíneo da Silva Nascimento (tesoureiro); Igor Leonardo Moraes Albuquerque (2º tesoureiro); Sayonara Rodrigues Nascimento (diretora do Arquivo e da Biblioteca); e Fernanda Cordeiro de Almeida (diretora do Museu e da Pinacoteca). Também é preciso assinalar a grande contribuição dada por nossos funcionários e prestadores de serviços – Ângela Nickaulis Corrêa Silva, Gustavo Paulo Bomfim, Maria Fernanda dos Santos, José Carlos de Jesus, Fernando dos Anjos Renovato – e estagiários – Alessandra Pereira Santos Brito, Aline Santos Cruz, Katiane Alves dos Santos, Flávio Ferreira, Marcelo Souza Ferreira, Nayara Santos de Jesus.

É graças ao empenho da “família IHGSE” e ao apoio encontrado em parceiros como a Universidade Federal de Sergipe, o Governo de Sergipe, a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe e a Prefeitura de Aracaju, que a “Casa de Sergipe” continua prestando seus relevantes serviços à sociedade sergipana e buscando preservar e divulgar a memória do nosso Estado.

Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Presidente do IHGSE

Revista do IHGSE, n. 40, 2010

Normas

NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* (ISSN. 1981-7347) recebe textos, sob a forma de artigos, resenhas, edições de fontes, conferências e comunicações que tenham caráter inédito e que versem, a partir de diferentes perspectivas – histórica, geográfica, antropológica, sociológica –, sobre temáticas relativas a Sergipe.

As colaborações devem apresentar as seguintes especificações:

- 1- Todos os trabalhos devem ser encaminhados em CD e em 02 (duas) vias impressas (papel tamanho A4), das quais 01 (uma) não exibirá os dados de identificação do autor. O programa utilizado deve ser compatível com o *Word for Windows*. As imagens deverão possuir resolução de 300 (trezentos) dpi;
- 2- Em uma folha separada, devem constar os dados do autor (nome completo, filiação institucional, titulação acadêmica, número de telefone de contato, endereço eletrônico e endereço para correspondência);
- 3- O autor deve declarar que o trabalho submetido é inédito e não se encontra em processo de julgamento em nenhum outro periódico ou coletânea. A declaração deve seguir o modelo abaixo:

Declaração de responsabilidade e originalidade

“Certifico minha responsabilidade pelo conteúdo do texto, concebido por mim ou com minha participação, e atesto não ter omitido quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre mim e agências que possam ter interesse em sua publicação. Atesto igualmente que o texto a ser submetido é original e que não foi nem será enviado a outro periódico, seja no formato impresso ou no eletrônico, enquanto sua publicação estiver aguardando o parecer da Revista do IHGSE.”

Local, data

Assinatura

4 - Os artigos devem ter a extensão de 15 a 20 páginas, digitadas em fonte *Times New Roman* 12, com espaço entre linhas 1,5. As margens: superior e inferior (2,5 cm); esquerda (3,0 cm) e direita (2,5 cm). Devem ser acompanhados, além do resumo e 03 (três) palavras-chave, do título em inglês, do *abstract* (inglês) 03 (três) *keywords* (inglês). O resumo e o *abstract* devem ter no máximo 10 (dez) linhas;

5 - As citações de mais de três linhas deverão ser feitas em destaque, com fonte 11 e espaço simples entre as linhas;

6 - As notas devem ser colocadas no rodapé do texto (tamanho da fonte: 10), podendo constar de referências bibliográficas e/ou de notas explicativas;

7 - As referências bibliográficas deverão obedecer à seguinte normatização (NBR 6023):

SOBRENOME, Nome. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução.

Edição. Cidade: Editora, ano, p. ou pp;

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano, p. x-y;

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, p. x-y, ano.

NORMAS

8 - As resenhas poderão ter entre 1.000 e 1.500 palavras, com 03 (três) palavras-chave e 03 (três) *keywords*, além do título em português e inglês. Fontes e margens seguem as mesmas normas dos artigos. Devem referir-se a livros que abordem temática relativa a Sergipe, publicados no mesmo ano ou no ano anterior ao da submissão;

9 - As edições de fontes, as conferências e comunicações de pesquisa seguirão as normas especificadas para os artigos;

10 - A prévia revisão gramatical caberá ao autor do texto;

11 - Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deverá ser mencionada em nota de rodapé;

O conselho editorial se reserva o direito de recusar os trabalhos que não atendam às normas explicitadas e comunicará ao autor se o trabalho foi: a) aceito sem restrições; b) aceito com sugestões de reformulações; c) recusado. Neste último caso, o autor terá um mês, após o comunicado, para resgatar o material enviado à Revista. A Revista receberá colaborações em fluxo contínuo, decidindo quanto ao momento oportuno para a publicação dos trabalhos aceitos.

Os autores dos textos selecionados receberão 01 (um) exemplar do número que contiver sua colaboração.

Endereço para correspondência:

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE
Rua Itabaianinha, 41 – Centro
Aracaju-SE
CEP: 49010-190

Telefone: (79) 3214-8491
E-mail: revista@ihgse.org.br

